

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ISAURA MELO FRANCO

A JUVENTUDE ESTUDANTIL PELO OLHAR DOS JORNAIS
DO TRIÂNGULO MINEIRO: Entre a tutela e a subversão
(décadas de 1950 e 1960)

UBERLÂNDIA - MG
2020

ISAURA MELO FRANCO

**A JUVENTUDE ESTUDANTIL PELO OLHAR DOS JORNAIS
DO TRIÂNGULO MINEIRO: Entre a tutela e a subversão
(décadas de 1950 e 1960)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do Título de Doutor em Educação.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Sauloéber Tarsio de Souza.

UBERLÂNDIA - MG
2020

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

F825 Franco, Isaura Melo, 1983-
2020 A JUVENTUDE ESTUDANTIL PELO OLHAR DOS JORNAIS DO
TRIÂNGULO MINEIRO: [recurso eletrônico] : Entre a tutela e a
subversão (décadas de 1950 e 1960) / Isaura Melo Franco. - 2020.

Orientador: Sauloéber Tarsio de Souza.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-
graduação em Educação.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2020.388>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Educação. I. Souza, Sauloéber Tarsio de ,1970-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Educação.
III. Título.

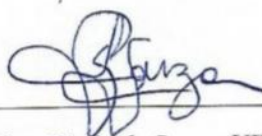
CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

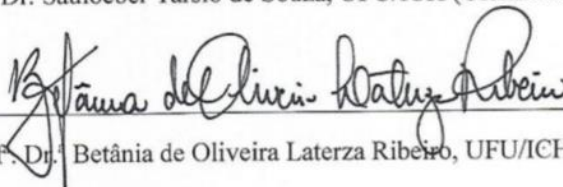
**A JUVENTUDE ESTUDANTIL PELO OLHAR DOS JORNAIS
DO TRIÂNGULO MINEIRO: Entre a tutela e a subversão
(décadas de 1950 e 1960)**

Tese para a obtenção do Título de Doutor no
Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal de Uberlândia, pela
banca examinadora formada por:

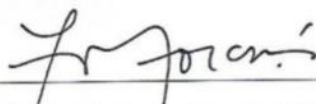
Uberlândia, 05, de MARÇO de 2020.



Prof. Dr. Sauloéber Tarsio de Souza, UFU/ICH (Orientador)



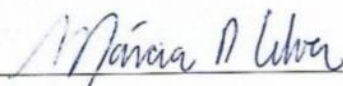
Prof. Dr.ª Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, UFU/ICH



Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais, UFU/INHIS



Prof. Dr. José Luís Sanfelice, Unicamp



Prof. Dr.ª Márcia Pereira da Silva, Unesp

A memória do avô Franquinho,
a quem, ainda na infância,
prometi que seria doutora.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que me concedeu grandes bênçãos, como a realização do sonho de conclusão desta tese.

Aos meus familiares, em especial minha mãe Neuzimar e irmão Cleyton, os quais me possibilitaram condições para os estudos e me apoiaram durante todos esses anos.

Ao estimado professor e amigo Sauloéber, por sua preciosa orientação e dedicação durante todos esses treze anos de desafios e ensinamentos, sem os quais não seria possível a concretização do presente trabalho.

A todos os mestres e colegas que cruzaram meu caminho, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e também durante toda a minha trajetória como estudante, os quais contribuíram de forma grandiosa, por meio da socialização de saberes, em minha incessante busca pelo conhecimento e contínuo processo de formação.

Aos funcionários do PPGED e dos Arquivos Públicos dos municípios de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia, os quais me auxiliaram e forneceram os materiais para a realização da pesquisa.

A UFU, instituição a qual me possibilitou a conclusão da graduação, mestrado e, agora, o doutorado.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desse projeto.

A banca examinadora, pela participação e contribuições oferecidas para a conclusão de mais essa etapa.

Agradeço-lhes calorosamente.

“Quero falar de uma coisa
Adivinha onde ela anda
Deve estar dentro do peito
Ou caminha pelo ar
Pode estar aqui do lado
Bem mais perto que pensamos
A folha da juventude
É o nome certo desse amor
Já podaram seus momentos
Desviaram seu destino
Seu sorriso de menino
Tantas vezes se escondeu
Mas renova-se a esperança
Nova aurora a cada dia
E há que se cuidar do broto
Pra que a vida nos dê flor e fruto
Coração de estudante
Há que se cuidar da vida
Há que se cuidar do mundo
Tomar conta da amizade
Alegria e muito sonho
Espalhados no caminho
Verdes, plantas, sentimento
Folha, coração, juventude e fé”
(NASCIMENTO, 1983).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Ação Católica
ACB	Ação Católica Brasileira
ALN	Ação de Libertação Nacional
AOC	Ação Operária Católica
AP	Ação Popular
ANL	Aliança Nacional Libertadora
AI	Ato Institucional
ACEC	Associação Colegial Esportiva e Cultural
ACII	Associação Comercial e Industrial de Ituiutaba
AMES	Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas
AEU	Autarquia Educacional de Uberlândia
CEB	Casa do Estudante do Brasil
CA	Centro Acadêmico
CAIO	Centro Acadêmico Avelino Ignácio de Oliveira
CAGV	Centro Acadêmico Gaspar Vianna
CAMP	Centro Acadêmico Mario Palmério
CDHIS	Centro de Documentação e Pesquisa em História
CEPESU	Centro de Estudos Político Econômicos e Sociais de Uberlândia
CEPDOMP	Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal
CPC	Centro Popular de Cultura
CI	Cidade de Ituiutaba
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CND	Conselho Nacional dos Desportos
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC	Correio Católico
CU	Correio de Uberlândia
CP	Correio do Pontal

CT	Correio do Triângulo
DA	Diretório Acadêmico
DADU	Diretório Acadêmico Domingos Pimentel de Ulhôa
DALO	Diretório Acadêmico Leopoldino de Oliveira
DCE's	Diretórios Centrais dos Estudantes
DCETM	Diretório Central dos Estudantes do Triângulo Mineiro
DEE	Diretórios Estaduais de Estudantes
DNE	Diretório Nacional Estudantil
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DOPS	Divisão de Ordem Política e Social
EAEI	Escola de Administração de Ituiutaba
ESCAI	Escola de Ciências Contábeis e Administração de Ituiutaba
ESG	Escola Superior de Guerra
FACIP	Faculdade de Ciências Integradas do Pontal
FACED	Faculdade de Educação
FAFI	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araguari
FISTA	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomás de Aquino
FMTM	Faculdade Federal de Medicina do Triângulo Mineiro
FTM	Faculdade Triângulo Mineiro
FIUBE	Faculdades Integradas de Uberaba
FUB	Federação dos Universitários de Brasília
FI	Folha de Ituiutaba
FEU	Fundação Educacional de Uberlândia
GEDAM	Grêmio Estudantil Dom Almir Marques
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IMEPAC	Instituto <i>Master</i> de Ensino Presidente Antônio Carlos
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica

LI	Lavoura e Comércio
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIEC	Liga Ituiutabana de Esportes Colegiais
LUDU	Liga Uberabense de Desportos Universitários
LUEC	Liga Uberabense de Esportes Colegiais
MEC	Ministério da Educação e Cultura
METRIM	Mocidade Espírita do Triângulo Mineiro
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
MEUI	Movimento Estudantil Unido de Ituiutaba
MFC	Movimento Familiar Cristão
MJC	Movimento Jovem Cristão
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de outubro
MUDES	Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico e Social
OR	O Repórter
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
OEA	Organização dos Estados Americanos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCF	Partido Comunista Francês
PDC	Partido Democrata Cristão
PRP	Partido de Representação Popular
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PABAE	Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
SNI	Serviço Nacional de Informações
TM	Tribuna de Minas
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UCMG	União Colegial de Minas Gerais

UMEI	União da Mocidade Espírita de Ituiutaba
UDN	União Democrática Nacional
UDU	União Democrática Universitária
UESU	União dos Estudantes Secundaristas de Uberlândia
UEE	União Estadual dos Estudantes
UEE-MG	União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais
UEI	União Estudantil de Ituiutaba
UEU	União Estudantil de Uberaba
UMES	União Metropolitana de Estudantes Secundaristas
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNES	União Nacional dos Estudantes Secundaristas
UTES	União Triangulina dos Estudantes Secundaristas
UEE`S	Unões Estaduais de Estudantes
USAID	United States Agency for International Development
UMG	Universidade de Minas Gerais
USP	Universidade de São Paulo
UNIUBE	Universidade de Uberaba
UNU	Universidade de Uberlândia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	A Imprensa escrita nos municípios mineiros de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia (décadas de 1950 e 1960)	24
Quadro 2	Temáticas abordadas pelos jornais de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia nas décadas de 1950 e 1960 referentes às ações estudantis e a juventude	34
Mapa 1	Principais Rotas de Integração de Minas Gerais no Século XIX	73
Figura 1	Fac-símile da primeira página da primeira edição do jornal <i>O Paranahyba</i> do dia 1º de outubro de 1874	77
Figura 2	Nota esclarecedora sobre o aumento do preço dos jornais <i>Correio Católico</i> e <i>Lavoura e Comércio</i>	80
Figura 3	Manchete divulgando a nova equipe de produção do jornal <i>O Repórter</i>	83
Figura 4	Manchete exaltando a vitória de Valdir Melgaço nas eleições para deputado estadual do ano de 1966	85
Quadro 3	A Imprensa Periódica em Minas Gerais (1897-1940)	86
Figura 5	Manchete anunciando a aquisição da primeira linotipo na imprensa do Pontal do Triângulo Mineiro	90
Quadro 4	Dados referentes às pessoas com 5 anos ou mais que sabem ler e escrever no município de Uberaba, conforme recenseamento de 1950	100
Quadro 5	Índices de Alfabetização em Uberlândia entre os anos 1950, 1960 e 1970 de acordo com o IBGE, Censo realizado em 1950 a 1970	100
Quadro 6	Alfabetização em Ituiutaba em 1950	101
Figura 6	Manchete anunciando a fundação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro	106
Figura 7	Fotografia do prédio onde se localizava a Faculdade de Direito de Uberlândia nos anos de 1960	107
Quadro 7	Relação sobre a criação das instituições de Ensino Superior no Triângulo Mineiro até os anos de 1960	110
Quadro 8	Relação dos órgãos estudantis dos municípios de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia	112
Figura 8	Nota divulgando a composição da nova diretoria da UEI do ano de 1956	120

Figura 9	Matéria abordando visita da UEI a <i>Folha de Ituiutaba</i>	121
Figura 10	Anúncio sobre o lançamento da sede própria da UEU	125
Figura 11	Comunicado sobre as inscrições para a emissão das carteiras de identidade estudantil pela UESU	131
Figura 12	Manchete sobre a criação da UTES	134
Figura 13	Notícia sobre a fundação da UTES	135
Figura 14	Nota veiculando despachos da UTES	136
Quadro 9	Matrícula Geral, estabelecimentos, cursos e corpo docente no ensino secundário (1933 - 1965)	138
Gráfico 1	Percentual de matérias que abordavam as criações de entidades estudantis e a realização de eventos referentes ao ensino secundário nos jornais de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia (1950-1969)	139
Figura 15	Comunicado abordando a programação do VIII Congresso Anual dos Estudantes	149
Gráfico 2	Percentual de matérias que abordavam as criações de entidades estudantis e a realização de eventos referentes ao ensino superior nos jornais de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia (1950-1969)	152
Figura 16	Manchete divulgando a possibilidade de greve estudantil	162
Figura 17	Nota divulgando a criação de Núcleo Estudantil	164
Figura 18	Matéria sobre o “Comitê Estudantil Masculino pró Lott”	166
Figura 19	Nota veiculando o possível apoio dos estudantes da Faculdade de Direito a Castelo Branco	177
Figura 20	Nota com esclarecimento do DCE de Uberaba a população local	181
Gráfico 3	Percentual de matérias referentes ao Movimento estudantil no Brasil e no mundo na imprensa de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia (1950-1969)	200
Figura 21	Notícia sobre o desligamento de estudantes no Rio de Janeiro da UNE	204
Gráfico 4	Percentual de matérias que abordavam a realização de greves, campanhas e manifestações políticas envolvendo estudantes nos periódicos de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia (1950-1969)	219
Figura 22	Anúncio do filme “Juventude Transviada” no Cine Uberaba-Palace	228
Figura 23	Artigo “O Papel do Jovem na Sociedade”	233
Gráfico 5	Percentual de matérias que discutiam especificamente o sentido de juventude nos jornais de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia (1950-1969)	246

Figura 24	Anúncio sobre a “concentração de estudantes” promovida pela JEC em Uberaba	251
Figura 25	Notícia sobre “A Presença da Juventude” na Catedral Metropolitana de Uberaba	264
Figura 26	Ilustração sobre a realização de desfile cívico da juventude	289
Gráfico 6	Práticas culturais e esportivas entre os estudantes nos jornais de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia (1950-1969)	291

RESUMO

Esta pesquisa na Linha de História e Historiografia da Educação aborda as representações das ações e práticas referentes aos estudantes secundaristas e universitários nos jornais que circularam de 1950 a 1969 em três dos principais municípios do Triângulo Mineiro, Minas Gerais, Brasil, que acompanharam o processo de modernização nacional nesse período: Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia. O sentido aqui atribuído as representações, parte da perspectiva defendida por Roger Chartier (1990), o qual entende essas como construções narrativas e simbólicas de dada realidade, composta por elementos culturais e normativos que também as transformam, motivadas pelos interesses de grupo que as forjam. Desse modo, entende-se que as ideias-imagens veiculadas por esses impressos possuíam vinculação com as experiências concretas para que tivessem aceitação social de seu público leitor. O recorte temporal (décadas de 1950 e 1960) foi marcado por intensos acontecimentos políticos, sociais, culturais e educacionais, juntamente à efervescência do movimento estudantil por todo o país e em diferentes partes do mundo. Nesse cenário, o jovem discente ganhava espaço como importante e influente ator político, agente de transformações sociais. Para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizada a análise minuciosa de aproximadamente 850 matérias distribuídas entre anúncios, artigos, colunas, comunicados, crônicas, imagens, notícias e poemas presentes em nove periódicos do referido contexto: *Cidade de Ituiutaba*, *Correio Católico*, *Correio de Uberlândia*, *Correio do Pontal*, *Correio do Triângulo*, *Folha de Ituiutaba*, *Lavoura e Comércio*, *O Repórter* e *Tribuna de Minas*. Além da imprescindível revisão bibliográfica, foram analisadas obras de autores memorialistas locais, livros de atas da União Estudantil de Uberaba e relatórios do Diretório Central dos Estudantes do Triângulo Mineiro, no intuito de promover o cruzamento de informações com os referidos jornais. Nesse sentido, foi alcançado o objetivo maior de identificar e discutir as principais representações de imprensa e os interesses por detrás delas, relativas à juventude estudantil. Constatou-se que a circulação das representações referentes aos secundaristas e universitários no Triângulo Mineiro nos anos de 1950 e 1960, em meio à população letrada, influenciou (e foi influenciada) pelas formas de sociabilidade. Elas interferem nas relações e nos imaginários, veiculando um ideário de jovem compatível com os interesses dos grupos que detinham o poder nos setores político, econômico e religioso desses lugares. Tais ações também expressavam contradições, de forma que os alunos eram projetados ora como sujeitos que deveriam ser tutelados, ora enquanto atores políticos subversivos. Contudo, esta tese visa demonstrar que prevaleceu nessas publicações um esforço para moralizar as ações da juventude, centrada em uma perspectiva conservadora do cenário social, especialmente quando os discentes se destacavam pelo ativismo político, na tentativa de disciplinar as condutas desses indivíduos, com o intuito de evitar mudanças radicais no *status quo* da sociedade. Esse processo foi objetivado pelas elites letradas da região e expressava a conjuntura nacional.

Palavras-chave: Estudantes; Jornais; Juventude; Representações; Triângulo Mineiro.

ABSTRACT

This research in the History and Historiography of Education approaches the representations of actions and practices related to high school and university students in newspapers that circulated from 1950 to 1969 in three of the main municipalities of Triângulo Mineiro, Minas Gerais, Brazil that accompanied the process of national modernization during this period: Ituiutaba, Uberaba and Uberlândia. The meaning attributed here to representations, part of the perspective defended by Roger Chartier (1990), who understands these as narrative and symbolic constructions of a given reality, composed of cultural and normative elements that also transform them, motivated by the group interests that shape them. In this way, it is understood that the ideas-images conveyed by these newspapers were linked to concrete experiences so that they would have social acceptance by their reading public. The temporal cut (1950s and 1960s) was marked by intense political, social, cultural and educational events together with the effervescence of the student movement throughout the country and in different parts of the world. In this scenario, the young student gained space as an important and influential political actor, agent of social transformations. For the development of this work, a detailed analysis of approximately 850 articles distributed among advertisements, articles, columns, releases, chronicles, images, news, and poems was carried out in nine periodicals of the referred context: *Cidade de Ituiutaba*, *Correio Católico*, *Correio de Uberlândia*, *Correio do Pontal*, *Correio do Triângulo*, *Folha de Ituiutaba*, *Lavoura e Comércio*, *O Repórter* and *Tribuna de Minas*. In addition to the indispensable bibliographic review, works by local memorialist authors, minutes books of Uberaba Student Union and reports of Triângulo Mineiro Central Students' Directorate were analyzed, in order to cross information with the referred newspapers. Then, the main objective of identifying and discussing key press representations and the interests behind them was reached, concerning student youth. It was found that the circulation of representations referring to high school and university students in Triângulo Mineiro in 1950s and 1960s, among the literate population, influenced (and was influenced) by the forms of sociability. They interfere in relations and in the imaginary, conveying a youthful idea compatible with the interests of the groups that had the power in the political, economic and religious sectors of these places. Such actions also expressed contradictions, so that students were projected sometimes as subjects who should be tutored, sometimes as subversive political actors. However, this thesis aims to demonstrate that an effort prevailed in these publications to moralize the actions of youth, centered on a conservative perspective of the social scenario, especially when students were distinguished by political activism, in an attempt to discipline the conduct of these individuals, with a view to avoid radical changes in the *status quo* of society. This process was objectified by the literate elites of the region and expressed the national conjuncture.

Keywords: Students; Newspapers; Youth; Representations; Triângulo Mineiro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I	
A JUVENTUDE E A IMPRENSA NA HISTÓRIA DO BRASIL	39
I. 1 O surgimento do jovem enquanto sujeito político	39
I. 2 A imprensa periódica no Brasil	57
I. 3 O cenário sócio-histórico triangulino e sua tipografia	71
CAPÍTULO II	
OS ORGANISMOS ESTUDANTIS NOS JORNAIS TRIANGULINOS	95
II. 1 Breve contexto histórico educacional da região	96
II. 2 A organização dos secundaristas e a criação de seus órgãos representativos (UEI, UESU, UEU e UTES)	114
II. 3 Os Centros e Diretórios Acadêmicos no Triângulo Mineiro	140
CAPÍTULO III	
MOBILIZAÇÕES POLÍTICAS DOS ESTUDANTES SOB A ÓTICA DA IMPRENSA	155
III. 1 A militância estudantil no Triângulo Mineiro no período pré-ditadura (1950-1964)	156
III. 1.1 Secundaristas em campanha contra as anuidades escolares	157
III. 1.2 Órgãos estudantis de caráter político partidário	163
III. 1.3 Reivindicações diversas exercidas por secundaristas e universitários	167
III. 2 As manifestações discentes triangulinas após a implantação do regime político militar (1964-1969)	171
III. 2.1 O advento do regime ditatorial e o controle da juventude	173
III. 2.2 As reações dos estudantes presentes nas reportagens nos primeiros anos de chumbo	177
III. 2.3 Os jornais uberabenses e o movimento das faculdades locais pela criação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro	186
III. 2.4 A imprensa se agita frente ao cenário de acirramento da repressão	194

III. 3	O movimento estudantil nacional e a “subversão” noticiada	200
CAPÍTULO IV		
IMAGENS DA JUVENTUDE CONSTRUÍDAS NO TRIÂNGULO MINEIRO		223
IV. 1	A imagética jornalística sobre a juventude	223
IV. 2	A tentativa de normatização católica da mocidade nos impressos	248
IV. 2.1	A ação da Igreja entre os discentes	250
IV. 2.2	O ideal de educação feminina à luz da religião	265
IV. 3	Imagens dos estudantes a partir de suas práticas cotidianas	273
IV. 3.1	Eventos e festividades culturais	273
IV. 3.2	Os jornais estudantis vistos pela imprensa	278
IV. 3.3	O estudante esportista	283
IV. 3.4	O retrato jornalístico do jovem patriota	287
CONSIDERAÇÕES FINAIS		294
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		303

INTRODUÇÃO

O encantamento pela pesquisa em jornais antigos, o qual deu origem a presente tese, foi despertado em julho de 2008, juntamente com o interesse pela História da Educação. Nessa ocasião, ainda como jovem estudante do curso de graduação em Pedagogia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) no *Campus* do Pontal, foi-me possibilitada a oportunidade de participar do projeto de iniciação científica *O Universo Escolar representado na Imprensa de Ituiutaba-MG (anos 1950 e 1960)*, sob a orientação do professor Sauloéber Tarsio de Souza. Tal estudo, tendo como fonte seis coleções de impressos que circularam no município de Ituiutaba nas décadas de 1950 e 1960, foi se expandindo por meio da interlocução em eventos regionais e nacionais a partir da apresentação dos resultados encontrados durante os anos da graduação, concluída em 2011.

Em seguida, foi dada continuidade a pesquisa nesses periódicos no âmbito da História da Educação, originando a dissertação de mestrado *Estudantes Tijucanos em cena: História de suas organizações políticas e culturais (Ituiutaba-MG, 1952 - 1968)* defendida em 2014 no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Faculdade de Educação (FACED) da UFU.

O interesse em analisar as representações de imprensa em relação aos discentes secundaristas e universitários crescia a cada dia. Fato que levou ao adensamento das discussões e o desejo de ampliá-las em nível regional, no sentido de revelar as particularidades locais, bem como a veiculação de ideias comuns nos diferentes municípios.

Nessa perspectiva, o presente trabalho apresenta uma investigação sobre as representações das ações e práticas referentes aos jovens estudantes nos jornais impressos que circularam entre os anos de 1950 e 1960 em três dos principais municípios da região do Triângulo Mineiro que acompanharam o processo de modernização nacional no período em questão: Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia.¹

¹ O Triângulo Mineiro é considerado uma das regiões mais desenvolvidas no setor econômico do Estado de Minas Gerais, sendo formado pelos seguintes municípios e suas respectivas datas de municipalizações: Água Comprida (1953); Araguari (1882); Araporã (1992); Cachoeira Dourada (1953); Campina Verde (1938); Campo Florido (1938); Canápolis (1948); Capinópolis (1953); Carneirinho (1992); Cascalho Rico (1948); Centralina (1953); Comendador Gomes (1948); Conceição das Alagoas (1938); Conquista (1911); Delta (1995); Fronteira (1962); Frutal (1885); Gurinhatã (1962); Indianópolis (1938); Ipiacu (1962); Itapagipe (1948); Ituiutaba (1901); Iturama (1948); Limeira do Oeste (1992); Monte Alegre de Minas (1870); Pirajuba (1953); Planura (1962); Prata (1848); Santa Vitória (1948); São Francisco de Sales (1962); Tupaciguara (1911); Uberaba (1836); Uberlândia (1888); União de Minas (1995); e Veríssimo (1938) (ARAUJO; INÁCIO FILHO, 2005).

Justificativas e problemas de pesquisa

No que se refere à trajetória da juventude estudantil e de sua participação política no Brasil nos anos de 1950 e 1960, considera-se o fato de que, esta tem sido discutida principalmente no recorte espacial do eixo Rio - São Paulo, objeto largamente estudado pelas Ciências Sociais e pela História. Ao passo que, a história dos discentes em cidades interioranas, distantes dos grandes centros urbanos, ainda é temática pouco estudada no âmbito da História da Educação. Ocorrência esta que torna evidente a necessidade de se analisar as ações do estudante no interior brasileiro.

Com isso, acredita-se que a relevância desse estudo se deve parcialmente pelo ineditismo de seu objeto. Visto que, a história das ações dos estudantes nas décadas de 1950 e 1960 representada pela imprensa escrita na região do Triângulo Mineiro, ainda conta com escassez de pesquisas, como foi possível verificar na ocasião do levantamento dos referenciais bibliográficos para o presente trabalho. Tal originalidade reforça a necessidade da pesquisa acadêmica sobre esse tema.

Defende-se a importância de se trazer a questão do ativismo estudantil para o centro da discussão, tendo em vista que o estudante é um dos principais atores do processo educativo e ainda há muito a ser debatido nessa temática. Aqui em específico, elegeram-se as representações de imprensa que circulavam em torno deste na sociedade local.

Desse modo o presente estudo, ligado à relação História da Educação e imprensa escrita, apresenta colaborações a esse campo, mesmo com muitas indagações. Pois contribui para os avanços das pesquisas em educação, no sentido de se refletir sobre as peculiaridades da história dos discentes na região e sua relação com o Brasil e o mundo, representada pelos jornais, um dos principais meios de comunicação e veiculação de ideias na sociedade do período investigado.

Em relação ao recorte cronológico delimitado, décadas de 1950 e 1960, buscou-se privilegiar a apreciação dos periódicos publicados nesse período, tendo em vista que são anos marcados por uma efervescência política, social e cultural, acompanhada pelo crescimento e agitação do movimento estudantil por todo o país. Logo merece destaque a projeção do jovem estudante, como ator político influente e importante agente de transformação social, em um

cenário nacional e internacional de intensos acontecimentos políticos, econômicos, sociais e educacionais.²

Para o desenvolvimento desta pesquisa, parte-se da seguinte inquietação: Quais as principais ideias representadas pela imprensa escrita nas décadas de 1950 e 1960 na região do Triângulo Mineiro e os interesses por detrás dessas, relativas à juventude estudantil?³

Busca-se também discutir várias outras questões, dentre essas merece destaque as seguintes: Quais os fatores marcantes do contexto educacional, social e político dessa região no período do presente estudo? Quais são as principais características dos impressos investigados? Quais foram às entidades estudantis presentes nas instituições de ensino secundário e superior divulgadas pela imprensa? Como se deram as relações entre o movimento estudantil nacional e no Triângulo Mineiro no período em questão? Quais as ações e ideários políticos existentes entre esses jornais, a militância estudantil, as instituições educacionais e a sociedade civil em geral? Como se posicionou o movimento estudantil na região frente ao clima repressivo estabelecido pela ditadura civil-militar, de acordo com os periódicos investigados? A partir das representações da imprensa, é plausível afirmar que houve mudanças no perfil das entidades estudantis nessas duas décadas, comparando-se ao cenário anterior e posterior a implantação da ditadura no país? É possível observar o posicionamento das elites da região em relação aos jovens estudantes, na medida em que se projetavam no cenário social enquanto atores políticos? Quais as práticas culturais estudantis e os princípios educacionais que circulavam por esses impressos? Houve e de que forma aconteceu a influência da Igreja Católica nas ações e práticas discentes veiculadas pelos jornais? Como se deu a relação gênero e imprensa, no que se refere à representação da educação feminina? Pode-se identificar um estereótipo aceitável de estudante, se positivo qual a principal visão de mundo norteava este? Quais os elementos caracterizaram o sentido de juventude defendido e o criticado por esses periódicos?

Acredita-se que as respostas a esses questionamentos possam contribuir para os avanços das pesquisas em específico, na História da Educação, no sentido de desvendar aspectos referentes às representações sobre a participação dos discentes no movimento

² No plano político ressalta-se a veiculação da ideologia do nacionalismo desenvolvimentista na sociedade brasileira, como ideário propulsor do processo de modernização e industrialização do país, além da implantação do governo civil-militar (1964-1985), por meio de golpe articulado no ano de 1964.

³ Na ocasião de elaboração do projeto de pesquisa para essa tese se pensou primeiramente no movimento estudantil como objeto de estudo. Entretanto, após a realização da pesquisa nos jornais se observou que tal conceito não abarcava todas as matérias jornalísticas que se destacaram referentes à questão do estudante. Optou-se assim em trabalhar com a ideia de juventude estudantil, por considerá-la mais adequada às temáticas encontradas nos impressos.

estudantil nessa região em um cenário nacional de projeção destes como novos atores políticos, importantes no recorte espaço-temporal dessa investigação.

Logo parte-se da hipótese de que, a circulação das matérias jornalísticas em relação a juventude estudantil no Triângulo Mineiro nos anos de 1950 e 1960 influenciou e foi influenciada pelas formas de sociabilidade, relações e imaginários presentes entre as elites intelectuais e econômicas da época, projetando assim um ideário de jovem compatível com os interesses dos grupos que estavam no poder nessa região.⁴

Objetivos

O objetivo principal deste trabalho concentra-se em analisar as principais representações relativas aos estudantes secundaristas e universitários veiculadas por grande parte da imprensa escrita no Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 1960.

Dentre os objetivos específicos, espera-se com este estudo: identificar os grupos ligados aos jornais pesquisados, como forma de desvendar o jogo de interesses que envolvia as representações que circularam em torno dos discentes; discutir o imaginário social e as intencionalidades que estavam imbuídas nas matérias jornalísticas referentes aos princípios educativos para a mocidade; possibilitar uma maior visibilidade a ação do movimento estudantil em cidades interioranas mineiras, relacionando-o ao cenário político nacional; discutir as categorias de representação e juventude, dentre outras relacionadas ao referido objeto de estudo; valorizar os jornais impressos como fonte de pesquisa para a História da Educação em geral, bem como a importância de sua conservação; contribuir com o referido campo de pesquisa, por meio do levantamento das especificidades encontradas, promovendo o necessário diálogo entre o estudo regional e o nacional.

Fontes

Para a execução deste trabalho realizou-se a análise de aproximadamente oitocentas e cinquenta matérias distribuídas entre anúncios, artigos, colunas, comunicados, crônicas, imagens, notícias e poemas que circularam em nove jornais escritos das décadas de 1950 e

⁴ Os jornais eram um dos principais veiculadores de informação nesse período, perdendo apenas para o rádio que suplantava a barreira do analfabetismo. Porém, esses divulgavam imagens muitas vezes mais impactantes do que uma fala do rádio.

1960 dos municípios de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia que foram as principais fontes desta pesquisa.

Ressalta-se o fato de que, os periódicos selecionados para a presente investigação eram pertencentes aos primeiros municípios do Triângulo Mineiro a oferecerem educação em nível superior, principalmente na década de 1960, com exceção de Uberaba, que teve a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FISTA) no ano de 1949. Em seguida, aconteceu o funcionamento dessas instituições: em Uberlândia no ano de 1960; Araguari em 1968; e em Ituiutaba no ano de 1970 (ARAUJO; INÁCIO FILHO, 2005).⁵

Além desses impressos, foram analisados outros documentos como: obras de importantes autores memorialistas da região; livros de Atas da União Estudantil de Uberaba; e Relatórios do Diretório Central dos Estudantes do Triângulo Mineiro do período enfocado, no intuito de promover o cruzamento de informações nesse estudo.⁶

Os dados da pesquisa foram coletados no “Arquivo Público Municipal de Uberaba”; “Arquivo Público Municipal de Uberlândia”; “Galeria das Antiguidades de Ituiutaba”; “Centro de Documentação e Pesquisa em História” (CDHIS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); “Fundação Cultural de Ituiutaba”; nos arquivos digitalizados pelo “Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal” (CEPDOMP) da UFU - *Campus* do Pontal; e na Hemeroteca Digital Brasileira.⁷

Os jornais presentes nos referidos arquivos públicos encontram-se todos encadernados em brochuras, seguindo ordem cronológica de publicação dos mesmos. No entanto, nem todos os números estão disponíveis para a consulta em decorrência da morosidade no processo de restauração dos mesmos. Fato muito comum por todo o país, evidenciando certo descaso do poder público com a preservação da memória via jornais.⁸

O contato inicial com os periódicos antigos aconteceu na “Fundação Cultural de Ituiutaba” no ano de 2008, assim como anteriormente assinalado. Nesse momento, os impressos ainda não tinham sido digitalizados. Pois a Universidade Federal de Uberlândia,

⁵ No entanto, torna-se importante destacar que os jornais do município de Araguari que circularam nas referidas décadas, *Diário de Araguari* e *Gazeta do Triângulo* não foram incluídos nesse estudo, pois os mesmos, de acordo com informações obtidas no “Arquivo Histórico e Museu Dr. Calil Porto”, até o momento da pesquisa, não se encontravam disponíveis para a consulta.

⁶ Foram encontradas no “Arquivo Público Municipal de Uberaba” cartas que eram trocadas entre os presidentes do Diretório Central dos Estudantes do Triângulo Mineiro e da União Nacional dos Estudantes durante o período investigado. Estas não foram utilizadas no presente trabalho, pois extrapolavam os limites do objeto de estudo definido, no entanto deverão ser utilizadas em futuras pesquisas.

⁷ Os arquivos disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira podem ser consultados através do endereço eletrônico: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>

⁸ Em relação aos números que não puderam ser utilizados nesta pesquisa em decorrência de suas precárias condições materiais, destacam-se os volumes 59 e 65 referentes ao primeiro semestre dos anos de 1967 e de 1969 do jornal *Correio de Uberlândia*.

através do *Campus* do Pontal, havia chegado recentemente à cidade, por meio das políticas públicas de expansão do ensino superior no Brasil no ano de 2006 durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Logo se buscou realizar um trabalho pioneiro na digitalização e catalogação de cerca de quinhentas matérias jornalísticas relacionadas ao universo escolar em geral nas décadas de 1950 e 1960, durante a vigência de dois anos da bolsa de iniciação científica concedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).⁹

Na ocasião desta pesquisa de doutorado, as visitas aos arquivos públicos ocorreram em dias úteis em horários comerciais durante todo o ano de 2017, tendo em vista o período de funcionamento desses órgãos. De modo geral, a pesquisadora foi bem recebida e acompanhada pelos funcionários que se dispuseram a fornecer outros materiais para o estudo, além dos jornais, assim como ocorreu no “Arquivo Público Municipal de Uberaba”, onde foram coletadas variadas fontes que podem ser usadas em futuros trabalhos.

Em relação aos procedimentos adotados, buscou-se realizar a leitura atenta dos documentos mencionados, como anúncios, artigos, comunicados, crônicas, notícias e demais gêneros textuais presentes nesses impressos, acompanhada das posteriores digitalização e catalogação dos conteúdos referentes ao universo educacional da juventude, bem como dos relacionados aos interesses particulares da própria imprensa.

Quanto à condição material dos documentos pesquisados, sinaliza-se o desgaste dos papeis e das letras decorrente da ação do tempo, o que exige cautela do pesquisador no manuseio dessas fontes.

Assim todo o processo de leitura e digitalização foi acompanhado de atenção e cuidados especiais da pesquisadora, no intuito de preservação desses periódicos e também da saúde desta. Já que esses impressos se encontravam bastante frágeis e empoeirados. Nesse sentido, demandou-se delicadeza ao manusear as páginas desses, bem como o não uso de *flash* fotográfico, acompanhados da utilização de máscaras e luvas fornecidas pelas instituições. Tais exigências foram seguramente encontradas em todos os arquivos públicos pesquisados.

Após a digitalização dessas matérias jornalísticas, foi realizado o extenso trabalho de tabulação dos dados encontrados, onde foram selecionadas as categorias que mais se destacaram nos jornais investigados, bem como suas datas correspondentes.

⁹ No ano de 2013 ocorreu novamente o contato com esses jornais, mediante a realização da pesquisa de mestrado, ocasião em que estes se encontravam na “Galeria das Antiguidades de Ituiutaba” e nos arquivos que estavam sendo digitalizados pelo CEPDOMP da UFU - *Campus* do Pontal.

O quadro abaixo revela os títulos dos impressos estudados, os anos de criação dos mesmos, os nomes dos diretores ou redatores chefes que mais se destacaram no período investigado, os municípios de origem e o período de circulação destes:

Quadro 1 – A Imprensa escrita nos municípios mineiros de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia (décadas de 1950 e 1960) ¹⁰

TÍTULO DO JORNAL	ANO DE CRIAÇÃO	DIRETOR/REDATOR-CHEFE	MUNICÍPIO DE ORIGEM	PERÍODO DE CIRCULAÇÃO
Correio Católico	1897	Cônego Armênio Cruz	Uberaba	1897 a 1972
Lavoura e Comércio	1899	Quintiliano Jardim	Uberaba	1899 a 2003
O Repórter	1925	João de Oliveira	Uberlândia	1925 a 1963
Correio de Uberlândia	1938	Valdir Melgaço Barbosa	Uberlândia	1938 a 2016 ¹¹
Folha de Ituiutaba	1942	Ercílio Domingues da Silva	Ituiutaba	1942 a 1964
Correio do Pontal	1956	Pedro de Lourdes Morais	Ituiutaba	1956 a 1959
Correio do Triângulo	1959	Benjamin Dias Barbosa	Ituiutaba	1959 a 1965
Cidade de Ituiutaba	1966	Benjamin Dias Barbosa	Ituiutaba	1966 a 1970
Tribuna de Minas	1966	Cônego Antônio Afonso da Cunha	Uberlândia	1966 ¹²

Fonte: Arquivos Públicos dos municípios de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia, 2017.

O histórico de criação e demais especificidades referentes a esses nove periódicos que foram analisados no presente estudo, quatro destes pertencentes ao município de Ituiutaba, três de Uberlândia e dois de Uberaba, são tratados no capítulo um, no item referente ao cenário sócio-histórico triangulino e sua imprensa. ¹³

¹⁰ O jornal *Gazeta de Ituiutaba*, também circulou no período de 1949 a 1951 no município de Ituiutaba. No entanto não é citado no referido quadro, pois não foi utilizado no presente estudo, já que este não se encontrava disponível para a realização da pesquisa.

¹¹ Disponível nos dias atuais somente em versão *online*: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/ultimas-noticias/>>. Acesso em 19 mar. 2018.

¹² Não foram encontradas informações seguras sobre o ano de encerramento das atividades do jornal *Tribuna de Minas*. No entanto, é sabido que este circulou durante o período de 1966 a 1969, o qual interessa o presente estudo.

¹³ Em relação aos três principais jornais utilizados neste estudo, que circularam durante todas as décadas de 1950 e 1960, destacam-se algumas de suas principais características referentes às suas materialidades durante o referido período: *Correio Católico*, impresso em preto e branco, publicado inicialmente em edições semanais até chegar ao formato de diário em meados dos anos de 1960 com seis páginas; *Lavoura e Comércio*, impresso em preto e branco, de publicação diária e em seis páginas; e o *Correio de Uberlândia*, publicado em preto e branco, de dois em dois dias e também em seis páginas.

Além dos referidos títulos, também foram utilizados alguns artigos que circularam na década de 1960 nos jornais cariocas *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias*, órgãos da grande imprensa nacional, pesquisados por meio da Hemeroteca Digital Brasileira.

Fundamentação teórica e metodológica

Para a construção da presente narrativa histórica, parte-se do entendimento de que, esta deve se pautar em uma perspectiva teórica, tendo em vista o necessário rigor científico. Assim são estabelecidas relações entre as fontes utilizadas e as práticas que levaram à sua produção com referenciais teórico-metodológicos consistentes que dialogam com a referida temática.

O sentido de juventude adotado na presente tese, entendido como categoria histórica, cultural e socialmente construída, remete-se a estudos anteriores desenvolvidos em torno dessa questão, bem como de intensas discussões realizadas no âmbito da sociologia desde o início do século XX.

Logo se compreende a juventude como uma representação dinâmica, pois se caracteriza como fase do desenvolvimento humano que compreende o período entre a adolescência e a idade adulta que se transforma mediante as mudanças sociais que vêm ocorrendo ao longo da história. Sendo esta marcada pela diversidade de condições sociais, culturais, de gênero e, até mesmo, regionais, dentre outros elementos (DAYRELL, 2001).

Desse modo, o termo juventude estudantil é utilizado para se referir as ações, práticas e ideários referentes aos estudantes de ensino secundário e universitário representados pela imprensa escrita na conjuntura investigada. No entanto, deve-se ressaltar que a pequeníssima parcela da juventude tratada nesse trabalho se refere a um grupo muito específico, elitizado e privilegiado da sociedade triangulina.¹⁴

No que se refere à discussão sobre movimento estudantil, toma-se como referência o entendimento de que este é uma das manifestações sócio culturais da juventude, capaz de desempenhar importante papel nos processos de formação política e cultural desta (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004). Sendo assim, caracteriza-se por ações e lutas organizadas de discentes de forma coletiva, decorrentes da pluralidade e complexidade de forças, sujeitos e práticas existentes na sociedade em que se encontra inserido. Logo, este deve ser valorizado

¹⁴ Em relação ao conceito de elite adotado na presente tese se buscou priorizar o entendimento de Pareto (1987), o qual considera esta como a reunião de um grupo de indivíduos que se destacam por serem bem sucedidos em determinados ramos de atividades.

por representar aspirações educacionais, culturais, políticas e sociais presentes em determinado tempo e espaço.

Nessa perspectiva, a análise sobre as representações referentes às discussões e às ações organizadas de forma coletiva por estudantes deve estar diretamente relacionada ao estudo do contexto social, educacional e político em questão.

Tendo em vista que, este trabalho se constitui como parte da história regional, torna-se importante destacar o sentido atribuído a região, aqui encarado como uma construção histórica e política, de modo que este vai além das características geográficas definidas. Assim devem-se considerar as particularidades presentes em certa delimitação territorial mediadas por relações sociais, culturais, políticas e econômicas.

As regiões, portanto, não pré-existem aos fatos que as fizeram emergir; as regiões são acontecimentos históricos, são acontecimentos políticos, estratégicos, acontecimentos militares, diplomáticos, são produto de afrontamentos, de disputas, de conflitos, de lutas, de guerras, de vitórias e de derrotas (ALBUQUERQUE, 2008, p. 58).

Nesse sentido, a região representa um elemento facilitador para os necessários contornos espaciais demandados pela pesquisa historiográfica. Logo se acredita que a ênfase nos estudos regionais possa revelar especificidades locais favorecendo o entendimento dos processos históricos singulares e também globais.

Desse modo, é realizado o estudo da conjuntura política e social nacional e regional do período em questão, tendo sempre em vista a relação entre o micro e o macro, como afirmaram Araujo e Inácio Filho (2005, p.182):

Não se pode trabalhar com segurança a história da educação nacional sem o domínio do processo nas diversas regiões, o que permite aquilatar a extensão das propostas teóricas e promover as necessárias ponderações do ponto de vista interpretativo. Da mesma forma, não se pode promover o estudo isolado da realidade regional, desvinculado da interpretação de caráter geral, mais abrangente.

Torna-se relevante promover a necessária articulação entre o estudo regional e o nacional, abrindo novas possibilidades para a compreensão da juventude estudantil, a partir da imprensa.

Nessas duas décadas, foi marcante a intensa atividade do movimento estudantil formado por secundaristas e universitários no Brasil, como reflexo também de um processo

internacional. Já que principalmente nos anos de 1960, constitui-se um período de ebulição das manifestações de jovens estudantes por todo o mundo.

De acordo com Groppo (2000) as manifestações juvenis desse período foram impulsionadas pelo esboço da globalização mundial, marcado por grandes acontecimentos e transformações de caráter político, econômico e social, como o aceleração dos processos de industrialização e urbanização, alterando as mentalidades e os modos de vida.

Consequentemente vislumbra-se a discussão de tais acontecimentos e ideais pelos jornais escritos, os quais representavam a preocupação de parte da sociedade brasileira letrada com as ações discentes no referido momento.

Merece destaque a UNE, criada entre os anos de 1937 e 1938, entidade de representação estudantil nacional de caráter social e político que reuniu no período em discussão uma grande quantidade de estudantes, influenciando a política e a cultura brasileiras (ARAÚJO, 2007).

Esse órgão, principalmente nos anos iniciais da ditadura civil-militar, teve grande parte de suas ações direcionadas ao movimento de oposição ao regime autoritário. Tal governo reprimiu severamente amplos setores sociais e mobilizações consideradas subversivas aos interesses capitalistas, afetando de forma ampla o movimento estudantil e a imprensa por todo o país.

Nesse sentido, esse trabalho é realizado levando em consideração o estudo de referenciais teóricos que discutem a atuação do movimento estudantil nacional representado especialmente pela UNE nesse período.¹⁵

Recorre-se também à revisão bibliográfica sobre as mobilizações estudantis na capital mineira, as quais em grande parte, segundo Vieira (1998) tiveram suas ações, principalmente nos anos de 1960, norteadas pelo crescimento da esquerda cristã no estado. Desse modo, são salientadas as particularidades regionais, como forma de abrir novas possibilidades para a interpretação do movimento estudantil em nível nacional.

No que se refere ao cenário regional, ressalta-se que o Triângulo Mineiro estava inserido no processo de modernização nacional com a propagação de ideais de desenvolvimento e nacionalismo.¹⁶

¹⁵ Dentre os autores que discutem a atuação do movimento estudantil no Brasil durante as décadas de 1950 e 1960 ressaltam-se os nomes de: Antônio Mendes Júnior (1981); Artur José Poerner (1995); João Roberto Martins Filho (1987); José Luis Sanfelice (1986); Luiz Antônio Cunha (1988); e Paulo Sérgio do Carmo (2010).

¹⁶ Entende-se como modernização “[...] um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; à expansão

De acordo com Cardoso e Gatti Jr. (2011), a educação escolarizada se desenvolveu de modo mais expressivo a partir dos anos de 1950, atingindo maior ênfase nos anos de 1960, com a criação de diversas instituições de todos os níveis de ensino nesta região. Desse modo, pode-se observar o crescimento significativo do número de discentes, assim como em nível nacional. Pois a escolarização desempenharia um papel essencial na formação do novo cidadão necessário ao processo de desenvolvimento econômico do país.

Em relação ao sentido de representação nesse estudo, recorre-se ao conceito pensado por Roger Chartier (1990), importante historiador francês vinculado a nova tradição historiográfica da *Escola dos Annales*. Este por sua vez, salienta a necessidade de se analisar objetos de estudo de caráter cultural em sua materialidade, atrelados aos seus processos de produção, circulação e consumo, bem como as práticas, usos e as apropriações a esses relacionados (GALVÃO; LOPES, 2010).

Chartier (1990) vislumbra as representações como construções narrativas e simbólicas de dada realidade, de forma que estas possuem elementos que também a transformam, motivadas pelos interesses do grupo que as forjam. Percebe-se que a produção das representações possui necessariamente uma base nas condições reais de existência, ou seja, as ideias-imagens devem ter coerência com as experiências reais para que tenham aceitação social. Nesse sentido, a representação é produzida na relação entre o ser e o parecer, buscando dar significados a realidade, de forma que:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinados pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, p.17).

Considera-se que as representações são articuladas ao mundo social, por meio de práticas e apropriações culturais que refletem uma identidade, ou seja, as formas estabelecidas que marcam a existência de um grupo. Sendo assim, o sentido de representação é estendido com a apropriação de símbolos e signos que se conjugam com determinados valores sustentados na sociedade.

dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal à secularização de valores e normas etc” (HABERMAS, 2000, p.5).

As representações fazem parte de um processo histórico, em que o conjunto de conhecimentos e crenças possui uma base material, ou seja, evidências concretas. Fato que as diferem do sentido de imaginário. Desse modo as representações sobre determinado aspecto, que não são construções espontâneas, são produzidas a todo o momento. Já o movimento destas vai decorrer da narrativa que coloca as ideias em circulação.

Assim as representações de imprensa são aspirações sobre determinada realidade condicionadas por um processo de seleção dependente de aspectos culturais e normativos presentes em determinado contexto. Logo cabe ressaltar que o sentido atribuído no referido estudo priorizou as especificidades do tema.

Como a imprensa escrita produz uma narrativa, coloca ideias em circulação, tornou-se importante categorizar os conteúdos que se repetem e/ou se apresentam em maior destaque nas matérias jornalísticas referentes ao objeto de estudo, já que se considera a importância de:

[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa desse tipo supõe [...] classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e apreciação do real (CHARTIER, 1990, p. 17).

Desse modo, enfatiza-se a necessidade de se identificar as categorias que foram produzidas e compartilhadas dentro do grupo social estudado, como forma de aproximação destas com a realidade investigada.

Tendo em vista o fato de que, as representações são produzidas “[...] num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (CHARTIER, 1990, p.17), considera-se a existência de verdadeiros conflitos que variam de acordo com os interesses sociais, políticos, determinações e oposições que se confrontam em determinado espaço.

Nesse sentido, são desvendadas importantes especificidades dos jornais utilizados na pesquisa, relacionadas ao contexto em que estes eram produzidos. Desse modo, direciona-se uma especial atenção para as relações que interferiram nas representações de imprensa, como forma de ampliar o campo de compreensão sobre esses periódicos.

Busca-se assim realizar uma análise densa das fontes impressas, evidenciando a multiplicidade de expressões, declarações, imagens, valores e ideias presentes nos discursos jornalísticos sobre a juventude estudantil e seu movimento no Triângulo Mineiro.

É necessário ressaltar a importância de se considerar a materialidade dos jornais a serem investigados. Já que se parte do pressuposto de que os textos impressos nunca são

abstratos ideais, separados de sua materialidade. À medida que sua apresentação gráfica, ilustrações, letras, disposição do texto coordena a sua leitura e respectivamente a compreensão do texto lido. Logo as formas em que o texto é apresentado produzem sentido.

Contra a representação, elaborada pela própria literatura, segundo a qual o texto existe em si, é preciso lembrar que não há texto fora do suporte que lhe permite ser lido (ou ouvido) e que não há compreensão de um escrito, qualquer que seja, que não dependa das formas pelas quais atinge o leitor. Daí a distinção indispensável entre dois conjuntos de dispositivos: os que provêm das estratégias de escrita e das intenções do autor, e os que resultam de uma decisão do editor ou de uma exigência de oficina de impressão (CHARTIER, 1991, p.182).

De acordo com a percepção do autor supra citado, compreende-se que a materialidade dos jornais estabelece uma relação direta com seus leitores, visto que certas formas textuais ou tipográficas são atrativas para determinados sujeitos, fato que influencia diretamente na interpretação de tais impressos.

Ainda em consonância com o pensamento de Roger Chartier, salienta-se que na pesquisa com os impressos jornalísticos também se torna importante observar o espaço onde o texto adquire sentido, ou seja, sua rede de circulação, já que:

Por um lado, os dispositivos formais — textuais ou materiais — inscrevem em suas próprias estruturas as expectativas e as competências do público a que visam organizando-se portanto a partir de uma representação da diferenciação social. Por outro lado, as obras e os objetos produzem sua área social de recepção, muito mais do que as divisões cristalizadas ou prévias o fazem (CHARTIER, 1991, p. 186).

Destaca-se a existência de um processo dinâmico entre os leitores e os redatores de periódicos, de modo que, os textos e as imagens veiculadas nestes não podem se distanciar do universo cultural de seu público leitor. Pois os jornais para serem comercializados e lidos por certos grupos sociais necessitam veicular conteúdos atrativos e que despertem interesses nestes. Por outro lado, também produzem efeitos na sua área de circulação. “Um jornal representa até certo ponto o mundo para um grupo de pessoas, caso contrário elas não o comprariam [...] se torna um indicador desta visão de mundo” (BAUER; GASKELL, 2002, p.22).

Por meio da teoria das representações se torna possível abordar a multiplicidade da produção e circulação de interpretações pertencentes a uma mesma classe social, além de possibilitar a compreensão sobre visões distintas de um mesmo objeto entre diferentes grupos.

Logo se deve estar atento ao fato de que, as representações produzidas e colocadas em circulação pelos jornais não são nunca a realidade em si, já que se encontram carregadas de interesses e sentidos que fazem parte da dinâmica de informar, convencer e atrair seu público leitor. Dessa forma, tendo papel importante na mobilização de ações e na construção de ideais presentes na sociedade.

Acredita-se que a teoria das representações permite reformular a maneira de compreensão das matérias jornalísticas, bem como do imaginário social que circulava em torno do perfil e das práticas dos estudantes presentes em determinado contexto. Dessa forma, abrem-se novas perspectivas para as pesquisas, à medida que:

[...] a teoria das representações sociais oferece um instrumental teórico metodológico de grande utilidade para o estudo da atuação do imaginário social sobre o pensamento e as condutas de pessoas e grupos (ALVES MAZZOTTI, 2008, p.40).

Nessa perspectiva, buscou-se analisar as matérias jornalísticas atentando-se primeiramente ao caráter tendencioso dos jornais pesquisados, pois assumi-los como fonte para a pesquisa não significa encará-los como fontes neutras, veiculadoras de verdades, mas procurar compreendê-los a partir de suas peculiaridades e intencionalidades.

Salienta-se que o jornal, principalmente até a década de 1970, foi considerado por muitos pesquisadores como uma fonte suspeita de pesquisa, devido à parcialidade existente nas matérias jornalísticas. No entanto, nos dias atuais se consolidou entre eles como um valioso recurso muito utilizado no âmbito das pesquisas históricas e também histórico-educativas, à medida que possibilita a discussão sobre as inúmeras dimensões relacionadas ao fenômeno educativo.¹⁷

Diante a impossibilidade da existência de neutralidade dos fatos e das fontes, sublinha-se que a imprensa desde seus primórdios nunca se encontrou neutra em relação as suas publicações, mas sempre foi marcada por interesses, impasses, divergências, ideologias e visões específicas de mundo, homem e sociedade, os quais circulavam por determinados grupos presentes em cada momento histórico, de forma que:

Se o texto é fruto da concepção de uma determinada elite, letrada, ele não corresponde integralmente à realidade, mas compõe uma interpretação, uma

¹⁷Após a discussão iniciada pelos historiadores franceses da *Escola dos Annales* no final da década de 1920, os estudos historiográficos passaram a se renovar e a valorizar novos temas, objetos e fontes antes considerados suspeitos e de menor valor. Dessa forma ampliou-se o leque de possibilidades em relação à escrita da história, observando vozes antes silenciadas pelo tradicional viés positivista (LUCA, 2006).

representação do real, formulada em um determinado momento, sob a influência de concepções específicas (GONÇALVES NETO, 2002, p. 205).

No que tange a utilização da imprensa periódica como fonte primária nas pesquisas históricas, deve-se observar a multiplicidade de elementos socioculturais presentes no cenário em que foram produzidas as reportagens jornalísticas, bem como buscar ter clareza do papel social desempenhado pelo jornal em estudo (LUCA, 2006).

Por considerar o fato de que, esses impressos classificam e selecionam a informação, atenta-se para a importância de que, cada série de discursos presentes nestes seja interpretada em sua especificidade, por meio da contextualização histórica de sua produção relacionada aos princípios de regularidade que a coordenam, além de serem questionadas as suas intencionalidades.

Nessa perspectiva, enfatiza-se a necessidade de que o documento seja interpretado de acordo com o período histórico em que este foi produzido. Ao fazer a leitura dos jornais antigos, por exemplo, não se deve fazê-la com os olhos do presente, mas considerar o cenário em que tais impressos estavam inseridos, colocando a lupa na relação texto e contexto.

Dessa forma, compreende-se que certas informações, assim como as contidas nos jornais escritos, no momento de sua produção não tiveram a intenção de serem utilizadas como fontes de pesquisa histórica, mas que no manuseio crítico do pesquisador com tais fontes, estas por sua vez se constituem em importantes mananciais para a análise de acontecimentos passados.

Almeja-se compreender as personagens do passado por meio de um olhar diacrônico e de uma crítica consistente, de acordo com o cenário existente na época, para que as experiências vividas outrora se tornem interpretáveis no presente. Do mesmo modo, é realizada a problematização das fontes utilizadas, no intuito de revelar certas especificidades próprias destas que são imprescindíveis ao desvendamento de informações referentes ao referido objeto de estudo.

Nesse sentido, defende-se a importância de se historicizar os jornais utilizados na referida investigação, de forma que a análise das representações de imprensa deva ter como base: as observações, as intenções e os pontos de vista declarados ou não nos conteúdos destes periódicos; a função social destes no meio o qual circulavam; a identificação de seus principais colaboradores; a contextualização destes na história da imprensa, dentre outros aspectos considerados necessários a compreensão do cenário em que estes se encontravam inseridos (LUCA, 2006).

Esses impressos se constituem em importantes fontes para a coleta de dados em pesquisas no campo da História da Educação¹⁸, pois possibilitam o conhecimento de concepções pedagógicas compartilhadas pelos grupos ligados a esses veículos de comunicação na região, fazendo circular as condutas conhecidas ou desejáveis de aluno, de professor e de educação. Nessa perspectiva, corrobora-se com Nóvoa (1997), por considerar que:

A escrita jornalística não foi ainda, muitas vezes, depurada das imperfeições do cotidiano e permite, por isso mesmo, leituras que outras fontes não autorizam. Por outro lado, é através deste meio que emergem ‘vozes’ que têm dificuldade em se fazerem ouvir noutros espaços sociais, tal como na academia ou no livro impresso. A imprensa é, provavelmente, o local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que aqui se manifesta, de um ou de outro modo, o conjunto de problemas desta área. É difícil imaginar um meio mais útil para compreender as relações entre a teoria e a prática, entre os projetos e as realidades, entre a tradição e a inovação [...] São as características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o caráter fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico da educação e da pedagogia (NÓVOA, 1997, p. 30-31).

Como já assinalado, o discurso jornalístico não é a realidade dos fatos em si, mas uma representação baseada no real. Assim os jornais divulgam os acontecimentos e interferem no movimento da história de uma forma cotidiana. Dessa maneira, as representações presentes nesses periódicos permitem abordagens amplas em relação ao fenômeno educacional.

Concorda-se também com o historiador norte-americano Robert Darnton (1990) ao afirmar que, os jornais possuem uma dinâmica interna que influencia diretamente na produção do fato jornalístico. Desse modo, considera-se a notícia como o relato do jornalista sobre algo acontecido, baseado em uma diversidade de fatores e interesses específicos. No entanto, essas matérias jornalísticas necessitam de se adequarem a concepções culturais prévias relacionadas a estas, para obterem aceitação de seu público leitor.

Assim os periódicos se constituem em valiosas fontes para a pesquisa histórico-educacional à medida que apresentam em suas páginas elementos de informação e

¹⁸ Em relação ao campo da História da Educação no país adotou-se a perspectiva apontada por Vidal; Faria Filho, (2003, p.60) no sentido de se chamar a atenção “[...] para o alargamento da interlocução com uma variada gama de disciplinas acadêmicas — sociologia, lingüística, literatura, política, antropologia, geografia, arquivística —, bem como para o fato de a história da educação ser, ao mesmo tempo, uma subárea da educação e uma especialização da história. Para os historiadores da educação isto tem significado uma forma de marcar o seu pertencimento à comunidade dos historiadores, e uma maneira de reafirmar a identificação de suas pesquisas com procedimentos próprios ao fazer historiográfico [...]”.

comunicação presentes em dada sociedade, relatando acontecimentos da vida cotidiana, construídos dentro de uma coletividade que envolve processos subjetivos.

Logo se acredita que a importância dos impressos neste estudo se deve principalmente ao fato de que, como afirmou Capelato (1988) sua atividade não consiste apenas em informar, mas, em gerar novos acontecimentos, vinculados a uma visão subjetiva de mundo, carregada de intencionalidades aos quais estes estão ligados.

Além do rigor teórico e metodológico na pesquisa, busca-se desenvolver uma sensibilidade aguçada para o desvendamento e análise de questões específicas ao objeto de estudo, observando também o silêncio dessas fontes, que indicam aspectos a serem considerados.

De acordo com os referenciais aqui explanados, procura-se explorar o referido objeto de estudo em sua extensão e dimensão, em uma análise densa das fontes. Por meio da aproximação, comparação e análise dos acontecimentos e discussões em torno dos estudantes encontrados nos jornais da região com outros possíveis documentos e informações descritas pela literatura especializada, para que se possa alargar a compreensão sobre a temática desenvolvida.

Organização da Tese

Em relação à delimitação das temáticas que constituíram os conteúdos dos capítulos, partiu-se primeiramente da categorização das matérias jornalísticas, no sentido de elencar e discutir as principais representações de imprensa referentes aos estudantes no período em questão. Toma-se como referência o quadro abaixo:

Quadro 2: Temáticas abordadas pelos jornais de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia nas décadas de 1950 e 1960 referentes às ações estudantis e a juventude.

	ITUIUTABA				UBERABA		UBERLÂNDIA			No. MATÉRIAS	%
	CI	CP	CT	FI	CC	LC	CU	OR	TM		
Conferências, congressos e reuniões para o ensino secundário	-	2	1	2	2	8	7	1	1	24	2,8%
Conferências, reuniões e congressos para o ensino superior	-	-	-	-	5	2	5	2	1	15	1,8%

Eleições e criações de entidades estudantis referentes ao ensino secundário	-	3	1	6	5	5	28	9	7	64	7,5%
Eleições e criações de entidades estudantis referentes ao ensino superior	-	-	-	1	3	1	18	3	3	29	3,4%
Estudantes e a educação religiosa	1	-	-	1	17	4	2	3	5	33	3,9%
Greves, campanhas e manifestações políticas envolvendo estudantes de ensino secundário	-	-	2	4	6	4	24	6	-	46	5,4%
Greves, campanhas e manifestações políticas envolvendo estudantes de ensino superior	-	-	-	-	35	35	19	2	4	95	11,2%
Ideários referentes à educação das meninas	-	-	1	-	4	2	-	-	1	8	0,9%
Movimento estudantil no Brasil e no mundo	1	-	2	5	73	117	83	11	20	312	36,7%
Práticas culturais diversas no ensino secundário	3	3	2	12	1	1	39	1	2	64	7,5%
Práticas culturais diversas no ensino superior	-	-	-	-	2	1	4	1	2	10	1,2%
Práticas esportivas no ensino secundário	1	1	3	5	1	9	8	2	-	30	3,5%
Práticas esportivas no ensino superior	-	-	-	-	4	5	3	-	-	12	1,4%
Representações específicas sobre o sentido de juventude	3	1	-	1	21	6	16	8	16	72	8,5%

Temáticas diversas	1	1	1	5	5	2	14	1	7	37	4,3%
TOTAL	10	11	13	42	184	202	270	50	69	851	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017. ¹⁹

Como se pode perceber em meio às diversas publicações jornalísticas referentes às ações coletivas dos estudantes e a juventude em geral, merecem destaque os temas/categorias elencados: a organização de conferências, congressos e reuniões promovidas pelos organismos discentes; a ocorrência de eleições e criações de entidades estudantis; o envolvimento dos jovens com os ensinamentos religiosos; a realização de campanhas, greves e reivindicações políticas; a veiculação de ideais referentes à educação das meninas; a discussão sobre o movimento estudantil por todo o país e o mundo; a divulgação de diversas práticas culturais e esportivas difundidas nas instituições de ensino; e o debate sobre o sentido de juventude, dentre outras questões diversas e específicas.

As temáticas de maior notoriedade nos jornais estudados fundamentaram a escrita dos tópicos existentes nos capítulos. É evidente que a discussão sobre o movimento estudantil nacional obteve maior destaque na imprensa regional, como foi abordado em um dos tópicos discutidos. Entretanto, no processo de seleção das notícias analisadas buscou-se priorizar o ineditismo dos assuntos tratados na região. Dessa forma, os conteúdos foram delimitados a partir da análise prévia das fontes, tendo como base a problematização a ser desenvolvida.

Em relação aos assuntos com menor abordagem pela imprensa da região, salienta-se a discussão referente à educação específica direcionada ao gênero feminino, observação esta que mereceu uma consideração especial nesse trabalho.

Conforme os dados do quadro 2, possuí destaque nesse trabalho o estudo de três jornais: *Correio de Uberlândia*, *Lavoura e Comércio* e *Correio Católico*, os quais circularam durante todas as décadas de 1950 e 1960.

Nesse período foi constante a preocupação com o movimento estudantil em todo o Brasil e no mundo, principalmente durante a segunda metade dos anos de 1960, momento de efervescência da manifestação juvenil em escala global. Fato que despertava atenção e interesses diversos na sociedade, principalmente por parte de uma elite letrada.

¹⁹ As abreviações se referem aos títulos dos jornais pesquisados, de forma que correspondem respectivamente: CI- Cidade de Ituiutaba; CP- Correio do Pontal; CT- Correio do Triângulo; FI- Folha de Ituiutaba; CC- Correio Católico; LC- Lavoura e Comércio; CU- Correio de Uberlândia; OR- O Repórter; e TM- Tribuna de Minas.

Desse modo, os conteúdos abordados nos capítulos são delimitados a partir dos jornais pesquisados, de acordo com a triagem realizada sobre os assuntos mais debatidos pela imprensa em relação à juventude estudantil nessas duas décadas.

No primeiro capítulo é discutido, com base em referenciais bibliográficos especializados, o surgimento do jovem estudante enquanto importante ator político no Brasil, bem como um pouco da história da imprensa escrita no país e na região do Triângulo Mineiro. Este apresenta como objetivo maior a realização de uma contextualização sobre parte do cenário sócio-histórico onde foram construídas e veiculadas as representações de imprensa relacionadas à juventude estudantil em questão.

O estado da arte verificado nesse capítulo inicial possibilita vislumbrar importantes características e acontecimentos necessários à análise das representações produzidas pelos jornais da região, além de propiciar suporte teórico para a necessária articulação entre o cenário regional com o nacional.

Em seguida no segundo capítulo é realizado o estudo sobre as características gerais dos principais organismos discentes de ensino secundário e universitário representadas pela imprensa escrita dos municípios de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia nas décadas de 1950 e 1960, aliado ao contexto histórico educacional dessas localidades.

Por meio desse, é possível identificar às entidades estudantis que constituíram o movimento discente no Triângulo Mineiro. Além disso, evidencia-se a existência de especificidades e características comuns entre as diversas agremiações discentes representadas pelos jornais estudados. Desse modo, são desvendados relevantes elementos que formaram a base das representações que circularam em torno dos estudantes na região.

No terceiro capítulo é desempenhada uma análise sobre o ponto de vista da imprensa na região em relação à ocorrência das inúmeras mobilizações políticas do movimento estudantil regional e nacional desse período. Logo o objetivo principal desse é discutir as representações das ações, relações e ideários políticos existentes entre esses periódicos, a militância estudantil e a sociedade civil em geral. Assim, busca-se analisar as representações difundidas em torno das ações e dos ideários políticos de jovens estudantes da região e do país.

Por fim, no quarto capítulo são discutidas as imagens construídas em torno da juventude no Triângulo Mineiro. Nesse são abordados artigos jornalísticos que problematizavam o sentido de juventude; a influência da Igreja Católica entre os jovens discentes; a relação entre gênero e imprensa na educação das meninas; e as principais práticas culturais presentes entre secundaristas e universitários que se tornaram notícia. Acredita-se

assim identificar as práticas culturais, os princípios educacionais e as ideias-imagens veiculados pelos jornais, que deveriam nortear as ações da mocidade do referido contexto.

Em suma, no presente estudo, busca-se considerar os indivíduos como sujeitos de seu tempo, admitindo a impossibilidade de reconstrução dos acontecimentos tais como ocorreram na sua integralidade, na tentativa de se apontar indícios da experiência vivida pelos protagonistas da narrativa histórica construída.

Espera-se que as considerações apontadas neste trabalho revelem aspectos significativos sobre as representações de imprensa veiculadas em torno dos jovens estudantes na região do Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 1960. De forma que, demonstre o processo institucionalizado e objetivado pelas elites dirigentes desse cenário como reflexo da conjuntura nacional na busca pela ordenação da estrutura social nesse período.

Assim almeja-se colaborar com a História da Educação regional e nacional, por meio do levantamento das especificidades regionais comparadas à realidade brasileira nesse contexto, fomentando-se o interesse pelo aprofundamento do debate em torno de tal temática por meio da continuidade dessa pesquisa no futuro próximo.

CAPÍTULO I

A JUVENTUDE E A IMPRENSA NA HISTÓRIA DO BRASIL

“AFINAL: que é a juventude?
 Vamos vê-la, assim como ela é,
 sem diminuição e sem exâgero?
 A JUVENTUDE de hoje assim como a de ontem,
 é a passagem bio-psicológica de uma idade.
 Não é um estado propriamente.
 Nem constitui uma classe determinada
 com direitos igualitários como as demais.
 É uma idade importante na vida do homem.
 Pois lançam-se as bases do futuro,
 amor, amizade, profissão, estado de vida, etc”
 (*Correio Católico*, 30 de novembro de 1968).

Neste capítulo são apresentadas discussões iniciais que fundamentam a presente tese, com o objetivo principal de realizar uma síntese sobre a história da juventude estudantil e a imprensa no Brasil, como forma de situar e contextualizar o referido objeto de estudo e principal fonte de pesquisa ao espaço e tempo históricos em que estes se desenvolveram.

Assim busca-se realizar uma breve revisão bibliográfica sobre o surgimento do jovem enquanto sujeito político e a história da imprensa no Brasil até o final da década de 1960. Em seguida, é apresentada uma discussão sobre o contexto sócio-histórico no Triângulo Mineiro, bem como um pouco da história dos jornais impressos presentes nesse cenário, com especial destaque para os municípios de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia.

Além da literatura especializada sobre a temática em questão, foram consultados periódicos que circularam na região durante os anos de 1950 e 1960 e obras de autores memorialistas locais. Dessa forma, almejou-se também historicizar os jornais pesquisados.

I. 1 - O surgimento do jovem enquanto sujeito político

A visibilidade sobre a questão da juventude constitui-se como produto da sociedade moderna, associada a novos valores, capazes de transformar a sociedade. Logo se partiu do pressuposto de que, o sentido de juventude varia conforme o tempo e o espaço, sendo considerada categoria histórica, cultural e socialmente construída.

As transformações ocorridas nas relações familiares impulsionadas pelo mundo do trabalho no desenvolvimento da sociedade ocidental, a partir do século XVII, acarretaram novas formas de sociabilidade e consequentemente o desenvolvimento da vida privada, de forma que as famílias passaram a delegar à escola a função de socializar e educar suas crianças. Essas mudanças passaram a dar notoriedade ao fenômeno de transição entre a infância e a idade adulta, agregando atenção ao período da adolescência e juventude na sociedade moderna.

Nesse cenário merece destaque o importante papel da instituição escolar na preparação do jovem para a idade adulta, além do fato desta contribuir para o reconhecimento social desta etapa da vida ao separar os estudantes, de acordo com suas faixas etárias (ARIÈS, 1981).

A partir do século XVIII e, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial, a prática de estar na escola passou a sinalizar a condição juvenil. Dessa forma, a concepção moderna de juventude foi mediada pelo processo de escolarização, como importante etapa de passagem para a maturidade e construção de identidades (DAYRELL, 2003).

Nesse período de preparação e de relativa segregação do universo adulto, os seus pares, como os colegas da escola exercem significativa influência na formação e na atuação do comportamento da juventude.

No entanto, deve-se atentar ao fato de que, a idade não é critério único para definir a juventude, já que se entende que o cenário sócio-cultural e econômico tem o poder de influenciar as fases da vida humana. Sendo esta também “[...] uma representação e uma situação social simbolizada e vivida com muita diversidade na realidade cotidiana, devido a sua combinação com outras situações sociais” (GROPPO, 2000, p.15).

Nessa perspectiva se considera a juventude como categoria de grande relevância para o conhecimento sobre a sociedade moderna. Logo suas representações variam de acordo com cada contexto, como resultado de um processo de construção histórico-social, dependente da diversidade das condições sociais, culturais, dentre outros valores presentes neste. Pois “[...] a juventude, o jovem e seu comportamento mudam de acordo com a classe social, o grupo étnico, a nacionalidade, o gênero, o contexto histórico, nacional e regional etc” (GROPPO, 2000, p.9-10).

O jovem é caracterizado nesse estudo enquanto sujeito histórico, cultural, político e social, o qual responde às demandas do tempo e espaço onde se encontra inserido, constituindo-se em importante ator social a ser valorizado pela história. Do mesmo modo, salienta-se a necessidade de análise sobre as representações produzidas em torno deste.

Entende-se que a juventude estudantil no Brasil e a história de sua participação política é um fenômeno que merece atenção por parte da História da Educação. Em várias ocasiões da vida nacional os estudantes participaram ativamente em importantes lutas sócio-políticas, desempenhando papel fundamental para mudanças e também para a manutenção de estruturas políticas e sociais.

Logo se destaca, de acordo com a perspectiva defendida por Dayrell (2003), a ocorrência de uma visão romântica de juventude, incidente principalmente na década de 1960, em que esta foi vista por adultos, como fase de liberdade, de prazer e de experimentação de comportamentos exóticos, marcados pela irresponsabilidade que acarretaria a aplicação de sanções sobre esta.

Nesse sentido, ressaltam-se brevemente relevantes acontecimentos que representam momentos privilegiados na história da participação política estudantil, caracterizada por distintas fases.

De acordo com Mendes Jr. (1981), estudioso sobre tal temática, o período que corresponde ao Brasil Colônia até os primeiros tempos do Império destaca-se como “fase de atuação individual” dos estudantes, pois não existia ainda nenhuma organização para a reunião e atuação dos mesmos, não podendo ainda se falar em movimento estudantil.²⁰

Durante a passagem do Segundo Império e da Primeira República até o início do Estado Novo (1937) presenciou-se a “fase de atuação coletiva” dos estudantes (MENDES JR., 1981). Nesse momento, surgiram as Sociedades Acadêmicas representadas por importante elite intelectual brasileira que desempenhou papel significativo nas grandes causas nacionais da época, como a Campanha Abolicionista e o Movimento Republicano. Essas campanhas se deveram em grande parte pela fundação da Faculdade de Direito no Largo de São Francisco, em São Paulo no início do século XIX, a qual se constituiu como importante marco para o desenvolvimento da participação política dos estudantes.

No início do século XX teve destaque a criação da Federação de Estudantes Brasileiros, além da participação ativa discente na Campanha Civilista de Rui Barbosa; Campanha Nacionalista de Olavo Bilac; Liga do Voto Secreto de Monteiro Lobato; Aliança Nacional Libertadora (ANL); e o envolvimento dos universitários paulistas no Movimento Constitucionalista de São Paulo em 1932.

²⁰ Em 1710 se tem o registro da primeira manifestação de estudantes no Brasil, que aconteceu no período colonial, com a participação de alunos dos colégios jesuítas contra a invasão de soldados franceses ao Rio de Janeiro (POERNER, 1995).

As ações estudantis nesse período já eram amplamente noticiadas pela imprensa escrita, principalmente pelo jornal *Correio da Manhã*, de ampla circulação na então capital brasileira (POERNER, 1995).

A “fase de atuação organizada” dos estudantes teve início com a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE) no ano de 1937 no Rio de Janeiro, consolidando-se em importante marco para a organização política da juventude (MENDES JR., 1981). Nesse ano, Getúlio Vargas decretou o Estado Novo, ditadura que teve vigência até o ano de 1945, em um momento em que reduzida parcela da população jovem brasileira tinha acesso ao ensino superior, representando assim os universitários parte da elite intelectual do país.²¹

Na criação da UNE, destaca-se a atuação da jovem estudante Ana Amélia Queirós Carneiro de Mendonça, como grande propulsora dessa entidade que se originou por meio da organização da Casa do Estudante do Brasil (CEB), a qual tinha o objetivo de dar apoio aos discentes que vinham de outras localidades. O novo órgão estudantil representante dos estudantes de todo o país começou a partir de 1937 a organizar congressos anuais para a discussão de assuntos gerais de interesse do estudantado.

No entanto, o caráter político da UNE somente foi delineado após a separação da entidade CEB, na ocasião do II Congresso Nacional dos Estudantes realizado no Rio de Janeiro em 1938, com a participação de dezenas de organismos estudantis provenientes de todo o Brasil. Desde então, a UNE participou ativamente dos principais movimentos políticos do país como entidade ativa na mobilização estudantil.

O surgimento do jovem enquanto sujeito político é considerado como aspecto central para a consolidação do movimento estudantil, como fenômeno decorrente de ideários e ações que circulam em determinado espaço educativo (FRANCO, 2014).²²

A estrutura organizacional do movimento estudantil, no período em discussão, se revestiu basicamente de características políticas em um monopólio de legitimidade presente nas entidades discentes provenientes principalmente das camadas médias urbanas. De acordo com Albuquerque (1977), o Centro Acadêmico, porta-voz das reivindicações estudantis destacou-se pelo seu caráter partidário.

²¹ Foi somente a partir da Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder e finalizou o domínio das oligarquias agrárias representadas por São Paulo e Minas Gerais durante a Primeira República (1889-1930), que a demanda por escolarização da população brasileira começou a crescer, em decorrência do projeto econômico de industrialização do país. Já que era necessária mão de obra minimamente qualificada para a passagem do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial (PALMA FILHO, 2010).

²² Contrastando com os movimentos juvenis do século XIX, a maior visibilidade política e legitimidade sociocultural da juventude foram conquistadas no século XX, principalmente na década de 1960 (GROPPO, 2000).

Na década de 1940, na ocasião da Segunda Guerra Mundial, os estudantes se posicionaram em campanha contra o nazifascismo desencadeando-se a luta pela redemocratização do Brasil e fim do Estado Novo.²³ A derrota na guerra dos países que representavam essa corrente política totalitária renovou os ideias de liberdade da juventude brasileira.

Nesse cenário foi lançada no Rio de Janeiro em 1947 a Campanha “o petróleo é nosso” tratava-se de “[...] uma das mais formidáveis mobilizações de opinião pública já ocorridas no Brasil” (MENDES JR., 1981, p. 53), contou com o apoio da UNE, trabalhadores, intelectuais e até militares da ala nacionalista, dando início a criação da Petrobrás.

Durante o período de redemocratização da sociedade brasileira (1945-1964), de acordo com Poerner (1995), a UNE se destacou pelas seguintes fases de liderança política: hegemonia do Partido Socialista (1947-1950); aproximação com a União Democrática Nacional (UDN), período que se caracterizou como conservador (1950-1956); recuperação democrática da entidade (1956-1961); e a ascensão católica na UNE, que se iniciou em 1961, em que parcela dos estudantes defendia uma espécie de “socialismo cristão”, porém não condizente com o modelo soviético.

A partir dos anos de 1950 intensificaram-se as representações sobre a juventude estudantil na imprensa em geral, passando esta a se constituir como preocupação para a sociedade, devido ao maior engajamento político dos estudantes.

Durante a década de 1950 os discentes passaram a assumir uma postura política ativa. Logo se ressalta a participação destes em diversas campanhas políticas. Assim como na ocasião do apoio da União Metropolitana de Estudantes (UME) do Rio de Janeiro a “Liga da Legalidade”, em favor da posse de Juscelino Kubitschek à presidência do país. Momento em que a oposição liderada por Carlos Lacerda tentou impedir sua posse, devido a acusações de que este não teria conseguido a maioria absoluta dos votos. No entanto, a posse do presidente eleito foi garantida pelo general Lott, então Ministro da Guerra (ARAÚJO, 2007).

Na conhecida “fase de recuperação democrática da UNE”, 1956 a 1961, a parcela estudantil começou a contrariar os interesses dos setores dominantes economicamente e dos dirigentes políticos que visavam infiltrar entre os estudantes ideologias favoráveis ao

²³ Nazifascismo é um termo que exprime a articulação de duas doutrinas políticas autoritárias a partir do final da primeira guerra mundial, de um lado o fascismo italiano, comandado por Benito Mussolini e de outro o nazismo alemão, sob o regime de Adolf Hitler e do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães. Suas principais características se concentravam no nacionalismo, totalitarismo, militarismo, antissemitismo, idealismo, superioridade racial, dentre outras marcas (PAXTON, 2007).

imperialismo norte-americano no Brasil, através do o próprio Ministério da Educação e Cultura (MEC) (POERNER, 1995).

Os famosos “anos dourados”, que compreenderam a década de 1950, foram marcados por uma intensa efervescência cultural, de forma que:

No cinema o povo lota as salas para rir das chanchadas de Oscarito, Grande Otelo, Dercy Gonçalves, Zé Trindade e Mazzaropi como Jeca Tatu. Muitos artistas faziam críticas de costumes no teatro de revista. Esses famosos artistas do rádio e do teatro só podiam ser vistos nas pequenas cidades do interior do país através do cinema. Na música, João Gilberto cantando *Desafinado* inicia o movimento chamado de bossa nova. As bienais de arte, em São Paulo, ganham projeção internacional [...] O teatro nessa década, como o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), de São Paulo era elitista, dava atenção aos sucessos de Paris ou de Nova York. Era muito mais voltado para o entretenimento do que para a denuncia social. Mas algo estava mudando ao surgir o Arena, interessados em representar a nossa realidade social incorporando o feito na temática de mostrar o país [...] Surgia um público interessado nesse tipo de espetáculo, principalmente o segmento estudantil. O país respirava cultura e era mais democrático. O Partido Comunista, mesmo clandestino, atuava intensamente [...] Em São Paulo, uma das maiores greves da década foi a dos trezentos mil, ocorrida em 1953 no governo Vargas, e a dos quatrocentos mil, em 1957, no governo de Juscelino Kubitschek (CARMO, 2010, p.18-19).

Em meio a esse novo clima cultural assinala-se o interesse de parcela da juventude estudantil pela arte de caráter crítico e politizado, no sentido de reflexão sobre o cenário vivenciado pela então sociedade brasileira.

No final da década de 1950 e início dos anos de 1960 o movimento estudantil hegemônico no Brasil viveu um período de forte influência católica nas ações estudantis. Com destaque para a Juventude Universitária Católica (JUC), que procurou orientar a participação política dos jovens com a discussão dos problemas sociais brasileiros fundamentados por uma tendência progressista.²⁴

Nos anos de 1960 parte dos militantes da JUC foi se radicalizando nas críticas ao sistema capitalista, discutindo a possibilidade de uma revolução socialista humanista em um movimento de “esquerda cristã”, que deu origem a Ação Popular (AP), organização não

²⁴ Em relação à situação política do país nesse período tem destaque o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o qual apoiou a ideologia do nacional-desenvolvimentismo e adotou um modelo econômico desnacionalizante com a vinda de empresas estrangeiras para o Brasil, promovendo o processo de “substituição das importações”. “Segundo D. Saviani essa ‘contradição’ interna entre a orientação econômica e a orientação política que marca o governo JK parecia estar sendo encaminhada nos governos seguintes, de Jânio Quadros e João Goulart, no sentido de ajustamento da política econômica ao modelo político nacionalista, com a reversão do processo de desnacionalização da economia e tentativas de abertura do mercado interno” (HILSDORF, 2005, p.122).

confessional e nem restrita aos cristãos que teve grande influência na orientação política da UNE nesse momento. Logo se destaca que:

[...] a UNE e o movimento estudantil por ela liderado estiveram genericamente à esquerda no contexto brasileiro do início da década de 60. Socialistas, comunistas e católicos progressistas – jucistas ou seguidores da Ação Popular –, apesar de algumas divergências insuperáveis entre si, mantiveram, no movimento estudantil liderado pela UNE, alianças e conchavos, em nome de uma unidade que, na prática, teve como resultado evitar que os estudantes de direita recuperassem sua hegemonia na entidade (SANFELICE, 1986, p. 64).

Nota-se que a Ação Popular defendeu um socialismo utópico, pois não conhecia a doutrina científica marxista, não possuindo uma estratégia claramente definida para se chegar à revolução.

O movimento estudantil possibilitado nesse período pelo ingresso de pequena parcela do jovem brasileiro na universidade se abriu como uma nova forma de participação política desse sujeito, representando possíveis manifestações da insatisfação juvenil. Nesse sentido, convém ressaltar que:

O movimento estudantil resulta, no plano da universidade da confluência de três fatores, dissociáveis analiticamente, mas conjugados no plano histórico e social. Há que destacar, em primeiro lugar, a problemática da juventude que constitui o seu embasamento fundamental e permanente. A necessidade de independência e auto-expressão marcam essa etapa da vida com um comportamento de rebelião, passível de revestir-se de formas extremadas de expressão social. A reação à autoridade, seja ela definida em moldes de geração, de categorias sociais ou de sistemas de dominação, é vivida em moldes de uma relação de recusa (FORACCHI, 1972, p.74).

A descontinuidade em aderir aos padrões adultos não se constitui em um conflito aberto de gerações. Mas o comportamento radical representado pelo movimento estudantil, principalmente na década de 1960, pode ser entendido em decorrência das crises vivenciadas pela sociedade como um todo, com destaque para a tensão vivida pela classe média urbana, desejosa de ascensão social em um país subdesenvolvido e dependente economicamente.

Em decorrência do crescimento demográfico e do processo de urbanização dos anos de 1950 e 1960, o país vivenciava o problema da escassez de vagas para os estudantes em condições de ingresso na universidade. De forma que, a movimentação política juvenil era identificada principalmente pelos universitários provenientes das classes médias, considerados

como parte da elite intelectual brasileira. Já que a grande parcela da juventude não tinha acesso sequer à educação básica, nesse período de efervescência do movimento estudantil.

Desse modo, no início dos anos de 1960 a educação brasileira apresentava precárias condições, pois não havia ocorrido nem mesmo a concretização de um amplo processo de alfabetização da população:

A instrução primária e secundária era atribuição dos municípios e dos estados, mas menos dos 10 por cento dos alunos matriculados no primeiro grau concluíam o curso primário, e apenas 15 por cento dos estudantes secundários conseguiam ir até o fim do curso. As causas incluíam recursos inadequados para contratarem professores e construir escolas, indiferenças dos pais, falta de dinheiro para pagar uniformes escolares, pressão dos pais para que os filhos trabalhassem e muitas outras. Na maior parte das cidades as melhores escolas secundárias eram particulares e atendiam os filhos dos ricos que levavam enormes vantagens nos exames de admissão às universidades federais gratuitas. Não causava surpresa o fato de as universidades do governo serem freqüentadas em sua maioria por filhos de gente bem de vida. Com mais da metade das verbas para a educação canalizadas para as universidades federais, o governo trabalhava com a ascensão social via educação (SKIDMORE, 1976, p. 31-32).

Nesse sentido, grande parte da juventude brasileira até os anos de 1960 estava fora da escola, sendo evidente o descaso público com a escolarização da população. Os investimentos no ensino superior revelavam nesse momento o intuito de formar uma elite dirigente via universidade, onde pequeníssima parcela conseguia chegar, ficando os jovens socialmente desprivilegiados excluídos desse processo.

Em dezembro de 1961 foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Lei 4.024, após treze anos de debates e confrontos divulgados na imprensa entre entidades educacionais, sindicais e estudantes defensores da escola pública e os privatistas. Esta lei contou com importante apoio da juventude estudantil e buscou conciliar os interesses da escola pública e da privada.²⁵

No início dos anos de 1960, parte da juventude na América Latina foi atraída pela política, por meio da circulação dos ideários revolucionários e contestatórios dos então jovens Fidel Castro e Ernesto Che Guevara, este último morto em 1967, expoentes de um movimento

²⁵ “A Campanha de Defesa da escola Pública retomou o pensamento liberal norte-americano e europeu do final do século XIX, mobilizou a opinião pública progressista, o movimento estudantil, e obteve o apoio operário [...] Nos anos 50 e 60, a defesa da escola pública, no contexto da discussão da LDB, deu continuidade ao pensamento de educadores como Anísio Teixeira, Pascoal Leme e outros e se converteu em estuário do rio cujos tributários foram: a criação da Associação Brasileira de Educação (1924), a IX Conferência Nacional de Educação (1931), o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), o I congresso Brasileiro de Escritores (1945), o IX Congresso Brasileiro de Educação (1945), a Universidade do Povo e os Comitês Democráticos, criados no então distrito Federal pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro), quando de seu período de vida legal (1945-1947)” (CUNHA; GOÉS, 2002, p.13).

estudantil latino-americano amplo, que iniciaram suas carreiras políticas a frente desse engajamento.

Nesse cenário é importante sublinhar que o movimento estudantil latino-americano sempre foi ativo e marcou sua presença no contexto político, desde o início do século XX. Em uma análise sobre a participação política discente nesses países, concorda-se que:

[...] orientações definidas em função da problemática do desenvolvimento, reivindicações em nome de outros atores sociais e falta de base social definida – combinam-se no movimento estudantil latino-americano são determinadas pelo tipo de desenvolvimento de nossas sociedades. Mostramos, com efeito, que a fraqueza das classes dirigentes, por um lado, e por outro lado, o caráter burocrático das camadas médias urbanas, definem tanto o tipo de funcionamento partidário do movimento quanto a sua implicação na problemática do desenvolvimento econômico (ALBUQUERQUE, 1977, p.76).

Logo convém destacar que as causas de luta nos diferentes países latino-americanos foram motivadas por fatores específicos, mas que apresentavam em comuns características próprias das sociedades dependentes do capital estrangeiro.

Nesse período os jovens foram responsáveis por um dos principais movimentos culturais do Brasil. Em 1961 os estudantes representados pela UNE criaram o Centro Popular de Cultura (CPC), com o intuito de participar ativamente da transformação cultural do país, por meio da arte crítica e revolucionária. Dessa forma, buscavam levar ao povo a conscientização sobre a realidade vivenciada pela sociedade.

O artigo “Vanguarda e Atualidade” do poeta Ferreira Gullar publicado pelo jornal carioca *Correio da Manhã* em 1967, apresentava algumas reflexões sobre as novidades trazidas por esse movimento cultural dos estudantes ²⁶:

[...] Sem dúvida que, para uma visão tão aristocrática e requintada do fenômeno literário, os problemas colocados pelo realismo são de uma vulgaridade chocante. É o que acontece, a partir de 1962 no Brasil, com os movimentos de cultura popular e mais especificamente com o discutido Centro Popular de Cultura da UNE. Na época, o radicalismo participante do CPC repugnava os doutores da literatura e da arte. Era a barbárie invadindo os salões delicados da cultura nacional. Não obstante, lá estavam os germes do novo cinema político brasileiro, da nova música popular de protesto, enfim de todo esse movimento cultural que depois dominaria a realidade artística do país. E mais: nasceu ali um pensamento cultural novo que, vencendo o radicalismo inicial necessário, aprofunda a visão de uma arte

²⁶ Artigo jornalístico pesquisado por meio da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=%E2%80%9CVa nguarda%20e%20Atualidade%E2%80%9D%20do%20poeta%20Ferreira%20Gullar>. Acesso em 22 mai. 2019.

brasileira e ao mesmo tempo universal, ampla em suas colocações filosóficas e inquieta na procura de novos modos expressivos. O movimento de cultura popular, foi sem dúvida, um fenômeno inesperado no processo cultural brasileiro: jovens intelectuais e artistas voltam as costas para os currículos reconhecidos da vida cultural e artística, unem-se aos universitários numa entidade de massa, vão para os sindicatos e as praças públicas buscar o diálogo com o povo e nesse esforço recolocam para si e para os demais os problemas da arte. Pode-se afirmar, sem medo de erro, que com esse caminho Mallarmé nem Pound jamais sonharam!²⁷(*Correio da Manhã*, 07/05/1967).

Por meio desse artigo publicado na grande imprensa nacional, destaca-se o protagonismo juvenil artístico e cultural, bem como a sua autenticidade no seu esforço de politização da sociedade por meio de um movimento de renovação da arte.

Em 1961, após oito meses de sua posse no governo, Jânio Quadros renunciou a presidência da República, depois de executar medidas impopulares e desagradar amplos setores da sociedade brasileira, como estudantes, classe trabalhadora e elites dominantes, além de afetar os interesses imperialistas norte-americanos. Todavia, este não conseguiu ajustar a ideologia política de seu partido ao modelo econômico brasileiro. Nesse cenário, a UNE se articulou a Campanha da Legalidade em favor a posse do então vice-presidente João Goulart à presidência do país (CUNHA, 2007).

Durante seu governo, João Goulart manteve uma relação de proximidade com o movimento estudantil que participou ativamente da Campanha pelas Reformas de Base, em um momento de crescente politização dos estudantes e de toda a sociedade. Já que a discussão pela Reforma Universitária, exigindo mais verbas e vagas para o ensino superior, foi incorporada as Reformas de Base que não foram concretizadas.

Em março de 1964 grande parte das lideranças estudantis brasileiras de ensino secundário e universitário marcou presença e apoio no comício que aconteceu na Central do Brasil no Rio de Janeiro pelas Reformas de Base, por meio da UNE, União Metropolitana de Estudantes (UME), União Brasileira de Estudantes Secundários (Ubes), Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários (Ames) e diretórios acadêmicos de diversas faculdades do país na luta pela democratização nacional.²⁸ Nessa ocasião o então presidente

²⁷ O movimento de poesia concreta alterou profundamente o contexto da poesia brasileira entre as décadas de 1950 e 1960. Discutiu problemas e propôs opções. Colocou ideias e autores em circulação, como Ezra Pound que fundou a teoria do ideograma aplicado a poesia, chegou à sua concepção por meio da música, como Mallarmé, e através do ideograma chinês (CAMPOS, *et al.* 2006).

²⁸ As seguintes Reformas de Base foram anunciadas pelo presidente João Goulart por meio de importantes decretos: “1. Reforma agrária, com emenda do artigo da Constituição que previa a indenização prévia e em dinheiro; 2. Reforma política, com extensão do direito de voto aos analfabetos e praças de pré, segundo a doutrina de que “os alistáveis devem ser elegíveis; 3. Reforma universitária, assegurando plena liberdade de

da UNE, José Serra, era um dos oradores do comício ao lado do presidente da República João Goulart, fato que agitou ainda mais as tensões políticas.

Imediatamente após o anúncio das reformas pelo então presidente João Goulart, estas foram acusadas por parte da grande imprensa brasileira e camadas dominantes conservadoras, de ilegais, inconstitucionais e “comunizantes” (POERNER, 1995). Esses setores da sociedade civil se aliaram aos chefes militares em defesa dos interesses capitalistas, ocasionando a deposição de João Goulart em 31 de março de 1964, por meio de um golpe de Estado.

Tal governo fez se instalar no país a ditadura civil-militar (1964-1985), adotando um modelo econômico dependente em relação aos Estados Unidos e concentrador de riquezas em uma minoria privilegiada. Para isso, fez-se necessária a contenção dos movimentos sociais que defendessem os interesses das camadas populares. Desse modo, as medidas político-educacionais foram orientadas para atender aos anseios do mercado externo, ficando esquecidas as necessidades da grande maioria da população brasileira.²⁹

O golpe civil-militar de 1964 deu início a uma sequência de manifestações e descontentamentos de toda a sociedade, inclusive por parte da juventude estudantil que sofreu fortes ataques do governo autoritário. No dia seguinte da deposição do presidente João Goulart, a sede da UNE localizada no Rio de Janeiro foi incendiada, sendo queimada grande parte dos documentos de representação estudantil, como forma de silenciar a participação política dos jovens.

A imprensa no Brasil teceu variadas considerações a respeito desse episódio, dentre essas se pode citar Poerner (1995, p.203), o qual transcreveu o artigo “A verdade do movimento estudantil”, publicado pelo “Jornal do Brasil” de 06 de novembro de 1966:

[...] No dia 1º de abril de 1964, o golpe militar mostrou, instantaneamente, a sua disposição com os estudantes. Destituído o governo legal, a UNE foi invadida, saqueada e queimada num paradoxo de ódio que escapa ao terreno puramente político para cair na esfera psiquiátrica. A ditadura, impondo ao país um curso de desenvolvimento em que todos os aspectos da vida nacional se subordinam aos interesses de outra nação (conforme o ministro Juraci Magalhães, *o que é bom para os estados Unidos é bom para o*

ensino e abolindo a vitaliciedade de cátedra; 4. Reforma da Constituição para delegação de poderes legislativos ao Presidente da República; 5. Consulta à vontade popular, através de plebiscitos, para o referendo das reformas de bases” (BANDEIRA, 2001, p. 163).

²⁹ “O autoritarismo traduz-se, igualmente, pela tentativa de controlar e sufocar amplos setores da sociedade civil, intervindo em sindicatos, reprimindo e fechando instituições representativas de trabalhadores e estudantes, extinguindo partidos políticos, bem como a exclusão do setor popular e dos seus aliados da arena política [...] O Estado militar caracteriza-se pelo aumento da intervenção na esfera econômica, concorrendo decisivamente para o crescimento das forças produtivas do país, sob a égide de um perverso processo de desenvolvimento capitalista que combinou crescimento econômico com uma brutal concentração de renda” (GERMANO, 2005, p.55-56).

Brasil), não poderia deixar de ter seu pensamento quanto à universidade e ao estudantado [...]

O governo instituído exerceu severa repressão contra o movimento estudantil em todo o país que se organizava tanto no meio secundário quanto no universitário. Dentre as ações praticadas em relação à educação da juventude, destaca-se a intervenção e a consequente desarticulação do projeto inicial da Universidade de Brasília, com a demissão de seu reitor Anísio Teixeira.

Para evitar a marginalização da juventude brasileira, logo após o golpe civil-militar, as Uniãos Estaduais de Estudantes de Minas Gerais, Paraná e Pernambuco se uniram à União Metropolitana de Estudantes (UME) e enviaram telegrama ao marechal Castelo Branco em tentativa de reorganizar o movimento estudantil nacional. Essas entidades trataram de organizar um colegiado para a eleição de uma nova diretoria para a UNE, pois a antiga havia sido dissolvida pelos militares (SANFELICE, 1986).

Após o golpe de 1964 o engajamento político dos estudantes, o poder de contestação das desigualdades sociais e das arbitrariedades praticados pelo novo governo, por meio da mobilização nos grêmios estudantis e centros acadêmicos, foram duramente perseguidos pelo autoritarismo imposto que tratou de elaborar uma nova legislação repressiva e conter as manifestações pela violência policial.

Por meio da Lei nº 4.464 Suplicy de Lacerda de 9 de novembro de 1964, proposta pelo então ministro da Educação e Cultura Flávio Suplicy de Lacerda, o governo decretou a dissolução das Uniãos Estaduais de Estudantes e da UNE, estabelecendo um maior controle sobre os grêmios e diretórios estudantis, buscando impor as entidades discentes novos objetivos e normas de funcionamento. Nas palavras de Ridenti (2010, p.123):

A lei propunha a criação de Diretórios Acadêmicos em cada faculdade (DAs), de Diretórios Estaduais de Estudantes (DEE's), e de um Diretório Nacional Estudantil (DNE), todos organicamente vinculados às administrações universitárias e ao próprio Ministério da Educação e Cultura (MEC). Pretendia-se substituir as entidades civis dos estudantes (que tinham grande grau de autonomia antes do golpe, apesar de serem reconhecidas pelo governo), como os Centros Acadêmicos (CAs), e os Diretórios Centrais (DCEs), Uniãos Estaduais (UEEs) e a própria UNE, por entidades controladas pelo governo ou pelas administrações das faculdades.

Nesse sentido, tal lei almejava controlar de perto as organizações estudantis para manter os jovens longe da mobilização política. Fato que causou repúdio do movimento estudantil, de forma que este inviabilizou a aplicação da lei ao se recusar participar das

eleições para a criação de muitas entidades discentes tuteladas pelo governo, pois enxergava seus direitos e aspirações políticas sendo negados.

As novas medidas do governo civil-militar visavam desarticular o movimento crítico do jovem estudante que durante todo regime atuou como importante ator político na luta contra o autoritarismo e pela redemocratização da sociedade brasileira.

Como forma de cooptação dos universitários, Castelo Branco criou o Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES) na tentativa de que os estudantes esvaziassem as fileiras do movimento estudantil crítico e politizado.

A grande imprensa brasileira nesse período, localizada principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, publicou considerável número de notícias sobre a campanha dos discentes em todo o país contra a legislação altamente repressiva do novo governo, como se pode observar abaixo:³⁰

Apoio a UNE. O DA da ENQ vem a público reafirmar seu inteiro apoio a realização XXVII Congresso da UNE em São Paulo, durante a semana de 25 a 30 de julho. Sendo importante a participação de todos os estudantes, êstes deverão fazer o máximo possível para comparecer, apesar da quase ausência de recursos materiais por parte da UNE, e se empenharão no sentido de uma maior união na conquista da liberdade de pensamento e autonomia dos estudantes brasileiros. As teses a serem debatidas são as seguintes: 1) Perspectiva do Movimento Estudantil. 2) Lei Suplicy: 3) Coordenação Nacional (*Diário de Notícias*, 24/07/1965).

Tal recorte demonstrava evidências do apoio de Diretórios Acadêmicos espalhados por todo o país ao XXVII Congresso da UNE, realizado em São Paulo no ano de 1965, em favor dos direitos dos estudantes brasileiros e sua grande repercussão por meio dos jornais escritos.

Nesse mesmo ano o governo assinou acordo do Ministério de Educação e Cultura (MEC) com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) visando fazer mudanças severas na educação com a intervenção dos Estados Unidos, introduzindo novos currículos e formação educacional mais técnica nas universidades, com o objetivo de preparação de mão de obra qualificada para o desenvolvimento capitalista.³¹ Além

³⁰ Comunicado jornalístico pesquisado por meio da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_04&pasta=ano%20196&pesq=%20greve%20%20contra%20a%20Lei%20Suplicy>. Acesso em 22 mai. 2019.

³¹ Até o ano de 1968 foram assinados 12 acordos MEC-USAID baseados na “teoria do capital humano”. Esta foi importada dos Estados Unidos “[...] como ‘diretriz de política social para países em desenvolvimento’. Conheceu grande difusão aqui justamente ao longo da década de 60. Basicamente essa teoria propõe que o processo de educação escolar seja considerado como um investimento que redunde em maior produtividade e, consequentemente, em melhores condições de vida para os trabalhadores e a sociedade em geral. As habilidades e os conhecimentos obtidos com a escolarização formal representam o ‘capital humano’ de que cada trabalhador se apropria: a teoria propõe que basta investir nesse capital para que o desenvolvimento pessoal e social

disso, também propunha a eliminação da autonomia estudantil por meio de colegiados e grêmios (CARMO, 2000).

Esses acordos buscaram ajustar os interesses econômicos do novo governo ao modelo de desenvolvimento capitalista associado dependente, por meio da disseminação de novas técnicas educacionais. Visto que, os Estados Unidos consideravam a educação setor estratégico para a expansão do controle econômico e ideológico em países periféricos.

Em relação a essa questão, o *Correio da Manhã* apresentou visão crítica sobre esses acordos, como se pode destacar na análise do pronunciamento do professor Gildásio Amado, por meio do título “Gildásio critica MEC-USAID e verá ensino na França”³²:

Sobre o acordo MEC-USAID disse que os problemas educacionais brasileiros são bem diferentes daqueles dos Estados Unidos, inclusive porque somos um país em desenvolvimento. As soluções para o Brasil – frisou – não podem vir de fora, tem que ser encontradas aqui mesmo. (*Correio da Manhã*, 13/05/1967).

De modo geral, as reformas educacionais realizadas durante o governo civil-militar, buscaram atender primeiramente aos anseios capitalistas, exercendo um baixo investimento financeiro na rede pública de ensino e favorecendo a ampliação das instituições privadas, beneficiando assim reduzida parcela da população brasileira.

O movimento estudantil estabeleceu papel importante para que a educação brasileira não fosse totalmente entregue aos interesses do capital norte-americano, organizando manifestações contra esses acordos, denunciando a privatização do ensino e a nova política educacional, além de exigir mais verbas e vagas para a educação pública.

Na segunda metade da década de 1960 se intensificaram as manifestações contra o governo militar. Em 22 de novembro de 1966 foi difundido o Dia Nacional da Luta Contra a Ditadura com o lema “Povo organizado derruba a ditadura”, envolvendo manifestações de discentes por todo o país.

No episódio conhecido como Massacre da Praia Vermelha, os estudantes reagiram contra a ditadura em manifestação na Praia Vermelha. Nessa ocasião cerca de seiscentos jovens foram reprimidos pela polícia que se utilizou de brutal violência para conter as reivindicações estudantis. Tal acontecimento se constituiu no clímax do movimento estudantil

aconteça. Na década de 70 essa teoria será criticada como uma ideologia pré-capitalista [...] (HILSDORF, 2005, p.124).

³²Artigo jornalístico pesquisado por meio da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=13%20de%20maio%20de%201967>. Acesso em 22 mai. 2019.

pós-64. Após essa ocorrência, as lutas discentes não assumiram mais caráter nacional até meados de 1968.

O ano de 1968 foi marcado em nível mundial pelas revoltas juvenis e estudantis, na qual estudantes se organizaram em diversos países em manifestações contra a opressão existente em cada realidade social, distinta em cada nação.

A partir do Maio de 1968 em Paris, ocasião em que ocorreu importante manifestação juvenil contra o capitalismo, consumo e alienação presentes na sociedade, a rebelião dos jovens se ramificou em diversas partes do mundo, por meio de ideologias diversas e rejeição ao conservadorismo burguês em contestação de ordem política, existencial e psicológica (CARMO, 2000).³³

No início de 1968 a intensa mobilização estudantil exigiu do governo mais verbas e vagas para a educação, principalmente para o ensino superior, com destaque para as ações da UNE, no intuito de combater o caráter elitista das universidades. Logo foi organizado o Grupo de Trabalho encarregado de estruturar as medidas que deveriam resolver a “crise da Universidade”.

Entre as medidas propostas pela Reforma, com o intuito de aumentar a eficiência e a produtividade da universidade, sobressaem: o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação (FÁVERO, 2006, p.34).

Em novembro de 1968 foi aprovada a Lei nº. 5540/68, ou Lei da Reforma Universitária. Tal como as outras medidas da política educacional empreendida pelo governo militar, essa reforma se baseava nas recomendações norte-americanas para o desenvolvimento do mercado capitalista, as quais consideravam educador e educando como capital humano necessário para a produção de lucros, acentuando assim a dependência política e econômica já existente.

Nesse mesmo ano no Brasil ocorreu um luto que gerou luta na ocasião da morte por policiais do estudante Edson Luis de Lima Souto em uma passeata contra o fechamento do

³³ “Os Estados Unidos viveram em 1968 uma revolta estudantil tão intensa quanto a francesa: recusa em ir a guerra do Vietnã, recusa a sociedade de consumo [...] Até o Japão sofreu um radical protesto estudantil, com uma espécie de ‘milícias universitárias’ em choque com policiais protegidos com capacetes, bombas e escudos. Na Espanha enfrentava-se a ditadura franquista (do general Francisco Franco); na Itália, combatiam-se o autoritarismo da universidade e a cultura mercantilizada. Em todas as manifestações podiam ocorrer mortos, feridos e muitos espancados. A paz e o amor desembocaram, então, na violência. No declínio do movimento, uma minoria radicalizou-se mais ainda, caindo na clandestinidade da ação terrorista, como os Baader-Meinhof, na Alemanha, as Brigadas Vermelhas na Itália, os Panteras Negras, nos Estados Unidos, e outras organizações extremistas (radicais) que só foram desmanteladas nos anos 70 e 80” (CARMO, 2010, p.76-77).

restaurante estudantil Calabouço no Rio de Janeiro, um dos centros do movimento discente. Tal acontecimento provocou revolta, comoção nacional e reação estudantil por todo o país com a ocorrência de grandes passeatas compostas por milhares de pessoas, sendo noticiado pela grande imprensa nacional e também interiorana.

Em 26 de junho de 1968, ocorreu a histórica “Passeata dos Cem mil”, a qual reuniu jovens estudantes, jornalistas, artistas, padres, intelectuais e diversos setores da sociedade em manifestação que se iniciou no Rio de Janeiro contra a repressão e a violência instituída pelo governo militar. Assim o movimento estudantil passou a ter maior visibilidade e reconhecimento por parte da população em geral se aliando a camadas populares.

Na ocasião do XXX Congresso da UNE realizado em outubro de 1968 em Ibiúna-SP, o presidente da entidade e cerca de setecentos universitários foram presos, espancados e torturados. Em relação a esse acontecimento, o jornal *Folha da Tarde* noticiou em 13 de dezembro “[...] a libertação de José Dirceu e a transferência de outros estudantes, presos no Congresso da UNE, em Ibiúna, São Paulo, para outras unidades e do DOPS em todo o país” (KUSHNIR, 2004, p.255). Desse modo, os objetivos dos universitários não foram alcançados e novamente a manifestação estudantil foi reprimida pelo autoritarismo do governo.

Esse movimento de intensa politização discente também contou com o apoio de partidos clandestinos nesse momento, como o Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Ação Popular (AP), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC), dentre outros que acreditavam no potencial revolucionário dos jovens para a derrubada da ditadura.

O governo logo reagiu demonstrando sua total intolerância em dezembro de 1968 em forma do Ato Institucional nº 5 (AI-5), decretado pelo então presidente Arthur da Costa e Silva, uma das medidas mais violentas e radicais desse regime autoritário, reprimindo brutalmente e silenciando a liberdade individual de vários setores da sociedade civil, como a de estudantes e da imprensa nacional. Desse modo, representou um grande retrocesso na história brasileira na conquista pelos direitos humanos.

Nesse clima de tensão, após ser decretado o AI-5, a censura foi imposta a todos os veículos de comunicação, Carmo (2000, p. 89) destacou a primeira página do *Jornal do Brasil* do dia 14 de dezembro de 1968: ‘Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por ventos fortes’. Dessa forma, se evidenciava que as notícias publicadas pela imprensa escrita deveriam ser interpretadas nas entrelinhas.

Em 1968, o Brasil tinha pouco mais de 270 mil universitários, correspondentes a apenas 0,3% da população. O papel que exerceram, porém, foi significativo; tornaram-se porta-vozes do descontentamento contra a ditadura militar e, mais tarde, serviram de quadros para a esquerda clandestina (CARMO, 2000, p.84).

No entanto, após ser decretado o AI-5 o movimento estudantil estava sem condições de se organizar em escolas e universidades e muito menos de sair em passeatas pelas ruas. Assim muitos jovens começaram a se organizar na clandestinidade em organizações políticas de esquerda para a luta armada nos anos seguintes. Alguns dos participantes dessa luta chegaram até realizar treinamento militar em Cuba, inspirados pelos ideários da juventude revolucionária.

Como se vê, o Poder Jovem foi reduzido pela ditadura ao silêncio ou conduzido ao engajamento no processo de luta armada desencadeado no Brasil – fenômeno grave para todos os brasileiros, quaisquer que sejam as suas posições políticas, por haver representado o trágico sacrifício de uma geração heróica e idealista – talvez a melhor e a mais completa das gerações com que o país contou em toda a sua história de quase meio milênio (POERNER, 1995, p.297).

Em fevereiro de 1969 o governo assinou o Decreto-lei nº 477, ‘o mais draconiano que já houve na legislação brasileira’, de acordo com o professor Miguel Reale Júnior (*Jornal da Tarde*, SP *apud* POERNER, 1995, p. 299), pois este criava penas de caráter administrativo-penal para professores, alunos ou funcionários de instituições de ensino público ou privado que colaborassem com greves ou portassem material considerado subversivo.

Nesse cenário de feroz repressão e violência, a UNE chegou sem presidente no ano de 1969, resistindo mais dois anos na clandestinidade. Nesse período aconteceu a prisão de centenas de jovens que participavam da liderança estudantil por todo o país, acompanhada de exílio, tortura, sequestro, assassinato e ocultação de cadáver de cidadãos que até os dias atuais são considerados como “desaparecidos políticos”.

Dentre centenas de estudantes desaparecidos, salienta-se o nome de Gildo Macedo Lacerda, que nasceu em Ituiutaba-MG e foi vice-presidente da UNE, o qual foi uma das vítimas do governo opressor sendo torturado e morto em Recife no ano de 1973 (FRANCO, 2014).

Assim pode-se perceber que nas décadas de 1950 e 1960 os universitários participaram ativamente da vida política do país. Tal interesse era fomentado pela esperança em torno das

transformações sociais. Nesse contexto a UNE sempre participou das discussões em torno das grandes causas nacionais.

Dessa forma o movimento estudantil, principalmente durante os anos de 1960, apesar de toda violência e repressão sofrida pelo governo, representou importante foco de mobilização de toda a sociedade na vida política do país.

Os estudantes retornaram as ruas em 1977 se unindo aos novos movimentos sociais na luta pela anistia e pelos direitos humanos. Logo, o processo de reconstrução da UNE ocorreu somente em 1978.

De modo geral, entende-se que o jovem estudante se configurou como importante ator político e social, durante todo o período de modernização do Brasil (anos de 1930 a 1970) destacando-se na luta pelo processo de desenvolvimento do país, por meio de sua capacidade de intervenção na sociedade e combate as estruturas conservadoras, revelando postura crítica perante a realidade existente.

O movimento estudantil foi encarado pelos setores conservadores como elemento de radicalismo contestador, além de sofrer severas críticas de alguns setores da esquerda, que o acusava de expressão da “radicalidade pequeno-burguesa inconseqüente” (ABRAMO, 1997, p.27).

Já na década de 1980, muitos estudos evidenciam o enfraquecimento do movimento discente, acompanhado do esmorecimento do jovem enquanto ator político ativo. Nesse período teve destaque a participação da juventude estudantil na “Campanha Diretas Já” no ano de 1984, em um movimento democrático pela volta das eleições diretas para presidente no país. Em seguida, ressaltam-se as manifestações de rua a favor do *impeachment* de Fernando Collor de Melo da presidência da República em 1992, devido a grandes escândalos e denúncias de corrupção. Tais manifestações não foram consideradas como movimento de “efetiva” politização estudantil, pois envolveram outros setores sociais (ABRAMO, 1997).

Considera-se a participação dos jovens na política por intermédio do movimento estudantil como verdadeiro exercício de cidadania. Já que as atividades de organização e mobilização discentes possibilitam discussões e reflexões importantes para os processos de formação política e cultural necessários para as novas gerações na luta pela concretização dos direitos democráticos.

Nessa perspectiva, merece atenção o estudo sobre o papel da imprensa na construção e veiculação das representações que circularam em torno da juventude estudantil de determinado contexto. Sendo assim, acredita-se que esta cumpre um papel importante na

sociedade, podendo não apenas gerar avanços, mas também retrocessos em função do perfil mais ou menos progressista ou conservador de seus editores.

I. 2 - A imprensa periódica no Brasil

Nesse tópico buscou-se construir uma breve contextualização sobre a história da imprensa no país, por meio de literatura especializada e análise de conteúdos de jornais utilizados nessa pesquisa. Visto que, para o estudo das matérias jornalísticas partiu-se da premissa de que: “[...] o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas” (LUCA, 2011, p.139). Além disso, realizou-se uma breve discussão sobre a importância dos jornais para a escrita da História da Educação.

O surgimento da imprensa no Brasil, tal qual é conhecida atualmente, enquanto publicação regular e seriada, ocorreu com a circulação do jornal *Correio Braziliense*, órgão independente e liberado pela censura política existente, que era publicado em Londres.³⁴ Foi criado em 1808, após a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, que fugia das tropas de Napoleão. Esse periódico foi idealizado e produzido por Hipólito da Costa, de caráter crítico e politizado, atravessava o Oceano Atlântico para discutir os problemas da Colônia.³⁵

Após o estabelecimento da família real no Brasil, foi organizada a Impressão Régia, órgão responsável pela criação de inúmeros periódicos espalhados por todo o país. Logo convém destacar que:

A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da Colônia em Império e participar intensamente do processo. A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para a reconstrução do passado (MARTINS; LUCA, 2015, p. 8).

³⁴ As primeiras tentativas de introduzir a tipografia no Brasil foram realizadas pelos holandeses, quando estes ocuparam o Nordeste entre 1630 e 1655. Após sessenta anos da expulsão destes do país, acredita-se que teria ocorrido em Recife a primeira impressão em terras brasileiras, no entanto não há provas concretas. É certo que o tipógrafo português Antônio Isidoro da Fonseca instalou em 1746 no Rio de Janeiro uma oficina completa de tipografia e imprimiu vários folhetos e talvez livros. No ano seguinte, tal oficina foi fechada pelo governo, já que no período colonial qualquer texto escrito deveria ser impresso na Europa, ou permanecer na forma de manuscrito (ROMANICINI; LAGO, 2007).

³⁵ O jornal *Correio Braziliense* obteve tal denominação pelo fato de que “[...] Brazilienses eram os portugueses nascidos ou estabelecidos no Brasil e que se sentiam vinculados ao Brasil como à sua verdadeira pátria. Ao dar a seu jornal o nome de braziliense, Hipólito demonstrava que queria enviar sua mensagem preferencialmente aos leitores do Brasil” (LUSTOSA, 2004, p.14).

Dessa forma, ressalta-se a importância dos jornais na história do Brasil e também no processo de reconstrução desta, de modo que a história da imprensa brasileira está intrinsecamente ligada aos acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais do país.

A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi o primeiro jornal a ser impresso em terras brasileiras em setembro de 1808, seguindo o modelo da *Gazeta de Lisboa*, sendo uma espécie de periódico oficial para a publicação de decretos, acontecimentos e comunicados relacionados à corte portuguesa e a política internacional.³⁶

No entanto, esses importantes impressos de circulação no país no início do século XIX, *Correio Braziliense* e *Gazeta do Rio de Janeiro* não poderiam realizar oposição ao poder monárquico estabelecido, defendendo a dinastia Bragança, além de apoiarem o projeto de união luso-brasileira e manifestar repúdio às ideias propagadas pela Revolução Francesa e sua memória histórica (MARTINS; LUCA, 2015).

Durante o período da Regência (1831-1840) teve êxito uma grande expansão dos periódicos por todo o país, de forma que a imprensa se constituiu como veiculadora de distintos projetos de nação. Já no período do Segundo Reinado, a palavra imprensa se caracterizou por representar os anseios, posições e lutas políticas de seus grupos de origem.

No final do século XIX ocorreu o uso exaustivo da imprensa brasileira, marcado pela crítica ao regime monárquico e pela defesa da Proclamação da República e da abolição da escravidão, envolvendo diversos setores da sociedade como o meio estudantil, representantes das camadas médias urbanas e líderes representantes da população negra.³⁷ Destaca-se que nesse período, imprensa e literatura ainda se confundiam.³⁸

Na fase da Primeira República (1889-1930), os jornais no país se diversificaram, o processo de urbanização favoreceu discursos em prol da civilização e do progresso, além desses desfrutarem de melhoramentos que privilegiaram a sua circulação.

³⁶ “Grassava o analfabetismo no Brasil colonial, não só entre os grupos populares, mas em boa parte da pequena burguesia, da nobreza e mesmo da família real portuguesa. A escrita era quase um privilégio da classe religiosa e da alta administração pública” (ROMANICINI; LAGO, 2007, p. 20). O Brasil nesse período era um país agrário e de analfabetos, portanto, a imprensa tinha circulação em grupos seletos e era restrita a elite letrada. Mesmo assim, acredita-se que suas representações expressaram certa concretude do mundo real, apesar de conter muitas contradições.

³⁷ “Entre os estudantes, o jovem Castro Alves, assíduo na imprensa da Academia, foi a voz apaixonada da causa que traduziu no poema Navio Negreiro a luta de uma raça” (MARTINS, 2015, p. 75).

³⁸ “No Brasil, durante muito tempo, jornalismo e literatura se confundiam. Até a segunda metade do século XX, o jornalismo era considerado um subproduto das belas artes. Alceu Amoroso Lima o definia como ‘literatura sob pressão’. Muitos jornalistas eram também ficcionistas. Devido à ausência de mercado editorial forte, os escritores tinham que trabalhar em outras ocupações para garantir sua sobrevivência. O jornalismo, como a atividade mais próxima - que nesse momento permitia o livre desenvolvimento dos estilos pessoais -, era uma escolha natural para muitos deles” (RIBEIRO, 2003, p. 147).

Nesse período de transformações, a imprensa conheceu múltiplos processos de inovação tecnológica que permitiram o uso de ilustração diversificada – charge, caricatura, fotografia – assim, como aumento das tiragens, melhor qualidade de impressão, menor custo do impresso, propiciando o ensaio da comunicação de massa (ELEUTÉRIO, 2015, p.83).

Nesse sentido, a inovação das fotografias nos jornais diários também foi utilizada como espaço de representação privilegiada do processo de urbanização e industrialização do país, momento em que se buscavam alternativas para a escolarização das massas, tais como a criação e implantação dos grupos escolares por todos os estados federativos.³⁹

Na primeira metade do século XX, vislumbra-se a expansão da “grande imprensa” brasileira, através de jornais presentes nos principais centros econômicos e políticos do país, em que suas notícias e artigos gozavam de ampla circulação em território nacional. Em relação a tal denominação observa-se que:

A expressão grande imprensa, apesar de consagrada, é bastante vaga e imprecisa, além de adquirir sentidos e significados peculiares em função do momento histórico em que é empregada. De forma genérica designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro (LUCA, 2015, p. 149).

Assim as empresas jornalísticas foram vistas como negócio lucrativo, envolvido por um processo de modernização, com a adoção de métodos racionais de produção e gerenciamento, tornando-se mais exigentes as funções de proprietários, redatores, editores e impressores.

No ano de 1930 ocorreu uma revolução que finalizou a fase denominada Primeira República, ocasião em que militares comandados por Getúlio Vargas depuseram o governo de Washington Luiz (1926-1930), impossibilitando a posse de Julio Prestes que havia derrotado Vargas nas eleições para presidente do país. Nesse desfecho salienta-se a importância política da imprensa, que em grande parte contribuiu para que esse processo acontecesse:

O apoio emprestado por importantes órgãos da imprensa a Aliança Liberal, pode ser tomado como um índice do desgaste do sistema político vigente. Ao se instalar no palácio do Catete, o líder do movimento que depôs Washington Luiz contava com os aplausos dos vários jornais de Assis

³⁹ “O leitor do Jornal do Brasil dos 1900, contido nas narrativas do jornal, certamente sabe identificar o texto ‘escrito’ através de desenhos que são colocados lado a lado. Olhando as imagens em sequência decodificam a mensagem: trata-se de um jornal moderno, que usa mais inovadora tecnologia para difundir com rapidez as informações” (BARBOSA, 2007, p.32).

Chateaubriand, do *Correio da Manhã*, *O Globo*, *Jornal do Commercio*, *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *O Estado de S. Paulo*, *A Platéia* e *Diário Nacional*, para mencionar alguns dos títulos mais importantes do país. Já os periódicos identificados com a chamada ‘velha ordem’ foram alvos da fúria popular e tiveram suas sedes invadidas e depredadas. A título de exemplo menciona-se na capital federal, *O País*, *Gazeta de Notícias*, *A Noite* e o *Jornal do Brasil* e, em São Paulo, com o *Correio Paulistano*, *A Gazeta* e as *Folhas da Manhã* e da *Noite* (LUCA, 2015, p.166).

Após a tomada do poder, Vargas foi adotando medidas para que aumentasse cada vez mais o seu poder e tempo de atuação política, com a implantação do processo de industrialização do país, através do modelo de substituição das importações.⁴⁰ Nesse cenário ocorreram deslocamentos na grande imprensa, com o cerceamento da liberdade de expressão. Alguns jornais perderam a importância e desapareceram outros foram vendidos e/ou alteraram seus editores.⁴¹

Na Era Vargas, manifestou-se no país a ideologia do nacional-desenvolvimentismo, a qual pode ser caracterizada da seguinte forma: “O nacionalismo presente no desenvolvimentismo era a ideologia da formação do Estado nacional; era a afirmação de que, para se desenvolver o país precisa definir, ele próprio, suas políticas e suas instituições, sua estratégia nacional de desenvolvimento” (PEREIRA, 2008, p. 63). Esse clima de exaltação dos símbolos e valores nacionais foi propagado em todos os setores da sociedade brasileira, inclusive na imprensa e no meio estudantil.

O governo provisório de Vargas (1930-1934) foi sucedido por sua eleição em voto indireto (1934-1937) e posteriormente pela ditadura do Estado Novo (1937-1945), período em que ocorreu séria censura à imprensa. Já que tal liderança almejava utilizar os veículos informativos como importantes veiculadores de representações positivas sobre as suas medidas políticas. Nesse momento, também surgiram jornais clandestinos como forma de combater as medidas autoritárias da ditadura.

Nesse contexto, as empresas jornalísticas foram vigiadas de perto pelo governo autoritário, por meio da instalação de censores nas redações dos principais jornais de circulação do país, controlados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) criado em 1939, este possibilitava a punição dos infratores que contrariassem os interesses do

⁴⁰ Até o fim da Primeira República (1889 -1930) os jornais representavam o grande veículo de comunicação do país, depois passaria a ser o rádio, a partir da década de 1960 foi se consolidando a televisão e nos dias atuais presenciamos o grande alcance, velocidade das informações e o poder da internet.

⁴¹ Durante as décadas de 1930 e 1940 o rádio se expandiu por todo o território nacional, assumindo grande importância no país que convivia com altas taxas de analfabetismo. Neste cenário, o programa radiofônico “Hora do Brasil”, transmitido então pelas modernas ondas curtas a todo o país, seria encarregado de difundir a imagem e a ideologia do Estado Novo (LUCA, 2015).

governo. “Em nome de se garantir a paz, a ordem e a segurança pública, justificava-se a censura prévia à imprensa, teatro, cinema e radiodifusão [...]” (LUCA, 2015, p.171). Tal censura permaneceu em vigor até o fim do Estado Novo, quando a Assembleia Constituinte de 1946 restabeleceu a liberdade de manifestação do pensamento. No entanto, não se pode afirmar que toda a grande imprensa sofreu negativamente com as ações desse governo.

Mesmo com toda a censura instituída, a partir de 1942, parte dos diários matutinos foi responsável pelo processo que gerou o desgaste do governo e a deposição de Vargas no ano de 1945.

Até a década de 1940 os jornais brasileiros seguiram o modelo francês, em que a técnica de escrita era bem próxima ao estilo literário. Além de se apresentarem essencialmente como instrumento político. “A imprensa era ainda essencialmente de opinião e a linguagem da maioria dos jornais era em geral agressiva e virulenta, marcada pela paixão dos debates e das polêmicas” (RIBEIRO, 2003, p.148). Tal situação só começou a mudar a partir da década seguinte.

Em 1950 Vargas retornou ao poder, quando foi eleito presidente da República. Devido a sua estratégia política de se aproximar da classe trabalhadora sofreu ataques das forças conservadoras.

No início dos anos de 1950, ocorreu de acordo com Luca (2015, p.187) um fato inédito na história do Brasil, “[...] uma briga de imprensa mata um presidente da República”. Já que o conflito que resultou no suicídio de Vargas em agosto de 1954 foi desencadeado entre o jornal *Última Hora*, lançado por Samuel Wainer em 1951 e o jornal *Tribuna da Imprensa*, de propriedade de Carlos Lacerda, criado em 1949.⁴²

O suicídio de Vargas gerou comoção nacional, *O Globo*, *A Tribuna da Imprensa* e a *Rádio Globo* foram depredados, sendo considerados, por parte da população, como culpados pela morte do presidente, pois realizaram severas críticas contra este, pedindo sua renúncia.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) ocorreu importante processo de industrialização e modernização nacional associado ao crescimento econômico e aumento da dependência em relação ao capital externo. Durante seu mandato acelerou-se a reforma da grande imprensa, com destaque para o *Jornal do Brasil* e *Diário Carioca*, pioneiros na melhoria do padrão gráfico. A produção em massa dos jornais permitiu apressar a circulação e reduzir os custos de sua produção.

⁴² Em um atentado ao jornalista Carlos Lacerda, morreu o major da Aeronáutica Rubem Florentino Vaz, que na ocasião fazia sua guarda pessoal. Em seguida, as investigações apontaram que o mandante do crime era Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal do presidente Vargas. Tal escândalo repercutiu nos principais jornais brasileiros, ocasionando na pressão pela renúncia de Vargas que logo cometeu suicídio.

O *slogan* desse governo “cinquenta anos em cinco”, em prol da modernização do país, tomou conta das redações dos principais jornais brasileiros, que logo passaram por um processo de transformação gráfica, editorial, empresarial e linguística, surgindo assim uma nova imprensa no país. Nessa perspectiva, o progresso e o desenvolvimento seriam integrados à modernização brasileira.

Em 1956 aconteceram intensos debates em torno do projeto de lei apresentado pelo governo de Juscelino ao Congresso Nacional sobre mudanças na imprensa brasileira. A justificativa de tal proposta, segundo o presidente era baseada no princípio liberal que vislumbrava “[...] na imprensa livre um pilar básico da democracia, mas segundo princípios ‘mais concretos e menos individualistas’ do que aqueles ‘tradicionais e clássicos princípios de liberdade de imprensa’ do século XIX” (BIROLI, 2004, s/p).

Tal projeto, que não chegou a ser votado, agitou as páginas da grande imprensa e também de jornais interioranos que compravam as suas matérias, como demonstrou o artigo “Jânio Quadros se define: Em São Paulo a Imprensa Continuará Livre” publicado no jornal *Correio Católico* de Uberaba.

Questão aberta ao PTB a lei de imprensa. São Paulo, 3 (ASAPRESS) – De fontes bem informadas apurou-se que o governador Jânio Quadros é totalmente contrário as anunciadas modificações da lei de imprensa. Afirma-se ser ele desfavorável a qualquer alteração que importasse no cerceamento da liberdade de imprensa, Jânio já teria mesmo definido, antecipadamente sua posição em termos inequívocos, chegando a afirmar que, o seu governo jamais lançaria mão de dispositivos coercitivos. Em São Paulo, a imprensa continuará inteiramente livre (*Correio Católico*, 03/09/1956).

Essa discussão mobilizou diversos setores da sociedade brasileira, inclusive parte do movimento estudantil que via na restrição da liberdade de imprensa um ataque à democracia, já que a liberdade de expressão é um de seus valores. Mereceu destaque o artigo: “Classe Estudantil Contrária”.

São Paulo, 3 (ASAPRESS) – Os grêmios estudantis de várias faculdades de São Paulo divulgaram os seus pontos de vistas contrários as alterações que pretendem fazer na legislação que regula os crimes de imprensa, havendo a União Estadual dos Estudantes programada para os próximos dias, uma proclamação ao povo nesse sentido (*Correio Católico*, 03/09/1956).

Nesse sentido, observa-se que a movimentação gerada em torno de tal proposta contribuiu para que não acontecessem restrições da liberdade de imprensa nesse período.

As inovações no *Diário Carioca*, no ano de 1950, e do *Jornal do Brasil*, em 1956, bem como o surgimento de *Tribuna da Imprensa*, em 1949, e a *Última Hora*, em 1951, são considerados marcos centrais de uma nova fase da imprensa brasileira (RIBEIRO, 2001).

Esse novo jornalismo moderno se baseou no modelo norte-americano, provocando além da modernização na forma de abordagem das notícias e das empresas, a profissionalização dos jornalistas e a construção de novo ideário sobre a identidade do jornalismo e a sua função na sociedade.

O movimento de profissionalização do jornalismo aumentou as exigências em relação ao trabalho do jornalista, envolvido em uma rotina de aceleração do tempo, como declarou Alberto Dines, ativo na profissão durante o final dos anos 1950 e de 1960, ocupando importantes cargos em grandes jornais cariocas.

O jornalista trabalha com rapidez para completar cada edição, mas aquela edição se completa com as seguintes até o infinito. Esta noção do tempo distendido, intercalada com o tempo sincopado, faz parte do comportamento físico e psíquico do jornalista. A paciência dentro da periodicidade é como o processo de conta-gotas: cada porção é minúscula, mas todas são importantes para atingir a imagem final (DINES, 1986, p.45).

Salienta-se a extensa carga de trabalho do jornalista, pois os acontecimentos do cotidiano ocorrem em ritmo acelerado, exigindo uma rotina rígida desse profissional, provocada pela necessidade de veicular as informações na sociedade.

Assim ocorreu na década de 1950 o processo de modernização da imprensa, com crescimento da autonomia do campo jornalístico em relação ao literário. Nesse clima o jornal assumiu o discurso de imparcialidade e neutralidade, uma de suas principais bandeiras. No entanto, se deve considerar o fato de que:

[...] a imparcialidade não passava, e não passa ainda hoje, de mera retórica, sendo usada para preservar os discursos e os interesses do próprio veículo. A neutralidade jornalística é um mito cotidianamente desfeito nas relações, a partir da elaboração da pauta que determina a forma de se buscar os fatos, o conteúdo pretendido e, eventualmente, indica os propósitos da editora (LUSTOSA, 1996, p.22).

Nesse sentido, entende-se que as informações veiculadas pela imprensa, desde seus primórdios estão carregadas de ideologias, aspirações e intencionalidades, assim como

qualquer outra atividade humana, que variam conforme as tendências políticas, sociais e culturais dos grupos a que estas se encontram relacionadas.

O jornalismo moderno intensificado na segunda metade do século XX entrou em uma nova fase diferente dos tempos anteriores. Visto que, seu discurso ganhou maior credibilidade do público, passando a ser considerado veículo informativo que enuncia os acontecimentos de forma oficializada, se constituindo como registro factual por excelência, sendo muitas vezes na história do país “[...] força dirigente superior mesmo aos partidos e as facções políticas” (BARBOSA, 2007, p.151).⁴³

Nessa perspectiva é possível afirmar que a imprensa sempre teve uma relação intensa com a política, de forma que contribuiu para a construção de importantes acontecimentos no cenário nacional. Assim o discurso produzido pelos jornais se constitui em relevante arma política, por possuir a capacidade de induzir as preferências de seus leitores através das representações produzidas, influenciando os comportamentos e conduzindo a uniformidade de opinião.

Nesse sentido, o jornalismo não se revela como um contrapoder, mas como um poder instituído. Nas décadas de 1950 e 1960, esse papel pode ser claramente observado através das longas campanhas empreendidas pela imprensa para ampliar a voz das facções políticas” (BARBOSA, 2007, p.163).

O processo de implantação do jornalismo moderno no Brasil nos anos de 1950 se deu de forma heterogênea, marcado por uma série de conflitos, jogos de interesses e ambiguidades.

A adaptação ao modelo moderno de jornalismo norte-americano encontrou barreiras no que diz respeito às especificidades do contexto histórico-cultural e empresarial brasileiro. Logo o ideário e as regras de conduta importados dos Estados Unidos tiveram que ser redefinidos de acordo com a realidade do país (RIBEIRO, 2001).

Durante o governo de João Goulart (1961-1964), como já destacado anteriormente, a maioria da grande imprensa brasileira, com exceção do jornal *Última Hora*, fez oposição às suas medidas políticas.

Após a sua deposição da presidência do país e a chegada dos militares ao poder, a maior parte da imprensa brasileira parabenizou os militares pelo acontecimento. Como indicou o artigo “Pela recuperação do Brasil” do jornal *Tribuna da Imprensa*:

⁴³ “A campanha da imprensa em 1954, quando do suicídio do presidente Getúlio Vargas, talvez seja o exemplo mais emblemático da sua vinculação ao campo político [...]” (BARBOSA, 2007, p.151).

Escorraçado, amordaçado e acovardado o poder como imperativo da legítima vontade popular, o sr. João Melchior Goulart, infame líder dos comuno-negocistas-sindicalistas. Um dos maiores gatunos que a história brasileira já registrou, o sr. João Goulart passa outra vez à história, agora também como um dos grandes covardes que ela já conheceu (*Tribuna da Imprensa* de 2 abril de 1964, *apud* BARBOSA, 2007, p. 184).

No entanto, mesmo recebendo apoio da grande imprensa nos primeiros dias após o golpe, os militares mostraram a que vieram, praticando seu autoritarismo e violência contra esta. Em seguida, as tropas militares investidas pela Divisão de Ordem Política e Social (DOPS) da Guanabara invadiram as redações dos jornais *Tribuna da Imprensa* e *O Globo* usando de brutal ameaça a seus redatores, como forma de se imporem perante a imprensa.

Após os ataques do novo governo repressor, os principais jornais de circulação do país se uniram com o objetivo de defenderem a liberdade de imprensa. Exceto o jornal *O Globo*, todos os jornais de grande circulação da imprensa brasileira, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo*, *Correio da Manhã* e *Última Hora* criticaram a censura e a legislação adotada, apresentando-se simpatizantes aos valores liberais e democráticos, inclusive *O Globo*.

A intensidade das críticas variou em cada órgão da imprensa. Os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo* deram apoio ao golpe militar e as suas medidas repressivas durante as primeiras semanas do novo regime, consideradas necessárias para o estabelecimento da nova ordem (MOTTA, 2013).

Em 1964 foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI) para fiscalização e imposição da censura a imprensa brasileira. No intuito de que os meios de comunicação “orientassem” a população a seguir os planos do governo.

Nesse viés altamente repressor e autoritário, as matérias jornalísticas deveriam abandonar a polêmica política presente nas publicações até o início dos anos de 1960, devendo assim passar por um novo processo de adaptação. Já que estas se constituíam em alvo fácil desse governo opressor.

Num cenário em que a imprensa desempenha papel decisivo na construção do debate político, há que se apartar das publicações esse tipo de conteúdo, alijando o grande personagem até então existente nos jornais – a polêmica – das publicações. O mote da modernização e da inclusão dos periódicos num tempo de modernidade é, portanto, fundamental para a sua adaptação num cenário de controle e pressões (BARBOSA, 2007, p.180).

Na década de 1960 a indústria de comunicação em massa no Brasil foi marcada pela consolidação da televisão. Ocorrência que gerou inquietações de parte dos proprietários de jornais impressos, os quais temiam que suas notícias perdessem prestígio em relação às veiculadas pelos telejornais. Além do fato de que, a publicidade era a maior responsável pela sobrevivência das empresas jornalísticas.

Nessa fase de consolidação da imprensa televisa a emissora de TV *Globo* beneficiou-se fortemente dos acordos realizados durante a ditadura militar. “Como consequência, logo este veículo seria o meio preferencial para a divulgação do Brasil ‘grande’ imaginado pelos militares” (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.123). Pois o governo considerava a imprensa área estratégica em um processo de modernização conservadora que acabou acelerando a expansão da indústria cultural no país.⁴⁴

Tal processo de modernização conservadora desencadeado na segunda metade dos anos de 1960 foi o resultado da vitória dos militares e da derrota política das esquerdas, com o predomínio da vertente liberal-conservadora do projeto de modernização da sociedade brasileira, que paradoxalmente se apropriou de algumas ideias de líderes derrotados com o golpe de 1964. De modo que os militares se tornaram agentes modernizadores, porém com o uso de drásticas práticas autoritárias e repressivas impostas a vários setores da sociedade (MOTTA, 2014).

Nesse momento a imprensa escrita em todo o país foi afetada pela alta no custo do papel, como demonstrou a preocupação do jornal *Lavoura e Comércio* de Uberaba em 12 de janeiro de 1966 no artigo “Muito difícil a situação da imprensa brasileira”:

[...] No setor da imprensa, as sucessivas altas atingiram cifras que a primeira vista parecem fantásticas. Mas que são reais, dolorosamente reais! Tomemos por exemplo a tabela do papel [...] o aumento, em quilo, foi de Cr\$ 50,54 (cinquenta cruzeiros e cinquenta e quatro centavos), sem levar em conta o aumento do frete rodoviário!... A elevação foi, portanto drástica, tornando quase proibitiva para as empresas jornalísticas economicamente menos aparelhadas, a aquisição de um material indispensável. A gravidade da situação está patente no número das folhas que desaparecem. O último foi o “Diário Carioca”, jornal de grandes tradições e de larga difusão em todo o Brasil [...] (*Lavoura e Comércio*, 12/01/1966).

⁴⁴ Acredita-se que o país passou por um processo de modernização conservadora, pelo fato deste priorizar primeiramente os interesses das camadas dominantes, as quais abriram algumas concessões aos setores populares, sem que ocorresse uma transformação efetiva e radical vinda de baixo, conservando assim o domínio das velhas classes (COUTINHO, 2010).

Desse modo, evidencia-se que a alta do custo da principal matéria prima dos jornais prejudicou os orçamentos financeiros de grandes e pequenas empresas, de forma que muitas tiveram que seguir a alternativa de aumentar os preços das tabelas de publicidade, venda avulsa e assinatura.

A partir de 1968 também foi utilizada a prática da autocensura que perduraria até o ano de 1978, de modo que esta abrangia todos os órgãos da grande imprensa por meio de comunicados apresentados pela polícia federal em relação aos conteúdos que não poderiam ser publicados, orientados pelo Ministério da Justiça e SNI. Logo as punições para os jornalistas que descumprissem as ordens eram severas, como a apreensão dos jornais, fechamento da redação e perseguição desses profissionais.

Nesse contexto, muitos jornalistas abandonaram suas atividades ou foram demitidos em decorrência da repressão instituída, outros continuaram por falta de opção, partindo para clandestinidade ou se adaptando ao novo cenário.

Assim é necessário destacar, principalmente no período após 1968, a articulação de parte da grande imprensa brasileira com os censores, de forma que muitos dos jornalistas que atuavam nesse período também eram policiais.

Kushnir (2004) ressalta a relação de colaboracionismo de parte da grande imprensa pertencente ao eixo Rio - São Paulo com a repressão instituída após o AI-5, de forma que esta passou a trabalhar como verdadeiro “cão de guarda” do governo ditador. Já que a maioria dos jornalistas desse período, ainda que apenas como simpatizantes, exercia alguma militância política.

A Folha da Tarde foi um porta-voz, e, como tal, conhecida como o *Diário Oficial da Oban*, ao reproduzir informes do governo como se fossem matérias feitas pelo próprio jornal. As imagens, construídas para além da verdade dos fatos, ditavam uma direção de raciocínio. Esses foram os “serviços prestados” pelo jornal, de julho de 1969 a 7/5/1984. O grande poder da *Folha da Tarde*, segundo Aggio, estava na sua alta vendagem. Se este foi um dos motivos que justificaram a linha policialesca durante a década de 1970, em meados dos anos 80 a realidade começou a se alterar (KUSHNIR, 2004, p. 260).

Desse modo, percebe-se que parcela da grande imprensa teve que se enquadrar na nova ordem social estabelecida, de forma que vários impressos promoveram as ações do governo em troca de privilégios, estabelecendo troca de favores entre o poder da imprensa e o poder político.

Por outro lado, é necessário sublinhar a existência da imprensa alternativa, a qual realizava oposição ao regime militar, em uma modesta estrutura e novos meios de se exercer o jornalismo. Tem-se registro de cerca de cento e cinquenta periódicos desse gênero que circularam pelo país durante esse governo autoritário. Muitos tiveram vida efêmera, com a publicação de apenas uma edição, outros foram bem sucedidos comercialmente, manifestando protestos, denúncias e novas propostas. Enfim, conteúdos em que os jornais não poderiam publicar, devido ao controle implacável sobre estes. Em relação a essa imprensa alternativa, salienta-se que:

É comum que esta imprensa seja associada à fermentação cultural ocorrida no país (e no mundo) nos anos de 1960 e 1970. Os movimentos estudantis, que desde as lutas parisienses de maio de 1968, proclamavam a necessidade de colocar a ‘imaginação no poder’; os protestos contra a guerra do Vietnã; a música dos Beatles, em fase mais experimental; a então romanticamente inspiradora Revolução Cubana; o jornalismo underground norte-americano e a contra-cultura; o Tropicalismo; o uso de drogas para alcançar ‘estados superiores de consciência’, entre outros aspectos fizeram parte do contexto que influencia diretamente o jornalismo. E no Brasil havia, é claro, uma ditadura a ser combatida (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.140-141).

Nesse sentido, destaca-se a atração do movimento estudantil pela imprensa alternativa de caráter politizado e crítico, como forma de contestar o autoritarismo praticado pelo governo civil-militar. Visto que, os estudantes inseridos em um contexto de revoluções da juventude por todo o mundo vislumbravam na arte e na palavra escrita formas de representar e possibilitar a mudança da realidade vivenciada pela sociedade brasileira de então.

Em relação aos grupos que formavam a imprensa alternativa nos anos de 1960 e 1970 ressalta-se que:

Muitos dos intelectuais colaboradores da imprensa alternativa pertenciam às gerações que viveram a queda do nazi-fascismo e do Estado Novo. Já os jornalistas e ativistas políticos eram mais jovens, forjados em sua maioria na matriz dos movimentos estudantis do final da década de 1960, passando alguns pela luta armada e pelas prisões. A eles, juntaram-se os focas, recém-formados, das escolas de comunicação dos anos de 1970. A prática alternativa fez deles companheiros de jornada (KUCINSKI, 2001, p.19).

Dentro do movimento de imprensa alternativa merece destaque duas grandes correntes que muitas vezes se misturavam na mesma publicação: a de orientação marxista e nacional-popular, a qual privilegiava o viés ideológico-político dos jornais, por meio da denúncia dos problemas sociais brasileiros, direcionando para uma transformação social; e a outra

influenciada pelo existencialismo, anarquismo e pelos movimentos de contracultura, se voltando para uma ruptura nos planos dos costumes e da crítica cultural. Ambas as correntes possuíam o caráter político crítico (ROMANCINI; LAGO, 2007).

Dentre os impressos alternativos de grande circulação, entrou em evidência a revista *Pif-Paf*, criada por Millôr Fernandes no ano de 1964. Seu primeiro número antes do golpe militar vendeu cerca de quarenta mil exemplares, marcada pela irreverência, precariedade administrativa e profissional, características comuns entre esse tipo de jornalismo.⁴⁵

A partir dos anos de 1970, grande parte dos jornais brasileiros teve significativa importância no processo de redemocratização do país, através da defesa da abertura política, como na ocasião do apoio a campanha pelas “Diretas Já”. No entanto, tal movimento só ocorreu com o desgaste desse sistema político, em virtude da crise econômica que abalou a estrutura do governo civil-militar.⁴⁶

De acordo com Sodré (1999), a história da imprensa na sociedade ocidental se articula com a história do desenvolvimento capitalista. Visto que, as informações foram sendo comercializadas, constituindo-se em instrumentos pertencentes aos poderes político e econômico.

Por muitas razões, fáceis de referir e de demonstrar, a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. O controle dos meios de difusão de idéias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista em que ele está inserido – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações (SODRÉ, 1999, p.1).

⁴⁵ “Na primeira fase do ciclo alternativo, do lançamento do PIF-PAF em junho de 1964 até o fim da FOLHA DA SEMANA em 1966, deu-se o desmoronamento do universo político do populismo, sem que a maior parte da esquerda suspeitasse da dimensão a ser adquirida pela mudança. Além do propósito de resistência democrática, expresso nos jornais apoiados pelo Partido Comunista (PC), como FOLHA DA SEMANA, há o sentimento de desprezo pelo ridículo manifesto dos primeiros tempos do golpe, explorado a fundo pelo satírico PIF-PAF. Uma segunda geração de jornais surge a partir de 1967, fruto de todo um novo imaginário oriundo da revolução cubana, da proposta de uma guerrilha continental, da teoria dos focos de Régis Debray. Entre esses jornais, destacam-se o SOL, PODER JOVEM e AMANHÃ [...] Foi depois do refluxo dessas manifestações, da *débâcle* da luta armada e ausência de perspectivas, a partir de meados de 1969, que se juntaram em grande número os protagonistas da imprensa alternativa, dando origem a uma de suas fases mais ricas, incluindo os primeiros semanários de circulação nacional sob o signo da resistência político-cultural, entre os quais O PASQUIM e OPINIÃO” (KUCINSKI, 2001, p.18).

⁴⁶ Após o surgimento de *Pif-Paf*, tiveram destaque vários outros periódicos como: *O Pasquim* (1969), o mais bem sucedido em termos de venda; *Bondinho* (1970); *Pato Macho* (1971); *Opinião* (1972); *Movimento* (1975); *Versus* (1976); *Nós Mulheres* (1976); *Coojornal* (1976); *Em Tempo* (1977); e *Lampião da Esquina* (1978), etc (ROMANCINI; LAGO, 2007). *O Pasquim*, semanário carioca de grande sucesso nos anos de 1970, aglutinou importantes jornalistas e humoristas provenientes da grande imprensa, mesclando humor com a crítica política em nova linguagem jornalística. No ano de 1975 com o fim da censura, surgiram novos periódicos de caráter crítico-reflexivo, logo nos anos de 1980 *O Pasquim* entrou em decadência.

Logo se deve buscar interpretar as matérias jornalísticas a partir de possíveis ideologizações políticas e econômicas, considerando o fato de que, o jornalismo hegemônico contribuiu para a legitimação da sociedade capitalista.

De modo geral, defende-se a ideia de que a análise criteriosa das representações de imprensa funciona na História da Educação como importante meio desvelador do imaginário social, educacional e cultural que circulava em determinados grupos presentes na sociedade.

Nas últimas décadas, os periódicos têm despertado muito interesse por parte dos pesquisadores e têm sido bastante utilizados como fonte documental pelo historiador. A imprensa periódica é uma grande força política, que, além de registrar e comentar seu momento histórico, possui a capacidade de produzir representações/imagens da sociedade, de influenciar, em cada medida, a opinião pública. Graças a esse poder, desde seu surgimento a imprensa tem sido temida, mas também muito utilizada pelos vários setores da sociedade (REZENDE, 2012, p.98).

Nesse sentido, a articulação da matéria jornalística com a adequada metodologia histórica produz efeitos positivos na escrita da História da Educação, de modo a ampliar o campo de visão do pesquisador no que confere a interpretações mais abrangentes sobre o referido objeto de estudo, tendo em vista o fato de que:

É principalmente através da imprensa que se divulgam e se consolidam as principais representações sociais. E por uma razão muito simples: diferentemente da tradição oral, a palavra escrita pode ser resgatada no futuro e utilizada como documento na construção de interpretações históricas (GONÇALVES NETO, 2002, p.204).

Nessa perspectiva, entende-se que o jornal representou grande parcela da imprensa interiorana até a década de 1960, bem como das representações que circulavam entre a população letrada em determinada localidade, em virtude de sua relevância nesse período na veiculação de notícias, valores e opiniões.

Pela consideração de que, os jornais investigados não tinham o intuito de apenas difundir notícias, mas também de obterem lucros com estas, de modo que as informações selecionadas deveriam interessar a seus leitores, que dessa forma partilhavam dos valores representados pela imprensa, torna-se importante a discussão sobre o cenário sócio-histórico em que estas representações circularam.

I. 3 - O cenário sócio-histórico triangulino e sua tipografia

Considerando a necessidade do desvendamento das singularidades locais que compõem o contexto em que circularam as representações de imprensa do Triângulo Mineiro em relação à juventude estudantil nas décadas de 1950 e 1960, será apresentada brevemente uma contextualização histórica sobre a região em questão, com especial destaque para os municípios de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia, cidades pólo nesse contexto. Além de discutir um pouco da história de sua imprensa, no intuito de vislumbrar como foi se organizando a sociedade regional. Visto que, partiu-se do pressuposto de que, a produção das representações se fundamenta nas condições reais de existência de determinada sociedade para que estas tenham aceitação social, vinculando-se às questões de ordem econômicas, sociais, políticas e culturais (CHARTIER, 1990).

No decorrer do século XVII tem-se registro da entrada dos primeiros bandeirantes paulistas que atravessaram as terras mineiras, passando pelo futuro Triângulo Mineiro, em combate com os índios nativos em busca da exploração das minas de ouro na atual região Centro-Oeste. Somente no ano de 1720 foi criada a Capitania de Minas Gerais.

Essa primeira expedição datada de meados do século XVII, ao propiciar o descobrimento de pequenos veios auríferos no interior de Goiás e Mato Grosso, levou à organização de novas expedições, principalmente devido à notícia da presença de ouro às margens do Rio Abelha (atual Araguari), no Triângulo Mineiro. Estimulados pela possibilidade de riqueza na região, fluxos migratórios passaram a utilizar a “Estrada Anhanguera” ou “Picada de Goiás”, tornando a região triangulina um ponto de passagem obrigatório para aqueles que estavam à cata de ouro e pedras preciosos. Entretanto, os primeiros núcleos abertos por bandeirantes e exploradores, durante os séculos XVII e XVIII, enfrentaram inúmeros problemas principalmente com as tribos indígenas, Araxás e Caiapós, fixadas em todo o Triângulo Mineiro. Somente em fins do século XVIII, com ataques sistemáticos a essas tribos, a região pode receber um número de povoadores (CARVALHO, 2004, p.60).

O território de Minas Gerais no século XVIII ganhou destaque em decorrência da exploração mineral, sob o domínio colonial, agregando desenvolvimento econômico e social nas terras de mineração. Já nos séculos XIX e XX a decadência da atividade de mineração, sucedida pela nova economia agrário-exportadora, deslocou a centralidade econômica para outras áreas.

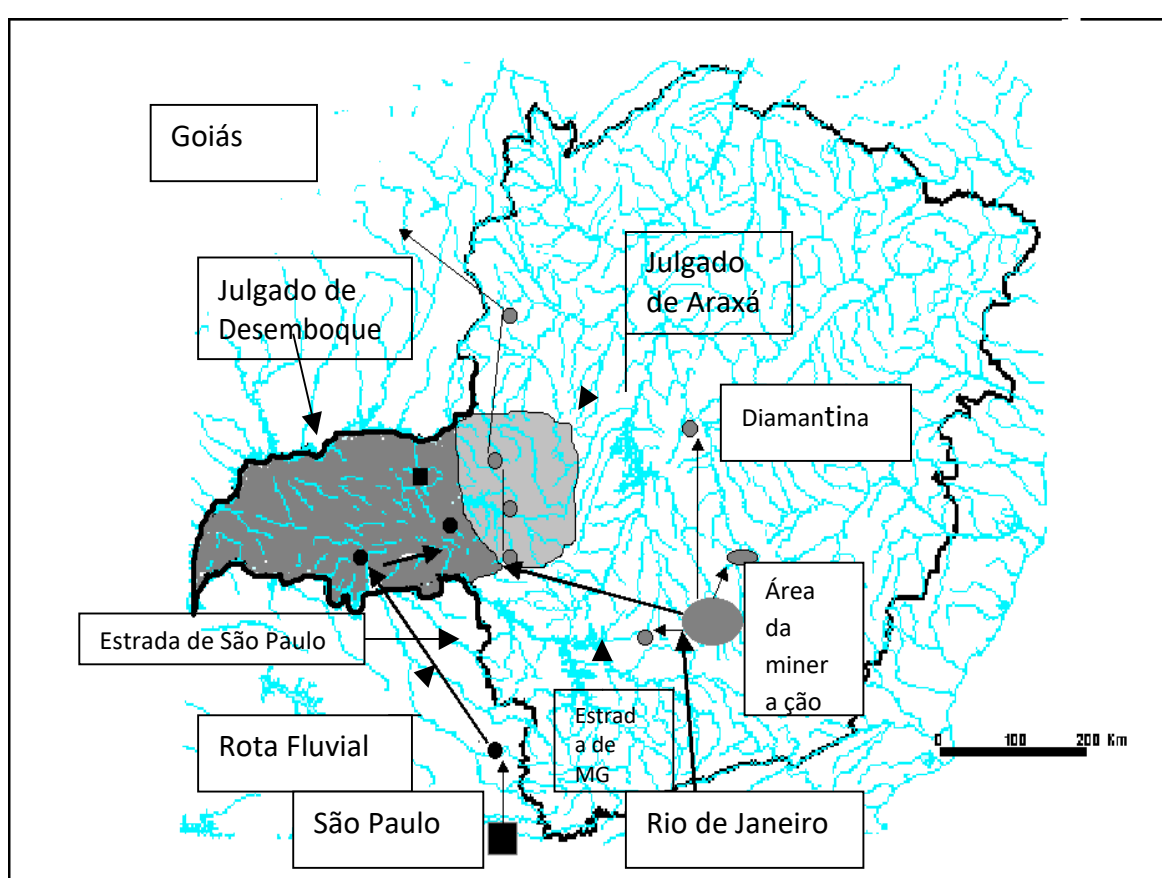
No entanto, convém destacar que o atual Triângulo Mineiro passou por diversos domínios até ser incorporada definitivamente ao estado de Minas Gerais:

A descoberta de ouro na área ocidental próxima a Serra da Canastra, na margem do Rio Araguari (também denominado de Rio das Velhas), formaria o 1º núcleo de mineração regional, base da ulterior ocupação do Triângulo Mineiro. Nesta ocupação originária [...] daria origem o Julgado de Nossa Senhora do Desterro das Cachoeiras do Rio das Velhas do Desemboque, mais tarde, apenas Julgado de Desemboque, que abrangia o triângulo formado pelos Rios Grande e Paranaíba e parte do sul de Goiás [...] Desta incursão pioneira do bandeirantismo resultou a anexação desta área do atual Triângulo Mineiro aos domínios paulistas, ao qual pertenceu entre 1720 e 1748. [...] Como desdobramento desta ocupação, a partir de 1748 esta área passou aos domínios de Goiás e deste fez parte constitutiva até o ano de 1816. Foi somente a partir desta data, já na crise da mineração, que o atual Triângulo Mineiro passou a fazer parte de Minas Gerais (GUIMARÃES, 2004, p.4).

Essa região foi anexada ao território de Minas Gerais conforme Alvará de 4 de abril de 1816. Logo o Julgado de Desemboque se destacou como matriz inicial de onde foram fundados os municípios que formam na atualidade o Triângulo Mineiro, ocupado em sua maioria por habitantes originários do próprio estado. De modo que, “[...] no primeiro quartel do século XIX, surgiram os primeiros arraiais do Sertão da Farinha Pobre” (CARVALHO, 2004, p.61).⁴⁷ Segue abaixo o mapa de localização da região no século XIX.

⁴⁷ Nos anos iniciais de entrada dos primeiros bandeirantes na região, esta ficou conhecida como “Sertão da Farinha Podre” em decorrência do fato de que “[...] os comboios que vinham de São Paulo, com destino a Goiás, guardavam seus víveres de subsistência nas aldeias intermediárias da longa travessia, como reserva para a volta, poupando-se assim carregar peso supérfluo. Muitas vezes, porém, acontecia encontrarem deteriorados esses mantimentos, na volta da caravana; a farinha, armazenada precariamente, era a reserva que mais apodrecia. Daí que a região recebeu o nome estranho que aludimos” (NAVES; RIOS, 1988, p.14 *apud* RESENDE, 2006, p.46-47).

Mapa 1- Principais Rotas de Integração de Minas Gerais no Século XIX



Fonte: GUIMARÃES, Eduardo Nunes. *A influência paulista na formação econômica e social do Triângulo Mineiro*, 2004, p.8.

O povoamento das terras férteis que deram origem ao município de Uberaba por migrantes que vieram principalmente de outras partes do estado se expandiu a partir das primeiras décadas dos anos de 1800, juntamente com a disseminação da fé católica nessa localidade, antes habitada por aldeias indígenas, com destaque para a paróquia criada em 1820 sob a invocação de Santo Antônio e de São Sebastião.⁴⁸

Em 1831 foi criada a Vila de Araxá. Já em 22 de fevereiro de 1836 a Lei Provincial Mineira nº 28 elevou esse arraial a município desligando-se de Araxá e criando a Vila de Santo Antonio de Uberaba, fixando somente a grafia Uberaba, passando a ter autonomia política e administrativa.

⁴⁸ “[...] fundada a povoação e correndo a fama de fertilidade das terras, da exuberância das pastagens para a criação de gado, da suavidade do clima, numerosas famílias vindas de Oliveira, Itapeçirica, Formiga, Bagagem e de outros pontos, transportaram-se para Uberaba com todos os seus haveres” (MENDONÇA, 1974, p.26).

No que se refere à criação do atual município de Uberlândia, em 1863 foi inaugurada a primeira agência postal que daria origem a este. Em 1889 esta foi elevada a condição de Vila, e em 31 de agosto do mesmo ano passou a município pelo decreto nº 4643. Por fim, em 1892 instalou-se a Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha. Em seguida, essa cidade sofreu um crescente processo de desenvolvimento:

No final do século XIX e início do XX, o município alcançou um estágio de crescimento substancial. O mês de janeiro de 1897 via surgir “A Reforma”, o primeiro de uma série de jornais que circularam na cidade. Em 1889 chegava o Telégrafo Nacional, e em 1910, o presidente da Câmara Municipal assinava contrato com Carmino Coelho para exploração de serviços telefônicos. A conjunção dessa rede de comunicações, além de colocar o município em contato com as principais transformações, em nível nacional e internacional, fomentava também, cada vez mais, a vinda de imigrantes de vários estados da federação (CARVALHO, 2004, p.64).

Ainda de acordo com o mesmo autor, a política, a imprensa e a polícia formaram a base para impulsionar o desenvolvimento e o progresso do município. A política era controlada por fazendeiros, comerciantes e empresários, originários das primeiras famílias que povoaram essa terra. Já a imprensa seria a grande responsável pela veiculação dos ideários de ordem e progresso e a polícia cumpriria o papel de mantenedora da ordem e da disciplina.

Somente no ano de 1929, por determinação da Lei estadual número 1.128, essa cidade recebeu a denominação Uberlândia, *Uber* - proveniente do latim no sentido de fértil e *Land*-de origem germânica, significa terra, portanto Uberlândia se refere a “terra fértil” (TEIXEIRA, 1970).

Em relação à microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro, merece destaque a origem de Ituiutaba, seu município pólo. Tal área presenciou a chegada dos primeiros bandeirantes, vindos do Sul de Minas ainda no início do século XIX, os quais denominaram essas terras de “Campanhas do Tijuco”, em decorrência de sua localização às margens do Rio Tijuco.⁴⁹

A região foi habitada pelos índios “Caiapós” do grupo “Ge” ou “Tapuia” da tribo “Panariá”. Após a entrada dos bandeirantes foi se desenvolvendo um povoado em torno da

⁴⁹ O Rio Tijuco nascente em Minas Gerais, é afluente em sua margem esquerda do Rio Paranaíba, abrange uma área de aproximadamente 27% do Triângulo Mineiro, compreendendo partes dos municípios de Ituiutaba, Uberlândia, Uberaba, Veríssimo, Prata, Monte Alegre de Minas e Campina Verde. A área está localizada nos “Chapadões Tropicais do Brasil Central” de AB’SABER (1971) (SANTOS; BACCARO, 2004).

construção da “Capela de São José do Tijuco” no ano de 1832 (MARTINS; MEDEIROS, 2001).

Tal povoado passou por diversas denominações: “Distrito de São José do Tijuco” em 1839; “Curato de São José” em 1845; e “Freguesia de São José do Tijuco” pela primeira vez em 1839 e pela segunda vez em 1866. Somente no ano de 1901 foi emancipado como município, sendo conhecido como “Vila Platina” e finalmente Ituiutaba em 1915. O topônimo Ituiutaba criado pelo senador Camilo Chaves, de origem tupi guarani, significa povoação do Rio Tijuco, assim decomposto: I (rio), TUIU (tijuco) TABA (povoação) (BRANT, 1953).

Destaca-se o fato de que, a criação de vários municípios do Triângulo Mineiro associada ao povoamento em torno dos locais onde eram fundadas as capelas, foi fenômeno comum no Brasil desde o período colonial, em que os homens brancos em prol da dita “civilização”, utilizavam a doutrina católica como justificativa para dominar os indígenas.

O processo de urbanização e municipalização na região de modo geral, intensificou-se na primeira metade do século XIX. Já no final desse século essa localidade veio ganhando espaço agrário e comercial, principalmente com a instalação da estrada de ferro Mogiana, de forma que os municípios de Uberaba e Uberlândia já eram reconhecidos no grande centro econômico de São Paulo (ARAUJO; INÁCIO FILHO, 2005, p. 182).

Durante a Primeira República o crescimento da região foi incentivado pela agricultura e pecuária, sendo o município de Uberaba considerado de importância central para o Triângulo.

Também merece destaque o crescimento do Triângulo ativado pelo ‘boom’ do arroz nas terras mais altas após 1910 e pela integração com o mercado de São Paulo. Próximos a Uberaba no índice estavam Uberlândia (1923) e Araguari (1937), esta última um ponto de abastecimento das ferrovias para o sul de Goiás e a nova capital em Goiânia (WIRTH, 1982, p.64).

Nesse sentido, salienta-se que a produção de grãos em parceria com a criação de gado (como a raça Zebu) representou nesse período importante meio de desenvolvimento e crescimento econômico atrelado à expansão das ferrovias e rodovias associada à localização geográfica privilegiada que permitia a circulação dos bens produzidos.

A principal influência cultural exercida nessas terras deve-se ao interior do estado de São Paulo, em relação ao volume das transações comerciais e localidade geográfica e facilidade de comunicação (GONÇALVES NETO, 2007).

O Triângulo [...] era muito bem integrado ao mercado paulista. Por falta de transportes para Belo Horizonte, essa ‘região extensa e rica se comporta como se pertencesse a São Paulo e não a Minas; a troca de produtos é dificultada, as relações comerciais e mesmo os vínculos de polícia e rotina administrativa são atenuados’. Estimava-se que 95% de todos os bens vendidos no Triângulo em 1935 viessem de São Paulo, assim como 95% de seus produtos fossem para o mercado paulista (WIRTH, 1982, p.107).

Desse modo, entrou em evidência a influência do estado de São Paulo no Triângulo Mineiro durante o período de urbanização dessa região. Logo, a expansão econômica gerada pelo desenvolvimento da agricultura, pecuária e comércio, intensificados a partir da segunda metade do século XIX, abriu espaço para o desenvolvimento da imprensa.⁵⁰

O surgimento da imprensa escrita nessa localidade aconteceu ainda no século XIX, tendo como precursor o médico francês Henrique Raimundo Des Genettes com a colaboração de Borges Sampaio. Des Genettes já vinha desde o ano de 1853 registrando e divulgando os acontecimentos da região, mantendo correspondências com jornais do Rio de Janeiro e Niterói e acompanhando durante quarenta e sete anos as atividades de um dos maiores jornais brasileiros da época, *Jornal do Comércio* (PONTES, 1976). Tal fato demonstra que o surgimento da imprensa triangulina sofreu influências da grande imprensa carioca nesse período.

Des Genettes chegou ao Brasil no ano de 1840 passando pelas cidades do Rio de Janeiro, Ouro Preto, Oliveira e Araxá para se dedicar a atividade de exploração de diamantes. Logo depois em 1853 fixou residência em Uberaba, filiando-se ao Partido Liberal.

Em setembro de 1874 foi fundado por Des Genettes o primeiro jornal do “Sertão da Farinha Podre”, *O Paranahyba*, em homenagem ao então jovem José Paranaíba.

⁵⁰ O primeiro jornal de Minas Gerais que se tem registro foi o *Compilador Mineiro*, que surgiu no ano de 1823, por iniciativa do frei José Mariano da Conceição Veloso, naturalista mineiro que se transferiu para Lisboa em 1820 e que logo improvisou uma tipografia para a impressão desse periódico (ROMANCINI; LAGO, 2007).



Figura 1: Fac- símile da primeira página da primeira edição do jornal *O Paranahyba* do dia 1º de outubro de 1874

Fonte: BILHARINHO, 2007, p.112.

O primeiro jornal a ser impresso no Triângulo Mineiro também circulou nos estados de Goiás e Mato Grosso, dedicado aos interesses de uma elite aristocrática, veiculando notícias relacionadas à agricultura, comércio e indústria no sertão.⁵¹

O hebdomadário **O Paranaíba** só publicou 15 edições, sendo a 16ª tirada como nome de **Eco do Sertão** em janeiro de 1875. Era impresso em um modesto prelo manual que, mais tarde serviu para nele ser impressa a **Gazetinha**, de J. A. de Paiva Teixeira. O auspicioso acontecimento veio assinalar nas páginas da história do Triângulo um passo duplamente dado na vanguarda do seu progresso e o povo de Uberaba, com autoridade deve orgulhar-se de ter sido esta cidade o foco brilhante, onde pela primeira, irradiou a luz do progresso nas asas da sua imprensa própria (PONTES, *grifos do autor*, 1976, p. 125).

Assim ressalta-se que tais periódicos criados ainda no século XIX utilizavam-se das tipografias como agentes políticos e culturais de sociabilidade e difusão cultural no meio em

⁵¹ “A tipografia tinha sido adquirida no Rio de Janeiro, por João Modesto Batista, que a vendeu ao Dr. des Genettes [...] o prelo era manual, com alavancas e pesos. A oficina ficou entregue à direção de José Alexandre de Paiva Teixeira que veio de Moji-Mirim, a chamado do Dr. Genettes. No mesmo prelo foram impressos: O Eco do Sertão, O Beija-Flor, a primeira Gazeta de Uberaba, O Uberabense e O Relâmpago” (MENDONÇA, 1974, p.27).

que circulavam de forma que “[...] os redatores, tinham nome e rosto na sociedade que buscava se efetivar como nação brasileira. Eram com frequência, construtores do Estado nacional” (MARTINS; LUCA, 2015, p.39).

Nessa perspectiva, o termo “Sertão da Farinha Pobre” usado para designar a região, começou a cair em desuso pouco antes da chegada dos trilhos da ferrovia Mogiana e da Proclamação da República.

A denominação Triângulo Mineiro foi utilizada e divulgada pela primeira vez através da imprensa escrita, primeiramente pelo jornal *O Jaguará* de Sacramento, seguido de *O Uberabense* em 1884 e em 1887 com a criação do jornal *O Triângulo Mineiro*. A nova denominação surgiu em um contexto que evocava a “civilização dos povos”, buscando a “ordem e o progresso” (LOURENÇO, 2010).

Em 2 de julho de 1896 criou-se em Uberaba sob a direção do Cônego Aurélio Elias de Sousa o *Jornal de Uberaba*, tendo vários colaboradores políticos. Tal periódico quando atingiu seu nº 79 em 10 de outubro de 1897 foi transferido para a propriedade dos padres dominicanos locais, recebendo a denominação de *Correio Católico*. Logo passou a ser publicado diariamente sob o comando do Padre Armênio Cruz (PONTES, 1976).

A criação desse jornal, no final do século XIX, aconteceu em um momento de expansão da imprensa católica e de jornalistas eclesiásticos, movimento incentivado após a publicação pelo papa Leão XIII da *Carta*, de 25 de janeiro de 1882, a qual versava sobre a Imprensa Católica, mobilizando os intelectuais católicos e eclesiásticos para a utilização dos jornais como veículo de condução dos princípios morais religiosos.

Numa sociedade que caminhava para o distanciamento do modelo medieval cristão, a imprensa católica, inicialmente de iniciativa particular e depois organizada pela Igreja, tornou-se um dos principais elementos utilizados na evangelização dos povos na sociedade moderna (REMÉDIOS, 2003).

Tal periódico foi comercializado até o início da década de 1970, sendo durante os anos de 1950 e 1960 publicado diariamente em edições compostas por seis a oito páginas, sob a direção de padres e outros membros ligados à Igreja. Este trabalhou arduamente no intuito de persuadir a sociedade triangulina à valorização dos princípios cristãos católicos.

Logo é preciso compreender que as representações de imprensa que circulavam em determinado contexto também aglutinavam parte do imaginário social e de elementos culturais presentes na sociedade em questão.

O jornal *Lavoura e Comércio* publicado até o início dos anos 2000 foi fundado em 6 de julho de 1899 em Uberaba pelo então Agente Executivo do município Antonio Garcia

Adjunto, o qual permaneceu neste até o ano de 1903, quando foi vendido a Francisco Jardim, ocupando o posto de redator-chefe seu irmão Quintiliano Jardim até o seu falecimento ocorrido em outubro de 1966.

Como seu próprio título indicava, *Lavoura e Comércio* foi fundado para atender inicialmente aos anseios dos fazendeiros da região, se constituindo em marco histórico na imprensa uberabense. De início tinha o objetivo de realizar um protesto contra o imposto territorial rural considerado abusivo na época (PONTES, 1976).⁵²

Enfatiza-se a importância da influência política para a expansão da imprensa no município de Uberaba. Já que os jornais locais, assim como os regionais e nacionais, eram utilizados para a divulgação e defesa de determinados anseios políticos.⁵³

A partir de 1929 o *Lavoura e Comércio* passou a ter publicações diárias, atravessando desde seus primórdios várias dificuldades em sua confecção. Pois não havia eletricidade e o maquinário era tocado à mão. Para se formar uma palavra era necessário manusear letra por letra. Somente no ano de 1944 Quintiliano Jardim adquiriu a primeira máquina rotativa para impressão e dobra do interior de Minas Gerais, passando a circular em oito páginas.

Merece destaque o grande poder de difusão desse impresso, que no início da década de 1950 já publicava em média cinco mil e seiscentos exemplares, atingindo, segundo Pontes (1976), a maior venda do interior do país, sendo considerado órgão oficial de trinta e dois municípios do estado de Goiás, trabalhando com o *slogan* “Se o Lavoura não deu, em Uberaba não aconteceu”.⁵⁴

A ocasião do falecimento de seu redator Quintiliano Jardim em outubro de 1966, gerou comoção em toda a sociedade uberabense e nas localidades por onde tal impresso circulava, incluindo entidades de classe como os Centros Acadêmicos da Faculdade do Triângulo Mineiro e parte da imprensa regional, como o *Correio de Uberlândia*, os quais prestaram homenagens ao referido jornalista por ter dedicado sua vida a imprensa. Fato que indicava reconhecimento social desse periódico e de um de seus principais idealizadores.

⁵² “Iniciou como bi-semanário, aos domingos e quintas-feiras até 1903; passou a semanário desta data até 1907; de 1907 até 6 de julho de 1913 voltou a publicar-se duas vezes por semana; em 6 de julho de 1913 iniciou sua publicação tri-semanal, circulando a tarde nos domingos e às quartas e sextas-feiras; retornando a base bi-semanal em 6 de julho de 1916” (PONTES, 1976 p. 131-132).

⁵³ O primeiro jornal de caráter propriamente político criado em Uberaba foi o *Beija-Flor* e, em seguida o *Correio Uberabense*, órgão do Partido Liberal, fundado em maio de 1880. Entre os anos de 1880 a 1945, circularam nesse município em média 130 periódicos articulados a partidos políticos ou as associações de classe existentes na região (PONTES, 1976).

⁵⁴ “O jornal Lavoura e Comércio foi escrito com sangue, suor e lágrimas. Perderam dois redatores assassinados. O primeiro foi João Camelo em 1915 e Moisés Santana em 1922. Neste ano além do assassinato de Moisés Santana o Lavoura e Comércio sofreu um atentado. Elementos não identificados atearam fogo na sede do jornal” (PONTES, 1976, s.p).

Em relação aos dois diários que circularam em Uberaba durante as décadas de 1950 e 1960, *Correio Católico* e *Lavoura e Comércio*, foi evidente tentativas de parcerias entre esses, no que se refere às decisões tomadas quanto ao custo repassado ao público leitor. Como indicava a nota “Correio Católico e Lavoura e Comércio”, publicada no *Correio Católico* em 31 de julho de 1956, a qual mencionava o possível acordo entre estes, estabelecendo preço comum para os dois impressos.

CORREIO CATÓLICO
E
LAVOURA E COMERCIO

Os jornais abaixo indicados pelos seus diretores que esta subscrevem, resolveram tomar as seguintes medidas ditadas pela realidade financeira e econômica da imprensa interiorana :

- a) Elevar para Cr\$ 2,00 o preço do exemplar de suas folhas;
- b) Fixar em Cr\$ 250,00, a partir de Setembro próximo, as assinaturas novas ou as que forem renovadas ;
- c) Estabelecer novas bases para sua tabela de anúncios e de qualquer matéria de publicidade paga.

Desejamos salientar, nesta oportunidade, que resolvemos adotar essa providência muito a contragosto, obedecendo, unicamente o verdadeiro imperativo de ordem econômica e financeira que envolve a própria sobrevivência das nossas empresas.

Não há exagero ou força de expressão no que dizemos. Estamos diante deste dilema: — proceder a uma revisão nas nossas tabelas de preços ou suspender as nossas atividades.

Uma verdadeira onda de aumentos desabou sobre as organizações jornalísticas: — elevação das taxas postais e telegráficas, do papel, tinta, material tipográfico, transporte, etc.

A revisão salarial, agora procedida passando de Cr\$ 2.100,00 para Cr\$ 3.300 o salário mínimo nesta cidade, criou novos e pesados onus para as nossas empresas, exigindo-nos providências imediatas para cobrir as despesas e nos permitir prosseguir nas nossas atividades, já ameaçadas de caírem no regime deficitário.

Diante disso, resolvemos, em conjunto, depois de estudo minucioso da situação fazer as modificações, nas nossas tabelas de preços, que estão acima indicadas.

Estamos certos de que os nossos prezados amigos, leitores e anunciantes, saberão compreender os motivos que nos levaram a tomar uma decisão, que, a todo custo, procuramos evitar, durante muito tempo, rendendo-nos, às circunstâncias só quando as mesmas se tornarem insuperáveis agravadas pelos últimos aumentos e recolhimentos aos institutos de previdência determinados pelas providências governamentais.

Na certeza de que a sinceridade com que nos exprimimos, mostrando o que realmente se passa no plano econômico e financeiro da imprensa do interior encontrará acolhida e apoio na compreensão de nossos amigos e leitores, agradecemos-lhes, desde já a sua colaboração nesta emergência.

a.) PE. ANTONIO THOMAZ FIALHO — Diretor do «Correio Católico».

a.) QUINTILIANO JARDIM — Diretor de «Lavoura e Comércio».

Figura 2: Nota esclarecedora sobre o aumento repassado ao público leitor do preço dos jornais *Correio Católico* e *Lavoura e Comércio*
Fonte: *Correio Católico*, 31/07/1956.

A longevidade do *Lavoura e Comércio*, o qual circulou por mais de um século, demonstra sua importância jornalística, política e histórica, bem como seu reconhecimento social na região. De modo que, este através de sua ótica, registrou, acompanhou e participou de importantes acontecimentos sociais, econômicos e políticos de Uberaba e do Triângulo Mineiro durante todo o século XX.

Em 17 de janeiro de 1897 foi criado *A Reforma*, primeiro jornal do município de São Pedro do Uberabinha, atual Uberlândia, pelo professor João Luiz da Silva, conhecido como fundador da imprensa neste. No ano seguinte, a tipografia foi comprada pela Câmara Municipal, que atuou a frente dessa por nove anos, permitindo a impressão dos periódicos *Gazeta de Uberabinha*, *Cidade de Uberabinha* e *A Semana* (SANTOS, 2009).

Ainda de acordo com Santos (2009), os primeiros jornais criados em São Pedro do Uberabinha contribuíram para a emancipação política do município em relação à cidade de Uberaba. Fato que demonstrava o engajamento político desses veículos impressos, sinalizando a parceria entre imprensa e política, importantes para a formação intelectual dessa cidade.

Durante a Primeira República (1889-1930), se observa na imprensa da região a difusão dos ideários republicanos de civilização, progresso, pátria e liberdade, caminhando lado a lado com as concepções tradicionais da Igreja Católica (CARVALHO; INÁCIO FILHO, 2007).

Tais ideários foram amplamente difundidos pela elite letrada nos periódicos do Triângulo Mineiro durante toda a primeira metade do século XX. De modo que, a educação foi considerada mola propulsora para o desenvolvimento nacional.

Desse modo, o seu discurso vinha ao encontro da necessidade das elites locais de organizar a cidade de Uberlândia, dentro da urbanidade e civilidade, pois a sociedade evoluiria naturalmente e a cidade deveria acompanhar essa evolução, enquadrando-se às novas exigências econômicas e sociais, em decorrência do crescente processo de urbanização vivenciado pelo país. E a educação foi utilizada como instrumento para se promover esse ajustamento social (CARVALHO; *et. al*, 2002, p.80).

Foi comum nesse período a veiculação de matérias jornalísticas com um forte apelo à criação de escolas para atender a necessidade de mão de obra qualificada para o progresso econômico dos municípios.

Ressalta-se que a criação dos primeiros grupos escolares no Triângulo Mineiro ocorreu no início do século XX, após a aprovação em 1906 da “Reforma João Pinheiro” em Minas Gerais. Tais instituições se tornaram núcleos de propagação de preceitos de civilidade

e moralidade, compatíveis com os ideários republicanos divulgados na época (ARAÚJO; SOUZA, 2012).

No entanto, a expansão da escola primária no formato de grupos escolares não atendeu a população de forma efetiva, de modo que ainda ocorria a prevalência do analfabetismo até a década de 1930. Nos anos de 1940 havia a supremacia do ensino privado na região. Somente a partir da segunda metade do século XX que o poder público começou a investir na extensão das escolas públicas. Ação esta amplamente noticiada pela imprensa regional e acompanhada da precariedade de condições físicas e materiais.

A incitação ao processo de escolarização de jovens e adultos veiculado nos jornais escritos desse contexto funcionava como importante meio de “[...] assegurar a estabilidade das instituições através da integração das massas marginalizadas ao processo político em um instrumento para a preservação da paz social, tendo na imprensa um elemento importante de propagação desse pensamento [...]” (CARVALHO; *et. al*, 2002, p.84). Desse modo, para o desvendamento da história deve-se atentar aos interesses e as obscuridades presentes nos periódicos, já que estes funcionaram como eficazes instrumentos de propagação de imaginários pertencentes a uma elite letrada.

No ano de 1925 foi criado o jornal *O Repórter*, impresso utilizado nesse estudo que circulou em Uberlândia até o ano de 1963. Este se apresentava como diário vespertino independente e tinha como diretor e sócio proprietário João de Oliveira.

Em 5 de agosto de 1963 *O Repórter* lançou sua nova equipe noticiosa, devido ao fato deste ter sido vendido a Gráfica Editora OVD de São Paulo, passando a ser propriedade de João Vinicius de Carvalho Daher e dirigido por Glan Franco Bolzon, como destacou a manchete da referida data.



Figura 3: Manchete divulgando a nova equipe de produção do jornal

Fonte: *O Repórter*, 05/08/1963.

No entanto, a troca de proprietário e equipe redatora não foi bem sucedida, por motivos ainda desconhecidos nesse estudo, e no dia 29 de outubro de 1963 saiu o último número desse jornal, que encerrou suas edições.

O *Correio de Uberlândia*, também pertencente ao município de Uberlândia, foi fundado em 1938 pelo produtor rural de Ribeirão Preto, José Honório Junqueira, proprietário de outros sete jornais, o qual concedeu a seu filho Luiz Nelson Junqueira a responsabilidade com esse impresso, que logo tratou de contratar Abelardo Teixeira como seu redator-chefe. Tal periódico, que representava os interesses dos grupos sociais que estavam no poder, contribuiu de forma efetiva para a consolidação do imaginário político e social de Uberlândia enquanto município em processo ativo de desenvolvimento (ARAÚJO, 2007).

Ressalta-se que esse impresso desde os anos de 1940 pertenceu a empresários e políticos ligados a UDN. Dentre seus dirigentes destacam-se os nomes de João Naves de Ávila, Nicomedes Alves dos Santos, Alexandrino Garcia e Valdir Melgaço Barbosa (FERNANDES, 2008). Este último assumiu a direção do jornal em 1952, permanecendo neste durante os anos de 1950 e 1960.

Desse modo, evidencia-se que o posicionamento político do *Correio de Uberlândia* esteve direcionado a UDN, partido formado no ano de 1945 por oligarquias de orientação econômica liberal que faziam oposição a Getúlio Vargas. Tal partido teve forte influência em

Minas Gerais, representado por dirigentes políticos da região como Afonso e Virgílio Arinos de Melo Franco.

Ainda de acordo com Fernandes (2008), na década de 1950, tal periódico foi vendido para Agenor Garcia, irmão do comendador Alexandrino Garcia (ambos ligados à UDN), permanecendo sob a propriedade dessa família até o ano 1971, quando foi vendido a Sergio Martinelli, proprietário até 1986, ocasião em que o jornal retornou ao comando da família Garcia por meio de sua compra pelo grupo ALGAR.

Nos anos de 1950 e 1960 o *Correio de Uberlândia* adotou estratégias políticas para atrair seu público leitor, buscando sempre demonstrar militância em relação a melhorias para o município. Assim como indicava o discurso desse impresso na sessão comemorativa de seu vigésimo quarto aniversário:

[...] Do início de suas atividades até à data presente, memoráveis foram as campanhas que movimentamos. Grandes e nobres foram às causas por nós defendidas. O apoio, o incentivo, a indispensável solidariedade da gente uberlandense, nos animaram muito nesta arrancada em direção aos destinos a que nos propusemos quando iniciamos a luta [...] (*Correio de Uberlândia*, 07/02/1961).

Merece destaque a promissora carreira política de seu diretor Valdir Melgaço Barbosa, que a frente desse importante veículo de comunicação conquistou cargo de vereador de Uberlândia e deputado estadual pela UDN. Como se pode perceber na seguinte manchete destacando o prestígio político do diretor do jornal que obteve expressiva votação nos municípios da região:



Figura 4: Manchete exaltando a vitória de Valdir Melgaço nas eleições para deputado estadual do ano de 1966

Fonte: *Correio de Uberlândia*, 21/10/1966.

Nesse sentido, se pondera que o *Correio de Uberlândia* durante as décadas de 1950 e 1960 funcionou como importante veículo informativo direcionado por fortes tendências políticas.

Logo, a memória produzida pelo jornal *Correio de Uberlândia* na década de 1960 é representativa de frações de classe, com um projeto de sociedade que se queria edificar, uma visão de mundo apresentada de certas formas com intenções e objetivos, que não são determinados, mas influenciados pela presença política da UDN por meio de seus proprietários ediretores (FERNANDES, 2008, p.27).

Em 13 de maio de 1966 foi inaugurado em Uberlândia o jornal *Tribuna de Minas*, publicado três vezes por semana, sob a direção de Cônego Antônio Afonso da Cunha e como redator Antonio Pereira da Silva. Logo se pode evidenciar a influência da Igreja Católica na circulação de ideários pela sociedade local.

Em relação à imprensa no município de Ituiutaba, salienta-se que a fundação do primeiro jornal ocorreu em 1901, com a circulação do impresso *Villa Platina*, no mesmo ano de emancipação política da cidade. Em seguida foram criados os jornais *Gazeta Platinense*,

1913; *O Tagarella*, 1913 (humorístico); *A Alvorada*, 1914 a 1917; *A Tesoura*, 1917 (humorístico); *O Porvir*, 1918 a 1919; *O Sertão*, 1919 a 1934; *A Colméia*-1927; *Jornal de Ituyutaba*, 1934 a 1952; *O Vencedor* 1935 (pensamento estudantil); *O Kapeta*, 1935; *Folha da Semana*, 1943 a 1944; *Saneando*, 1946 (Jornal da Congregação Espírita); *Gazeta de Ituiutaba*, 1949 a 1951; e *O Autonomista*, 1951 (FRANCO, 2014).

De modo geral, a imprensa em Minas Gerais no início do século XX foi uma atividade bem desenvolvida, ocupando este estado, de acordo com John Wirth, a segunda posição em relação à quantidade de periódicos existentes em todo o país até o ano de 1933. Observa-se o quadro abaixo, o número de jornais que circularam em cada região mineira no período de 1897 a 1940:

Quadro 3 - A Imprensa Periódica em Minas Gerais (1897-1940)

ZONA	1897	1905-6	1920	1940
Norte	05	12	13	12
Leste	01	03	09	03
Centro	22	42	42	42
Triângulo	12	14	20	35
Oeste	18	19	21	21
Sul	39	56	79	67
Mata	31	49	82	93
TOTAL	128	195	266	273

Fonte: WIRTH, John. *O Fiel da Balança*, 1982, p.134.

Por meio do quadro acima se pode perceber o progressivo crescimento do número de impressos que circulavam por todo o estado, de forma que na década de 1940, o Triângulo ocupava a quarta posição no número de periódicos existentes em Minas Gerais, representando cerca de 12,8% do total das publicações.

Em pesquisas anteriores, foi possível identificar um pouco da história dos jornais de Ituiutaba que circularam durante as décadas de 1950 e 1960. Visto que, estes impressos relatam em suas páginas um pouco de suas histórias, assim como é indicado a seguir:

Folha de Ituiutaba foi inaugurado em 04/07/1942 e teve suas atividades interrompidas em abril de 1964. Era impresso em quatro páginas, bissemanário, de propriedade de Ercílio Domingues da Silva, tendo como redatores Geraldo Sétimo Moreira e Manoel Agostinho; *Correio do Pontal*

teve sua primeira edição em 19/01/1956 e circulou semanalmente até o ano de 1960 em quatro páginas. Seu diretor-proprietário era Pedro de Lourdes Moraes e contava com a participação de colaboradores diversos; *Correio do Triângulo* transitou durante o período de fevereiro de 1959 a novembro de 1965, semanalmente em seis páginas. Era pertencente a Benjamin Dias Barbosa, tinha como diretor e redator Jayme Gonzaga Jayme e como diretor comercial Joaquim Pires das Neves; *Cidade de Ituiutaba* foi inaugurado em 25/12/1965 por iniciativa de seu diretor-redator Benjamin Dias Barbosa, semanário, impresso em quatro páginas até o ano de 1972, quando passa a circular bissemanalmente, no ano seguinte torna-se trissemanário, e diário em 1974, sendo vendido no ano de 1976. *Município de Ituiutaba* foi editado semanalmente durante os anos de 1967 a 1970, em seis páginas, era controlado por órgão oficial do município (FRANCO, 2014, p. 20).⁵⁵

Foi perceptível que em Ituiutaba nesse momento a grande atuação no ramo jornalístico foi do editor Benjamin Dias Barbosa, sócio proprietário de dois dos cinco jornais citados acima, de forma que este se dedicou de forma intensa a essa atividade entre os anos de 1950 e 1970. Tal jornalista durante o período em questão trabalhou no sentido de defender os interesses das elites econômicas dirigentes do município que estavam sob o domínio dos grandes fazendeiros.

Nesse período todos os periódicos eram de iniciativa privada, patrocinados por seus anunciantes e colaboradores, exceto o jornal *Município de Ituiutaba*, que foi um órgão informativo oficial do município. Este era utilizado como arma política, apresentava o intuito de divulgar a população os empreendimentos realizados pela prefeitura, em favor da gestão vigente no período de sua circulação (FRANCO, 2014).⁵⁶

De modo geral, verificou-se a ligação dos proprietários dos jornais com a política na região. Ao passo que, por meio desses veículos impressos seus dirigentes vislumbravam a possibilidade de conquistarem prestígio e reconhecimento políticos em diversos setores da sociedade.

Nesse sentido corrobora-se com o entendimento do norte-americano John Wirth (1982) em análise sobre a imprensa em Minas Gerais após a Proclamação da República:

A imprensa local foi outro marco do regionalismo mineiro. De maneira geral, um jornal de cidade pequena continha notícias políticas e anúncios comerciais numa edição semanal de 500 cópias. Geralmente pertencia ao chefe político do local, cujo domínio era disputado por um chefe rival com

⁵⁵ O jornal *Correio do Triângulo* criado em 1959, apresentou inconstância na sua periodicidade, passando por períodos de paralisações em suas publicações, retornando com força total em abril de 1964, após o fechamento da *Folha de Ituiutaba*, até novembro de 1965. Após um mês de seu encerramento, Benjamin Dias Barbosa, um de seus sócios proprietários, criou o novo título *Cidade de Ituiutaba* que circulou até 1976.

⁵⁶ Tal impresso não é citado como fonte nesse estudo, já que em pesquisas anteriores se constatou a escassez de notícias que abordavam as entidades discentes locais e o movimento estudantil em geral.

sua própria imprensa. Fica evidente que os jornais desempenharam uma função primordial na política local. Como foro para o debate verbal, a imprensa deu às celebridades locais um meio de sustentar a violência em nível menor, sem tiroteios ou assassinatos [...] os números de jornais (quase sempre efêmeros) dedicados à literatura e ao humor em segundo lugar dentre as publicações de interesses especializados, depois da imprensa religiosa. A imprensa foi um pilar para a política, comércio e cultura no centro de gravidade do estado, a nível local (WIRTH, 1982, p.131).

Nessa perspectiva salienta-se a participação de parte da imprensa nos anos de 1950 no movimento emancipacionista do Triângulo Mineiro em relação ao estado de Minas Gerais. Tal movimento defendia a criação de um novo estado para seu maior desenvolvimento industrial, luta essa empreendida desde o século XIX.

Os políticos da região com o apoio do movimento estudantil, representado pela União Triangulina dos Estudantes Secundaristas (UTES) e da imprensa, com especial destaque para os jornais: *Lavoura e Comércio* de Uberaba; e dos impressos tijucanos, *Folha de Ituiutaba*, *Gazeta de Ituiutaba* e *O Autonomista*, de Benjamin Dias Barbosa e Manoel Agostinho, o qual circulou exclusivamente em defesa da causa durante o ano de 1951, alegavam que o Triângulo, uma das mais ricas regiões de Minas, estava sendo prejudicada em relação à distribuição dos recursos financeiros.

Apesar das iniciativas empreendidas pelos diversos setores da sociedade triangulina, no final da década de 1960, o então governador de Minas Gerais Israel Pinheiro desenvolveu medidas que paralisaram o movimento. Este foi retomado somente no ano de 1973, mas devido a divergências políticas nunca conseguiu atingir seu maior objetivo (OLIVEIRA, 1992).

Durante a segunda metade do século XX também era comum a articulação dos proprietários de jornais da região em defesa dos direitos representados pela categoria. Assim acontecia ao final de cada ano, sediada em uma das cidades pólo, Ituiutaba, Uberaba ou Uberlândia a semana do jornalismo com a reunião dos principais jornalistas para a discussão de causas comuns, a qual era noticiada por esses veículos impressos. Assim como demonstrava o artigo “Problemas da imprensa debatidos na Semana do Jornalismo”:

Prosseguiram nesta semana os trabalhos da Semana do Jornalismo do Triângulo Mineiro, movimento levado a efeito sob os auspícios da FUNDAÇÃO LEÃO XIII, com o objetivo de reunir em torno de candentes problemas da imprensa homens da pena de todo o Triângulo Mineiro e criar o clima propício para o lançamento que se espera para a breve do diário católico desta diocese (*Correio Católico*, 05/12/ 1953).

A abertura de tal evento contou com a palestra “Visão teológica da imprensa”. Logo é perceptível a influência da Igreja Católica no direcionamento dos princípios éticos e morais que deveriam nortear as publicações dos impressos presentes na região. Nesse sentido, concorda-se com Faria Filho (2002, p.134) ao analisar a imprensa em Minas Gerais:

Também aqui, como em outros lugares do mundo, o jornal foi visto como uma importante estratégia de construção de consensos, de propaganda política e religiosa, de produção de novas sensibilidades, maneiras e costumes. Sobretudo, os jornais foram vistos como importante estratégia educativa.

Desse modo se pode inferir que as representações veiculadas sob a forma de matérias jornalísticas apresentavam o caráter influenciador, por meio da divulgação de certas condutas e costumes aceitáveis ou não na sociedade de então.

Um dos dispositivos privilegiados para forjar o sujeito/cidadão é a imprensa, portadora e produtora de significações. A partir da necessidade de informar sobre fatos, opiniões e acontecimentos, a imprensa procura engendrar uma mentalidade – *uma certa maneira de ver* - no seu destinatário, constituindo um público-leitor [...] Nessa perspectiva, a imprensa cria um espaço público através do seu discurso – social e simbólico – agindo como mediador cultural e ideológico privilegiado entre o público e o privado, fixa sentidos, organiza relações e disciplina conflitos (BASTOS, 2002, p.152).

Nesse sentido, o discurso jornalístico deve ser interpretado como instrumento carregado de intencionalidades, o qual promove práticas e privilegia algumas informações em detrimento de outras, buscando persuadir seu público-leitor.

A imprensa no Triângulo Mineiro, assim como em nível nacional, também passou na segunda metade do século XX por um processo de modernização na confecção de seus impressos. Tal como indicou a manchete do jornal *Folha de Ituiutaba* de 7 de maio de 1960: “Um marco no progresso da imprensa triangulina – Dotada a Fôlha de uma linotipo - a primeira a ser instalada no Pontal do Triângulo Mineiro” (*sic*). Esta anunciava o seu pioneirismo na aquisição de uma máquina linotipo para a impressão mecânica do jornal, abandonando o processo de produção manual.



Figura 5: Manchete anunciando a aquisição da primeira linotipo na imprensa do Pontal do Triângulo Mineiro

Fonte: *Folha de Ituiutaba*, 07/05/1960.

Torna-se importante ressaltar que a partir dos anos de 1950, assim como em nível nacional, a região passava por um processo de modernização e urbanização decorrentes do desenvolvimento comercial e agrícola. Nesse cenário, o município de Ituiutaba foi conhecido nacionalmente como “capital do arroz”, em decorrência do grande volume de produção desse grão.

Após o golpe civil-militar, a imprensa e os jornalistas mineiros também foram vítimas do autoritarismo e da censura impostos pelo governo ditador, como revelou o seguinte artigo: “Censurados pelo governo: Jornalistas de Minas condenados a 9 anos”.

Belo Horizonte (26)- SE – O Conselho Extraordinário da Justiça da IV Região Militar de Juiz de Fora condenou ontem as penas de 6 a 9 anos de

prisão os jornalistas Guy Afonso de Almeida, José Fonseca e Wânia Santana [...] Os intelectuais condenados, acusados de atividades subversivas, estão asilados em Embaixadas no Rio ou já viajaram para o exterior (*Lavoura e Comércio*, 26/03/1966).

Nesse contexto, não somente a imprensa das capitais sofreu duros golpes contra a liberdade de expressão, mas também parte da região do Triângulo Mineiro. Imediatamente após o golpe de 1964, o jornal *Folha de Ituiutaba* foi acusado de veicular ideários subversivos, o que o levou a sérias consequências, observa-se:

No rastro das arbitrariedades do Comando Revolucionário o fechamento de A Folha de Ituiutaba, detenção de Ercílio Domingues e Geraldo Sétimo, diretor e redator do jornal, respectivamente. Todas as edições anteriores foram apreendidas e a publicação desativada de abril/64 até o início de 1982. Com autorização do Senhor Ercílio, a tradicional folha voltou a circular sob a direção de Rodolfo (OLIVEIRA, 2004, p. 263).

A interdição da *Folha de Ituiutaba* durante o período de aproximadamente dezoito anos e as prisões de seu diretor e redator, se deu devido a este apresentar tendência política progressista, inspirada em valores nacionalistas e em defesa dos interesses dos trabalhadores.

No ano de 1963, esse jornal também se apresentou favorável as reformas de base apresentadas pelo governo de João Goulart, como demonstrou o editorial “De como fazer omelete sem quebrar o ovo”, o qual afirmava que:

Nêsse assunto de reformas de base - Reforma Agrária, sobretudo - temos nossa posição definida. Propugnamos por elas e apoiamos a proposta do Govêrno da União por sua consecução (*sic*) (*Folha de Ituiutaba*, 20/07/1963).

Assim verifica-se que a *Folha de Ituiutaba* se alinhava a uma tendência nacionalista, a qual apontava para a necessidade de disciplinar a remessa de lucros e o controle de *royalties*, além de apoiar a nacionalização de empresas estrangeiras e encarar a reforma agrária como meio de recuperação social e econômico da população rural (FERREIRA, 2017).

O referido impresso apoiou o grupo de políticos locais, prefeito, vice-prefeito e vereadores de Ituiutaba que perderam seus cargos a custa de sérias ameaças e violência, por estarem ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mesmo partido do presidente deposto, João Goulart.

Tal golpe foi articulado pelo político ligado a UDN que logo assumiu o cargo de prefeito local, o qual convocou um “Comando Militar de Inquérito”, composto pelo Capitão

Heck, acompanhados por militares fortemente armados, que aplicaram medidas altamente repressivas à sociedade local (MIGUEL, 2003).

Esse acontecimento foi divulgado pelo *Correio de Uberlândia*, mas de forma distorcida e sob a ótica do novo governo implantado, como se pode evidenciar na manchete “Ituiutaba: prefeito e vice renunciaram” (30/05/1964):

Após a renúncia do prefeito de Ituiutaba, acompanhada de igual procedimento do vice, srs. José Arcênio de Paula e Rodolfo Leite, novos nomes aparecem, sob a acusação de ligações com o deposto governo Goulart e prática de atividades corruptoras e comunistas. A comissão de inquérito que está trabalhando na cidade, realiza um trabalho completo, com base em fatos reais, preservando, acima de tudo o ambiente de tranquilidade na família ituiutabana. RENUNCIARAM.

Além da manchete acima, a qual chamava a atenção da população para o fato ocorrido de forma a camuflar a real situação política vivenciada no país e na região, outras foram em seguida publicadas: “Ituiutaba: 12 vereadores fora da ação política” (31/05/1964); e “Rech regressará hoje de Ituiutaba” (06/06/1964).

Com base na leitura de tais noticiários, observa-se que o *Correio de Uberlândia* assumiu nesse momento uma postura compatível com os interesses proferidos pelos militares, não revelando o verdadeiro cenário de violência e repressão instituída aos supostos “comunistas”, os quais representavam os interesses nacionalistas e trabalhistas.

Da mesma forma, há que se destacar o silenciamento da imprensa quanto à interdição da *Folha de Ituiutaba* e as prisões de seu diretor e redator. Certamente tal assunto foi considerado “delicado” de se tratar, já que representava uma séria ameaça do novo governo aos jornalistas e aos impressos nessa região, que passavam a se constituir como uma das vítimas da censura e coerção.⁵⁷

Todavia é importante destacar que, após a interdição da *Folha de Ituiutaba*, o jornal *Correio do Triângulo*, representante dos produtores rurais da microrregião do Pontal Mineiro, assumiu o controle da imprensa local com um discurso de legitimação do novo governo instituído.

⁵⁷ Assim como o jornal *Folha de Ituiutaba*, um grande número de impressos foram fechados por todo o país pelo golpe de 1964. Dentre esses, pode-se citar alguns títulos como: “[...] *O Binômio*, jornal de sátira e crítica política produzido em Belo Horizonte; *O Semanário*, jornal de orientação nacionalista; *Brasil Urgente*, informativo católico; *Panfleto*, jornal da Frente de Mobilização Popular (Brizolista); *Política Operária*, tabloide da *Nova esquerda*; os semanários clandestinos *Novos Rumos* e *A Classe Operária*, que eram jornais ligados ao PCB; e *A Liga*, do movimento das Ligas Camponesas” (FERREIRA, 2017, p. 97).

Não era essencial apenas impedir que a *Folha* continuasse publicando e divulgando as ideias nas suas páginas. Era indispensável colocar um novo produto em seu lugar, que faria o mesmo papel de imprensa local da *Folha*, mas com a missão de porta-voz de outras políticas e como um legitimador da nova ordem imposta. Como a política é um jogo de forças, decomposta uma dessas forças, outra toma o seu espaço num todo. E, nesse contexto, ressurgiu o *Correio do Triângulo*, ocupando o vácuo político e econômico que foi criado com o fim da *Folha de Ituiutaba* (FERREIRA, 2017, p.98).

Durante todo seu período de circulação, o *Correio do Triângulo* veiculou na sociedade local ideários anticomunistas. Este era produzido no âmbito da Associação Rural de Ituiutaba, entidade composta por produtores rurais que foram ligados a UDN.

Após dois anos de governo autoritário, o *Correio Católico*, mesmo que de forma sutil, pois este temia ser alvo de repressão, não deixava de defender a liberdade de expressão do jornalismo, reivindicada pela Associação Brasileira de Imprensa, assim como revelou o artigo “Ainda a liberdade da imprensa”:

A Associação Brasileira de Imprensa segundo manifestação de seu presidente, o jornalista Danton Jobim é contrária a quaisquer alterações na vigente lei de imprensa no momento presente [...] Com os poderes de que está investido, poderá o Governo Revolucionário praticar outras alterações na legislação da imprensa. Dada porém a sua delicadeza, não é prudente que o faça, numa hora de certa tensão. Sobretudo que é evidente que a atual contém as disposições necessárias para, por um lado garantir a liberdade de imprensa, e por outro, para assegurar aos ofendidos o processamento dos infratores. O Governo da Revolução declara-se empenhado em restaurar a democracia no país, e manifestações concretas desse empenho tem sido a manutenção do Parlamento e da liberdade de imprensa (*sic*) (*Correio Católico*, 01/08/1966).

A publicação de artigos de conteúdo semelhante ao indicado acima, discutindo a relação do governo com a liberdade de expressão, foi comum na grande imprensa nacional durante toda a década de 1950 até o ano de 1968 quando ocorreu o recrudescimento da ação repressiva do governo à sociedade civil.

De modo geral é perceptível a articulação dos periódicos triangulinos com o poder público local. Fato que não se dissocia da história dos impressos em nível nacional. Já que as representações de imprensa funcionam como importantes instrumentos de poder em qualquer sociedade.

Em suma, acredita-se que a maior parte dos jornais no Triângulo Mineiro, desde seus primórdios ainda no século XIX até o final da década de 1960, esteve articulada a setores da sociedade que exerciam fortes influências nessa região, assim como a Igreja Católica, partidos

políticos que disputavam o poder e associações de classe, como a dos fazendeiros e comerciantes locais. Foi a partir desse entendimento que se buscou analisar as principais representações de imprensa relativas à juventude estudantil que circularam nesse contexto.

CAPÍTULO II

OS ORGANISMOS ESTUDANTIS NOS JORNAIS TRIANGULINOS

“Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não
Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Vem, vamos embora, que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer [...]”
(VANDRÉ, 1968).

Apresenta-se inicialmente, por meio de revisão bibliográfica e de importantes jornais que circularam no Triângulo Mineiro durante as décadas de 1950 e 1960, uma breve discussão sobre o cenário de criação de algumas das principais instituições de ensino secundário e superior nessa região, como forma de contextualizar o ambiente histórico onde as organizações discentes desse período se desenvolveram.

Em seguida busca-se abordar, de modo geral, as principais características das entidades estudantis dos municípios de Uberaba, Uberlândia e Ituiutaba, através da imprensa escrita dessas cidades, a qual formulava representações que contribuíram para a formação do imaginário coletivo sobre a juventude nesse período.⁵⁸ Logo são analisadas matérias jornalísticas relacionadas às criações e eleições desses órgãos, bem como à realização de conferências, congressos e reuniões direcionados aos alunos do ensino secundário e superior.

Além dos periódicos que circularam no referido contexto, a principal fonte desta pesquisa, recorreu-se à revisão de literatura especializada, obras de autores memorialistas locais, livro de Atas da União Estudantil de Uberaba e Relatórios da Diretoria do Diretório Central dos Estudantes do Triângulo Mineiro.

⁵⁸ A sequência adotada em relação à discussão sobre o movimento estudantil de Uberaba, Uberlândia e Ituiutaba obedeceu à ordem de surgimento de importantes entidades discentes nos respectivos municípios.

II. 1- Breve contexto histórico educacional da região

Inicialmente é abordado o cenário histórico de criação de importantes escolas secundaristas de Uberaba, Uberlândia e Ituiutaba respectivamente, de acordo com o processo de instalação destas. Em seguida, são apresentados alguns dados sobre o analfabetismo nessas cidades, para uma melhor compreensão do cenário educacional em discussão. Logo, nesta mesma ordem, é traçado um panorama sobre a chegada do ensino superior nesses municípios até o final dos anos de 1960, momento de expansão desse nível de ensino e consequentemente do número de estudantes e de suas entidades representativas.

O primeiro estabelecimento de ensino secundário de Uberaba que se tem registro foi o Colégio Cuiabá de iniciativa privada, fundado no ano de 1854. Em seguida, Des Genettes, pioneiro na fundação da imprensa na região, como foi discutido anteriormente, também atuou no campo educacional com a criação do Colégio Des Genettes em 1859 (MENDONÇA, 1974).

A origem dos colégios nesse município também esteve articulada a congregações religiosas, como a fundação do Colégio Nossa Senhora das Dores, no ano de 1885, ligado à Congregação das Irmãs Dominicanas francesas. Em seguida, no ano de 1903 foi criado o Colégio Marista Diocesano da Congregação dos Irmãos Maristas (GATTI JR.; *et. al*, 1997).⁵⁹

Na década de 1940 destaca-se o empreendimento liderado pelo professor Mário de Ascensão Palmério na instalação de mais um curso secundário no município, voltado para o atendimento de classes médias.

Em 1943 foi instalado no Liceu o ensino secundário, passando a ser denominado como Ginásio do Triângulo Mineiro. No ano de 1944, por meio do Decreto 22.523, o Ginásio do Triângulo Mineiro foi autorizado a funcionar como Colégio, em função da Lei Orgânica do Ensino Secundário e do Decreto Lei 4.245 de 09/04/1942, permaneceu sob o domínio da iniciativa privada até a sua extinção em 1989 (GATTI, 2014).

A Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 promulgada pelo então ministro da educação Gustavo Capanema reorganizou a estrutura desse nível de ensino proposta pela

⁵⁹ “Os colégios de ensino secundário no Brasil tiveram antecedentes. O nascimento dessa forma escolar, *colégio*, traz como marca o prestígio da universidade. A origem do colégio está nos pensionatos para bolsistas universitários fundados por alguns generosos benfeitores. Os primeiros colégios datam do século XIII [...] O Brasil teve os seus primeiros colégios após a chegada dos jesuítas. A sua instalação nos núcleos povoados espalhados pelo país significou, sobretudo, a introdução de uma cultura letrada num ambiente em que a oralidade predominava. Estabelece-se a partir daí o confronto de tempos históricos, de tecnologias intelectuais e formas culturais a elas relacionadas, de formas de pensamento e expressão das vivências da realidade. O império da fé foi construído através de um agudo conflito cultural, vivido como oposição entre bárbaros e civilizados” (NUNES, 2000, p.36-37).

Reforma de Francisco Campos em 1932, reafirmando a presença do ensino humanístico com ênfase nos conteúdos nacionalistas, por meio de uma visão de educação disciplinar e integral. Tais fatores marcaram a organização dos grêmios estudantis na região (FRANCO, 2014).

Com essas medidas o governo visava um projeto educacional da juventude no ensino secundário comprometido com a formação de uma elite condutora da nação, com base em uma cultura geral de caráter seletivo.

Em relação à nova organização desse nível de ensino, a Reforma de Francisco Campos previa que este tivesse a duração de sete anos, de forma que a primeira etapa seria equivalente ao ensino fundamental de cinco anos e a segunda de dois anos, como fase preparatória para o ingresso ao ensino superior. Após a Reforma Capanema, o ensino secundário passou a se dividir em curso ginásial de quatro anos e o colegial de três anos.

Nesse contexto, o *Lavoura e Comércio* buscou promover o Colégio Triângulo Mineiro como possibilidade de gerar notoriedade a este estabelecimento de ensino particular, buscando prestígio entre a sociedade uberabense. Fato comum nas relações capitalistas em virtude do interesse econômico, já que tanto o jornal como a instituição escolar eram mantidos por sua clientela.

Em Uberlândia o ensino secundário teve sua gênese no início do século XX. Assim como em nível nacional funcionava como via de ascensão social, pois possibilitaria acesso ao ensino superior. Do mesmo modo que a escola primária nesse período, esse nível de ensino foi permeado pelos ideários republicanos, visando à formação de cidadãos de acordo com os novos princípios necessários ao progresso e desenvolvimento da nação.

A primeira escola a oferecer o ensino secundário na referida cidade foi o Ginásio de Uberabinha, de caráter privado e não confessional, iniciou suas atividades no ano de 1912. Foi doado ao estado em 1929, passando a ser nomeado como Ginásio Mineiro de Uberabinha. Após a mudança do nome do município para Uberlândia, ficou conhecido como Ginásio Mineiro de Uberlândia e atualmente Colégio Estadual de Uberlândia (popularmente conhecido por *Museu*) (GATTI, 2014).

Em seguida, tem-se o registro de criação da Escola Normal (depois Colégio Brasil Central) e do Liceu de Uberlândia. Muitos estudantes das escolas secundárias locais tiveram destaque na sociedade em geral, fazendo parte da elite uberlandense (OLIVEIRA, 2007).

O Liceu de Uberlândia fundado no ano de 1928 veio a se constituir em verdadeiro complexo educacional, recebendo alunos de todas as partes do Brasil Central. No ano de 1928 incorporou o curso primário, em 1931 a academia de comércio, em 1942 o Ginásio Osvaldo Cruz, além do curso técnico em contabilidade e a Escola Normal Mario Porto.

Em 1932 a Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado chegou ao município e fundou o Colégio Nossa Senhora das Lágrimas, o qual funcionou como escola particular confessional feminina. Após três anos de atividade se tornou Escola Normal oficial do estado (INÁCIO FILHO, 2002).

No ano de 1944 ocorreu a vinda da Congregação dos padres salesianos para Uberlândia para assumir a direção do recém-inaugurado Ginásio Cristo Rei, instituição confessional para a escolarização de meninos, que em 1947 iniciou suas atividades para o ensino secundário (TEODORO, 2008).

Em 1959, o Colégio Cristo Rei já tinha conseguido reconhecimento pela sociedade uberlandense, com a utilização de estratégias educacionais que visavam o desenvolvimento do município. Logo ocorreu a chegada das Irmãs da Congregação Salesiana para a fundação do Instituto Teresa Valsé Pantellini, que seria destinado à escolarização das meninas.⁶⁰ A abertura dessa instituição contou com a colaboração da imprensa local para a sua divulgação, como indicou a nota “Ao povo de Uberlândia” do jornal *O Repórter* de 02/02/1959:

As irmãs Salesianas virão à nossa cidade para abrir um educandário para meninas. Iniciarão suas atividades no meado de fevereiro [...] Está aberta a matrícula na portaria do Ginásio Cristo Rei [...]

A formação das alunas no Instituto manteve-se de acordo com a tradição educacional das instituições de ensino confessionais, baseada em princípios de religiosidade. “Com o tempo, o posicionamento educacional desta instituição adaptou-se à realidade moderna, enfatizando, em seus programas, a preocupação em formar a consciência social do aluno [...]” (TEODORO, 2008, p.241).

No Pontal Mineiro, em específico na cidade de Ituiutaba, a educação escolar até a década de 1950 também era marcada pelo domínio da iniciativa privada, principalmente ligada a congregações religiosas. Nesse período o município contava com três instituições privadas e/ou confessionais de ensino secundário com cobranças de mensalidades: o Instituto Marden, Colégio Santa Teresa e o Colégio São José.

A primeira instituição a oferecer ensino secundário no Pontal do Triângulo Mineiro, foi o Instituto Marden, de iniciativa privada. Este foi criado no ano de 1933 pelo advogado Álvaro Brandão de Andrade e sua esposa Alaíde Macedo de Andrade. Em 1934 iniciou as atividades do ensino primário e em 1935 estabeleceu o curso Normal, que só foi reconhecido

⁶⁰ A denominação do colégio presta uma homenagem a Madre Teresa Valsé Pantellini que teve sua trajetória marcada pela defesa dos princípios de dedicação, amor e sacrifícios, em suas obras pelos mais necessitados em todas as partes do mundo onde seus seguidores desenvolveram trabalhos (TEODORO, 2008).

pelo decreto nº 941 de 30 de julho de 1937, recebendo a denominação de Colégio Normal Dr. Benedito Valadares. No ano de 1938, iniciou-se nesse estabelecimento o curso ginásial, exercendo grande importância para a educação local até o seu fechamento no ano de 1979 (FRANCO, 2014).

O Colégio São José se originou da iniciativa dos Padres Estigmatinos que chegaram à Ituiutaba no ano de 1935 para direcionar a paróquia local. Em 1941 criaram um curso primário, e em 1947, devido ao desenvolvimento econômico do município, passou a ser reconhecido como Ginásio São José. No ano de 1959 se tornou colégio com a instalação dos cursos Científico, Comercial e Técnico em Contabilidade. Destacou-se no meio educacional da região até 1971, atraindo alunos provenientes de setenta e seis municípios e seis estados (PACHECO, 2012).

No ano de 1939 a Congregação das Irmãs Carlistas Scalabrinianas inaugurou o Colégio Santa Teresa em Ituiutaba, para atender as meninas das famílias católicas e tradicionais da cidade e região. Na década de 1950 essa escola já ofertava o ensino primário, secundário e técnico. Assim como as demais instituições de ensino confessionais, esse colégio se tornou referência educacional, neste caso para a formação de futuras mães, boas esposas e professoras (OLIVEIRA, 2003).

Desde a origem das primeiras escolas até a década de 1940 ocorria o predomínio do ensino privado no Triângulo Mineiro principalmente de orientação religiosa. Fator que demonstrava certo descaso do poder público com a educação em geral (GATTI JR; *et. al*, 1997).

Somente no ano de 1957 foi criado o Educandário Ituiutabano, instituição escolar confessional espírita destinada à escolarização das classes populares. Observa-se o noticiário “Solenidades inaugurais do Educandário Ituiutabano”:

[..] realizaram-se na manhã de domingo p. passado, perante uma multidão calculada em duas mil pessoas, as solenidades inaugurais do Educandário Ituiutabano, estabelecimento de ensino construído pela União da Mocidade Espírita de Ituiutaba [...] (*sic*) (*Folha de Ituiutaba*, 15/02/1958).

A criação desse estabelecimento de ensino contou com a iniciativa da União da Mocidade Espírita de Ituiutaba (UMEI) e do então deputado Mário Palmério, o qual se empenhou nesse período na criação de importantes instituições educacionais no Triângulo Mineiro, tendo seu nome constantemente divulgado pela imprensa de toda a região.

Em relação ao índice de alfabetização da população das cidades em questão, observam-se as estatísticas abaixo referentes a 1950:

Quadro 4 – Dados referentes às pessoas com 5 anos ou mais que sabem ler e escrever no município de Uberaba, conforme recenseamento de 1950

Pessoas de 5 anos e mais					
Total		Sabem ler e escrever		Não sabem ler e escrever	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Uberaba	58.979	16.783	16.043	11.809	14.344
Área urbana	37.071	12.544	13.113	4.401	7.013
Vila Água Comprida	235	90	49	34	62
Quadro Rural	21.673	4.149	2.881	7.374	7.269

Fonte: SOARES, Edilene. Dissertação de mestrado, 2015, p. 94.

Com base nos dados acima, percebe-se que em 1950 a maioria da população de Uberaba vivia na cidade, porém do total de seus habitantes maiores de cinco anos, apenas 32.826, ou seja, 55,6% eram alfabetizados.

No município de Uberlândia em 1950, essa proporção era um pouco maior chegando a 58,31% a população alfabetizada, margem que foi crescendo consideravelmente atingindo o percentual de 68,7% em 1960 e de 75,9% do total de habitantes no ano de 1970.

Quadro 5 - Índices de Alfabetização em Uberlândia entre os anos 1950, 1960 e 1970 de acordo com o IBGE, Censo realizado em 1950 a 1970

Ano	Total Populacional	Alfabetizados	%	Não Alfabetizados	%
1950	46.718	27.243	58,31	19.475	41,69
1960	74.741	51.360	68,72	23.381	31,28
1970	109.616	83.223	75,92	26.393	24,08

Fonte: TEODORO, Júlio César. Dissertação de mestrado, 2008, p.12

No Pontal do Triângulo Mineiro o índice de alfabetização da população era mais baixo, comparado aos municípios de Uberaba e Uberlândia, de modo que em Ituiutaba em 1950 a

população de alfabetizados representava somente 42,65 % de seus habitantes maiores de cinco anos, como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 6 - Alfabetização em Ituiutaba em 1950

Discriminação		Pessoas presentes, de 5 anos e mais				
		Números absolutos			% sobre o total	
		Total	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever
Quadro urbano	Homens	4.032	3.115	917	77,25	22,75
	Mulheres	4.445	2.931	1.514	65,93	34,07
	Total	8.477	6.046	2.431	71,32	28,68
Quadro rural	Homens	18.300	7.116	11.184	38,88	61,12
	Mulheres	16.312	5.218	11.094	31,98	68,02
	Total	34.612	12.334	22.278	35,63	64,37
Em geral	Homens	22.332	10.231	12.101	45,81	54,19
	Mulheres	20.757	8.149	12.608	39,25	60,75
	Total	43.089	18.380	24.609	42,65	57,35

Fonte: FRATTARI NETO, Nicola. Dissertação de mestrado, 2009, p.65.

De modo geral constata-se que o percentual de alfabetizados em Ituiutaba se igualava a média nacional que era em 1950 de 42,66% para o todo o país e apresentava um número superior em relação ao estado de Minas Gerais como um todo, que correspondia nesse mesmo ano a 38,24% da população (SILVEIRA, 2014). Por outro lado, os municípios de Uberaba e Uberlândia ultrapassavam as estatísticas nacionais e mineiras no mesmo período, com uma proporção mais elevada de habitantes alfabetizados. Tal fator, já apontava o Triângulo Mineiro nesse período, como uma das regiões mais desenvolvidas economicamente e em relação ao índice de desenvolvimento humano do estado.

Considerando o fato de que, grande percentual da população em todo o país nesse período permanecia excluída do ensino referente às primeiras letras, o acesso ao nível secundário estava em sua maioria destinado aos jovens socialmente privilegiados. Do mesmo modo, convém destacar que o público leitor dos jornais analisados em sua grande maioria fazia parte de uma elite letrada.

Nesse contexto de expansão do ensino secundário na região a educação foi considerada área estratégica dos planos governamentais desse período, de forma que a organização e a modernização da escola pública se desenvolveram lentamente durante os anos de 1950, de acordo com os ideais desenvolvimentistas da época.⁶¹

No final dos anos de 1960, durante o governo civil-militar, modernizar a escola significava introduzir métodos novos de racionalização do ensino, de acordo com os interesses de desenvolvimento capitalista, substituir o “aprender a aprender” da Pedagogia Nova pelo “aprender a fazer” da Pedagogia Tecnicista, ambas com raízes no pensamento liberal, mudança essa também perceptível em Minas Gerais (REZENDE, 1993).

A política desenvolvida durante esse governo, que levou o estreitamento das relações do Brasil, como parceiro menor e dependente, com a economia capitalista sob influência norte-americana, ocasionou a aplicação dessa nova filosofia de educação em todos os níveis de ensino. Esta por sua vez, gerou um processo de burocratização e hierarquização dos serviços de ensino, tendo como drástica consequência, principalmente já na década de 1970, a queda na qualidade do ensino brasileiro (SAVIANI, 2007).⁶²

Além disso, é marcante a influência da Igreja Católica no contexto educacional secundarista no Triângulo Mineiro como produto de um processo internacional de estruturação da Igreja, decorrente da perda de espaços do poder eclesiástico na Europa que vinha ocorrendo desde o século XVI. De forma que grande parte das primeiras escolas nessa localidade era de ensino confessional, com a veiculação de princípios morais cristãos os quais acompanharam a formação de grande parte dos secundaristas durante as décadas de 1950 e 1960.

Em relação às iniciativas de implantação do ensino superior nessa região, ocorreu ainda no século XIX a criação do Instituto Zootécnico em 1896 e sua extinção em 1898 por

⁶¹ Em 1956 o governo de Minas Gerais firmou convênio com o Programa Americano Brasileiro de Assistência ao Ensino Elementar (PABAAE), inaugurando a fase de concretização dos acordos entre Brasil e Estados Unidos na educação. Estes estavam em sintonia com os interesses do capital norte-americano, como forma de evitar que os países subdesenvolvidos se aproximassem do comunismo (REZENDE, 1993).

⁶² Após a Segunda Guerra Mundial, “[...] os EUA adotaram o discurso que enfatizava a modernização das sociedades *subdesenvolvidas*, a partir do impulsionamento da racionalização de todos os aspectos da vida humana nestes países. Nesse momento, de aceleradas transformações políticas, econômicas e sócio-culturais, passou-se a utilizar o conceito de modernização, introduzido pelas ciências sociais ‘para caracterizar os processos de transição que os países e nações ‘atrasados’, ou ‘subdesenvolvidos’, deveriam, esperava-se, passar para alcançar os níveis de renda, educação e produtividade tecnológica característicos dos países industrializados’” (SOUZA, 2000, p.28). Nesse cenário, a educação escolar foi orientada pela valorização da lógica empresarial, visando possibilitar às massas populares capacitação para adquirirem o posto de “operários qualificados”. Assim durante a década de 1960, o processo de escolarização no Brasil deveria contribuir para esse tipo específico de modernização, beneficiando acima de tudo os interesses capitalistas impulsionados pelos Estados Unidos.

falta de recursos financeiros e a Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba, criada em 1927 e extinta em 1936, após formar cinco turmas de profissionais (FERREIRA; GATTI, 2016).

Salienta-se que em Minas Gerais, até a década de 1930, só existiam cursos superiores na capital Belo Horizonte, com a Universidade de Minas Gerais (UMG), depois Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Ouro Preto, Lavras, Viçosa (cursos na área agrícola), em Alfenas, Itajubá (áreas de Odontologia e Engenharia) e em Juiz de Fora (PRIETO, 2010).

A influência da Igreja Católica nesse período se deu em todos os níveis de ensino. Assim pode-se destacar a criação em 1944 no município de Uberaba do Instituto Superior de Cultura pelos sacerdotes Monsenhor Juvenal Arduini e Armênio Cruz. Este tinha como base o Instituto Católico de Estudos Superiores, núcleo para disseminar o modelo de organização universitária por todo o país (PAULA, 2007).

Nesse cenário a fundação da Faculdade de Filosofia por iniciativa da Congregação das Irmãs Dominicanas, buscava hegemonia no campo educacional em todos os níveis, já que esta Congregação também era responsável pela direção do Colégio Nossa Senhora das Dores em Uberaba.

No ano de 1949 foi criada no município a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino (FISTA), sob a inspiração do modelo de organização universitária católica no Brasil, o qual propunha a formação de docentes para o ensino secundário com base na orientação humanista e filosófica (PAULA, 2007).

Logo convém enfatizar que a formação de educadores nessa instituição “[...] possuía uma perspectiva fundamentada nos princípios do humanismo cristão, que orientavam a ação educativa do educandário na perspectiva de uma prática transformadora da pessoa humana e da sociedade” (PAULA, 2007, p.139).

As criações das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras no país se deram a partir da década de 1930. Estas eram responsáveis pela formação de saberes e competências necessárias aos professores secundaristas. Nesse sentido, a FISTA buscava propagar os princípios educativos cristãos nos diversos níveis.

Em 1947 foi criada em Uberaba a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, por iniciativa de Mário Palmério, para atender as necessidades de todo o Brasil Central. O processo de implantação dessa instituição e o pioneirismo desse professor e político da região sempre foram destacados pelo jornal *Lavoura e Comércio*.

O curso de Odontologia experimentou um ciclo de crescimento unicamente ascendente no período de 1947 a 1956, trazendo fôlego e entusiasmo para a criação de mais dois cursos: Direito (1951) e Engenharia (1956), que mais tarde viriam a ser unificados para a criação das Faculdades Integradas de Uberaba (Fiube), em 1972, que foi reconhecida como Universidade de Uberaba, pelo Ministério da Educação, em 1988, alguns anos após a fusão com as Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino (Fista), em 1981 (FERREIRA; GATTI, 2016, p. 806).

A implantação do ensino superior se intensificou a partir da década de 1950, como reflexo do projeto desenvolvimentista do país. Assim os municípios de Uberaba e Uberlândia tornaram-se polos nesse processo, devido ao crescimento demográfico e econômico, o que gerou impactos políticos e culturais necessários ao estabelecimento dos cursos superiores.

O movimento pela implantação das faculdades, por meio de iniciativa privada na região, contou com o apoio do então deputado Mário Palmério, em 1951 com a instalação do curso de Direito e em 1956 a Escola de Engenharia. O oferecimento desses cursos aconteceu no mesmo prédio do Colégio Triângulo Mineiro (SOARES, 2015).⁶³

Mário Palmério reconhecido homem público, educador e político, durante os anos do presente estudo, estabeleceu uma relação de parceria com a imprensa do Triângulo Mineiro, importante aliada para a difusão de sua imagem favorável aos seus interesses políticos.

Nesse sentido, corrobora-se com Chartier (1990) no que se refere ao entendimento de que, a imprensa faz veicular representações que variavam conforme os interesses sociais e políticos presentes em determinado espaço.

É importante sublinhar que nesse cenário de expansão do ensino superior a imprensa da região demonstrou ativa participação, mobilizando a opinião pública em relação à importância da criação de instituições. Como se pode evidenciar na campanha pela implantação da Faculdade de Medicina em Uberlândia. No entanto, a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM) foi criada em Uberaba no ano de 1953.

Os jornais locais com destaque para *O Repórter* realizaram campanha pela criação da Faculdade, como demonstrava a notícia: “Uberlândia há dias vem sendo agitada por uma onda de entusiastas que querem edificar aqui uma Faculdade de Medicina, aliás uma ótima campanha em benefício à nossa culta e progressista cidade” (*O Repórter*, 05/02/1952).

⁶³ “Em 1972, o espaço destinado aos cursos superiores foi denominado Faculdades Integradas de Uberaba e, devido à expansão desse nível de ensino, a estrutura física da instituição de Mário Palmério foi alterada e passou a ocupar um campus diferente daquele compartilhado com o ensino secundário. Em 1973, criaram-se outros cursos superiores como Educação Física, Psicologia, Pedagogia, Estudos Sociais e Comunicação Social. Em 1981 ocorreu a fusão das Faculdades Integradas de Uberaba com a Faculdade Integrada Santo Tomás de Aquino e isso permitiu a oferta de cursos como Letras, Filosofia, História, Geografia, Ciências (Química, Matemática e Biologia). No ano de 1988, as Faculdades Integradas de Uberaba recebeu o reconhecimento de Universidade, tornando-se assim a Universidade de Uberaba” (SOARES, 2015, p.185).

O Repórter no dia 1º de maio de 1953 publicou o resultado da campanha com a criação da instituição em Uberaba, por meio da manchete: “Fundada a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro - Vitoriosa a grande iniciativa do governador Juscelino Kubitschek”⁶⁴.

⁶⁴ “Realizou-se ontem a noite na residência do sr Lauro Fontoura, diretor da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, a reunião preparatória da Sociedade Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, sociedade civil que se destina a manter, em Uberaba a Faculdade de Medicina. Presentes a quase totalidade dos sócios fundadores, vários assuntos referentes a importante iniciativa foram tratados, aprovando-se, entre outras decisões, a eleição dos senhores dr. Lauro Fontoura e Mozart Furtado para os cargos de presidente da Sociedade e Diretor da Faculdade de Medicina respectivamente [...] O Lavoura divulgando, auspiciosa notícia, regosija-se com o exmo. Sr. Governador Juscelino Kubitschek de Oliveira, idealizador e patrono dessa iniciativa a que já deu, de público, todo o seu apoio, comprometendo-se a promover a aprovação de vultuosa importância em apólices para a constituição do patrimônio da Sociedade. Uberaba com a fundação da sua Faculdade de Medicina, irá se projetar assim no plenário nacional como uma das mais adiantadas e cultas cidades brasileiras, fundando como o fez, a sua quarta escola superior [...] Uberaba vai conquistando para si o que futuramente pode glorificar um povo, -os meios intelectuais e científicos. Dizemos isto, não porque Uberaba, não mereça, mas, porque há poucos meses atrás, fizemos intensa campanha para que fosse criada em Uberlândia, a Faculdade de Medicina do Triângulo. Campanha empreendida unicamente com o intuito de dotar a nossa Uberlândia de um melhoramento expressivo, qual seja a criação de uma escola superior. Não teve a repercussão desejada, até mesmo a ilustrada classe médica a quem julgamos ter grande interesse por estar em seu âmbito, demonstrou indiferença, chegando ao ponto de muitos médicos negarem-se manifestar a respeito, quando por nós entrevistados. Outros com certo constrangimento se limitavam a dizer que Uberlândia não dispunha de meios. Alguns poucos se mostraram atenciosos, aceitando a nossa ideia, porém sem tomar o interesse devido para que ela atingisse a repercussão desejada. Os nossos dirigentes isso nem se fala, tal o seu indiferentismo. E há ainda outros que fizeram tudo contra, para que Uberlândia não tivesse a Faculdade de Medicina do Triângulo, dizendo que era um absurdo, um sonho irrealizável, pois não tínhamos elementos, recursos, meios, ou qualquer outro cabedal para isto. Estes nos mostraremos ao povo em outra oportunidade. Uberaba, cujos os dirigentes não dormem no berço daquilo que encontraram feito, arrastam como sua iniciativa e seu esforço, tudo o que pode chamar-se de progresso para o município e para uma região. Aos dignos dirigentes de Uberaba, assim como ao povo em geral, enviamos daqui os nossos sinceros votos pela magnífica iniciativa em torno da criação da Faculdade de Medicina do Triângulo” (*O Repórter*, 01/05/1953).

Fundada a Faculdade de Medicina do Triangulo Mineiro

VITORIOSA A GRANDE INICIATIVA DO GOVERNADOR JUSCELINO KUBITSCHKE

Realizou-se, ontem à noite na residência do sr. dr. Lauro Fontoura, diretor da Faculdade de Direito do Triangulo Mineiro, a reunião preparatória da Sociedade Faculdade de Medicina do Triangulo Mineiro, sociedade civil que se destina a manter, em Uberaba, a Faculdade de Medicina.

Presentes a quasi totalidade dos sócios fundadores, vários assuntos referentes à importante iniciativa foram tratados, aprovando-se, entre outras decisões, a eleição dos senhores dr. Lauro Fontoura e dr. Mozart Furtado para os cargos de presidente da Sociedade e Diretor da Faculdade de Medicina, respectivamente.

São os seguintes os fundadores da Sociedade Faculdade de Medicina do Triangulo Mineiro: dr. Lauro Fontoura, dep. Mário Palmério, dr. João Henrique Sampaio Vieira da Silva, dr. Mozart Furtado, dr. Alfredo Sabino, dr. Helio Angotti, dr. Carlos Smith, dr. Antônio Sabino, dr. Fausto da Cunha Oliveira, dr. Jorge Furtado, dr. Randolpho Borges, dr. José de Abreu, dr. Jorge Azor, dr. Helio Costa, dr. Odon Tormin, dr. José Soares Bilharinho, dr. Alvirio Furtado e dr. Paulo Pontes.

O "Lavoura" divulgando, a auspiciosa noticia, registra-se com o exmo. sr. governador Juscelino Kubitschke de Oliveira, ideia

Uberaba vai conquistando para si o que futuramente pode glorificar um povo, — os meios intelectuais e científicos.

Dizemos isto, não porque Uberaba, não mereça, mas, porque há poucos mezes atrás, fizemos intensa campanha para que fosse criada em Uberlândia, a Faculdade de Medicina do Triangulo.

Campanha empreendida unicamente com o intuito de dotar a nossa Uberlândia de um melhoramento expressivo, qual seja a criação de uma escola superior. Não teve a repercussão desejada, até mesmo a ilustrada classe médica, a quem julgamos ter grande interesse por estar no seu âmbito, demonstrou indiferença, chegando ao ponto de muitos médicos negarem-se manifestar a respeito, quando por nós entrevistados.

Outros com certo constrangimento se limitavam a dizer que Uberlândia não dispunha de meios. Alguns poucos se mostraram atenciosos, aceitando a nossa ideia, porém sem

tomar o interesse devido para que ela atingisse a repercussão desejada.

Os nossos dirigentes isso nem se fala, tal o seu indiferentismo.

E há ainda outros que fizeram tudo contra, para que Uberlândia não tivesse a Faculdade de Medicina do Triangulo, dizendo que era um absurdo, um sonho irrealizável, pois não tinhamos elementos, recursos, meios ou qualquer outro cabedal para isto.

Estes, nós mostraremos ao povo em outra oportunidade.

Uberaba, cujos dirigentes não dormem no berço daquilo que encontraram feito, arrastam com sua iniciativa e seu esforço, tudo o que pode chamar-se de progresso para o município e para uma região.

Aos dignos dirigentes de Uberaba, assim como ao povo em geral, enviamos daqui os nossos sinceros votos pela magnífica iniciativa em torno da criação da Faculdade de Medicina do Triangulo.

VIDRACARIA E FABRICA DE ESPELHOS
PROGRESSO
PAULINO BERNARDI
 PARA A BELEZA DE SEU LAR, PARA A ECONOMIA DE SEU BOLSO a VIDRACARIA E FABRICA DE ESPELHOS PROGRESSO, tem para pronta entrega as afamadas tintas "CYTHOSES"
 Av. Afonso Pena, 492 — Fone, 1261 — Uberlândia — Mtn
 "CHYTOSE", lavável, impermeável e anti-ácida é um dos produtos PROSPA
 Colocação imediata de TRIPLEX em automóveis e caminhões

Figura 6: Manchete anunciando a fundação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro
Fonte: *O Repórter*, 01/05/1953.

O Repórter de Uberlândia em correspondência com o *Lavoura e Comércio* de Uberaba, prestigiava a sociedade civil de Uberaba engajada por meio da "Sociedade Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro" e o então governador do estado Juscelino Kubitschek pela conquista da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro em Uberaba. Nesse sentido, vale ressaltar que: "[...] a empresa jornalística coloca no mercado um produto muito específico: a mercadoria política" (CAPELATO, 1988, p. 18). Logo se percebe que os nomes dos políticos que se desejavam promover sempre se apresentavam em destaque na parte superior das primeiras páginas dos impressos.

Por outro lado, a referida manchete realizava severas críticas à sociedade médica de Uberlândia e aos dirigentes políticos locais, sendo em sua maioria acusados de não terem apoiado e até de se manifestarem contrários a instalação da faculdade nesse município, na ocasião da campanha incentivada pela imprensa uberlandense. Ocorrência que indicava o

interesse do referido jornal em se aproximar da população local, transparecendo uma imagem de veículo informativo provedor de melhorias sociais locais.

Foi possível apontar parte do imaginário social que circulava nesse cenário sobre a importância da chegada do curso de medicina na região. Fato encarado pela imprensa como elemento de engrandecimento intelectual e científico que daria uma maior notoriedade e importância para essa localidade.

Em Uberlândia a primeira escola, tida como de ensino superior, foi o Conservatório Musical criado no ano de 1957. Esta instituição iniciou suas atividades com aulas de música e artes. Apesar de enfrentar sérias dificuldades, por não ser reconhecida por muitos como instituição de ensino superior, tornou-se Faculdade de Artes (PRIETO, 2010).

No ano de 1959 no antigo Liceu, foi instituída pela elite intelectual e econômica da região a Fundação Educacional de Uberlândia (FEU), que se tornou a mantenedora da Faculdade de Direito, a qual teve seu funcionamento autorizado pelo Decreto Federal n.º 47.732 de 03 de fevereiro de 1960 (PRIETO, 2010).

O processo de desenvolvimento dessa faculdade foi acompanhado pela precariedade de recursos financeiros, interferindo nas suas instalações, de forma que sua sede permaneceu dezesseis anos em prédio caracterizado como provisório.



Figura 7: Fotografia do prédio onde se localizava a Faculdade de Direito de Uberlândia nos anos de 1960

Fonte: Acervo Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia /CDHIS/UFU.

Na década de 1960 vislumbra-se o aceleração do processo de expansão de cursos superiores no Triângulo Mineiro juntamente com o desenvolvimento do movimento estudantil no país e na região, acompanhados pela imprensa escrita. Já que crescia o número de instituições e estudantes.

A necessidade de profissionais gabaritados/formados e com conhecimentos técnico científicos, juntamente com a posição geográfica da cidade localizada no centro do Triângulo Mineiro, ponto de convergência de todas rodovias que interligam os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso, fez com que Uberlândia lutasse por novas faculdades e para ser reconhecida como o “Portal do Cerrado”, ou “Coração do Brasil”. Seu impulso comercial e sua posição estratégica, tanto no sentido militar como econômico, suas vitoriosas escolas Normal e Profissional, corroboraram o ideal para a concretização de tão moderno e arrojado projeto de ensino superior (PEREIRA, 2006, p. 2435).

O desenvolvimento do ensino superior nessa localidade tem seus pilares contextualizados pela proposta política autoritária de expansão e interiorização deste, desenvolvida pelo governo civil-militar em um projeto de modernização conservadora. Nesse cenário, em Uberlândia foram criadas diversas faculdades:

A Faculdade de Filosofia foi criada pela Igreja Católica, atendendo ao pedido de intelectuais da cidade liderados pelo padre Mário Florestan. As irmãs do Colégio Nossa Senhora foram incumbidas dessa tarefa e a faculdade foi autorizada a funcionar em 1960, junto com a Faculdade de Direito. Nela foram criados os cursos de Pedagogia e Letras, mais tarde os de História e, logo depois, os de Geografia, Estudos Sociais, Matemática, Ciências Biológicas, Química e Psicologia. Em 1963, tendo à frente o Prof. Juarez Altafin, na época professor e juiz de Direito, começou a funcionar a Faculdade de Ciências Econômicas. A motivação e os passos para a criação foram dados pelo grupo que estava à frente da Faculdade de Direito, tanto que a mantenedora era a mesma, a Fundação Educacional de Uberlândia. Na faculdade foram ministrados os cursos de Ciências Contábeis, Administração e Economia. A Faculdade Federal de Engenharia, apesar de ter sido criada em 1961, através da Lei nº. 3.864 de 24 de janeiro, só começou a funcionar realmente em 1965 [...] A Escola de Medicina teve os primeiros passos para sua criação dados em 1966, com a reunião de vários médicos para instituir a mantenedora, a Fundação Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia (FEMECIU). Autorizada a funcionar em 1968, a Faculdade de Medicina enfrentou diversos problemas para sua instalação [...] (PRIETO, 2010, p.393).

A Fundação Educacional de Uberlândia (FEU) juntamente com a participação da Igreja Católica e das elites dirigentes tiveram importante destaque na implantação dos diversos cursos superiores no município.⁶⁵

A aula inaugural da Faculdade de Filosofia aconteceu no ano de 1961 e foi proferida pelo professor Alceu Amoroso Lima,⁶⁶ importante líder do movimento pela educação católica no país nesse período, como é indicado abaixo:

[...] Foi, não resta dúvida maravilhosa, encantadora, onde o ilustre homem de letras pôs em evidência a sua apreciada e bela cultura, demonstrando sobejamente o seu talento, o seu estilo magnífico. O tema desenvolvido foi a vida moderna [...] Dentro das três fases de vida, adolescente, juventude e idade madura, aprofundou no papel desenvolvido pelos jovens. E para isso, focalizou com absoluta propriedade o Amor, através do qual se obtém tudo, se realiza tudo e se alcança tudo, inclusive a própria salvação da alma, a união da família, dos povos e dos continentes, hoje mais do que nunca tão divididos [...] (*O Repórter*, 08/03/1961).

Por meio do artigo acima é possível evidenciar o entusiasmo e a simpatia do jornal *O Repórter* pelos princípios educativos morais católicos, bem como a constante preocupação da sociedade local com a formação da juventude, tendo como base os valores cristãos, os quais deveriam nortear as ações dos estudantes. Visto que nesse contexto, a grande maioria da população era católica e a imprensa deveria representar os interesses de seu público leitor.

Nesse sentido, a expansão do ensino superior na região passou a representar grande espaço nas páginas de sua imprensa. Observa-se que uma das notícias sobre a criação da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, a qual foi aprovada pela Lei nº 4275 de setembro de 1966, estabeleceu o estatuto da Autarquia Educacional de Uberlândia (AEU), mas que somente no ano de 1968 ocorreu de fato a instalação desta, sob a organização do professor Gerson Mendes de Lima Júnior:

⁶⁵ A reunião das faculdades isoladas em Uberlândia deu origem a Universidade de Uberlândia (UnU), após a reforma universitária em 1968. Em maio de 1978, foi assinada pelo Presidente Ernesto Geisel, a Lei nº 6.532, alterando o Decreto-Lei nº 762/1969 e transformando a UnU em Universidade Federal de Uberlândia (UFU). No entanto, esta só passou a ter ensino gratuito em todos os cursos no ano de 1979 (PRIETO, 2010).

⁶⁶ “[...] Alceu converteu-se ao catolicismo em 1928 por influência de Jackson de Figueiredo. Com a morte deste assumiu a direção da revista *A Ordem* e do *Centro Dom Vital*. Daí em diante com destaque especial para as décadas de 1930 e 1940, animou o movimento leigo da Igreja, podendo ser considerado o maior líder intelectual católico do século XX no Brasil [...] No campo religioso, animou o desenvolvimento da Ação Católica articulando sob sua direção intelectual a organização de uma militância mais ampla por meio de movimentos especializados destinados a aglutinar a juventude na Ação Católica abarcando as cinco vogais: Juventude Agrária Católica (JAC); Juventude Estudantil Católica (JEC); voltada aos estudantes secundários; Juventude Independente Católica (JIC); Juventude Operária Católica (JOC) e juventude Universitária Católica (JUC) [...]” (SAVIANI, 2007, p. 256).

Telegrama do prof. Gerson Mendes de Lima Jr. procedente de Belo Horizonte informa que o governador de Minas aprovou o estatuto da Autarquia Educacional de Uberlândia e que dentro 2436 de algumas semanas a entidade vai funcionar, iniciando a instalação da Faculdade de Odontologia nesta cidade. O sr. Lima Jr divulgará em breve, a cópia dos estatutos aprovados (*Correio de Uberlândia*, 19/01/1968).

Já em Ituiutaba, a chegada do ensino superior aconteceu somente em 27 de setembro de 1968 com a criação da Escola de Administração de Ituiutaba (EAEI), mais tarde passou a ser Escola de Ciências Contábeis e Administração de Ituiutaba (ESCAI), depois Faculdade Triângulo Mineiro (FTM) e atualmente conta com novos cursos e a denominação *Fac-Mais*.

A EAEI foi fundada por profissionais liberais e empresários membros da Associação Comercial e Industrial de Ituiutaba (ACII). No entanto, o seu funcionamento só foi autorizado pelo Decreto Federal nº 66.398, de 30 de março de 1970, quando ocorreu o início de suas atividades (SILVA; QUILLICI NETO, 2011). Sendo Ituiutaba o quarto município da região, atrás de Uberaba, Uberlândia e Araguari a ofertar esse nível de ensino.

A defasagem entre o ano de criação e de instalação das instituições educacionais no país, principalmente públicas, faz parte do processo de organização burocrático do Estado, visto que a “[...] criação é atribuição do Poder Legislativo enquanto a instalação é atributo do Executivo, que destina à escola a ser instalada uma verba orçamentária e nomeia o diretor” (BUFFA; NOSELLA, 2000, p.28).

Em suma, é possível afirmar que a emergência do ensino superior na região atendia aos propósitos de modernização e desenvolvimento do país, bem como o engrandecimento cultural e intelectual dos jovens que se projetaram como importantes atores políticos. Assim o quadro abaixo demonstra o movimento de expansão desse nível de ensino nessa localidade.

Quadro 7 – Relação sobre a criação das instituições de Ensino Superior no Triângulo Mineiro até os anos de 1960

ANO DE CRIAÇÃO	INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	FUNCIONAMENTO
1895	Instituto Zootécnico de Uberaba	Uberaba	1895-1898
1927	Faculdade de Odontologia e Farmácia	Uberaba	1927-1936
1933	Faculdade de Direito de Uberaba	Uberaba	1933-1934
1947	Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro	Uberaba	Incorporada a atual Universidade de Uberaba (UNIUBE)
1948	Escola de Enfermagem Frei Eugênio	Uberaba	1948-1980
1949	Faculdade de Filosofia,	Uberaba	Incorporada a UNIUBE

	Ciências e Letras de São Tomás de Aquino		
1951	Faculdade de Direito	Uberaba	Incorporada a UNIUBE
1953	Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro	Uberaba	Incorporada a atual Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
1956	Faculdade de Engenharias	Uberaba	Incorporada a UNIUBE
1957	Conservatório Superior de Educação	Uberlândia	Tornou-se Faculdade de Artes e mais tarde foi incorporada a atual Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
1960	Faculdade de Direito de Uberlândia	Uberlândia	Incorporada a UFU
1960	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia	Uberlândia	Incorporada a UFU
1961	Faculdade Federal de Engenharia	Uberlândia	Incorporada a UFU
1962	Faculdade de Ciências Econômicas	Uberlândia	Incorporada a UFU
1967	Faculdade de Artes	Uberlândia	Incorporada a UFU
1967	Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia	Uberlândia	Incorporada a UFU
1968	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araguari (FAFI)	Araguari	Incorporada ao atual Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos (IMEPAC)
1968	Escola de Administração de Ituiutaba (EAEI)	Ituiutaba	Incorporada a atual Faculdade Triângulo Mineiro (FTM)
1969	Universidade de Uberlândia (união das faculdades isoladas, com a presença de todos os cursos existentes, por meio do Decreto-lei n. 762 de 14 de agosto de 1969)	Uberlândia	Atual Universidade Federal de Uberlândia pela Lei nº 6.532 de 1978

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Após o estabelecimento dos vários cursos superiores no município de Uberaba até a década de 1950, pioneiro nesse processo em toda a região, ocorreu o movimento de implantação das faculdades em Uberlândia, seguido de Araguari e Ituiutaba, estas duas últimas cidades de forma bem mais restrita nesse período. Em seguida, o ensino superior chegou até Patos de Minas em 1970, Patrocínio e Araxá no ano de 1974 (ARAÚJO; INÁCIO FILHO, 2005).

Nesse cenário, ressalta-se o importante papel da imprensa jornalística que, de modo geral, fazia circular representações favoráveis a expansão das instituições educacionais, consideradas pilares para o desenvolvimento e progresso nessa localidade.

Logo é possível vislumbrar por meio dos jornais locais a existência de dezenas de entidades estudantis nos municípios em questão, como é destacado no quadro abaixo:

Quadro 8 – Relação dos órgãos estudantis dos municípios de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia noticiados pela imprensa escrita destes durante as décadas de 1950 e 1960

MUNICÍPIO	ÓRGÃO ESTUDANTIL	INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS	NÍVEL DE ENSINO
Ituiutaba	Clube Estudantil Ituiutabano	Colégio São José	Secundário
	Clube Estudantil Rui Barbosa	Colégios do município	Secundário
	Comitês Estudantis Feminino e Masculino Nacionalistas Pró-Lott	Colégios do município	Secundário
	Grêmio Estudantil Padre Gaspar Bertoni	Colégio São José	Secundário
	Grêmio Littero-educativo Bernardo de Guimarães	Educandário Ituiutabano	Secundário
	Grêmio Littero-educativo do Colégio Santa Tereza	Colégio Santa Tereza	Secundário
	Grêmio Littero-educativo Professor Álvaro Brandão de Andrade	Instituto Marden	Secundário
	Liga Ituiutabana de Esportes Colegiais (LIEC)	Colégios do município	Secundário
	Movimento Estudantil Unido de Ituiutaba (MEUI)	Colégios do município	Secundário
	União da Mocidade Espírita de Ituiutaba (UMEI)	Instituições diversas de ensino	Secundário e Universitário
	União Estudantil de Ituiutaba (UEI)	Instituições diversas de ensino	Secundário e Universitário
Uberaba	Associação Estudantil Mario Porto	Liceu de Uberlândia, Escola Técnica de Comércio e Ginásio Osvaldo Cruz	Secundário
	Centro Acadêmico Avelino Ignácio de Oliveira (CAIO)	Faculdade de Engenharia	Universitário
	Centro Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas	Faculdade de Ciências Econômicas	Universitário
	Centro Acadêmico do Conservatório Musical	Conservatório Musical	-
	Centro Acadêmico Gaspar Vianna (CAGV)	Faculdade de Medicina	Universitário
	Centro Acadêmico Mario Palmério (CAMP)	Faculdade de Odontologia	Universitário
	Centro Acadêmico Mozart Furtado	Faculdade de Química	Universitário
	Centro Acadêmico Odete Camargos	Instituto Musical de Uberaba	Universitário
	Diretório Acadêmico Dom	Faculdade de Filosofia	Universitário

	Alexandre		
	Diretório Acadêmico Leopoldino de Oliveira (DALO)	Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro	Universitário
	Diretório Central dos Estudantes de Uberaba	Faculdades do município	Universitário
	Grêmio Estudantil Monteiro Lobato	Escola Técnica de Comércio do Triângulo Mineiro	Secundário
	Juventude Estudantil Católica (JUC)	Faculdade de Filosofia e Colégios diversos de Uberaba e Uberlândia	Secundário e Universitário
	Liga Uberabense de Desportos Universitários (LUDU)	Faculdades do município	Universitário
	Liga Uberabense de Esportes Colegiais (LUEC)	Colégios do município	Secundário
	União Estudantil de Uberaba (UEU)	Colégios do município	Secundário
Uberlândia	Associação Colegial Esportiva e Cultural (ACEC)	Colégio Estadual de Uberlândia	Secundário
	Centro Acadêmico Brasília	Faculdade de Filosofia	Universitário
	Centro Acadêmico Uberlândia	Universitários de Uberlândia que faziam curso no Rio de Janeiro	Universitário
	Centro Acadêmico Villa Lobos	Conservatório Musical de Uberlândia	-
	Centro de Estudos Político Econômicos e Sociais de Uberlândia (CEPESU)	Instituições diversas de ensino	Secundário e Universitário
	Comitê Estudantil Nacionalista Pró-Lott	Instituições diversas de ensino	Secundário e Universitário
	Clube Universitário	Faculdade de Direito de Uberlândia	Universitário
	Diretório Acadêmico 21 de Abril	Faculdade de Direito de Uberlândia	Universitário
	Diretório Acadêmico 22 de Setembro	Faculdade de Ciências Econômicas	Universitário
	Diretório Acadêmico Domingos Pimentel de Ulhôa (DADU)	Faculdade de Medicina	Universitário
	Diretório Acadêmico Genézio de Mello Pereira	Faculdade de Engenharia	Universitário
	Diretório Central dos Estudantes de Uberlândia	Faculdades de Uberlândia	Universitário
	Grêmio Esportivo Ipiranga	Colégios diversos do município	Secundário
	Grêmio Estudantil Cultural e esportivo 1º de maio	Ginásio Industrial Américo Renne Gianeti	Secundário
	Grêmio Estudantil Dom Almir Marques (GEDAM)	Colégio Anchieta	Secundário
	Grêmio Estudantil Dom Barreto	Colégio Nossa Senhora	Secundário
	Grêmio Estudantil Eduardo de Oliveira	Ginásio Comercial SENAC	Secundário
	Grêmio Estudantil Elinor Halle	Instituto Cultural Brasil Estados Unidos	Secundário
	Grêmio Estudantil Santos Dumont	Escola da Aeronáutica em Uberlândia	-
	Grêmio Lítero Dramático	Colégio Estadual de	Secundário

	Coelho Neto	Uberlândia	
	Grêmio Líteo-Social Maria Marques	Colégio Brasil Central	Secundário
	Juventude Operária Católica (JOC)	Colégios diversos do município	Secundário
	Mocidade Espírita do Triângulo Mineiro (METRIM)	Instituições diversas da região	Secundário e Universitário
	Movimento Jovem Cristão (MJC)	Instituições diversas de ensino	Secundário e Universitário
	União Democrática Universitária (UDU)	Faculdade de Direito de Uberlândia	Universitário
	União dos Estudantes Secundaristas de Uberlândia (UESU)	Colégios do município	Secundário
	União Estudantil do Colégio Brasil Central	Colégio Brasil Central	Secundário
	União Triangulina dos Estudantes Secundaristas (UTES)	Colégios de toda a região	Secundário

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Durante os anos de 1950 e 1960 foram noticiadas pela imprensa escrita da região o total de cinquenta e cinco entidades de participação da juventude durante essas duas décadas. Destas, onze agremiações eram restritas aos jovens do município de Ituiutaba, quatorze pertencentes à Uberaba, vinte e seis referentes à Uberlândia, duas associações congregavam estudantes de Uberaba e Uberlândia e duas representavam parte dos jovens de todo o Triângulo Mineiro.

Com base no quadro acima foram discutidas as principais características dos diversos órgãos veiculados pelos jornais triangulinos que representavam secundaristas e universitários dos municípios em questão.

II. 2 – A organização dos secundaristas e a criação de seus órgãos representativos (UEI, UESU, UEU e UTES)

A emergência de estudos regionais sobre as organizações estudantis torna-se plausível mediante a necessidade de reconhecimento de grupos específicos no interior da sociedade brasileira, os quais desempenharam importantes papéis na estruturação política e cultural dessa juventude (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004).

Como já mencionado, durante as décadas de 1950 e 1960 foram criadas no Triângulo Mineiro diversas agremiações de representação dos estudantes secundaristas em nível municipal e também regional.

A União Estudantil de Uberaba (UEU), entidade de classe dos estudantes secundários de Uberaba foi fundada em 2 de abril de 1948, filiada a União Colegial de Minas Gerais (UCMG). De acordo com seu livro de Atas do ano de 1950, possuía os seguintes departamentos: cultural, social, esportivo, imprensa, artes, rádio e teatro.

Esse órgão foi criado em um cenário de expansão do movimento estudantil secundarista por todo o país. Já que em 1945 surgiu no Rio de Janeiro a Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (AMES). Em 1948 foi fundada também no Rio de Janeiro, com o incentivo da UNE, a União Nacional dos Estudantes Secundaristas (UNES), que no ano de 1951 passou a ser conhecida como União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), após a cisão do movimento estudantil secundarista e a UNES, sendo desarticulada pelo governo ditador em 1969 (POERNER, 1995).

A principal função da UEU a partir do ano de 1952 era de realizar o serviço de expedição de carteiras para os estudantes. Visto que, a portaria nº 31 de 13 de abril de 1951 permitia aos grêmios estudantis exclusividades no direito de expedição de carteiras estudantis para que seus membros tivessem o abatimento nos preços dos ingressos para os cinemas brasileiros. Tal prática era comum em todo o país durante os anos de 1950 e 1960:

Nessa mesma época, crescia entre setores da juventude o interesse pelo cinema. Os impasses enfrentados pela nascente produção cinematográfica eram objeto de vivas discussões sintonizadas com as experiências do cinema de autor realizadas na Europa e animadas pelo desejo de se organizar um cinema capaz de se inscrever de forma crítica no processo cultural brasileiro (HOLLANDA; GONÇALVES, 1999, p.35).

Desse modo, o cinema se consolidava como atividade cultural atrativa para os jovens estudantes, não apenas das capitais, mas também das cidades interioranas, como é visível nesse estudo.

Conforme os jornais locais, era comum nos anos de 1950 a realização de conferências na referida entidade proferidas por autoridades e educadores, assim como demonstrou o comunicado “Conferência na União Estudantil de Uberaba” do jornal *Lavoura e Comércio* de 09 de maio de 1950.

O referido anúncio fazia o convite a todos os estudantes para assistirem na sede da UEU a palestra do Dr. Georges Jardim, professor da Escola Técnica de Comércio José

Bonifácio de Uberaba sobre a obra do ilustre jurista e catedrático de Economia Política, já falecido, Dr. Leonidas de Rezende, atendendo a pedidos dos alunos de curso técnico-comercial da referida escola.

Nesse sentido, evidencia-se a função socializadora e educadora da referida entidade estudantil, pois havia a preocupação com a participação e a formação de seus associados, dentro dos princípios morais do seu grupo social elitista.

A cada ano aconteciam as eleições para a diretoria da UEU com a participação de todos os alunos secundaristas das escolas do município. Logo as chapas candidatas para a direção da entidade apresentavam suas propostas em comícios e importantes acontecimentos e conferências que reuniam a comunidade estudantil.

Tais eventos eram sempre veiculados pela imprensa local, bem como os resultados das eleições com a divulgação dos nomes dos candidatos, que passavam a ter reconhecimento e representatividade social perante a população uberabense. Assim como demonstrava a matéria “Solenemente empossada a nova diretoria da União Estudantil Uberabense”.

Sábado último na sua sede social, realizou-se a posse da nova diretoria da União Estudantil Uberabense. A cerimônia foi abrilhantada pela presença de diversas autoridades civis e militares, bem como por numerosas outras figuras representativas da nossa sociedade. A sede da União Estudantil apresentava um aspecto de incomum animação, com todas as suas dependências tomadas por elevado número de sócios e convidados. Empossados os diretores recém eleitos o Sr. Roberval Alcebíades Pereira proferiu um discurso enaltecendo o significado da escolha dos mesmos e desejando-lhes felicidades no exercício de suas funções. Falou depois o Sr. César Vanucci, novo presidente da UEU, agradecendo a seus consócios a distinção que lhe fora conferida reafirmando o seu propósito de prosseguir no mesmo programa fecundo de trabalhos e realizações que assinalaram a administração anterior [...] Iniciando imediatamente as suas atividades, a nova diretoria da UEU programou para amanhã, quinta-feira uma conferência a cargo de conhecida expressão da nossa intelectualidade. A nova diretoria da União Estudantil Uberabense desejamos pleno êxito, bem como constante prosperidade da entidade local (*Lavoura e Comércio*, 09/05/1951).

Nesse sentido era marcante o papel da imprensa e a participação de autoridades locais nos eventos que caracterizavam as manifestações da classe estudantil. De forma que esta tinha suas ações acompanhadas de perto por diversos setores da sociedade uberabense.

Em meio ao contexto de expansão do ensino secundário em Uberlândia, assinala-se de acordo com os jornais locais, a reconstituição da União dos Estudantes Secundaristas de Uberlândia (UESU) no ano de 1952, entidade máxima de representação dos secundaristas do município, e ainda vigente nos dias atuais. Nota-se o pronunciamento do *Correio de*

Uberlândia em 04/05/1952 na coluna “Estudantes”: “A vocês moços que amanhã serão homens de ação, estão dirigidas estas palavras e congratulo-me com vocês pela magnífica iniciativa em prol da reestruturação da União dos Estudantes de Uberlândia [...]”

Desse modo, vislumbra-se a representação do jovem estudante como cidadão do futuro, e não como sujeito de ação efetiva no presente, o qual seria responsável pelo desenvolvimento do município e até mesmo do país.

Em Ituiutaba, o marco do movimento estudantil se deu a partir da criação da União Estudantil de Ituiutaba (UEI), em 19 de abril de 1952 por um grupo de jovens tijucanos ⁶⁷, estudantes universitários de Belo Horizonte, proveniente do curso de Direito da então Universidade de Minas Gerais (UMG), atual Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (FRANCO, 2014).

De acordo com a revista memorialista *Acaiaça* (1953) a criação da UEI se deu a partir do entrosamento desses jovens conterrâneos que passaram a se reunir na capital mineira para a discussão de interesses comuns.

O núcleo de Belo Horizonte cresceu gradativamente. Esse crescimento contribuiu para a criação da União Estudantil Ituiutabana, em 1952, entidade essa há muito idealizada por uma plêiade de jovens entusiastas que souberam sentir a necessidade de uma agremiação cuja finalidade seria o conagraçamento, união e contato entre estudantes da terra tijucana. Vencendo obstáculos de grande monta e superando dificuldades de avultado porte, fundou-se, no dia 19 de abril de 1952, a UEI (SILVA; VILELA, 1953, p. 146).

A fundação da referida entidade foi justificada em pesquisas anteriores pelo seu principal idealizador como exercício para a atuação política desses jovens, no intuito de que suas ações fossem reconhecidas perante a população local, por meio da imprensa, especialmente do jornal *Folha de Ituiutaba*. Já que esses tinham o intuito de se candidatarem a representação política em Ituiutaba após a conclusão de seus estudos na faculdade de Direito (FRANCO, 2014). ⁶⁸

⁶⁷ Tijucano (a) é um adjetivo utilizado para identificar pessoas, fatos e características próprias, provenientes de Ituiutaba-MG, já que esta cidade está localizada às margens do Rio Tijuco (FRANCO, 2014).

⁶⁸ O curso de Direito criado ainda no Brasil Imperial apresentava a tradição de formar dirigentes políticos capazes de conduzir a nação. Durante várias décadas, o diploma de Bacharel em Direito possibilitava o ingresso na carreira política, tendência que começou a ser mudada a partir da década de 1920, mas que ainda seguia constante principalmente nas cidades interioranas. Logo há que se destacar que nos anos de 1950, menos de 1% da população tinha acesso ao ensino superior, ou seja, o legislativo era comandado por uma elite que votava leis em defesa de seus próprios interesses elitistas (SOUZA, 2005).

Desse modo salienta-se o fato de que, os universitários desse período eram predominantemente pertencentes “[...] a camadas socioeconômicas privilegiadas, e em virtude dessa origem se destacavam como membros potenciais das elites políticas dirigentes” (FORACCHI, 1972, p.132).

O surgimento da UEI, importante órgão de mobilização estudantil em Ituiutaba, esteve associado à Universidade de Minas Gerais, grande centro de mobilização política universitária.

Nesse período houve uma significativa expansão do ensino superior em detrimento aos outros níveis de ensino, com a taxa média de 12,5% de crescimento ao ano, os 27.253 estudantes de 1945 chegaram a 107.299 em 1962 (CUNHA, 2007). Logo esses jovens se mobilizaram por todo o país para discutirem as questões em torno do acelerado processo de desenvolvimento brasileiro.

Assim como em outras entidades discentes da região, no âmbito da UEI também era comum a realização de conferências sobre a discussão de temas da atualidade. Na cerimônia de inauguração dessa aconteceu a palestra “A Mocidade Brasileira no momento atual” pronunciada pelo professor Álvaro Brandão de Andrade, diretor e proprietário do Instituto Marden (SILVA; VILELA, 1953, p.147).

Além dessa, ocorreram outras conferências proferidas pelo então inspetor de ensino estadual, Dr. Edelweiss Teixeira. A partir das temáticas discutidas nesses eventos, pode-se evidenciar a preocupação da sociedade local com as questões relacionadas à juventude.

Em relação ao movimento estudantil brasileiro no momento de articulação da UEI e UESU, remete-se a “fase de domínio direitista da UNE” com “[...] um decréscimo na participação política estudantil, principalmente de 1952 a meados de 1954” (POERNER, 1995, p. 170).

Nessa fase, a mobilização estudantil foi agitada pela campanha “O Petróleo é Nosso” em prol dos ideais nacionalistas e pela criação da Petrobrás. Tal campanha também contou com o apoio da UEI nesse período (SILVA; VILELA, 1953). Fato que indicava o alinhamento de interesses entre os estudantes pelo país.

De acordo com os jornais locais os universitários representantes da UEI no início da década de 1950 se reuniam em Ituiutaba em período de férias para debaterem as iniciativas da entidade e assuntos de interesse do município, permeados pelo objetivo maior de participação política na sociedade local. Nesse sentido, partilha-se do entendimento de que:

Normalmente, o acesso privilegiado à cultura e ao ensino superior cria uma camada de trabalhadores intelectuais que estará pronta para ocupar papéis centrais nos partidos políticos da ordem, nas universidades, nas igrejas, nos vários órgãos do aparelho de Estado, enfim, nas instituições de produção ideológica (RIDENTI, 2010, p.157).

A imprensa tijucana publicou considerável número de matérias sobre as ações do movimento estudantil tanto em nível local como nacional. O órgão que mais se destacou na divulgação das causas estudantis foi a *Folha de Ituiutaba*, que desde a fundação da UEI esteve presente acompanhando de perto as mobilizações discentes até o ano de 1964.

Em relação à criação da entidade, esse jornal apontava a importante iniciativa desses jovens, os quais deveriam propiciar melhorias para a sociedade local, como se pode perceber abaixo:

A União Estudantil de Ituiutaba fundada há meses em Belo Horizonte e com ramificação na capital bandeirante, tem se caracterizado por uma série de iniciativas visando maior aproximação entre a classe, reivindicação de seus direitos e sobre tudo trabalhar em prol do bem estar e engrandecimento de Ituiutaba [...] (*Folha de Ituiutaba*, 24/01/1953).

Desse modo, observa-se que parte da elite tijucana, assim como acontecia na região no início dos anos de 1950, projetava um ideal de jovem compatível com inovações e o desenvolvimento do município, como se pode evidenciar nas representações veiculadas pelo jornal. Essa proposta envolvia um jovem engajado com as questões então atuais da sociedade, de ordem política ou religiosa, por exemplo.

No entanto é necessário destacar que no movimento estudantil triangulino, assim como em nível nacional, ocorreram divergências de interesses e posicionamentos, até porque este possuía caráter heterogêneo, em decorrência da transitoriedade de seus representantes.

Assim como os outros municípios em discussão, era comum na imprensa de Ituiutaba a divulgação das eleições das diretorias dos órgãos estudantis. Como demonstra a *Folha de Ituiutaba*, a qual publicou durante a década de 1950 várias notas sobre tais acontecimentos.⁶⁹

⁶⁹ “Em sessão realizada no dia 25 de setembro último, na capital mineira, foi eleita a nova diretoria da União Estudantil Ituiutabana, seção de Belo Horizonte, que ficou assim constituída: Presidente, Ubaldo de Souza Martins; vice-presidente, Agnaldo Bernardes Fleury; primeiro secretário Ibiraty Martins, segundo secretário, Antonio José Cabral; tesoureiro, José Meinberg; orador, João Batista Vilela; diretor social; Hilarião Rodrigues Chaves Júnior, diretor de esportes, Pedro Neto Rodrigues Chaves. Na oportunidade deste registro *Folha de Ituiutaba*, agradecendo a comunicação que lhe foi endereçada, formula votos de profícua gestão aos novos mentores da UEI” (*Folha de Ituiutaba*, 08/10/1955).

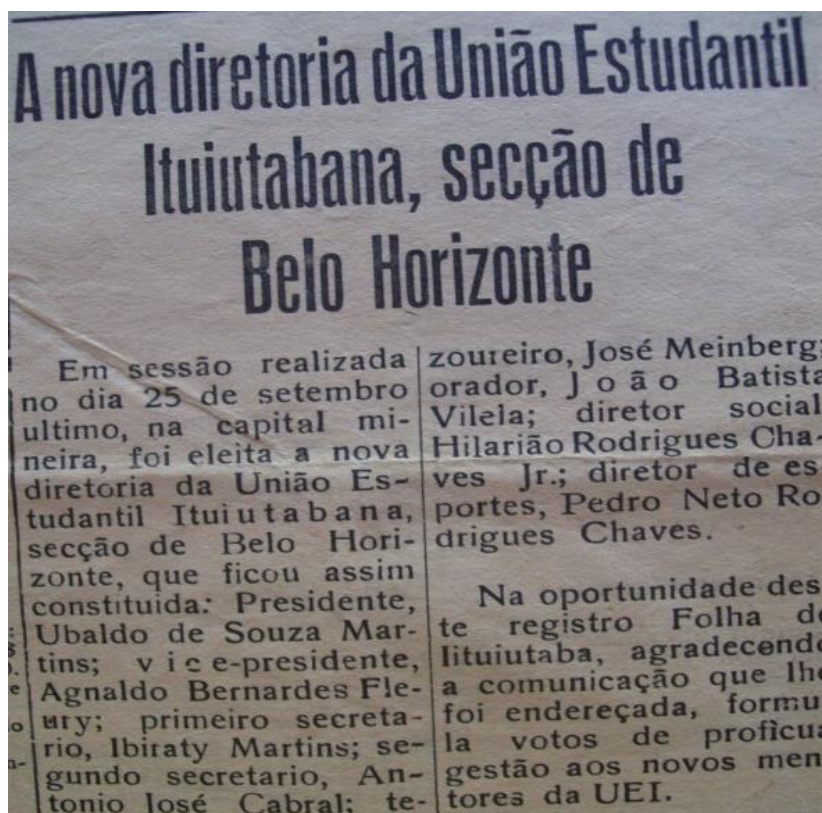


Figura 8: Nota divulgando a composição da nova diretoria da UEI do ano de 1956

Fonte: *Folha de Ituiutaba*, 08/10/1955.

O anseio dos estudantes em terem seus nomes divulgados pela imprensa pode indicar o intuito destes de serem reconhecidos pela sociedade como sujeitos ativos de importantes mudanças na vida pública local. Do mesmo modo, demonstrava o reconhecimento por parte dos jovens do poder da imprensa como importante instrumento de articulação política e cultural no meio em que esta circulava.

Era comum a aproximação dos líderes discentes tijucanos com o diretor da *Folha de Ituiutaba*, de forma que aconteciam constantemente visitas às redações desse jornal. Como demonstrava a matéria “Visita da União Estudantil a esta Folha”.

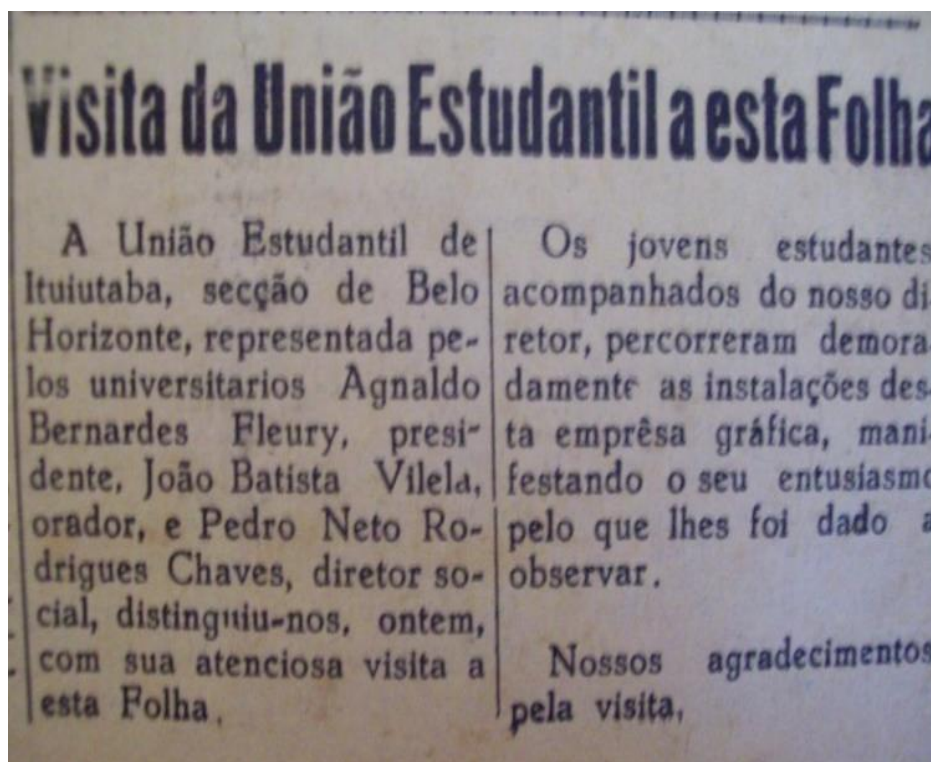


Figura 9: Matéria abordando visita da UEI a *Folha de Ituiutaba*.⁷⁰

Fonte: *Folha de Ituiutaba*, 09/05/1955.

Foi notória a relação de proximidade entre os representantes da UEI na década de 1950 com o diretor da *Folha de Ituiutaba*, Ercílio Domingues da Silva, o qual estabelecia parcerias com os estudantes, chegando até a publicar gratuitamente os comunicados referentes às ações desta entidade (FRANCO, 2014).

Durante os anos de 1950 e 1960 as escolas de nível secundário dessa região contavam com os grêmios estudantis, os quais eram imbuídos de representar os alunos de cada instituição.

O “Clube Estudantil Ituiutabano”, agremiação dos discentes de nível secundário do Ginásio São José, criado em fevereiro de 1956, segundo o jornal *Correio do Pontal* visava:

[...] a prática dos desportos amadores entre seus associados, proporcionando-lhes os meios ao seu alcance para o aperfeiçoamento físico, de acordo com as recomendações dos órgãos especializados, visando assim, a melhoria da raça: visa também a criação de uma Biblioteca, proporcionando aos sócios,

⁷⁰ “Visita da União Estudantil a esta Folha. A União Estudantil de Ituiutaba, secção de Belo Horizonte, representada pelos universitários Agnaldo Bernardes Fleury, presidente, João Batista Vilela, orador, e Pedro Neto Rodrigues Chaves, diretor social, distinguiu-nos, ontem, com sua atenciosa visita a esta Folha. Os jovens estudantes, acompanhados do nosso diretor, percorreram demoradamente as instalações desta empresa gráfica, manifestando o seu entusiasmo pelo que lhes foi dado a observar. Nossos agradecimentos pela visita” (*sic*) (*Folha de Ituiutaba*, 09/05/1955).

dentro de suas possibilidades, reuniões de caráter desportivo e social (*Correio do Pontal*, 09/02/1956).

Assim pressupõe-se a finalidade cultural e esportiva do referido grêmio, bem como a circulação de princípios eugênicos no meio estudantil desse contexto, já que a prática esportiva deveria propiciar o “melhoramento da raça”. Desse modo compactua-se com a ideia de que:

[...] a imprensa, ligada à educação, constitui-se em um ‘*corpus documental*’ de inúmeras dimensões, pois consolida-se como testemunho de métodos e concepções pedagógicos de um determinado período. Como também da própria ideologia moral, política e social, possibilitando aos historiadores da educação análises mais ricas a respeito de discursos educacionais, revelando-nos, ainda, em que medida eles eram recebidos e debatidos na esfera pública, ou seja, qual era a sua ressonância no contexto social (CARVALHO; *et. al*, 2002, p. 72).

Nessa perspectiva, é possível vislumbrar por intermédio dos jornais, importantes aspectos que circulavam no meio estudantil do contexto em questão, bem como a repercussão social de determinados acontecimentos, imaginários e expectativas. No entanto, não se deve perder de vista é claro, às possíveis obscuridades presentes nos discursos jornalísticos e as armadilhas de interpretação desses escritos.

Os grêmios escolares eram acompanhados de perto por importantes autoridades representantes de classes locais, como indicava a nota “Clube Estudantil Ituiutabana”, se referindo ao grêmio do Ginásio São José do ano de 1956.

O Clube Estudantil Ituiutabano terá a grande honra de receber no próximo dia 11, domingo, às 10 horas na sua sede provisória, sita numa das salas do Ginásio São José, a ilustre visita das seguintes pessoas: Sr. Antonio de Souza Martins (Nicota), DD prefeito desta cidade, Dr. João Gabriel Perboire Starling, MM Juiz de Direito; Dr. Nelson Medina, MM Juiz Municipal; Dr. Álvaro Brandão de Andrade, DD diretor do Instituto Marden; Dr. Petrônio Rodrigues Chaves, ilustre educador da mocidade ituiutabana; Dr. Austen Drumond, Delegado Regional Polícia; Revmo Padre Alcides Esporidório, Diretor do Colégio São José. Dona Maria de Freitas Barros, ilustre educadora, Irmã Maria José Vasconcelos, DD Diretora do Colégio Santa Teresa; os ilustres jornalistas desta cidade, Srs. Ercílio Domingues da Silva, Diretor - Proprietário da “Folha de Ituiutaba”, e Pedro Lourdes de Moraes, Diretor – Proprietário do “Correio do Pontal” [...] (*Correio do Pontal*, 08/03/1956).

Com base na imprensa escrita, verifica-se de modo geral, que era comum nesse contexto o acompanhamento e o direcionamento das ações dos grêmios pelas autoridades

locais. Logo é importante ressaltar que os secundaristas desse cenário eram filhos de uma elite dirigente. E os jornais o meio de comunicação de maior expressão junto a esses grupos letrados, em função de que o analfabetismo era bastante alto nesse período em todo o país.

Em março de 1956 foi criado em Ituiutaba o “Clube Estudantil Rui Barbosa”, entidade que deveria representar os interesses dos secundaristas de Ituiutaba, como demonstrava a *Folha de Ituiutaba*:

Com a criação do Clube Estudantil ‘Rui Barbosa’ foi preenchida uma lacuna dos meios estudantis de Ituiutaba, que é a organização de uma entidade que congregasse os estudantes secundários da cidade. Tendo à sua frente um diretoria composta de líderes de classe, todos os seus membros trabalham entusiasticamente em prol da conquista de seus objetivos, quais sejam as soluções dos problemas que mais os afligem. Logo no início de suas atividades se lhes deparou o problema da denominação da entidade, resolvido, aliás, com muito acêrto, uma vez que, escolhendo o nome insígnio de Rui Barbosa para patrono da agremiação, cultuam os estudantes de Ituiutaba a memória de uma figura por todos os títulos dos mais ilustres e inconfundível de nossa história política. Rui Barbosa além de intransigente apóstolo da liberdade foi eminente mestre de Direito e honrou sobre modo as letras com sua vasta cultura literária. Perpetuar, portanto o seu nome em entidades desse gênero significa homenagear sinceramente todas as figuras de relêvo da história-pátria. Eis porque cumprimos os estudantes ituiutabanos pela feliz escolha (*sic*) (*Folha de Ituiutaba*, 31/03/1956).

A criação do referido órgão de representação estudantil também foi noticiada com elogios realizados pelo jornal *Correio do Pontal* no artigo “Aos jovens diretores do clube estudantil”:

[...] Estão de parabéns todos os laboriosos rapazes que lançaram em Ituiutaba essa benigna luz, fonte dos mais belos ideais que tanto nossa pátria reclama e pede. Mister se faz que todos os estudantes ituiutabanos, assistam as reuniões do Club e tornem-se membros dele, para que suscite no alvorecer de amanhã, um sustentáculo forte, indestrutível em prol da juventude ituiutabana e do engrandecimento moral, e intelectual do Brasil (*sic*) (*Correio do Pontal*, 19/04/1956).

Por meio da análise dos artigos acima, percebe-se que o “Clube Estudantil Rui Barbosa” surgiu com o propósito de preencher uma lacuna até então presente no meio estudantil tijucano, que seria congregar todos os estudantes de nível secundário do município em uma única entidade, já que a UEI nesse momento era representada por universitários. Além disso, torna-se evidente a veiculação de preceitos morais e patrióticos no meio discente tijucano.

Destaca-se que a organização dessas agremiações de caráter literário e esportivo na região e por todo o país a partir da década de 1940 estava de acordo com o proposto pela legislação vigente. O art. 46 do capítulo XII, do decreto-lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942, vinculado a Lei Orgânica do Ensino Secundário previa que:

Os estabelecimentos de ensino secundário deverão promover, entre os alunos, a organização e o desenvolvimento de instituições escolares de caráter cultural e recreativo, criando, na vida delas, com um regime de autonomia, as condições favoráveis à formação do espírito econômico, dos bons sentimentos de camaradagem e sociabilidade, do gênio desportivo, do gosto artístico e literário. Merecerão especial atenção as instituições que tenham por objetivo despertar entre os escolares o interesse pelos problemas nacionais (BRASIL, Decreto-lei n. 4.244, art. 46).

Nesse sentido, foi evidente o incentivo a exaltação de ideais nacionalistas no meio estudantil secundarista para as atividades além da sala de aula.⁷¹ Tal perspectiva também era propagada pela imprensa tijucana, como se pode perceber na ocorrência dos elogios realizados pelos jornais *Folha de Ituiutaba* e *Correio do Pontal* em relação à denominação requerida pelo clube estudantil, que elegeu como patrono a figura de Rui Barbosa.⁷²

Desse modo, evidencia-se a circulação de ideários patrióticos no meio estudantil desse contexto, por meio da valorização dos “heróis nacionais”. Fator comum na cultura escolar nacional desse período.

No que se refere à instalação das sedes dessas entidades, salienta-se que somente em junho de 1958, após dez anos de existência da UEU, a Câmara Municipal de Uberaba aprovou o projeto 59-58 de autoria do Prefeito Arthur de Mello Teixeira que permitia a construção de sede própria para a entidade sobre o prédio onde se situava o Serviço de Águas de Uberaba. Sobre esse acontecimento o jornal *Correio Católico*, demonstrando apoio ao projeto empreendido pelos estudantes, assim se pronunciou em sua coluna “No Mundo do Ensino”:

[...] Sem dúvida foi uma grande vitória do Presidente da entidade estudantil o jovem Adalberto Amorim e de sua diretoria [...], revelou-nos êle que em agosto será iniciada uma campanha com quermesses e concursos, visando a angariar fundos para que se possa dar início o mais breve possível a construção da sede da entidade. Disse-nos também o dirigente máximo da

⁷¹ “Para reforçar o nacionalismo o Estado Novo destacou no currículo dos cursos elementares e secundários a importância da educação física, do ensino da moral católica e da educação cívica pelo estudo da História e da Geografia do Brasil, do canto orfeônico e das festividades cívicas” (HILSDORF, 2011, p.100).

⁷² Rui Caetano Barbosa de Oliveira foi um importante intelectual brasileiro, que se destacou na carreira política, jurídica, de jornalista e escritor. Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras um dos principais representantes dos novos ideários propagados durante a Primeira República, atuou na defesa do abolicionismo, federalismo e em prol dos direitos individuais (MÓDOLO, 2009).

União, que tratará logo de receber as verbas que o govêrno lhe destinou, para assim atacar imediatamente as obras da referida sede. Pediu, por último que todos os filiados à UEU, colaborem nas campanhas que serão organizadas, tomando parte ativa em tudo que a diretoria promover, pois procedendo desta maneira estarão contribuindo para o engrandecimento da entidade estudantil a que pertencem (*sic*) (*Correio Católico*, 17/06/1958).

Em abril de 1959 foi doado a UEU o terreno para a construção de suas instalações próprias. Tal acontecimento foi acompanhado pela imprensa, representantes de entidades de classe e pelo poder público local. Logo a construção do prédio, de acordo com os jornais, contou com parte de verbas públicas e de fundos arrecadados por campanhas empreendidas pelos próprios secundaristas.



Figura 10: Anúncio sobre o lançamento da sede própria da UEU.

Fonte: *Lavoura e Comércio*, 24/04/1959.

Na ocasião do lançamento da campanha pela construção da sede própria da UEU, o jornal *Lavoura e Comércio* demonstrou apoio aos estudantes. Logo se deve ter em vista que, eram em sua grande maioria, os filhos das elites locais que frequentavam as escolas secundaristas.

[...] A União Estudantil de Uberaba está de parabéns. Um pouco de cooperação de todos os seus associados e do próprio povo de Uberaba e

estará aquela prestigiosa entidade na posse de sua sede própria. Neste registro é justo que se saliente o trabalho incansável que em benefício da União vem desenvolvendo a diretoria liderada pelo esclarecido e esforçado presidente Sr. Adalberto Amorim, merecedor da admiração e reconhecimento de seus colegas (*Lavoura e Comércio*, 24/04/1959).

Por meio da matéria acima e de várias outras com conteúdo semelhante é possível perceber que os nomes de alguns secundaristas e universitários foram exaltados pela imprensa durante a década de 1950, representando possivelmente uma relação de interesses entre determinados indivíduos que de alguma forma exerciam ou exerceriam poder na sociedade local.

Nesse sentido, nota-se a existência de uma relação de proximidade entre a imprensa escrita e seu público leitor, de forma que as representações veiculadas nesses periódicos para terem aceitação social deveriam fazer parte do universo cultural de seus interlocutores. Assim como observou Darnton (1990, p.56), ao afirmar que: “[...] as matérias jornalísticas precisam caber em concepções culturais prévias relacionadas com a notícia”. Prontamente se entende que o conteúdo publicado pelo jornalista necessita partilhar de valores e imaginários comuns ao meio o qual este circula.

No entanto, convém salientar que nem sempre as reivindicações discentes eram atendidas pelas autoridades locais e bem vistas pela imprensa da região, a qual em sua grande maioria representava primeiramente os interesses dos grupos detentores do poder no referido contexto.

A UESU apresentou uma postura ativa no que se refere a mobilizações em prol da defesa dos interesses estudantis. Assim como se pode perceber em setembro de 1958, quando o jornal *Correio Católico* de Uberaba noticiou uma manifestação de secundaristas representantes dessa entidade contra a direção do Colégio Brasil Central. Devido ao fato deste não ter prorrogado o período de aulas para a obtenção de uma semana vaga necessária a participação dos alunos na Olimpíada Colegial que deveria acontecer na Semana da Pátria. O referido jornal assim se pronunciou:

[...] Felizmente acatando a UESU as ponderações das autoridades, a crise foi sustada. Já, na tarde de sábado, tudo se encontrava novamente nos eixos, quando o Inspetor Seccional de Ensino, da região, Dr. Cristiano Barsante Santos, aportava Uberlândia [...] Fez ver ao auditório o Dr. Cristiano Barsante Santos, de que a sua inspetoria está disposta a dar combate aos maus estudantes e a todos aqueles que, deste ou daquele modo, procurarem transgredir os regulamentos da Seccional (*Correio Católico*, 04/09/1958).

Por meio da matéria acima “Em Uberlândia - Choque da União Estudantil com a direção de um Colégio” pode-se verificar que nos anos de 1950 era frequente o controle das manifestações discentes pela Inspetoria de Ensino da região. Além disso, observou-se o apoio de parte da imprensa a essa Inspetoria, que nessa ocasião considerou como “maus estudantes”, aqueles que reivindicavam seus interesses em participar do evento esportivo.

A *Folha de Ituiutaba* noticiou em março de 1958 a fundação do grêmio “Lítero-educativo Bernardo de Guimarães”, pertencente ao recém-inaugurado Ginásio do Educandário Ituiutabano, sob a orientação dos professores da instituição. Assim como demonstrava a matéria: “Dia 8 de março último, às 7 horas da manhã, presentes o professorado, o corpo discente e diretoria, realizou-se a sessão de fundação do grêmio Lítero-educativo do Ginásio do Educandário Ituiutabano” (26/03/1958).

Nessa perspectiva, a escola secundária na região assim como em nível nacional introduzia os jovens estudantes às trilhas da cultura universal, de forma que nos “[...] ginásios e colégios aprendia-se a escrever e falar bem, a valorizar os bons autores da literatura, especialmente a nacional, e a amar e exaltar a pátria” (SOUZA, 2008, p. 187).

A partir do ano de 1960 a UEI sofreu mudanças em sua configuração, passando a ser representada por secundaristas dos ginásios e colégios locais, provenientes do Instituto Marden, Colégio Santa Teresa, Colégio São José e Educandário Ituiutabano, e não mais por universitários que saíam de Ituiutaba para concluírem seus estudos nas grandes cidades.

Nesse cenário, tal entidade foi reinaugurada em 1960 pelos secundaristas locais, já que esta passou por um período de inatividade no final dos anos de 1950. A mudança de perfil da UEI foi de certa forma ignorada por parte da imprensa, de modo que jornais da região noticiaram a fundação desta no ano de 1960, desconsiderando o pioneirismo dos universitários nos anos de 1950. Assim como abordava a matéria “Fundada em Ituiutaba a União Estudantil” do jornal *Correio de Uberlândia*:

No dia 10 passado em Assembléia Geral realizada em sede Jockey Club de Ituiutaba foi fundada a UEI (União Estudantil de Ituiutaba). Cerca de 500 alunos compareceram a esta Assembléia e na oportunidade aprovaram os estatutos que regerão os destinos da nova entidade ituiutabana [...] (*Correio de Uberlândia*, 20/03/1960).

Por meio da notícia acima, se pode perceber a considerável participação dos secundaristas de Ituiutaba na aprovação dos estatutos da UEI, atraídos pela escolha de seus dirigentes. Logo a imprensa da região, principalmente a partir da década de 1960, se

empenhava em veicular as ações dos estudantes tanto em nível local, como regional e nacional.

Nos anos de 1960, os jornais de Ituiutaba passaram a veicular as ações de várias outras organizações discentes como: o Movimento Estudantil Unido de Ituiutaba (MEUI); os Comitês Estudantis masculino e feminino pró Lott; a Liga Ituiutabana de Esportes Colegiais (LIEC); além dos grêmios das escolas que ofereciam ensino secundário.

O Movimento Estudantil Unido de Ituiutaba foi criado em novembro de 1962 por um grupo de secundaristas no intuito de realizarem reivindicações políticas e solicitarem melhorias para a classe e também para a população em geral.

Em relação aos “Comitês Estudantis masculino e feminino pró Lott”, tratava-se de agremiações de estudantes em defesa da candidatura de Marechal Lott à presidência da República e a Liga Ituiutabana de Esportes Colegiais (LIEC), agremiação de caráter esportivo.

Em Uberlândia, assim como nos demais municípios investigados, as eleições anuais para a escolha da diretoria das entidades discentes secundaristas eram constantemente publicadas pela imprensa escrita, bem como as realizações de assembleias pelos estudantes, como se pode observar no seguinte comunicado “Hoje: Estudantes em Assembléia”:

A UESU fará realizar hoje às 14 horas no auditório da Sociedade Médica de Uberlândia uma grande assembléia de estudantes, com a finalidade de eleger e empossar nova diretoria, conferir diplomas de Honra ao Mérito a diversos de seus associados e inventariar patrimônio da União [...] (*Correio de Uberlândia*, 26/03/1960).

O *Correio de Uberlândia* noticiava sempre as polêmicas que envolviam as eleições da referida entidade, tal como indicava o noticiário “Agitação anulou eleições: UESU”:

Foi marcada para dia 26, a eleição da nova diretoria da União dos Estudantes Secundários de Uberlândia. Apesar de ter atingido o objetivo a mesma teve que ser anulada dada a conduta de certos estudantes dentro do recinto da Sociedade Médica de Uberlândia, que quando faziam uso da palavra infringiam os estatutos da UESU. Mais de 2 mil estudantes estavam presentes e de acordo com os estatutos da União dos Estudantes Secundários de Uberlândia o prazo para se efetivar a eleição é de apenas 1 mês [...] o local será o grupo Escolar Bueno Brandão e o estudante será obrigado a votar [...] (*Correio de Uberlândia*, 29/03/1960).

Verifica-se assim a circulação de um ideário disciplinador das condutas dos estudantes uberlandenses nesse período, bem como a preocupação com os destinos da referida entidade

que congregava em sua maioria jovens pertencentes a camadas privilegiadas da população nesse momento.

Também era comum a participação da UESU em campanhas assistencialistas durante os anos de 1950 e 1960. Como na ocasião do movimento pela arrecadação de alimentos para as famílias nordestinas que foram vítimas da enchente do ano de 1960. A iniciativa desse órgão, assim como do movimento estudantil em Uberaba que também lutou por essa causa, contou com a colaboração do jornal *Correio Católico*, o qual prestou elogios à solidariedade dos estudantes: “A iniciativa está se desenvolvendo com o mais intenso brilhantismo” (*Correio Católico*, 29/04/1960).

Ocorreu também o apoio da UESU à expansão do ensino superior em Uberlândia. Já que a possibilidade de ascensão social por meio do ingresso em uma faculdade fazia parte dos interesses dos secundaristas. Visto que, no momento de implantação da Faculdade de Odontologia de Uberlândia a UESU cogitou a possibilidade de dividir o espaço de sua sede, que se localizava em uma das salas do prédio do Mercado Municipal, para a instalação provisória dessa faculdade (PEREIRA, 2006).

Além da movimentação dos secundaristas uberlandenses na referida entidade, acontecia o envolvimento destes nos grêmios presentes nas instituições escolares, os quais também tinham suas ações publicadas pela imprensa, embora em menor frequência em relação às demais organizações estudantis.⁷³

A Associação Colegial Esportiva e Cultural (ACEC) do Colégio Estadual de Uberlândia contava na década de 1960 com a participação de mais de três mil e seiscentos estudantes sob a coordenação de professores, os quais organizavam a realização de eventos esportivos e culturais veiculados pelos jornais locais.

Após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) em 1961, a Educação Física nas escolas secundárias deveria ter como principais objetivos o desenvolvimento da cultura física individual e da educação social, por meio da ordem e da disciplina que precisaria ser estimulada pelos exercícios coletivos e pelas competições esportivas (SOUZA, 2008). Logo se observou que tais atividades se fizeram presentes nas agremiações estudantis da região, como é abordado em maiores detalhes no último capítulo.

⁷³ Dentre os grêmios dos colégios locais destacados pela imprensa uberlandense pode-se citar: Grêmio Esportivo Ipiranga; Grêmio Estudantil Cultural e esportivo 1º de maio; Grêmio Estudantil Dom Almir Marques (GEDAM); Grêmio Estudantil Dom Barreto; Grêmio Estudantil Eduardo de Oliveira; Grêmio Estudantil Elinor Halle; Grêmio Estudantil Santos Dumont; Grêmio Lítero Dramático Coelho Neto; e Grêmio Lítero-Social Maria Marques.

A questão da confecção de carteirinhas estudantis pelas entidades secundaristas municipais foi comum nos periódicos da região até o final dos anos de 1960. Nesse cenário, a UEI, UESU e a UEU realizavam a emissão desses documentos com nome e foto para a garantia do direito dos estudantes de pagarem a meia-entrada nos cinemas locais. O atraso na emissão dessas era sempre noticiado pela imprensa, como no comunicado: “Carteirinhas de 1958 – não terão valor”:

A UESU comunica que a partir do dia 15 as carteirinhas de 1958 perderão o valor. E conforme entendimentos com os proprietários de cinema aceitarão como identidade escolar do dia 16 a 30 as cadernetas de estudantes dos colégios com fotografias e carimbo (*Correio de Uberlândia*, 24/05/1959).

De modo geral, vislumbra-se que essas polêmicas, principalmente relacionadas à UESU, sempre eram publicadas pelos jornais uberlandenses, como demonstrava o artigo “Estudantes reclamam de sua associação”:

Estiveram em nossa redação vários estudantes, reclamando, que a “Associação dos Estudantes” até hoje não entregou as carteirinhas que dão direito ao desconto nos cinemas. A sede da mesma associação não funciona e solicita aos diretores urgentes providências, porque a carteirinha velha não está valendo mais [...] (*Correio de Uberlândia*, 26/05/1960).

Nesse sentido, o *Correio de Uberlândia* se apresentava como porta-voz de parcela discente que demonstrava insatisfações quanto às ações da UESU, indicando também uma tentativa de controle sobre essa entidade.

A preocupação com a emissão desses documentos foi constante na imprensa durante toda a década de 1960: “Comunicado Geral aos Estudantes Secundários de Uberlândia” (*O Repórter*, 21/02/1962)⁷⁴. Tal comunicado apontava que os secundaristas do município se envolviam em demandas imediatas de seu cotidiano, o que contribuía para a formação de sua cidadania ao defenderem pequenos, mas importantes direitos.

⁷⁴ “Nobres colegas: A União dos Estudantes Secundários de Uberlândia tem a satisfação de participar que as requisições de carteiras de identidade estudantil, para 1962, serão feitas em sua sede a Av. Afonso Pena, 690, 2º andar, Sala 202, Ed. Garcia. As inscrições iniciaram no dia 15 de fevereiro, terminando no dia 15 de Março, com essa medida procuremos evitar os lamentáveis acidentes já ocorridos nos anos anteriores. A carteira custará a importância de Cr\$ 150 (cento e cinquenta cruzeiros). O estudante, no ato da inscrição deverá estar munido de duas fotografias tamanho, 3x4 e a importância supra. De acordo com os nossos estatutos, a segunda quinzena de março deverá marcar a data de realização da Assembleia Geral da UESU, para a eleição da nova diretoria que regerá os destinos dessa entidade no ano de 1962. Os interessados na apresentação de chapas para a eleição deverão registra-las devidamente em nossa sede a partir de 1º de março. A assembleia reunir-se-a no dia 25-3-62 para eleição da diretoria. O local de realização da assembléia será brevemente divulgado (*sic*) (*O Repórter*, 21/02/1962).

Comunicado Geral aos Estudantes Secundários de Uberlândia

Nobres colegas:

A União dos Estudantes Secundários de Uberlândia tem a satisfação de participar que as requisições de carteiras de identidade estudantil, para 1962, serão feitas em sua sede à Av. Afonso Pena, 690, 2.º andar, sala 202, Ed. Garcia.

As inscrições iniciaram no dia 15 de fevereiro, terminando no dia 15 de Março, com essa medida procuraremos evitar os lamentáveis acidentes já ocorridos nos anos anteriores.

A Carteira custará a importância de Cr\$. 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros). O estudante, no ato da inscrição deverá estar munido de duas fotografias tamanho, 3x4, e a importância supra.

De acordo com os nossos estatutos, a segunda quinzena de março deverá marcar a data da realização da Assembleia Geral da UESU, para a eleição da nova diretoria que regerá os destinos desta entidade no ano de 1962.

Os interessados na apresentação de chapas para eleição deverão registrá-las devidamente em nossa sede a partir de 1.º de março. Esclarecemos que o prazo para registro, encerrar-se-á no dia 24 de março.

A assembleia reunirá-se no dia 25-3-62, para a eleição da diretoria. O local da realização da Assembleia será previamente divulgado.

Cooperar com as instituições assistenciais é um dever, e um gesto de humanidade de todo cidadão civilizado.

Ferraria e Serralheria IMPERIAL

— DE —
JOSE SILVA SANTOS

Especialista em portas de aço onduladas e de tiras. Portões, caixilhos e fornos para logão. As portas onduladas de tiras IMPERIAL são as melhores da praça

Rua Coronel Antônio Alves Pereira
Esquina da Avenida Afonso Pena

Figura 11: Comunicado sobre as inscrições para a emissão das carteiras de identidade estudantil pela UESU

Fonte: *O Repórter*, 21/02/1962.

Pode-se observar que durante o período analisado o processo de emissão das carteirinhas era alvo frequente de críticas e reclamações por parte dos secundaristas do município aos dirigentes da UESU, como destacava o artigo “Secundaristas descontentes com Dirigentes da UESU”:

Alguns estudantes do curso médio estiveram a redação deste jornal, mostraram-se aborrecidos com o procedimento de seus colegas que dirigem o órgão máximo daquela classe [...] Os pretensiosos falsos líderes estão, como expressam os visitantes da redação, alegam que estão procedendo mal, porque as carteiras de estudantes do ano passado não são válidas mais, como isso pode ser, se muitos já requereram a nova identidade do ano em curso e até agora nenhuma providência foi tomada pelos supostos da UESU. Esclarecem ainda aqueles rapazes o que deveria esses nossos colegas fazer, e não são capazes de realizar, pois um relatório de atividades da UESU não foi demonstrado e trazido a público, seria bom que os falsos líderes apresentassem conta do movimento de 1966 da UESU, por que já está nas vésperas de uma nova eleição para a escolha dos dirigentes para a nova gestão. Mas, tudo indica que os colegas da UESU querem receber todo o

dinheiro, antes da eleição dos futuros diretores desta associação em dificuldades, na futura gestão de 1967 (*Tribuna de Minas*, 17/03/1967).

É claro o ataque do jornal *Tribuna de Minas* direcionado aos dirigentes da entidade, tendo em vista que, foram feitas acusações e ofensas públicas aos líderes estudantis sem direito posterior de defesa desse grupo de estudantes.

Assim constata-se a existência do acompanhamento e julgamento das ações dos discentes pela imprensa local, em um momento de fortes tensões vivido pelo movimento estudantil nacional. De modo que, os jornais abriam espaço para a crítica de determinados grupos, mas ao mesmo tempo buscavam manter a juventude sob vigilância.

É perceptível que o município de Uberaba se destacou, principalmente nos anos de 1960, como importante núcleo do movimento estudantil na região, que se consolidou enquanto agente político ativo. Nesse viés, a imprensa local publicou considerável número de matérias. Dentre essas, pode-se salientar a ocorrência do “I Encontro Regional dos Estudantes Secundários”:

Inicia-se amanhã, em Uberaba o I Encontro Regional dos Estudantes Secundários, realizado em colaboração com a Delegacia Regional da União Colegial de Minas Gerais. Deverão participar da reunião todos os representantes de entidades classistas do Triângulo Mineiro. Estará presente na reunião inaugural, o presidente da UCMG, Sr. Eduardo Mendes. O certame visa a um entrosamento mais perfeito entre as classes estudantis do Triângulo Mineiro, para a organização de suas jornadas e defesa de seus legítimos interesses. A partir da próxima quarta-feira, será iniciado também o Colóquio Estudantil, realização da União Estudantil Uberabense (*Lavoura e Comércio*, 14/10/1965).

O comunicado acima indicava um entrosamento entre os secundaristas da região e mais uma vez, o acompanhamento das ações desses jovens por representantes de outras entidades de classe dessa localidade, buscando o controle destes. Fator marcante nas organizações estudantis triangulinas, mesmo no período anterior a ditadura civil-militar. Por outro lado, tal constatação revelava um período de efervescência do surgimento de variadas associações de classe por todo o país.

Na sequência dos acontecimentos, em junho de 1966 o jornal *Tribuna de Minas* noticiava o desligamento dos secundaristas do Triângulo Mineiro da União Colegial de Minas

Gerais (UCMG) ⁷⁵, assim como demonstrava o pronunciamento do jornal na notícia “Estudantes confirmam notícia UCMG – Tribuna de Minas”:

[...] Os estudantes reunidos em Ituiutaba no último dia 5, em seu I Congresso dos Estudantes de Grau médio do Triângulo, resolveram: 1º) - O desmembramento do Triângulo da União Colegial de Minas Gerais, entidade máter dos estudantes secundários mineiros e a Fundação da União Triangulina dos Estudantes Secundaristas (UTES); 2º) A sede será em Uberaba; 3º) Organização da diretoria; 4º) Elaboração dos estatutos e os primeiros Jogos Olímpicos do Triângulo Mineiro a serem realizados em Uberlândia no dia 5 de outubro [...] A UTES procurando introduzir-se e promover-se no meio estudantil triangulino lançou o seguinte slogan: ESTUDANTES VOCÊS SABEM O QUE É A UTES? É A ENTIDADE DE SECUNDARISTAS DO TRIÂNGULO. ANTECEDENTES. Não é a primeira vez que estudantes do Triângulo empenham em se desligar da entidade que representa em Belo Horizonte. Esta necessidade vem sendo sentida há muito, mas tomou corpo com o jantar [...] após a posse da nova diretoria da UESU em que se encontravam o novo presidente da UEU de Uberaba [...] A Tribuna acompanhou os debates [...] mas não divulgou a notícia [...] Em nossa edição de nº 10 domingo, noticiamos em primeira mão, a notícia de rompimento agora confirmada, pela data que hoje divulgamos (*Tribuna de Minas*, 07/06/1966).

Ocorreu assim a criação de um novo organismo estudantil para a representação dos secundaristas da região. A UCMG por motivos não revelados, passou a não congregiar os interesses dos estudantes triangulinos. Nesse contexto a imprensa se mostrava atenta às ações do movimento estudantil ao acompanhar os debates no “I Congresso dos Estudantes de Grau médio do Triângulo” realizado em junho de 1966 no município de Ituiutaba. Considerando-se o fato de que, se vivia no país um contexto político de perseguição ao movimento estudantil contestador em nível nacional.

A fundação da nova entidade, União Triangulina dos Estudantes Secundaristas (UTES), em junho de 1966, contou com a participação das uniões estudantis das cidades que integram a região, com a presença da UEI, UESU e UEU, sendo amplamente divulgada pela imprensa triangulina. Assim como indica os seguintes destaques:

⁷⁵ Entidade criada no ano de 1944, como órgão representativo dos estudantes secundaristas desse estado, com a principal função de emitir carteirinhas estudantis com nome e foto para que os discentes conseguissem pagar a meia-entrada nos cinemas.



Figura 12: Manchete sobre a criação da UTES ⁷⁶

Fonte: *Correio de Uberlândia*, 21/06/1966.

⁷⁶ “Os estudantes secundaristas do Triângulo Mineiro acabaram de fundar sua maior entidade, congregando as entidades de todo Triângulo Mineiro em torno da União Triangulina dos Estudantes Secundaristas (UTES), conforme resolução do 1º Congresso dos Estudantes de Grau Médio do Triângulo Mineiro levado a efeito em Ituiutaba. Pela resolução do Congresso a UTES será dirigida da seguinte forma: presidência — Uberaba; 1ª vice presidência — UBERÂNDIA, 2ª vice presidência — Araguaçu; 3ª vice — Araxá; secretaria geral — Uberaba; 1º tesoureiro — Prata. Destaca-se que a UTES já tem em mente uma grande promoção os Jogos Olímpicos do Triângulo Mineiro que terão Uberlândia por sede e início no dia 5 de outubro” (*Correio de Uberlândia*, 21/06/1966).

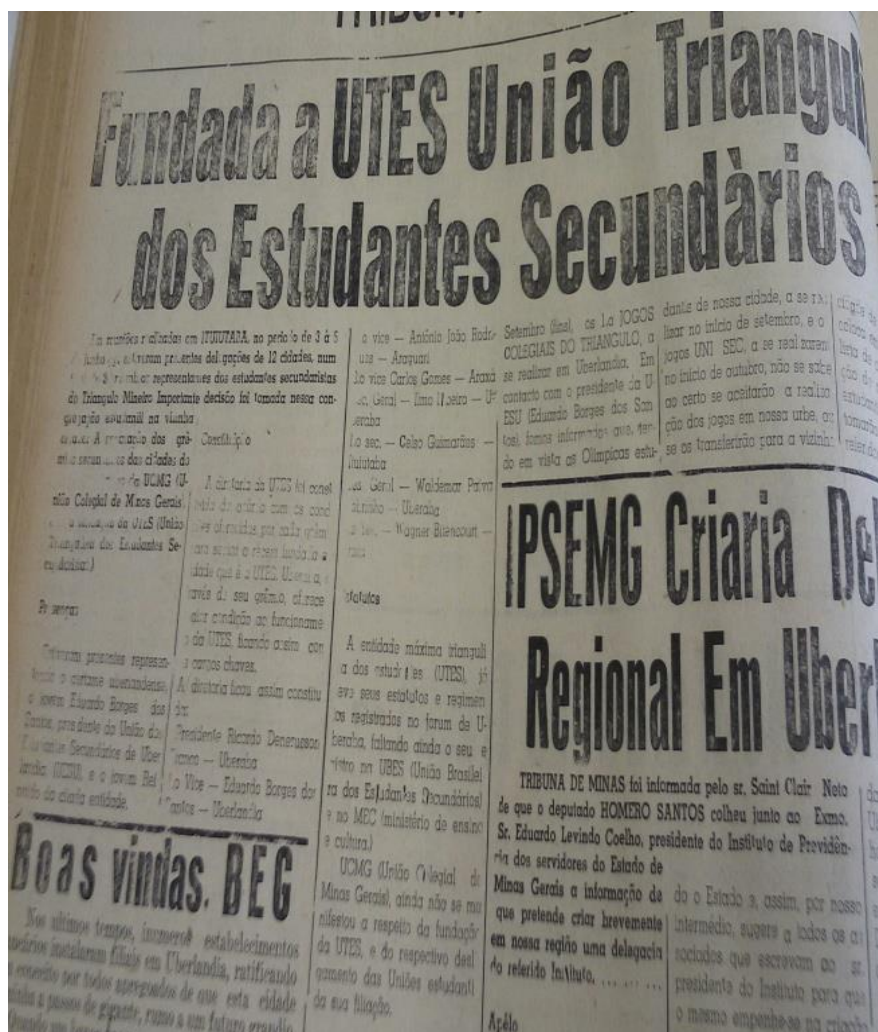


Figura 13: Notícia sobre a fundação da UTEs ⁷⁷

Fonte: *Tribuna de Minas*, 21/06/1966.

Com base nas matérias jornalísticas, é perceptível a agitação na sociedade triangulina no que se refere à criação da nova entidade estudantil que passava a congregar os secundaristas de mais de doze municípios incluindo toda a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

A UTEs desde sua criação foi representada por estudantes dos principais municípios da região, dentre esses: Uberlândia, Uberaba, Ituiutaba, Frutal Araguari, Araxá e outros. Esta logo tratou de se legalizar, tendo seus estatutos e regimentos internos devidamente registrados

⁷⁷ “Em reuniões realizadas em Ituiutaba, no período de 3 a 5 de junho, estiveram presentes delegações de 12 cidades [...] representantes dos estudantes secundaristas do Triângulo Mineiro. Importante decisão foi tomada nessa congregação estudantil na vizinha cidade [...] A entidade máxima triangulina dos estudantes (UTES) já teve seus estatutos e regimentos registrados no Fórum de Uberaba, faltando ainda o seu registro na UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundários) e no MEC (ministério do ensino e cultura). UCMG (União Colegial de Minas Gerais) ainda não se manifestou a respeito da fundação da UTEs, e do respectivo desligamento das Unões estudantis da sua filiação” (*Tribuna de Minas*, 21/06/1966).

no Fórum de Uberaba, bem como a manifestação do interesse pelo registro na UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundários) e no MEC (Ministério da Educação e Cultura).

No que se refere às principais ações dessa entidade destaca-se a organização dos “Jogos Olímpicos do Triângulo Mineiro”, o qual deveria ser sediado anualmente no município de Uberlândia.

Em fevereiro de 1969, a imprensa publicava a ocorrência da exoneração e a consequente nomeação de alguns cargos para a direção da UTES, pelo presidente da entidade, conforme os seus estatutos. Como é indicado na nota abaixo:

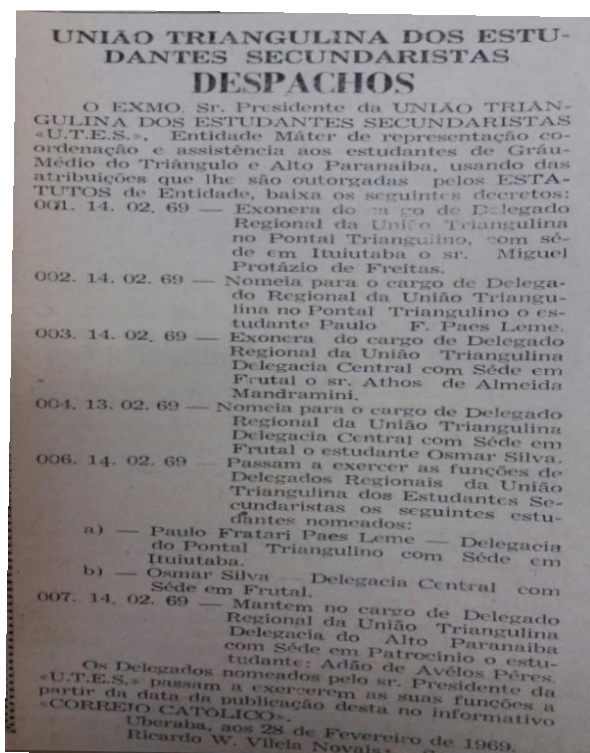


Figura 14: Nota veiculando despachos da UTES ⁷⁸

Fonte: *Correio Católico*, 03/03/1969.

⁷⁸ “O EXMO Sr. Presidente da UNIÃO TRIANGULINA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS (UTES), Entidade máter de representação coordenação e assistência aos estudantes de grau médio do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, usando das atribuições que lhe foram outorgadas pelos ESTATUTOS DA ENTIDADE, baixa os seguintes decretos: 001. 14.02.69 – Exonera o cargo de Delegado Regional da União Triangulina dos Estudantes no Pontal com sede em Ituiutaba o sr. Miguel Protázio de Freitas. 002. 14.02.69 – Nomeia para o cargo de Delegado Regional da União Triangulina no Pontal Triangulino o estudante Paulo F. Paes Leme. Exonera o cargo de Delegado da União Triangulina Delegacia Central com Séde em Frutal o sr. Athos de Almeida Mandramini. 004. 13.02.69 – Nomeia para o cargo de Delegado Regional da União Triangulina Delegacia Central com Séde em Frutal o estudante Osmar Silva. 006. 14. 02.69 – Passam a exercer as funções de Delegados Regionais da União Triangulina dos Estudantes Secundaristas os seguintes estudantes nomeados: a) Paulo Fratari Paes Leme- Delegacia do Pontal Triangulino com Séde em Ituiutaba. b) Osmar Silva - Delegacia Central com Séde em Frutal. 007. 14.02.69 – Mantem o cargo de Delegado Regional da União Triangulina Delegacia do Alto Paranaíba com Séde em Patrocínio o estudante: Adão de Avélos Péres. Os delegados nomeados pelo sr. Presidente da UTES passam a exerceras funções a partir da data de publicação desta no informativo CORREIO CATÓLICO. Uberaba, aos 28 de fevereiro de 1969. Ricardo W. Vilela Novais –Sec. Geral” (sic) (*Correio Católico*, 03/03/1969).

Os motivos para a ocorrência da decretação de tais exonerações e nomeações, sem a realização de nova eleição, não foram indicados pela imprensa. Essas medidas certamente estavam relacionadas à intensificação da repressão instituída pelo governo militar ao movimento estudantil. Já que muitos militantes politizados foram duramente perseguidos, por serem acusados de possuírem ideais subversivos aos interesses dominantes.

De modo geral, constatou-se o surgimento e a consolidação de um movimento de grande participação de estudantes não só universitários, mas também secundaristas em diversos setores da sociedade, com a criação de dezenas de entidades no Triângulo Mineiro, como reflexo de um processo nacional.⁷⁹

Ao longo dos anos 40 a participação política dos estudantes secundaristas se intensificou e ganhou maior organicidade. Em alguns estados, como São Paulo e Rio de Janeiro os movimentos eram bastante estruturados, baseado nos “grêmios” escolares. Na década de 1940 começaram a se constituir as uniões municipais de estudantes secundaristas. A meia-passagem e a meia-entrada eram as bandeiras tradicionais dos secundaristas. Além delas, todos os anos o movimento secundarista lutava contra o aumento das mensalidades escolares dos estabelecimentos particulares (ARAÚJO, 2007, p.68).

A criação das Uniãos Estudantis nessa região também esteve associada ao crescimento do número de estudantes no ensino secundário, processo que teve início no país após a Reforma de Francisco Campos na década de 1930.⁸⁰

Segundo Silva (1969), nesse período ocorreu uma acentuada expansão desse nível de ensino no Brasil, com o aumento do número de matrículas, estabelecimentos, cursos e corpo docente, como se pode observar no quadro abaixo:

⁷⁹ Quando se fala em movimento estudantil geralmente se pensa em universitários, jovens acima de 18 anos, estudando em faculdades. Mas o Brasil contou em vários momentos de sua história política recente com intensa participação de estudantes secundaristas, meninos e meninas entre 14 e 18 anos, alunos do ensino médio (ARAÚJO, 2007, p.68).

⁸⁰ “A intensificação do capitalismo industrial no Brasil, que a Revolução de 30 acabou por representar, determina consequentemente o aparecimento de novas exigências educacionais. Se antes, na estrutura oligárquica, as necessidades de instrução não eram sentidas, nem pela população nem pelos poderes constituídos (pelo menos em termos de propósitos reais), a nova situação implantada na década de 30 veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais, em matéria de educação, e, em função disso, a ação do próprio Estado” (ROMANELLI, 1999, p. 59). No entanto, há que destacar que a Reforma Francisco Campos empreendida em 1931 manteve o caráter elitista do ensino secundário, de preparação para o ingresso em cursos superiores, destinado às elites dirigentes. Nesse sentido, o currículo escolar continuava privilegiando a formação de uma elite intelectual.

Quadro 9 - Matrícula Geral, estabelecimentos, cursos e corpo docente no ensino secundário (1933 - 1965)

ANOS	MATRÍCULA GERAL	ESTABELECIMENTOS	CURSOS	CORPO DOCENTE
1933	66.420		417	5.864
1936	107.469		552	8.136
1939	155.588		782	11.136
1942	199.435		886	13.562
1945	256.467		1.282	19.105
1948	335.882		1.663	23.712
1951	438.626		2.190	30.635
1954	557.346	1.819	2.510	35.720
1957	695.023	2.167	2.945	44.707
1960	904.252	2.777	3.698	58.296
1961	991.391	3.035	4.015	63.974
1962	1.113.102	3.271	4.057	67.118
1963	1.246.125	3.722	4.607	74.541
1964	1.368.177	3.896	4.775	81.230
1965	1.553.699	4.174	5.095	?

Fonte: BRASIL, Serviços de Estatística da Educação e Cultura, Sinopse retrospectiva do ensino no Brasil 1871-1954 e 1954-1965 *apud* Silva (1969, p.308).

Em relação aos dados acima, constata-se que o aceleração da expansão do ensino secundário foi intensificado nas décadas de 1950 e 1960. No entanto, é preciso salientar que esse processo não foi acompanhado por medidas administrativas destinadas a neutralizar as desigualdades de oportunidades presentes no meio estudantil, de forma que ocorreu considerável evasão e o prejuízo dos alunos das camadas populares ao terem suas vidas escolares atrasadas em virtude das questões sociais.⁸¹

Destaca-se também que a maioria das matrículas se concentrava no ensino ginásial em detrimento ao colegial. Visto que, até a década de 1960 “[...] a democratização do ensino

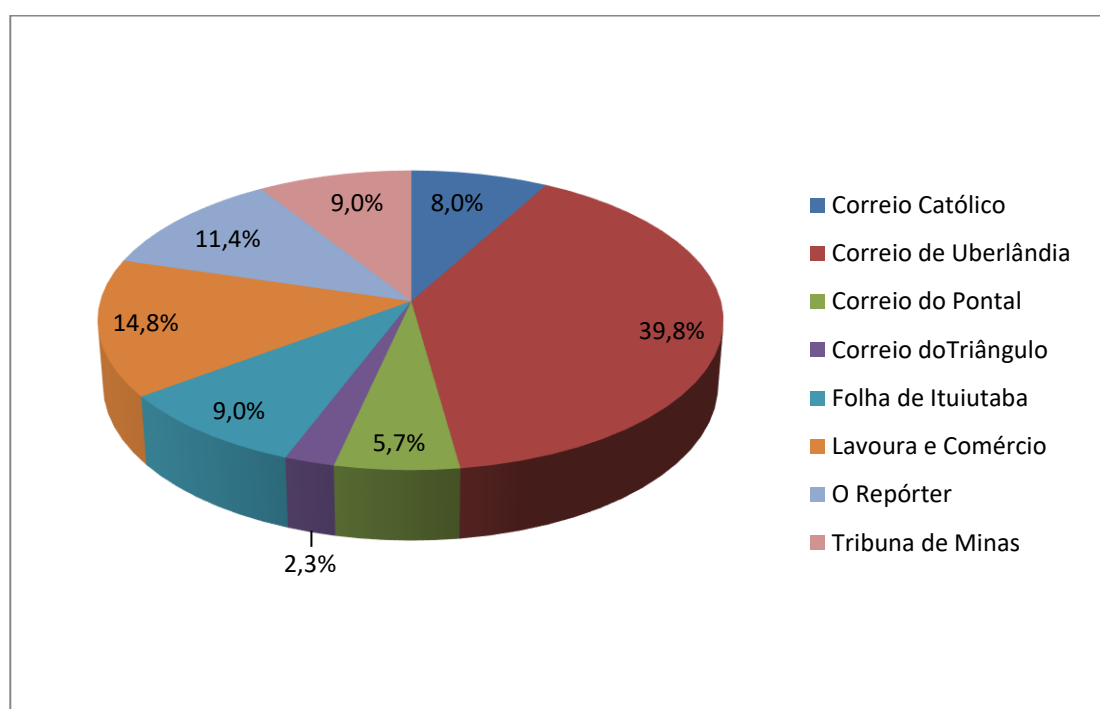
⁸¹ No ano de 1954, Anísio Teixeira, importante intelectual representante do movimento da Escola Nova no Brasil, em análise sobre a então situação do ensino secundário no país assim se pronunciou: ‘A escola secundária brasileira sempre foi, no passado, uma escola preparatória. Preparava os candidatos ao ensino superior; como escola de “preparatórios”, tinha objetivos determinados e uma clientela determinada. A clientela era a que se destinava ao ensino superior; e os objetivos, os de fornecer o que, na época, se chamada de cultura geral. Tal escola secundária, como aliás a escola secundária de todo o mundo, sendo preparatória para o ensino superior, não visava a dar nenhuma educação específica para ensinar a viver, ou a trabalhar, ou a produzir, mas, simplesmente, a ministrar uma educação literária, que era toda a educação que a esse tempo se conhecia’ (TEIXEIRA, 2012, p. 175). Por outro lado, há que se destacar a proliferação dos cursos técnicos destinados as camadas populares que se expandiram no Brasil a partir dos anos de 1950, de forma que a política educacional da época visava se adequar as necessidades do setor produtivo, no intuito de formação de mão de obra qualificada de nível médio (CUNHA, 2005).

atingia apenas o ciclo ginásial, permanecendo o ciclo colegial e o ensino superior como instâncias de diferenciação social” (SOUZA, 2008, p. 241).

Como já discutido anteriormente, a educação escolar secundária no Triângulo Mineiro ainda era marcada pelo domínio da iniciativa privada. Tal fato indicava que a juventude estudantil desse contexto era pertencente a parcelas privilegiadas da sociedade.⁸²

Nesse cenário, foi encontrado na imprensa da região o total de oitenta e oito matérias que abordavam a realização de eventos e eleições referentes aos organismos discentes dos secundaristas. Desse total, foram calculados os percentuais de notícias publicadas referentes a cada periódico, assim como indica o gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Percentual de matérias que abordavam as criações de entidades estudantis e a realização de eventos referentes ao ensino secundário nos jornais de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia (1950-1969)



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017⁸³

Por meio do gráfico acima se pode evidenciar o protagonismo do *Correio de Uberlândia*, no que se refere ao percentual de matérias publicadas referentes às criações de entidades estudantis e a realização de eventos referentes ao ensino secundário em Uberlândia.

⁸² “De acordo com os Censos Demográficos, a população de adolescentes e adultos analfabetos alcançava 59% (13,2 milhões) em 1940; 53% (15,2 milhões) em 1950; 39% (18,8 milhões) em 1960 e 33% (17,9 milhões) em 1970” (CHAGAS, op. cit., p. 75, *apud* PALMA FILHO, 2005, p.98).

⁸³ Não foi encontrado nenhum conteúdo sobre tal temática no jornal *Cidade de Ituiutaba*.

Fato que indicava um maior interesse de parte da sociedade letrada uberlandense em relação às atividades realizadas pelas agremiações estudantis dos renomados colégios uberlandenses. Já que os três jornais locais *Correio de Uberlândia* com 39,8 %, *O Repórter* com 11,4 % e o *Tribuna de Minas* com 9%, somam o total de 60,2% do conteúdo encontrado sobre tal temática.

Em contrapartida, aparecem os jornais uberabenses, *Lavoura e Comércio* com 14,8 % e *Correio Católico* com 8%, totalizando 22,8%. Os impressos tijucanos, *Folha de Ituiutaba* com 9%, *Correio do Pontal* com 5,7% e *Correio do Triângulo* com 2,3%, somam apenas 17% do material encontrado.

Constatou-se de modo geral, que as formas de condutas, valores e normas que circularam no ensino secundário da região, durante os anos de 1950 e 1960, estavam de acordo com o que era proposto pelos cenários social, político e cultural em nível nacional. Logo a formação dispensada ao secundarista esteve relacionada aos conteúdos humanísticos de valorização dos ideais cívicos e patrióticos, bem como princípios educativos necessários ao processo de urbanização e modernização do país.

II. 3 - Os Centros e Diretórios Acadêmicos no Triângulo Mineiro

Tendo em vista o fato de que, nessa região o ensino superior se desenvolveu primeiramente no município de Uberaba, destaca-se o pioneirismo local referente ao processo de articulação do movimento estudantil universitário, por meio da organização dos primeiros centros acadêmicos e do Diretório Central dos Estudantes do Triângulo Mineiro (DCETM).

Logo convém sublinhar a importância do referido órgão representativo dos universitários, que durante as décadas de 1950 e 1960 exerceu forte influência e militância política na região. Tal entidade, de acordo com o Relatório da Diretoria da gestão dos anos de 1961 e 1962, apresentava o objetivo maior de defender os principais interesses da classe estudantil, colaborando para uma união “fecunda” e “indestrutível” entre os estudantes do município.

Cada gestão do DCETM atuava durante o período de dois anos, conforme a ocorrência de eleições para a sua diretoria, entre os universitários locais provenientes dos cursos existentes. Esta era composta pelos cargos de presidente, vice-presidente, secretário geral, 1º secretário, 2º secretário, tesoureiro geral, 1º tesoureiro, orador, diretor social e bibliotecário.

Além da existência do Diretório Central dos Estudantes, entidade máxima que representava todos os universitários do município, existiam durante os anos de 1950 e 1960 os Diretórios Acadêmicos de cada curso, os quais defendiam os interesses particulares de determinado grupo. Esses órgãos estudantis, assim como os demais, possuíam diretoria definida por eleições que ocorriam a cada ano letivo e eram sempre divulgadas pela imprensa.

Em sua maioria, as matérias jornalísticas que giraram em torno do movimento estudantil em Uberaba no referido período eram relacionadas a comunicados, convites e notas dos próprios órgãos estudantis direcionados aos estudantes e a população em geral, bem como notícias abordando mobilizações políticas, manifestações, passeatas e polêmicas entre os discentes.

Destaca-se a nota do DCETM ao povo uberabense em 25/09/1951 publicada pelo jornal *Lavoura e Comércio*:

Este Diretório sente-se no dever de informar a todos, não passar de boatos maldosos as notícias veiculadas de que, sob seus auspícios, seriam promovidos distúrbios e depredações nos cinemas locais em represália a negativa da Empresa Exibidora de Filmes desta cidade em cumprir uma portaria baixada pela CCP. Outrossim, lança o seu protesto enérgico contra certos elementos que, não se sabe com quais intenções, vêm procurando incompatibilizar a classe estudantina, usando mão dos abomináveis recursos de telefonemas e cartas anônimas as autoridades. Os seus dirigentes são de opinião que a obtenção de uma medida reivindicatória deve se procurar unir a Força do Direito e não fazer uso do direito aspérrimo da Força, pelo que conclamam a todo estudante e ao povo em geral, a cerrar fileiras em torno do Diretório, que baseado na lei, lutará em toda e qualquer ocasião pelas prerrogativas de seus filiados.

Por meio da nota acima é possível identificar a existência de conflitos no início da década de 1950 entre universitários e proprietários dos cinemas, em decorrência do direito da “meia-entrada” dos discentes a esses estabelecimentos, assim como ocorria entre os secundaristas.

No cenário relatado pelo *Lavoura e Comércio*, em pronunciamento de defesa do DCE, se deduz a ocorrência de ataques aos cinemas locais por indivíduos não identificados, motivados possivelmente pelo descumprimento destes ao direito dos discentes pela obtenção de redução no valor dos ingressos. Dessa forma, a juventude estudantil uberabense utilizava a imprensa escrita como veículo privilegiado nesse período para rebater as acusações sobre o envolvimento do DCE em tais acontecimentos.

De modo geral, verifica-se que assim como em nível nacional, à medida que o jovem estudante, a partir da década de 1950, tornava-se ator político influente, surgiam ataques por parte de setores conservadores, que mesmo antes do regime político militar não viam com bons olhos às reivindicações estudantis.

Torna-se importante demarcar a forte representatividade desses Diretórios ou Centros Acadêmicos que participavam ativamente das discussões empreendidas pelo movimento estudantil em nível local e nacional, como abordava a nota “Uberaba irá ao Congresso da UNE”, presente na coluna “No Mundo do Ensino”:

De 26 de Julho a 1º de Agosto, será realizado em Baurú o 21º Congresso Nacional dos Estudantes, promovido pela UNE. Neste Congresso deverão estar presentes dois representantes dos Diretórios Estudantis de todo o Brasil. Serão discutidos diversos problemas e também será escolhida numa eleição a nova diretoria. Os estudantes de Uberaba que representarão nossa cidade nesse Conclave são os seguintes: Do Centro Acadêmico D. Alexandre, da Faculdade de Filosofia –Sarah Maria Vilaça, presidente e Lilia Bruno. Do DALO, Faculdade de Direito –Salim Nicolau Mina. Do Centro Acadêmico Gaspar Viana – Adroaldo Gil Modesto. Do CAMP – Nilo Magnabosco. Do Conservatório Musical –Hilda Barsan e Sônia Seussel. Da Escola de Enfermagem – Gergina Malaquias. Quanto ao dia do embarque da delegação uberabense, ainda não foi fixado” (sic) (*Correio Católico*, 21/07/1958).

Por meio desta, percebe-se a participação dos universitários de Uberaba nos debates promovidos pela UNE, com especial destaque para as mulheres que nessa ocasião representavam a maioria da liderança estudantil no ensino superior no município.

É interessante ressaltar que o *Correio Católico* enfatizava a participação dos universitários uberabenses nas decisões tomadas pela UNE nessa fase de ascensão católica no comando da entidade, compreendida entre o final dos anos de 1950 e início da década de 1960.

Salienta-se a ocorrência das campanhas assistencialistas empreendidas pelos Diretórios Acadêmicos principalmente no início da década de 1960, com o apoio do *Correio Católico*, assim como a campanha “Ajuda teu irmão” do ano de 1960, para a arrecadação de alimentos em prol de famílias nordestinas, que deveriam ser coletados nos diversos estabelecimentos de ensino do município. Destaca-se também a assistência médica e odontológica desenvolvida pelos alunos da Faculdade de Medicina e Odontologia que passavam por diversas cidades prestando atendimento às famílias carentes.

Tais iniciativas eram saudadas e acompanhadas pelo referido jornal, possivelmente pelo fato deste representar princípios de solidarismo cristão, defendido pela Igreja Católica,

como indicavam as matérias: “Estudantes e nordeste” (*Correio Católico*, 29/04/1960); “Estudantes levam assistência médica e dentária a várias localidades” (*Correio Católico*, 10/05/1960); “Estudantes enviam auxílios aos flagelados” (*Correio Católico*, 15/06/1960), dentre outras.⁸⁴

Dentre as principais atividades do DCETM, pode-se ressaltar assim como a UNE, a realização dos Congressos Anuais da entidade a partir do ano de 1959, para a discussão de questões relacionadas à organização do movimento estudantil, bem como as de ordem econômica, política e social enfrentadas pelo país em determinado contexto.

Nesse cenário, é importante lembrar que a juventude estudantil por todo o país, principalmente nos anos de 1960, era influenciada pelo cinema novo, pela arte crítica, pelo engajamento no movimento estudantil e seu interesse pelas causas relacionadas às camadas populares e a democratização da sociedade. De modo que a arte foi muitas vezes utilizada para a denúncia social das desigualdades existentes no país pela exploração capitalista (CARMO, 2010).

Assim como no município de Uberaba, os universitários de Uberlândia se organizavam em associações de classe. Como se pode ressaltar na fundação da “União Universitária” em março de 1961, composta por estudantes do curso de Direito, a qual foi divulgada pelo *Correio de Uberlândia* em 19 de março de 1961.

Além desse órgão, os alunos do curso de Direito também eram representados por seu Diretório Acadêmico, o qual realizava sempre eleição para a escolha de sua diretoria no início de cada ano letivo, sendo divulgada pelos jornais locais nos anos de 1960.

No mesmo ano de fundação da Faculdade de Direito de Uberlândia, como abordado anteriormente, foi criado o Diretório Acadêmico “21 de Abril” (D. A. 21 de Abril). A denominação de tal órgão homenageava a Inconfidência Mineira e a luta de “Tiradentes”.

Evidencia-se a influência da Faculdade de Direito na formação de líderes políticos, fator comum na região e em nível nacional, principalmente no que se refere aos participantes do movimento estudantil.

Dentre os primeiros diretores do Diretório Acadêmico, encontravam-se Renato de Freitas (primeiro presidente do DA e que foi Prefeito de Uberlândia, em 1967-1969 e 1974-1977); como Vice Presidente André Fonseca Ferreira (vereador e presidente da Câmara Municipal entre 1958 e 1959), Alexandre Fornari, José Carneiro, Maria Bernadette de Oliveira (mais tarde professora da Faculdade de Direito), Fuad Miguel (também professor

⁸⁴ Durante o período entre 1959 e 1965, inspirados no Concílio Vaticano II, uma parcela do movimento católico buscava se aproximar das classes menos favorecidas da população (SAVIANI, 2007).

da faculdade), Oscar Mendes de Lima Júnior e Milton Damasceno (PRIETO, 2010, p.392).

Logo era comum a organização de eventos por esses Diretórios Acadêmicos com a realização de importantes conferências entre os alunos da Faculdade de Direito. Ressalta-se a matéria “Capanema em Uberlândia a convite da Faculdade de Direito”:

Está sendo esperado em Uberlândia no próximo 3 de abril o ministro Gustavo Capanema, que a convite da Faculdade de Direito, irá proferir uma palestra versando sobre temas jurídicos. O Sr. Gustavo Capanema é figura de grande gabarito na vida nacional, tendo já ocupado os mais elevados postos nos últimos governos. Jurista de renome, Gustavo Capanema, será certamente homenageado com as honras devidas pela Congregação e alunos da Faculdade de Direito (*Correio de Uberlândia*, 27/03/1962).

Nesse sentido, salienta-se o entrosamento dos discentes do curso de Direito de Uberlândia com políticos de renome nacional. Lembrando que Gustavo Capanema exerceu importantes cargos na administração pública, sendo o Ministro da Educação que mais tempo ficou no poder de 1934 a 1945, servindo principalmente aos interesses dos grupos que detinham o domínio.⁸⁵

É necessário sublinhar mais uma vez que, os universitários desse contexto eram predominantemente integrantes das camadas privilegiadas, o que facilitaria o acesso a carreira política. Já que tradicionalmente, no Brasil, a política sempre foi esfera dos doutores da lei, diplomados em nível superior, o que era um privilégio restrito a alguns poucos brasileiros (SOUZA, 2005).

Desse modo torna-se importante ressaltar que no início da década de 1960, cerca de 3% dos estudantes que ingressavam no primeiro ano da escola primária conseguiam chegar ao ensino superior. O índice de analfabetismo no país nesse período se aproximava a 40% da população, de forma que o acesso ao diploma universitário era bastante restrito (SOUZA, 2005).

⁸⁵ Durante os anos de 1940, em sua atuação como Ministro da Educação, Gustavo Capanema baixou as leis orgânicas de ensino, que ficaram conhecidas como “Reformas Capanema”, por meio de oito decretos – leis: “a) Decreto–lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que criou o SENAI; b) Decreto–lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942: Lei Orgânica do Ensino Industrial; c) Decreto–lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942: Lei Orgânica do Ensino Secundário; d) Decreto–lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943: Lei Orgânica do Ensino Comercial; e) Decreto–lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Primário; f) Decreto–lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal; g) Decreto–lei n. 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que criou o SENAC; h) Decreto–lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946: Lei Orgânica do Ensino Agrícola” (SAVIANI, 2007, p. 268-269). Essas reformas foram marcadas por um caráter dualista, pois aspiravam uma formação diferenciada para os jovens provenientes das camadas populares, que deveriam ser destinados ao ensino profissional para o ingresso no mercado de trabalho, já os filhos da elite deveriam se integrar no ensino secundário, como preparação ao ensino superior, de onde sairia os quadros dirigentes do país.

Nesse cenário foi presente no meio estudantil uberlandense a participação dos universitários em conferências permeadas por discussões de variadas problemáticas, como indicava o comunicado a seguir:

Prossegue com a sua presença, na Rádio Educadora de Uberlândia, as 8 hs dos dias 15, 16 e 17 do corrente, respectivamente, a presença dos ilustres conferencistas: José M. Pimenta (Dazinho) – Assunto: “Operariado e Classe Estudantil”; Jorge Dantas – Assunto: “Cultura Popular”. Moacir Laterza: assunto: “Reforma Universitária” [...] Esta é a “Semana do Calouro”, uma promoção do “Diretório Acadêmico Brasília” (*Correio de Uberlândia*, 12/04/1963).

É perceptível que esses estudantes estavam alinhados às discussões do movimento estudantil em nível nacional, com destaque para o debate sobre a Reforma Universitária, a relação entre a classe operária e a estudantil e o movimento de cultura popular em alta no início da década de 1960.⁸⁶

Assim como a UNE, o Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito de Uberlândia demonstrava apoio ao governo de João Goulart. Como é possível evidenciar, de acordo com Prieto (2010), na ocasião em que os jovens discentes concederam o título de Doutor *Honoris Causa* ao então Presidente da República, João Goulart, apenas quatro meses antes de sua deposição pelos militares.

No ano de 1961, a UNE criou o Centro Popular de Cultura (CPC), no intuito de possibilitar as classes populares à conscientização crítica da realidade brasileira, por meio da arte revolucionária em uma cultura de protesto às desigualdades e injustiças sociais (POERNER, 1995).

O interesse pela Reforma Universitária teve sua gênese no próprio meio estudantil, desde o surgimento da UNE, no sentido de democratização do ensino. O debate se intensificou na fase da república populista, quando a pauta dessa reforma se incorporou ao discurso pelas “reformas de base” de João Goulart.

De acordo com Cunha (2007) a discussão sobre a necessidade de tal reforma se elevou à medida que a universidade se expandia e com isso o número de diplomados que buscavam emprego, visto que:

⁸⁶As reivindicações que compunham a agitação pela reforma universitária organizada pelo movimento estudantil se pautavam pela concepção humanista moderna de educação. Desse modo, os encontros organizados pelos estudantes se embasavam nas características que compunham a concepção pedagógica em efervescência nesse momento no Brasil pelo movimento da Escola Nova (SAVIANI, 2007).

O aumento do número de diplomados, numa situação em que o mercado de trabalho não tinha dinamismo correspondente, conduzia à elevação dos requisitos educacionais, a desvalorização econômica e simbólica do diploma, ao subemprego e ao desemprego. Consequentemente, maior a crise de realização social, levando à frustração do projeto de carreira, induzindo um movimento estudantil voltado para a reforma da universidade, de modo a adequá-la às ‘exigências da sociedade’ e, no limite, para a reforma da própria sociedade (CUNHA, 2007, p.258).

Nessa perspectiva, quanto mais à universidade se expandia durante a década de 1960, mais ampliava a sua crise e as condições objetivas para que os estudantes assumissem uma postura crítica na luta por seus interesses.

Com o golpe civil-militar, o governo ditatorial tentou reprimir a mobilização crítica dos estudantes. Logo a Reforma Universitária de 1968 também veio como forma de conter a universidade crítica, redefinindo seu sentido para mera modernização do ensino superior, de acordo com os interesses econômicos desse governo.

Em relação às diversas atividades promovidas em Uberlândia pelos Diretórios Acadêmicos de cada curso, ressaltam-se as organizações dos trotes aos alunos ingressantes. Esses acontecimentos também eram divulgados pelos jornais locais, como indicava o comunicado “D. A 21 de Abril Programa Trote” (*Tribuna de Minas*, 13/03/1968).

As eleições para a escolha da direção desses diretórios também eram publicadas anualmente pela imprensa. Fato que demonstrava tanto o empenho dos universitários em terem seus nomes divulgados publicamente, quanto o interesse da sociedade local em conhecer os dirigentes da classe estudantil.

Era comum durante os anos de 1960 a realização de Congressos Regionais dos Universitários, contando com a participação dos Diretórios Acadêmicos existentes nas faculdades da região e de outras partes do país. Observa-se a publicação “Congresso Regional dos Estudantes Universitários”:

[...] O grande conclave a ter por séde a Metrópole do Triângulo Mineiro que deverá estar em funcionamento em junho, terá o patrocínio do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco de São Paulo. MINISTROS PRESENTES. Os ministros Almino Afonso e San Tiago Dantas deverão ser presentes no Congresso dos Estudantes. Tôda a vida universitária de nossa terra irá tomar parte, através dos diretórios acadêmicos das faculdades uberlandenses. Estudantes de tôdo o Brasil Central virão para cá, figurando no grande conclave [...] (*sic*) (*Correio de Uberlândia*, 07/05/1963).

O referido jornal apresentava o anúncio do importante evento universitário com entusiasmo, exaltando Uberlândia como metrópole do Triângulo Mineiro, adotando uma postura diferente em relação às críticas exercidas contra a UESU.

Nesse período Uberlândia passava por um amplo processo de modernização e desenvolvimento se destacando na região. A partir da década de 1960 esse município tomou a frente da liderança econômica e demográfica do Triângulo Mineiro, antes assumida por Uberaba, Araxá e Araguari, em decorrência dos trilhos da Companhia Mogiana.

Além disso, nota-se o envolvimento maior dos universitários pertencentes ao curso de Direito empenhados na organização e divulgação do referido congresso que deveria contar com a presença de importantes autoridades para a discussão de questões sociais e políticas.

O Congresso dos Estudantes Universitários do ano de 1965 foi realizado em Uberaba e contou com a participação de centenas de discentes da região, além de representantes da União Estadual de Estudantes (UEE) de Minas Gerais. Logo as temáticas discutidas nesse evento foram publicadas pela imprensa.

[...] 1) – Estudo da lei nº 4.464 e a sua respectiva regulamentação. 2) - A UEE e a dinamização do movimento estudantil em Minas Gerais; 3) A criação do movimento universidade do povo, possibilitando o aprimoramento do nível técnico, particularmente do operário que trabalha em construções; 4) questões atuais – criação de faculdade e universidades no interior e intensificação do movimento pró criação das universidades de Formiga, Triângulo e Norte de Minas; federalização das escolas, excluindo a Universidade Católica; redução dos currículos em hora-aulas. De Uberlândia partiram para Uberaba dois representantes de cada diretório, dois da Faculdade de Engenharia e 2 da Faculdade de Ciências Econômicas. O universitário João José de Araújo, das faculdades de Engenharia e Ciências Econômicas e representante do CORREIO DE UBERLÂNDIA está credenciado a cobertura jornalística do conclave, e mais tarde reportará o assunto (*Correio de Uberlândia*, 22/07/1965).

Nesse sentido, observa-se o protagonismo da juventude estudantil na região no que se refere à discussão sobre as questões então atuais. Além do debate sobre as regras de funcionamento das organizações discentes, através da conhecida Lei Suplicy de Lacerda, a qual visava desarticular o movimento de politização estudantil por todo o Brasil.

Convém destacar que em julho de 1965 tomou conta do país uma grande campanha do movimento estudantil contra a Lei Suplicy. De modo que o 27º Congresso da UNE foi realizado nessa data em São Paulo, onde havia ocorrido grande greve na Universidade de São Paulo (USP) contra tal medida repressiva do governo. Nesse cenário, Poerner (1995) destaca a solidariedade dos estudantes mineiros na campanha contra a destruição da Universidade de

Brasília pelo governo ditador e no Congresso da União Metropolitana dos Estudantes (UME) desse ano de 1965.⁸⁷

Salienta-se que no Congresso dos Estudantes Universitários de Uberaba de 1965 ocorreu a reivindicação pela criação e federalização das universidades, temática tratada mais adiante, além de discussões voltadas para a questão curricular dos cursos. Também é possível perceber, mais uma vez, a troca de interesses entre determinados líderes estudantis e órgãos da imprensa. Já que um dos alunos participantes do Congresso seria ao mesmo tempo porta-voz do *Correio de Uberlândia*.

No que se refere à realização dos Congressos Anuais do Diretório Central dos Estudantes de Uberaba, ressalta-se a constante divulgação destes pela imprensa local, especificando a programação do evento, data, local e atividade a ser realizada.⁸⁸

⁸⁷ “Logo depois da deposição do presidente Goulart, o campus universitário sofreu uma invasão de forças policiais, assim documentada pela imprensa: ‘Quatrocentos soldados da Polícia Militar de Minas Gerais, fortemente armados [...] cercaram a Universidade de Brasília, prendendo, em massa, professores e estudantes [...]’” (*Última Hora*, 10 de abril de 1964 *apud* Poerner, 1995, p.207-208). Tal episódio sucedeu vários acontecimentos, com a perseguição e expulsão de professores e alunos, de forma que no ano de 1965 a Universidade de Brasília que havia sido estruturada nos moldes norte-americanos e europeus, havia sofrido violenta modificação em sua estrutura, retornando a princípios retrógrados e ultrapassados, de acordo com os interesses do novo governo autoritário.

⁸⁸ “Inicia-se hoje o VIII Congresso Anual dos Estudantes – Promoção do Diretório Central dos Estudantes, inicia-se hoje, nesta cidade, o VIII Congresso Anual do DCE com a finalidade de estudar e tomar resoluções de interesse da classe universitária. ABERTURA – A instalação do Congresso está marcada para as 20 horas. Na sessão inaugural o presidente da UEE de Minas Gerais, Sr. Luiz Carlos Monteiro, falará sobre “A importância do universitário na redemocratização do Brasil”. PROGRAMA - é o seguinte programa organizado para o VIII Congresso a partir de amanhã: Dia 27 as 14 horas – Aprovação do Regimento Interno, constituição da mesa diretiva. Dia 27 às 20 horas – “A política Educacional e a Universidade”. Dia 28 às 14 horas, Reforma da Constituição do DCE. Dia 28 às 20 horas – A realidade da Vivência Universitária em Uberaba. Dia 29 às 14 horas – Reforma da Constituição do DCE. Dia 29 às 20 horas – A Situação do Homem Brasileiro. Dia 30 às 14 horas - Reforma da Constituição do DCE. E aprovações dos Relatórios das Comissões. Dia 30 às 20 horas - Show NÃO (POESIA PARA). PLEBISCITO. No plebiscito realizado em várias escolas, bem como nas Faculdades de Medicina, Ciências Econômicas e Filosofia, a grande maioria manifestou-se favorável a eleições diretas na União Estadual dos Estudantes (UEE) e para o Diretório Central dos Estudantes (DCE). Hoje o plebiscito será realizada na Engenharia, Odontologia, Conservatório Musical e Instituto Musical. LOCAL. As sessões do Congresso serão realizadas no Centro Acadêmico “Gaspar Viana” da Faculdade de Medicina. No dia 30, festival de poesia no Sindicato dos Bancários, estando os bilhetes a venda com os universitários” (*Lavoura e Comércio*, 26/04/1966).

Inicia-se hoje o VIII Congresso Anual dos Estudantes

Promoção do Diretorio Central dos Estudantes, inicia-se hoje, nesta cidade, o VIII Congresso Anual do D. C. E., com a finalidade de estudar e tomar resoluções de interesse da classe universitária.

ABERTURA
A instalação do congresso está marcada para as 20 horas. Na sessão inaugural, o presidente da U. E. E. de Minas Gerais, sr. Luiz Carlos Monteiro, falará sobre "A importância do universitário na redemocratização do Brasil".

PROGRAMA
E' o seguinte programa organizado para o VIII Congresso, a partir de amanhã :-
Dia 27, às 14 horas — Aprovação do Regimento Interno, constituição da Mesa Diretiva.
Dia 27, às 20 horas — "A Política Educacional e a Universidade".
Dia 28, às 14 horas — Reforma da Constituição do D. C. E.
Dia 28 às 20 horas — A Realidade da Vivência universitária em Uberaba.
Dia 29 às 14 horas. — Re-
forma da Constituição do D. C. E.
Dia 29, às 20 horas — A Situação do Homem Brasileiro.
Dia 30, 14 horas — Reforma da Constituição do D. C. E. e aprovações dos relatórios das comissões.
Dia 30, às 20 horas — Show "NÃO (POESIA PARA)".

PLEBISCITO
No plebiscito realizado em várias escolas, bem como nas Faculdades de Medicina, Ciências Econômicas e Filosofia, a grande maioria manifestou-se favorável a eleições diretas na União Estadual dos Estudantes (U. E. E.) e para o Diretorio Central dos Estudantes (D. C. E.). Hoje, o plebiscito será realizado na Engenharia, Odontologia, Conservatorio Musical e Instituto Musical.

LOCAL
As sessões do Congresso serão realizadas no Centro Academico "Gaspar Viana", da Faculdade de Medicina.
No dia 30, festival de poesia no Sindicato dos Bancários, estando os bilhetes à venda com os universitários.

Figura 15: Comunicado abordando a programação do VIII Congresso Anual dos Estudantes

Fonte: *Lavoura e Comércio*, 26/04/1966.

Por meio da análise da programação acima e das conferências que foram realizadas no evento, verifica-se o entrosamento de universitários uberabenses com os de todo o estado e também de discussões que vinham ocorrendo em nível nacional.

Nesse cenário os universitários se apresentaram empenhados em uma reforma na constituição do DCE, através das realizações de plebiscitos em várias faculdades de Uberaba para a decisão sobre a ocorrência de eleições diretas para o referido órgão e também para a União Estadual dos Estudantes (UEE).

Esses discentes também demonstraram conhecimentos sobre o cenário político e social de então. Assim buscaram discutir a questão da política educacional e os rumos em que a universidade estava tomando com as medidas do governo. Além disso, as preocupações também estavam voltadas para a realidade do trabalhador brasileiro. Fator que indicava o

caráter crítico e politizado dos Congressos Anuais realizados pelo Diretório Central dos Estudantes durante a década de 1960.

Logo é possível identificar o alinhamento do movimento estudantil universitário na região com as discussões promovidas pela UNE nesse período, tendo sua preocupação voltada para o processo de redemocratização da sociedade brasileira. Já que se vivia o autoritarismo imposto pela ditadura civil-militar.

Do mesmo modo, ocorreu a ligação dos universitários nessa localidade com a União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais (UEE-MG), os quais partilhavam no ano de 1966 de preocupações comuns, bem como a valorização de atividades artísticas culturais, por meio da realização do festival de poesias, espetáculo aberto a toda população.

É importante ressaltar que esses Congressos Estudantis realizados em Uberaba também foram acusados pelo governo de possuírem ideais subversivos e comunistas. De forma que o regime autoritário suspendeu nesse ano de 1966, pelo prazo de seis meses as atividades da UNE e da UEE-MG por meio do Decreto nº 57.634 de 14 de janeiro de 1966 e Decreto nº 58.921, de 27 de julho de 1966, respectivamente. Nota-se a descrição das justificativas dadas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) para tentar interromper o movimento de politização da juventude:

As ‘considerações que justificavam a suspensão da entidade estadual são elucidativas do propósito de bloquear o movimento estudantil: ‘segundo dados colhidos pelo Serviço Nacional de Informações, a União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais, sociedade civil com sede em Belo Horizonte, vem desenvolvendo atividades de caráter subversivo; essa atividade consiste no aliciamento de adeptos em várias cidades de Minas Gerais como Juiz de Fora, Ouro Preto, Viçosa, Alfenas, Montes Claros, Diamantina, Santa Rita, Pouso Alegre, **Uberaba e Uberlândia**; a partir de fevereiro de 1965 tem convocado reuniões e congressos estudantis, com o propósito de discutir temas de cunho exclusivamente político, de tudo estranhos às atividades escolares; nessas reuniões, da escolha dos assuntos a debater, ressalta inequívoca inspiração comunista; a referida entidade está propiciando, por todos os meios, a realização de um congresso em Belo Horizonte, promovido pela União Nacional de Estudantes, entidade cujas atividades foram suspensas’ (CUNHA, 2007, *grifos nossos*, p.58).

Ainda segundo Cunha (2007), a força da repressão contra o movimento estudantil e a sociedade como um todo foi tão intensa que nenhuma das duas entidades citadas foram juridicamente dissolvidas.⁸⁹

⁸⁹ “Em julho de 1966, no convento dos franciscanos, em Belo Horizonte, realizou-se clandestinamente pela primeira vez na história da UNE, o Congresso Nacional dos Estudantes. Avisados da proibição de sua realização eles marcaram um abertura fictícia na sede social do DCE/UFMG, enquanto, na prática, alguns já estavam

Mesmo com toda perseguição ao movimento estudantil, na ocasião do X Congresso Anual do Diretório Central dos Estudantes, os universitários de Uberaba protestaram contra a perseguição do governo militar ao movimento estudantil por todo o país. Além disso, debateram sobre os problemas nacionais e internacionais presentes no contexto em questão, como evidenciava a matéria “X Congresso do DCE instalado ontem” do jornal *Correio Católico* de 01/06/1968.

Com a presença de comissões de diretórios acadêmicos de várias escolas superiores locais, foi aberto oficialmente ontem, às 14 horas, o X Congresso Anual do DCE sob a presidência da Srta. Alda Marco Antonio, dirigente do órgão. Na oportunidade foi aprovado o regimento interno do congresso e eleita a mesa diretora, que ficou constituída pelos universitários José Humberto Barcelos, Vera Lucia Ubaldino de Feitas e Ivany Idaló, além de Alda Marco Antonio. Também foram escolhidas as diversas comissões. As 20 horas na sede do DALO foi instalado o X Congresso, ocasião em que Alda Marco Antonio lançou veemente protesto contras as prisões dos estudantes no país. Em seguida foram apresentadas duas teses ‘Os dólares jogados pela janela’ e ‘Engenharia de Operação’. Hoje prosseguem os debates entre os estudantes uberabenses sobre problemas nacionais e internacionais (*Correio Católico*, 01/06/1968).

Nessa perspectiva, acredita-se que o movimento estudantil em Minas Gerais fez parte do cenário de agitação juvenil mundial e nacional, assim como afirma Vieira (1998, p.86):

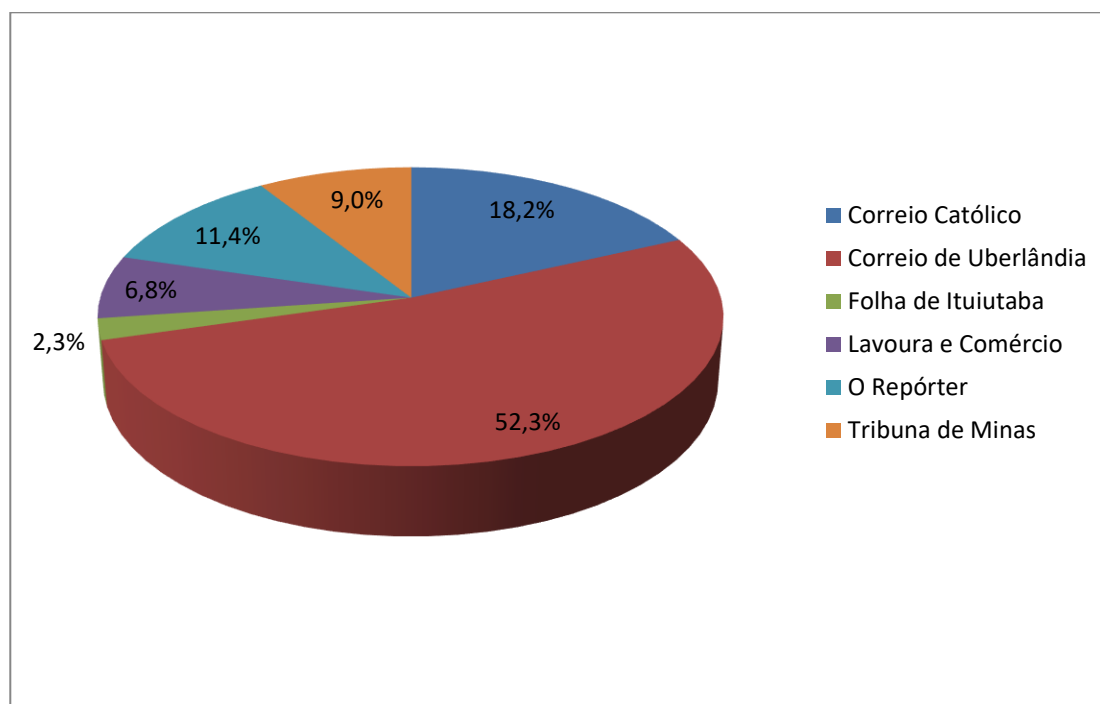
Enquanto isso, a movimentação dos secundaristas ampliava-se em todo o estado. No âmbito universitário o movimento era coordenado pela UNE e pela UEE, principalmente em Belo Horizonte, Juiz de Fora e Uberaba, que eram os centros mais populosos e com maior número de universitários.

Uberaba se destacou nas décadas de 1950 e 1960 como um dos centros de efervescência do movimento estudantil em Minas Gerais, principalmente em relação aos universitários que se mobilizaram ativamente na defesa de seus ideais.

Foi encontrado nos periódicos investigados o total de quarenta e quatro matérias relacionadas à realização de eleições e eventos referentes aos Centros Acadêmicos. Logo, foram calculados os percentuais de notícias publicadas referentes a cada jornal, assim como indica o gráfico abaixo:

instalados no convento e outros iam para a missa, e, ao final dela, desciam pela escada para o Congresso. Depois dos debates foi eleita a nova diretoria da UNE, composta pelas diferentes forças de esquerda e tendo como presidente o mineiro José Guedes da AP” (VIEIRA, 1998, p.83).

Gráfico 2 – Percentual de matérias que abordavam as criações de entidades estudantis e a realização de eventos referentes ao ensino superior nos jornais de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia (1950-1969)



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Pode-se evidenciar novamente o destaque para o *Correo de Uberlândia* com 52,3% do total de matérias publicadas referentes às criações de entidades estudantis e a realização de eventos referentes ao ensino superior nessa cidade. Em seguida, está o impresso uberabense *Correo Católico* com 18,2%.⁹⁰

Tais dados indicam mais uma vez uma maior preocupação de parte da sociedade letrada uberlandense desse período com as ações das entidades discentes locais, de forma que os três jornais representam juntos o total de 72,7%. Em seguida, está o município de Uberaba com 25% e Ituiutaba com apenas 2,3% das matérias encontradas referentes a tal temática.

De modo geral, observou-se que as representações de imprensa sobre os universitários na região sinalizam a existência de posicionamento político crítico de parte destes, com discussões voltadas para amplos setores da sociedade brasileira, não se restringindo aos interesses estritamente relacionados a esse grupo de estudantes, assim como será discutido no capítulo referente às mobilizações políticas estudantis.

⁹⁰ Os jornais tijucanos *Correo do Pontal*, *Correo do Triângulo* e *Cidade de Ituiutaba* não abordaram tal temática, que só aparece em uma única notícia encontrada na *Folha de Ituiutaba*. Certamente devido a Ituiutaba não possuir ensino superior nesse momento.

No que se refere às entidades discentes que eram divulgadas na imprensa triangulina, foram detectadas especificidades em relação a cada município. Em Ituiutaba as agremiações de todas as escolas secundaristas eram veiculadas pelos jornais locais, até porque o número de instituições era pequeno e nesse período não havia ensino superior nessa cidade.

No município de Uberaba o movimento estudantil secundarista era evidenciado pela imprensa principalmente por meio das ações da UEU. Observou-se que as atividades das agremiações dos alunos do ensino técnico e profissional quase não eram divulgadas pelos jornais. Fato que revelava uma especificidade local, visto que a atenção dos impressos uberabenses no período analisado esteve voltada para os universitários.

Em Uberlândia a imprensa abordou uma grande diversidade de órgãos estudantis pertencentes a diferentes instituições de ensino superior, secundário, técnico-profissional e a participantes de associações religiosas, políticas e esportivas.

De modo geral, foi possível observar que a imprensa da região concedeu maior destaque para a realização de eleições, conferências, congressos e reuniões para o ensino secundário, totalizando oitenta e oito matérias em detrimento as de ensino superior com apenas quarenta e quatro sobre tais acontecimentos durante os anos de 1950 e 1960. Logo se considera que nesse período o número de discentes e de instituições referentes ao ensino secundário era bem maior que os de ensino superior nesse local.

As várias organizações discentes, além do fato de estarem encarregadas de representar determinados grupos de estudantes, eram representadas pela imprensa de forma diversa, através de perfis e interesses distintos. Enquanto vários grêmios de escolas secundaristas se destacavam pelo caráter artístico e literário, outros organismos eram direcionados para atividades recreativas e esportivas. Muitos grêmios eram lembrados em razão da defesa de causas estritamente assistencialistas e religiosas, como será abordado em maiores detalhes em outras matérias analisadas nos próximos capítulos.

Por meio desse estudo também se pôde constatar a existência de várias características comuns entre as organizações estudantis na região representadas pela imprensa escrita, dentre essas merece destaque: a presença dos grêmios nas escolas secundaristas, de acordo com as recomendações dos órgãos especializados; o acompanhamento das ações das entidades discentes pelas autoridades locais; a ocorrência de visitas dos estudantes às redações dos jornais; a exaltação de ideais nacionalistas no meio estudantil secundarista; a influência da Igreja Católica na formação da juventude; a criação dos diretórios acadêmicos em cada curso de ensino superior nas faculdades recém fundadas na região; a constante divulgação das eleições das diretorias das agremiações pelos impressos; a relação de interesses entre

determinados líderes discentes e os diretores de jornais; o anseio dos estudantes militantes de terem seus nomes divulgados pela imprensa, possivelmente acompanhado pelo desejo de seguirem carreira pública; a frequente realização de conferências nos âmbitos das entidades estudantis; e a constante preocupação desses periódicos com o direcionamento das ações do alunado e com a sua formação, temáticas que serão melhores discutidas a seguir.

Espera-se que este capítulo possibilite vislumbrar aspectos culturais, sociais, políticos e educacionais do cotidiano vivenciado pela sociedade triangulina do referido período. De forma que o acesso a educação escolar nessas décadas de 1950 e 1960 foi visto como possibilidade de ascensão social para os estudantes e progresso para os municípios. Sobre os jornais, corrobora-se com Gonçalves Neto (1997, p.124):

De suas páginas afloram não apenas o cotidiano de cidades do interior brasileiro, marcadas por observações de caráter doméstico, muitas vezes provincianas, mas também preocupações maiores com o futuro da comunidade, onde sobressai a questão da educação como mecanismo de promoção social dos indivíduos e de progresso material para a cidade.

Do mesmo modo, torna-se interessante ressaltar que a análise das representações sobre as agremiações estudantis demonstrava traços da cultura discente presente por todo o país nesse período. Nesse sentido, entende-se que o desvendamento das especificidades regionais também levanta questões que auxiliam no entendimento do cenário nacional.

Em suma, acredita-se que as representações constituem elementos importantes para o desvendamento dos princípios que interferem no processo educativo, pois estas apresentam relevante papel no direcionamento de condutas e práticas sociais, exercendo relações com a linguagem, o imaginário social e a ideologia (ALVES; MAZZOTTI, 2008).

Nessa perspectiva buscou-se realizar o estudo das representações de imprensa sobre as principais características de importantes organizações na região, relacionando-o ao contexto social e educacional no qual essas entidades se inseriram. Desse modo, almejou-se demonstrar que essas só possuem sentido dentro de determinado cenário, no qual estavam presentes elementos culturais, sociais, políticos e educacionais que se interligavam mutuamente.

CAPÍTULO III

MOBILIZAÇÕES POLÍTICAS DOS ESTUDANTES SOB A ÓTICA DA IMPRENSA

“Caminhando contra o vento
Sem lenço e sem documento
No sol de quase dezembro
Eu vou

O sol se reparte em crimes
Espaçonaves, guerrilhas
Em cardinales bonitas
Eu vou

Em caras de presidentes
Em grandes beijos de amor
Em dentes, pernas, bandeiras
Bomba e Brigitte Bardot

O sol nas bancas de revista
Me enche de alegria e preguiça
Quem lê tanta notícia
Eu vou [...]”
(VELOSO, 1967)

No presente capítulo é realizada a análise sobre o posicionamento dos jornais escritos que circularam nos municípios de Uberaba, Uberlândia e Ituiutaba durante as décadas de 1950 e 1960 em relação à ocorrência das inúmeras manifestações dos estudantes organizados coletivamente na forma de movimento estudantil nessas cidades e também no país durante esse período. Desse modo, o objetivo principal se constitui em discutir as ações, relações e ideários políticos existentes entre esses impressos, a militância discente e a sociedade civil em geral.

Nessa perspectiva, são discutidas primeiramente as ações dos discentes da região entre os anos de 1950 a 1964, período anterior a implantação da ditadura civil-militar no país. Em seguida, são abordadas as manifestações dos estudantes após a chegada dos militares ao poder até o final da década de 1960, no intuito de identificar possíveis reflexos do cenário político nacional no movimento estudantil triangulino.

Desse modo, a opção pela divisão nos períodos anterior e posterior ao governo civil-militar no país apresenta o objetivo central de desvendar distintas fases relacionadas às

representações produzidas em torno do movimento discente, evidenciando a influência do regime autoritário nos variados setores da sociedade civil, mesmo em localidades distantes dos grandes centros urbanos.

Além disso, também mereceu destaque a análise das matérias que circularam nos maiores órgãos da imprensa dessa região em relação à militância juvenil nos grandes centros urbanos. Temática esta bastante abordada no período investigado, de forma que foram encontradas trezentas e doze matérias em torno desse assunto, como já assinalado. Desse modo, a análise desse conteúdo visou adensar a discussão sobre a colocação desses jornais em relação às manifestações políticas do movimento estudantil nesse contexto.

Levando em consideração tais propósitos, foram selecionadas importantes matérias jornalísticas em relação às ações dos secundaristas e universitários associadas às principais entidades discentes do Triângulo Mineiro, e também referentes ao movimento estudantil efervescente em nível nacional, principalmente representado pela UNE.

É necessário ressaltar o fato de que, a efervescência política dos estudantes vislumbrada tanto em nível nacional quanto regional nos anos de 1960, dentre diversos fatores, se caracterizou como processo de expansão do ensino superior às camadas médias urbanas, principalmente a partir da década de 1950, recorte privilegiado do presente estudo.⁹¹

III. 1 – A militância estudantil no Triângulo Mineiro no período pré-ditadura (1950-1964)

Considera-se primeiramente a importância de se estudar as representações de imprensa em relação aos estudantes “[...] em cada conjuntura histórica para compreender os diferentes conteúdos e formas que assumem as mobilizações estudantis [...]” (MARTINS FILHO, 1987, p.13). Nesse sentido, este subitem trata das produções jornalísticas no início da década de 1950, período de ativação das ações estudantis por todo o país, até a ocorrência do golpe civil-militar, quando ocorreu o acirramento do controle às ações da juventude.

No que se refere às mobilizações dos estudantes, não serão discutidas somente as ações dos universitários, mas dos secundaristas no Triângulo Mineiro, que também buscaram se organizar politicamente em luta por seus ideais e na reivindicação por seus direitos. A

⁹¹ Durante as décadas de 1950 e 1960 ocorreu “[...] uma nítida expansão do ensino superior, a ponto dos 27 mil estudantes de 1945 terem se transformado, em 1950, em 72 mil; em 1960, a 93 mil, chegando a 142 mil em 1964. Uma taxa de crescimento muito maior que a da população brasileira e muito maior que a do ensino básico no país” (MARTINS FILHO, 1998, p.78).

partir da fundação de sua entidade nacional a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) em 1948, foi se consolidando o movimento estudantil secundarista por todo o país. Vale lembrar que:

Quando se fala em movimento estudantil geralmente se pensa em universitários, jovens acima de 18 anos, estudando em faculdades. Mas o Brasil contou em vários momentos de sua história política recente com intensa participação de estudantes secundaristas, meninos e meninas entre 14 e 18 anos, alunos do ensino médio (ARAÚJO, 2007, p.68).

Nesse contexto emergiu uma participação política de secundaristas na região, algumas vezes ao lado dos universitários, outras vezes de forma independente na luta por causas próprias restritas ao grupo.

Logo são abordadas as temáticas que mais se destacaram nos periódicos investigados nesse período anterior a ditadura, as quais se concentraram: na luta dos secundaristas de Uberlândia contra as anuidades escolares, tendo em vista que a maior parte das instituições que ofertavam esse nível de ensino estava sob o domínio da iniciativa privada nesse contexto; o engajamento dos estudantes em agremiações políticas; e a realização de variadas reivindicações por parte desses discentes.⁹²

III. 1.1 - Secundaristas em campanha contra as anuidades escolares

Uma das principais bandeiras de luta dos secundaristas de Uberlândia desde o início dos anos de 1950 e durante a primeira metade da década de 1960 foi o valor das anuidades escolares. Tal tendência refletia o cenário do movimento estudantil nas capitais brasileiras. Visto que, após o início da criação das uniões municipais de secundaristas no país ainda na década de 1940, as lutas pela garantia a meia-passagem e a meia-entrada nos cinemas eram constantes entre esses, bem como a ocorrência das manifestações anuais contra o aumento das mensalidades escolares cobradas pelos estabelecimentos particulares de ensino (ARAÚJO, 2007).

⁹² No ano de 1959, a matrícula no ensino secundário particular girava em torno de 700 mil estudantes, contra pouco mais de 370 mil provenientes das escolas públicas. Após dez anos, a situação foi invertida: mais de 2 milhões de alunos estão cursando esse nível de ensino em instituições públicas contra 1,5 milhões em colégios de iniciativa privada (PALMA FILHO, 2010).

No entanto, verificou-se de acordo com os jornais da região, que tal empreitada foi vivenciada apenas no âmbito da União dos Estudantes Secundaristas de Uberlândia (UESU), de forma que os secundaristas dos demais municípios do Triângulo Mineiro abordados por esse estudo, não são evidenciados pela imprensa em campanhas contra o aumento de tais taxas.

Essas greves nos anos de 1950 se espalharam por todo o país como forma de protesto dos alunos contra a elevação das anuidades escolares. Sendo a primeira grande luta da UBES em 1950, iniciada no Rio de Janeiro e em São Paulo. Tais acontecimentos eram retratados pela imprensa da região, como destacou a matéria “A greve dos estudantes no Brasil”:

[...] os estudantes de todo o Brasil entrarão em greve contra as altas taxas escolares. Os estudantes de Uberlândia que não teem tanto problema emprestaram sua solidariedade aos estudantes do Brasil, que lutam por suas reivindicações (*sic*) [...] (*Correio de Uberlândia*, 17/09/1950).

Por meio da nota acima, pode-se observar que o *Correio de Uberlândia* apresentou a ocorrência da greve estudantil pelo país como direito dos discentes, no entanto, teve o cuidado de não se comprometer com os proprietários dos estabelecimentos de ensino privados do município, ao afirmar que os estudantes de Uberlândia não tinham tanto problema com essa questão. Tal ocorrência pode ser explicada também pelo interesse do jornal em manter suas operações e gerar lucros, visto que, nesse cenário os dirigentes das escolas particulares faziam parte do quadro de seus anunciantes.⁹³ Nesse sentido, vale salientar que:

Converter os fatos em matérias e publicar matérias é uma questão do que pode caber em termos culturais - convenções narrativas e tradições jornalísticas que funcionam como uma maneira de dar uma forma ao amontoado confuso e ruidoso dos fatos do dia (DARTON, 1990, p. 15).

Na segunda metade da década de 1950 ampliou-se na imprensa da região o número de matérias sobre o movimento estudantil local e também nacional. Visto que, principalmente a partir de 1956 intensificou-se o processo de politização dos jovens discentes por todo o país. Fato que chamou a atenção de amplos setores da sociedade brasileira para o direcionamento das ações estudantis (POERNER, 1995).

⁹³ Ressalta-se que não foram encontradas informações sobre essas taxas escolares para comprovar a autenticidade dessa observação realizada pelo jornal.

O jornal *Lavoura e Comércio* de Uberaba também divulgou em suas páginas os episódios das frequentes greves dos secundaristas em âmbito nacional contra a alta dos valores das anuidades escolares, organizada por meio da AMES com sede no Rio de Janeiro, assim como destacava a matéria “Em greve os estudantes secundários de todo o país”:

[...] o presidente da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários convocou o Conselho Representativo daquela entidade, a fim de reunir-se hoje. Grandes passeatas assinalando a marcha da ‘Operação K’ serão realizadas nas principais ruas da cidade, bem como comícios-relâmpagos nos locais movimentados, porquanto a greve, sendo de caráter nacional, terá seu maior sustentáculo de atividades aqui no Rio (*Lavoura e Comércio*, 28/02/1959).

A publicação de tal notícia indicava a preocupação de parte da sociedade uberabense em relação à repercussão desse movimento em nível local. Apesar da evolução dos acontecimentos, não foi encontrado na imprensa investigada nenhum vestígio de realização de greve organizada pela União Estudantil de Ituiutaba (UEI) e a União Estudantil de Uberaba (UEU) em luta contra os valores das anuidades dos estabelecimentos de ensino secundário nessas duas cidades.

Em Uberlândia foi recorrente durante o período anterior à implantação da ditadura civil-militar no país, a luta da UESU pelo cumprimento no município da legislação em relação ao pagamento das taxas às instituições de ensino secundário, como foi possível evidenciar em “UESU quer obediência a portaria 102: taxas escolares”:

O ofício da UESU, informa que: “[...] dispostos os secundaristas uberlandenses a fazerem valer os direitos que lhes foram conferidos pela portaria 102 do Ministério da Educação -apoio da União Brasileira de Estudantes [...]” (*Correio de Uberlândia*, 16/04/1959).

Tal empreitada dos secundaristas uberlandenses continuou sendo bandeira de luta destes durante todo o ano de 1962. Em janeiro a Chapa Alvorada, que disputava as eleições para a diretoria da UESU, enviou ofício ao ministro da educação para a discussão do aumento das taxas escolares para esse ano letivo, em seguida publicou seu protesto na imprensa local. Observa-se a nota “Secundaristas contra o aumento das anuidades”:

Com data de 25 de janeiro recebemos de um grupo de estudantes a seguinte matéria que passamos a transcrever. ESTUDANTES SECUNDARISTAS PROTESTAM CONTRA AUMENTO ANUIDADES ESCOLARES. A diretoria da ‘CHAPA ALVORADA’, órgão que congrega os estudantes secundários de Uberlândia, em face dos recentes aumentos das anuidades e

taxas escolares, lança em nota oficial, protesto contra essa deliberação [...] Este ofício foi enviado ao ministro Oliveira Brito da Educação e Cultura, no dia de hoje (*Correio de Uberlândia*, 28/01/1962).

O protesto acima também foi publicado pelo jornal *O Repórter*, com as mesmas palavras “Estudantes Secundários protestam contra aumento anuidades escolares” - (*O Repórter*, 29/01/1962). Essas iniciativas indicavam o engajamento político desses estudantes no que se refere à cobrança pelo direito a uma educação mais acessível. Logo foi possível observar na região uma maior atividade dos secundaristas uberlandenses em relação às lutas empreendidas em favor de seus direitos nos anos de 1960.

Em fevereiro desse mesmo ano ocorreu um “Novo manifesto dos secundaristas”, fato que sugeria a revolta desses militantes, devido ao não atendimento de suas reivindicações pelos políticos.

[...] somos o terceiro centro estudantil do Estado e por isto temos que fazer uma união poderosa que possa equiparar-se com as demais entidades do imenso território brasileiro. Por toda a parte há o estudante pobre e o estudante rico. O primeiro não teve a sorte de nascer em lar milionário e por isto mesmo oitenta por cento da pobreza nacional não tem nem sequer um curso primário, isto devido ao alto custo de vida que não permite na época que estamos a um pai de família que ganha o salário mínimo, pagar 15 mil cruzeiros anuais para seu filho fazer o curso ginasial. O segundo estudante, mais favorecido pela sorte pode frequentar os mais modernos colégios do Brasil. Portanto desta maneira queremos lutar para que haja no futuro uma perfeita igualdade de condições entre todos os estudantes [...] ESTUDANTES. Em nome dessa união que é nossa em nome de você que não quer falhar à vossa vocação de construir o presente e o futuro que merecemos, fazemos um apelo para que meditem no alto sentido destes propósitos[...] Não basta, porém, votar. É indispensável que cada um no seu trabalho ou na sua escola, se torne um construtor dinâmico desta vitória, que precisa ser alcançada palmo a palmo para a grandeza dos Estudantes Secundaristas de Uberlândia [...] Estudantes a luta existe cabe a vocês decidirem. Pela Chapa Alvorada – Carlos – Cand. Pres. Comissão Publicitária - Humberto Arantes (*Correio de Uberlândia*, 03/02/1962).

Por meio do protesto do estudante acima, foi veiculada a indignação com o descaso dos poderes públicos com a educação nesse período, evidenciando parte das consequências no campo educacional da desigualdade social existente no país.⁹⁴ Por outro lado, percebe-se também que a educação era considerada como pilar para o futuro da nação.⁹⁵

⁹⁴ A situação educacional do país na década de 1960 não era favorável as classes populares já que: “A instrução primária e secundária era atribuição dos municípios e dos estados, mas menos de 10 por cento dos alunos matriculados no primeiro grau concluíam o curso primário, e apenas 15 por cento dos estudantes secundários conseguiam ir até o fim do curso. As causas incluíam recursos inadequados para contratar

Na sequência dos acontecimentos, *O Repórter* publicou o artigo “Greve dos estudantes”, o qual discorria sobre a possibilidade de uma nova greve estudantil com a paralisação de alguns dias de aula. Nesse momento os representantes da UESU se encontravam articulados com as ações da UCMG, a qual declarava greve geral dos estudantes em Minas Gerais em prol de menores taxas escolares.

Sobre tal ocorrência, o jornal se posicionou na direção contrária a possibilidade de paralisação dos discentes, afirmando que: “[...] os alunos não podem perder aulas e seus pais também não podem perder dinheiro, pois de qualquer modo são obrigados ao pagamento, para que seus filhos não percam as matrículas [...]” (*O Repórter* 28/04/1962). Fato que pode ser explicado devido à defesa de interesses particulares do próprio impresso de iniciativa privada. Este obtinha renda por realizar a publicidade de colégios particulares em suas páginas. Além disso, nesse momento crescia em todo o país o policiamento sobre os movimentos sociais, inclusive sobre os estudantes, novo elemento social que se desenvolvia como formador de opinião em grandes centros urbanos.

Após alguns meses de pausa, a imprensa uberlandense voltou a publicar manchete sobre a possibilidade de uma nova onda de greves estudantis por todo o país, dirigida pela UBES, pois o problema do valor das cobranças financeiras dos colégios aos alunos não havia sido resolvido.

professores e construir escolas, indiferença dos pais, falta de dinheiro para pagar uniformes escolares, pressão dos pais para que os filhos trabalhassem e muitas outras. Na maior parte das cidades, as melhores escolas secundárias eram particulares e atendiam aos filhos dos ricos que levavam enorme vantagem nos exames de admissão às universidades federais gratuitas. Não causava surpresa o fato de as universidades do governo serem freqüentadas em sua maioria por filhos de gente bem de vida. Com mais da metade das verbas para educação canalizadas para as universidades federais, o governo na realidade trabalhava contra a ascensão social via educação” (SKIDMORE, 2004, p. 31-32).

⁹⁵ Ideia respaldada pelo movimento internacional que se legitimava apoiado na Teoria do Capital Humano, desde os anos de 1950.



Figura 16: Manchete divulgando a possibilidade de greve estudantil ⁹⁶

Fonte: *O Repórter*, 21/11/1962.

Na manchete “Estudantes preparam greve” é possível inferir que a ocorrência das greves em cidades interioranas, como Uberlândia, em relação às taxas cobradas pelos estabelecimentos de ensino secundário, tinha em sua maioria origens nas discussões das entidades discentes de maior representatividade presentes em capitais. As decisões tomadas nessas localidades em relação a tal problemática eram sempre divulgadas pela imprensa local, pois a UESU, entidade a qual representava um significativo número de secundaristas no estado nesse momento, mantinha sintonia de interesses com o movimento estudantil secundarista mineiro e também nacional.

Todavia convém salientar que, tal situação ocorria devido ao fato de que grande parte dos colégios secundários nesse período estava sob o domínio da iniciativa privada. Logo havia uma pressão da sociedade para que o governo interviesse, concedendo subvenções a esses estabelecimentos em troca da oferta de vagas para bolsistas. No entanto, tais beneficiários eram muitas vezes escolhidos pelos dirigentes das escolas, gerando muita tensão

⁹⁶ “B. HORIZONTE (Belpress) – A greve dos estudantes secundários de Belo Horizonte contra a taxa criada pelos colégios sob o pretexto do 13º mês de salário dos professores depende de uma definição do Ministro da Educação a respeito da União Brasileira dos Estudantes Secundários, que dirige a campanha no âmbito nacional. O presidente substituto da União Colegia de Minas, Jorge Bastos Gabi, afirmou que deflagrará a greve no Estado se o ministro Darci Ribeiro não tomar uma providência contra os donos dos colégios. A UMES está promovendo um encontro da juventude e por isso ainda não pensou cuidadosamente no assunto” (*O Repórter*, 21/11/1962).

da classe média que se avolumava em torno da reivindicação de escolas para seus filhos, processo este que vai se intensificando até por volta de 1968 com a crise dos excedentes.

Em fevereiro de 1964 nova ameaça de greve voltou a agitar o *Correio de Uberlândia* que publicou a manchete “Greve (incerta) de estudantes secundaristas” (16/02/1964), a qual discorria sobre a advertência dos secundaristas de todo o país para que o ministro da educação fizesse abaixar as elevadas taxas cobradas pelos proprietários das escolas para esse ano letivo.

De modo geral, vale ressaltar que a imprensa local nunca publicava os desfechos de tais greves estudantis, se estas tiveram êxito ou não. Por um lado, sempre chamava a atenção da opinião pública em relação a esses acontecimentos, através dos destaques em manchetes e nas primeiras páginas. Por outro lado, demonstrava descompromissada com os resultados dessas reivindicações.

Tal ocorrência pode ser explicada parcialmente, devido ao interesse próprio dos jornais em chamar a atenção de seu público leitor por meio de destaques polêmicos, como a ocorrência de greves e manifestações. Nesse sentido, esses veículos de comunicação em sua maioria, não seguiam a tendência de reconhecer as vitórias dos movimentos sociais, buscando dar maior ênfase à desordem em detrimento as suas conquistas.

III. 1.2 - Órgãos estudantis de caráter político partidário

Durante a década de 1950 e início dos anos de 1960 foi comum nos jornais da região a divulgação da criação de entidades estudantis, tanto de secundaristas quanto de universitários, em apoio à campanha eleitoral de alguns candidatos aos governos regionais e nacionais.

Em 1955 um grupo de alunos das faculdades e escolas secundárias de Uberaba criou a “Frente Acadêmica de Renovação Nacional” para a divulgação das propostas políticas dos candidatos Juarez Távora e Milton Campos à presidência e vice-presidência da República, ligados à União Democrática Nacional (UDN). Além disso, tal coligação pretendia redigir um manifesto para que todos os universitários votassem nesses candidatos, assim como indicava o *Correio Católico* na nota “Criado um Núcleo Estudantil pró Juarez na cidade”.



Figura 17: Nota divulgando a criação de Núcleo Estudantil ⁹⁷

Fonte: *Correio Católico*, 03/09/1955.

Em contraposição a candidatura de Juarez Távora e Milton Campos, outro grupo de universitários de Uberaba lançou manifesto no mesmo jornal em apoio à candidatura do então governador de Minas Gerais do Partido Social Democrático (PSD), Juscelino Kubitschek de Oliveira à presidência da República, por meio da “Frente Estudantil J. Kubitschek Manifesto” (*Correio Católico*, 10/09/1955). Nessa ocasião, o referido jornal ao publicar as manifestações de estudantes com interesses políticos divergentes, não deixou transparecer sua opção política.⁹⁸

Nas eleições para a presidência da República no ano de 1955, Juscelino Kubitschek de Oliveira foi eleito, tendo a maioria dos votos também em Minas Gerais, sendo o candidato Juarez Távora o segundo mais votado, a frente dos outros candidatos Adhemar de Barros do Partido Social Progressista (PSP) e Plínio Salgado do Partido de Representação Popular (PRP).

⁹⁷ “Acaba de ser fundada na cidade a ‘Frente Acadêmica de Renovação Nacional’, órgão que agrupará estudantes das diversas Faculdades e Escolas secundárias uberabenses. A ‘Frente Acadêmica de Renovação Nacional’ se apresenta a trabalhar pelas candidaturas de Juarez Távora e Milton Campos à presidência e vice- presidência da República, respectivamente, devendo lançar nos próximos dias, um manifesto à classe universitária” (*Correio Católico*, 03/09/1955).

⁹⁸ Por meio das publicações não é possível identificar com clareza as opções políticas dos jornais em cada momento estudado, contudo, são perceptíveis tendências mais gerais.

Na ocasião da última eleição presidencial antes do golpe civil-militar de 1964, um grupo de secundaristas e universitários de Uberlândia integrou o Comitê Estudantil Nacionalista Pró Lott-Jango-Tancredo, em apoio às candidaturas de Marechal Henrique Teixeira Lott para a presidência da República, lançado pelo Partido Social Democrático (PSD) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), João Goulart para a vice-presidência através do PTB e Tancredo Neves para governador de Minas pelo PSD. O surgimento de tal organismo foi divulgado pelo jornal *O Repórter* na nota “Comitê Estudantil”, como indicado abaixo:

Recebemos do Comitê Estudantil o seguinte comunicado: Ilmo sr. Redator: Temos a satisfação de levar a seu conhecimento que às 15 horas do dia 13 deste, na sala da Associação dos Empregados no Comércio com o comparecimento de estudantes dos nossos estabelecimentos de ensino médio e superior, foi fundado o Comitê Estudantil Nacionalista Pró Lott-Jango-Tancredo, com a finalidade precípua, não só de propaganda daquelas candidaturas como principalmente de instruir o povo sobre o nacionalismo, sua finalidade e suas razões. Agradecido pela publicação da Diretoria eleita, que será breve e festivamente empossada, cordialmente. Uberlândia, 21 de março de 1960 (*O Repórter*, 22/03/1960).

O apoio de parte dos estudantes uberlandenses aos candidatos ligados ao PTB incomodou os interesses políticos do *Correio de Uberlândia*, que não se conteve as manifestações discentes e assim se pronunciou no artigo “Do ‘nacionalismo’ do Lott”:

Estava a noite no ar Afonso Pena em frente ao Cine Uberlândia, no dia da mudança da capital federal para o planalto central, quando ouvi os ruídos das nossas escolas de samba que vinham desfilando pela avenida afora [...] Notei que junto a elas vinham uns estudantes carregando uma faixa. A faixa dizia que era o Comitê Estudantil Nacionalista Pró-Lott. Vendo aquilo não pude deixar de ficar triste [...] Fiquei pensando o quanto aqueles estudantes e outras pessoas são ludibriadas na sua boa fé [...] Não foi este mesmo Henrique Lott, ministro da guerra que apoiou e defendeu o acordo Brasil-Estados Unidos combatido pelos nacionalistas? [...] que consentiu em ceder a base de Fernando de Noronha aos americanos? [...] que em programas de televisão manifestou-se contrário ao reatamento das relações com a Rússia, tese defendida pelos nacionalistas? [...] Se ao ver estudantes fanatizados pelo Lott fiquei triste, fiquei porém consolado quando me lembrei da frase de Abraham Lincoln: ‘pode-se enganar alguns por todo o tempo. Todos por algum tempo. Mas nunca todos por todos os tempos’ (*Correio de Uberlândia*, 24/04/1960).

Esse jornal voltou a publicar o mesmo artigo em 26 de abril de 1960, em defesa de sua posição contrária a candidatura de Marechal Lott à presidência da República. Este órgão da

imprensa apresentava ideais políticos ligados a UDN, que nessa ocasião apoiava Jânio Quadros à presidência, o qual saiu vitorioso nas eleições de 3 de outubro de 1960.

Nesse sentido, reitera-se o fato de que, os jornais por meio dos seus discursos, acabam por produzir estratégias para convencer seu público leitor e influenciar em suas escolhas políticas, mediante seus próprios interesses. “A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa seja ela empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos” (CAPELATO, 1988, p.15).

Em Ituiutaba também foram organizados pelos secundaristas os Comitês masculino e feminino em apoio à candidatura de Lott, como indicava a nota “Comitê Estudantil Masculino pró Lott”.

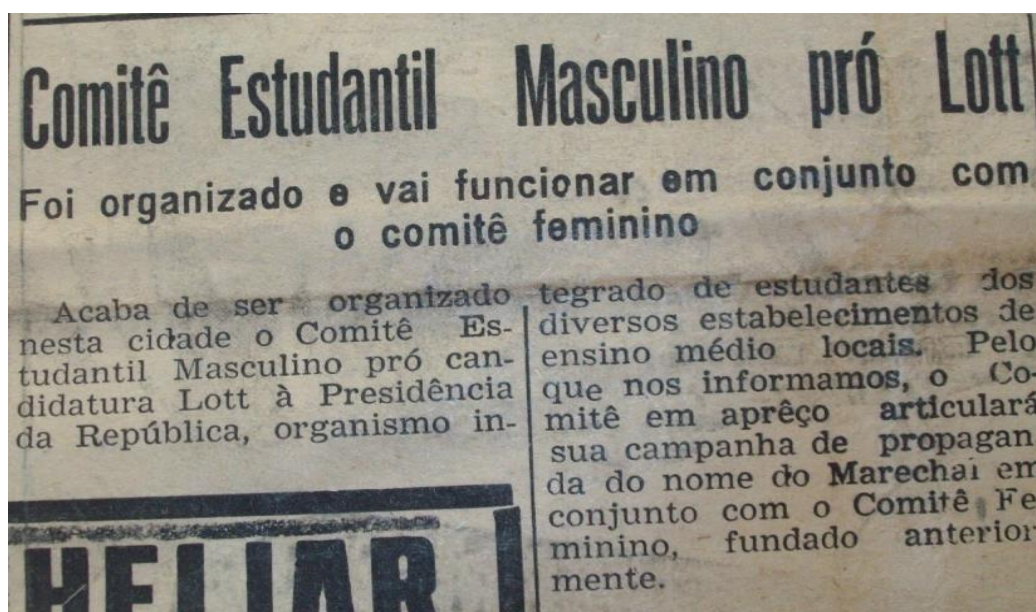


Figura 18 - Matéria sobre o “Comitê Estudantil Masculino pró Lott”⁹⁹

Fonte: *Folha de Ituiutaba*, 21/05/1960.

A organização dos estudantes em apoio a tal candidato indicava o alinhamento de ideais de parte dos secundaristas no Triângulo Mineiro com o movimento estudantil nacional. Nesse período os dirigentes da UNE, UBES e UME também demonstraram apoio a Lott, apresentando tendências políticas voltadas para a esquerda ou progressista.¹⁰⁰

⁹⁹ “Acaba de ser organizado nesta cidade o Comitê Estudantil Masculino pró candidatura Lott à Presidência da República, organismo integrado de estudantes dos diversos estabelecimentos de ensino médio locais. Pelo que nos informamos, o comitê em apreço articulará sua campanha de propaganda do nome do marechal em conjunto com o Comitê Feminino, fundado anteriormente” (*Folha de Ituiutaba*, 21/05/1960).

¹⁰⁰ “Lott exercia uma atração *a priori* sobre os nacionalistas de esquerda, na defesa de várias causas nacionalistas – a concessão do direito do voto aos analfabetos e a restrição das remessas de lucros de firmas estrangeiras para o exterior” (SKIDMORE, 1976, p.234).

Por outro lado, os representantes do Diretório Central dos Estudantes de Uberaba demonstraram apoio à candidatura de Fernando Ferrari à vice-presidência da República, lançado pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e Movimento Trabalhista Renovador, como indicou o mural político do *Correio Católico*, “Fundado o Diretório Pró-Ferrari” (06/05/1960). Nessa eleição de 1960, Jânio Quadros foi eleito presidente pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) apoiado pela UDN e João Goulart eleito vice-presidente pelo PTB.

O interesse dos discentes triangulinos pela política nesse momento demonstrava um movimento de politização de secundaristas e universitários, acompanhando o processo de engajamento dos jovens no movimento estudantil em nível nacional.

III. 1.3 – Reivindicações diversas exercidas por secundaristas e universitários

Durante a década de 1950, mais precisamente em sua segunda metade, os alunos do primeiro curso de Medicina da região do Triângulo Mineiro, criado em Uberaba no ano de 1953, com o apoio do *Lavoura e Comércio* empreenderam intensa campanha pela federalização dessa faculdade. Tal movimento também contou com a participação de médicos e políticos locais, atrelados ao governo estadual e também federal.

Desde o processo de criação da referida faculdade, foram observadas as boas relações dos médicos uberabenses com importantes líderes políticos, como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, que trataram a fundação dessa instituição como pauta de discussão entre estes (LOPES, 2016).

A iniciativa de se buscar a federalização da Faculdade de Medicina de Uberaba representava por um lado, interesse primeiro dos jovens estudantes da região em relação às melhorias propiciadas às condições de estudo e ensino, e por outro lado, estava associada aos anseios das elites locais quanto ao desenvolvimento do município.

A mobilização que precedeu a federalização da Faculdade de Medicina foi sempre acompanhada de perto pelo *Lavoura e Comércio*. Assim como demonstraram as notícias: “Grande passeata dos estudantes de Medicina” (*Lavoura e Comércio*, 04/07/1958); “Os estudantes de Medicina de Uberaba vão escrever página inédita na história universitária brasileira” (*Lavoura e Comércio*, 11/03/1959); e “O Projeto de Federalização da Escola de Medicina de Uberaba na Comissão de Justiça” - (*Lavoura e Comércio*, 17/06/1960). Tais

manifestações eram organizadas por alunos e professores desse curso em defesa de sua federalização, alcançada no ano de 1960.

Ainda de acordo com Lopes (2016), o movimento estudantil formado por alunos dessa faculdade obteve êxito no processo de federalização desta, por ter conquistado o apoio de Juscelino Kubitschek. Observa-se:

A federalização da FMTM foi consequência de lutas travadas pelos líderes acadêmicos, dada a escassez de recursos orçamentários para cobrir custos de manutenção de laboratórios, equipamentos, hospital, remuneração de professores e funcionários, dentre outros. Coube a Juscelino Kubitschek, como presidente, já nos derradeiros dias de mandato, o papel central de apoiar o grupo nessa empreitada (LOPES, 2016, p. 163).

Desse modo, destaca-se a projeção social desses jovens em Uberaba, pertencentes a camadas privilegiadas da população, como atores políticos influentes, fato que apresentava reflexos do cenário nacional nesse período.

Em janeiro de 1960 o Centro Acadêmico “Gaspar Vianna” da Faculdade de Medicina de Uberaba em parceria com a União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais (UEE-MG) lançou manifesto no jornal *Lavoura e Comércio*, (09/01/1960) “A União Estadual dos Estudantes e o aumento de subsídios dos deputados mineiros”, advertindo sobre a tramitação na Assembleia Legislativa em relação ao aumento de subsídios aos deputados estaduais.

Os resultados de tal iniciativa não foram publicados posteriormente na imprensa. No entanto, tal nota indicava o constante diálogo e partilhamento de interesses entre universitários uberabenses e dirigentes do movimento estudantil em nível estadual. Estes eram representados nesse cenário por uma postura política crítica em relação ao direcionamento dos recursos financeiros estaduais, já que explicitaram em protesto as consequências do aumento de tais subsídios, bem como parte das obrigações públicas do governo estadual, que não estariam sendo cumpridas em sua integridade.

Em agosto de 1961, universitários e secundaristas uberabenses, por meio do Diretório Central dos Estudantes e UEU, lançaram seu protesto à população local através do *Correio Católico*, em defesa do movimento estudantil e dos direitos políticos democráticos estabelecidos pela Constituição Federal. Tal iniciativa recebeu apoio do referido jornal, o qual publicou a nota com título bastante sugestivo: “Estudantes Uberabenses concitam povo a tranquilidade e defesa da democracia (30/08/1961).

Nesse cenário é importante destacar que o *Correio Católico* seguiu uma tendência favorável em relação às ações do movimento estudantil nacional e também uberabense que se

apresentaram comprometidas com a Campanha da Legalidade. Esta foi organizada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola aliado a líderes sindicais e políticos em favor da posse de João Goulart à presidência do país, após a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961 (CUNHA, 2007).

De modo geral, as reportagens veiculadas pelos jornais indicavam que grande parte dos universitários da região demonstrou alinhamento de interesses com o movimento dirigido pela UNE nesse período.

De acordo com o *Correio de Uberlândia* (16/02/1962) os alunos da Faculdade de Direito desse município representados pelo Diretório Acadêmico 21 de Abril, aderiram à greve geral dos universitários no Brasil de 1962 em favor da Reforma Universitária, por meio da paralisação das aulas no segundo semestre desse ano.

A ideia de realização de tal greve se originou do encontro dos diretores da UNE com os dirigentes das Uniões Estaduais de Estudantes de todo o país realizado em janeiro de 1962, organizado pelo Ministério da Educação, para a discussão de propostas para a Reforma Universitária. Nessa ocasião, os estudantes apontaram os problemas não solucionados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), reivindicando soluções para estes. De acordo com Sanfelice (1986, p.39) “os estudantes pretendiam fazer da universidade a expressão das necessidades sociais do povo, a negação de qualquer dogmatismo e uma frente cultural ativa na revolução brasileira”. Fato que mais uma vez expressava o perfil político ativo dos universitários no país.

Também era comum nesse período na imprensa triangulina a realização de reivindicações dos discentes aos políticos da região em prol do prosseguimento de obras públicas, como a questão do asfaltamento de rodovias. Fator importante para o deslocamento de grande parte desses jovens até as suas instituições de ensino.

Nesse sentido, pode-se destacar a reportagem “Estudantes de Direito: asfaltamento da BR-106” (*Correio de Uberlândia*, 18/05/1963), na qual alunos da Faculdade de Direito e da Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia residentes no município vizinho de Araguari, manifestaram às autoridades locais, através desse periódico, a necessidade de asfaltamento de pequeno trecho da BR-106 que ligava as referidas cidades.

A esse respeito, convém ressaltar também o manifesto do Movimento Estudantil Unido de Ituiutaba aos políticos da região contra a paralisação das obras da BR-71, atual BR-365, como salientou a *Folha de Ituiutaba* em “Estudantes contra paralisação da BR-71”:

O Movimento Estudantil Unido de Ituiutaba, solidarizando-se com o povo da cidade e da região, manifesta seu descontentamento pelo descaso a que tem sido relegada essa parte de Minas Gerais pelos poderes públicos estaduais e federais. Outrossim, protesta veementemente contra a acintosa paralisação da Rodovia BR-71, artéria de importância vital para a economia do município, Estado e da União, solicitando enérgicas e urgentes providências para a solução deste e de outros problemas de real gravidade desta região. Não esmolamos, queremos apenas o justo! Não queremos ser considerados tão somente zona de importância eleitoral, desejamos ser atendidos na medida do que valemos! E se muito valemos, também merecemos! Pelo Movimento Estudantil de Ituiutaba. A Diretoria (*Folha de Ituiutaba*, 10/07/1963).

Por meio do manifesto acima, pode-se perceber a denúncia do movimento estudantil tijucano quanto ao descaso público com obras na região, bem como a demonstração de consciência política crítica desses jovens, ao alertarem a população quanto à importância de se cobrar melhorias públicas aos políticos eleitos pelo povo.

O destaque da *Folha de Ituiutaba* em relação às demandas estudantis que se referiam ao universo extra-escolar indicava o interesse do referido jornal pelo amadurecimento dos estudantes enquanto agentes políticos e interessados no desenvolvimento do país.

Logo é possível inferir que a *Folha de Ituiutaba* durante os anos de 1950 e início de 1960 demonstrava um perfil político progressista, sempre divulgando em suas páginas a necessidade de engajamento político dos jovens tijucanos.

Ainda em julho de 1963, esse periódico destacava a resposta do então governador de Minas José de Magalhães Pinto ao movimento estudantil local quanto ao prosseguimento das obras na BR-71, na nota “BR-71 Radiograma de MP à União Estudantil” observa-se:

Em telegrama que a União Estudantil Ituiutabana lhe endereçou, a propósito da paralisação dos trabalhos da BR-71, o governador Magalhães Pinto enviou à prestigiosa entidade dos estudantes tijucanos o seguinte radiograma: ‘Carlos Alberto Andrade Presidente da União Estudantil – Ituiutaba De B. Horizonte –hrs., 10,40 n° 907 – 11-7-63. Recebi com apreço seu telegrama de 6 corrente de vg respeito BR-71 e asseguro classe estudantil desta cidade que obras terão prosseguimento pt. – Cordiais saldações (*sic*). José Magalhães Pinto – Governador do Estado (*Folha de Ituiutaba*, 13/07/1963).

Assim pode-se perceber a importância da mobilização estudantil local no que se refere a melhorias públicas para a região. Pois os estudantes obtiveram resposta positiva do então governador do estado, quanto à realização das obras.

A publicação de tais manifestos dos estudantes nos jornais da região revelava também o poder da imprensa no que se refere ao direcionamento das políticas locais e regionais. Assim, a *Folha de Ituiutaba* demonstrava seu eminente apoio às reivindicações políticas realizadas pelos jovens nesse contexto.¹⁰¹

Nessa perspectiva, enfatiza-se mais uma vez o poder da imprensa como força política. Já que se entende que esta tem o domínio de “[...] despertar as consciências e modelá-las conforme seus valores e interesses, procurando indicar uma direção ao comportamento político do público leitor” (CAPELATO, 1988, p.23).

De modo geral, ressalta-se que durante a década de 1950, e principalmente início dos anos de 1960, os jornais da região fizeram circular dezenas de matérias sobre a participação de parte dos estudantes triangulinos, representados por diversos órgãos estudantis no cenário político de então, por meio de campanhas e manifestações não apenas voltadas para seus interesses específicos, mas reivindicações de ordem política, econômica e social. Ocorrência esta que reforçava a ideia de estudante como novo sujeito social ativo e em amadurecimento.

III. 2 – As manifestações discentes triangulinas após a implantação do regime político militar (1964-1969)

Nesse tópico são abordadas as ações dos estudantes por meio dos jornais no período posterior ao golpe civil-militar de 1964. Pois se partiu do entendimento de que a análise sobre as representações de imprensa deve estar diretamente relacionada ao estudo do contexto político e social em que estas foram produzidas.

Como já destacado anteriormente, o golpe civil-militar encerrou o período democrático, que vinha acontecendo desde 1946 após o fim da ditadura do Estado Novo, implantando um regime ditatorial (1964-1985), em um aparato altamente autoritário e repressivo a sociedade civil em geral.¹⁰² Em outras palavras:

O autoritarismo traduz-se, igualmente, pela tentativa de controlar e sufocar amplos setores da sociedade civil, intervindo em sindicatos, reprimindo fechando instituições representativas de trabalhadores e estudantes, extinguindo partidos políticos, bem como a exclusão do setor popular e dos

¹⁰¹ Tal constatação se deve a estudos anteriores, onde foram realizadas análises de muitas outras matérias pertencentes à *Folha de Ituiutaba* (FRANCO, 2014).

¹⁰² “Em um primeiro momento, o regime militar instaurado em 1964 contou com o apoio civil, ou seja, com lideranças da UDN e outros partidos. Mais tarde, principalmente a partir de 1968, o grupo militar mais conservador do regime cassou os direitos políticos de várias lideranças que apoiaram o golpe” (GHIRALDELLI JR., 2009, p.112).

seus aliados da arena política [...] O Estado militar caracteriza-se pelo aumento da intervenção na esfera econômica, concorrendo decisivamente para o crescimento das forças produtivas do país, sob a égide de um perverso processo de desenvolvimento capitalista que combinou crescimento econômico com uma brutal concentração de renda (GERMANO, 2005, p.55-56).

Logo se buscou analisar as representações de imprensa produzidas em torno da participação política estudantil nesse cenário de forte censura e repressão ao movimento estudantil e a imprensa nacional, procurando evidenciar os reflexos desse regime político nestas.¹⁰³

É sabido que o movimento estudantil de caráter crítico e contestatório se constituiu em principal alvo da ditadura, dentre todas as categorias perseguidas, por se constituir em novo elemento social ativo no referido cenário político e cultural. Fato que pode ser considerado devido ao grande número de estudantes perseguidos e mortos. Entre os anos de 1964 a 1974, representantes das camadas sociais intelectualizadas compuseram a maior parte dos grupos de oposição a ditadura, de forma que 57,8% do total de 2.112 processados pela Justiça Militar eram jovens, cuja maioria 51,8% tinha até vinte e cinco anos de idade, sendo destes 81,7% pertencentes ao sexo masculino (RIDENTI, 2010).

Durante a década de 1960 o movimento estudantil brasileiro, principalmente representado pela UNE, foi um dos maiores responsáveis pela luta contra o governo civil-militar. No entanto, não se pode generalizar a ideia de movimento estudantil como defensor de transformações sociais. Pois também houve nesse período entidades estudantis empenhadas em combater as ações dos jovens contestadores da ditadura, assim como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

A partir do entendimento de que, os temas políticos vão sendo substituídos junto ao movimento estudantil, espera-se sublinhar possíveis consequências causadas pelo regime político vigente na forma de abordagem das matérias jornalísticas relacionadas à questão discente.

¹⁰³ Após o golpe civil-militar a ideologia do nacionalismo desenvolvimentista foi substituída pela doutrina da interdependência entre Brasil e Estados Unidos, difundida por meio da Escola Superior de Guerra (ESG). Assim se desnacionalizaram a ideologia compatibilizando-a com o modelo econômico adotado do capitalismo de mercado associado dependente (SAVIANI, 2007).

III. 2.1 – O advento do regime ditatorial e o controle da juventude

Após a efetivação do golpe civil-militar em abril de 1964, com a deposição do presidente João Goulart e a tomada do poder pelos militares, espalhou-se por todo o país a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, movimento que precedeu tal acontecimento em capitais, representando o apoio de setores tradicionais da Igreja Católica e sociedade civil ao novo governo implantado, como forma de legitimá-lo.

Na região do Triângulo Mineiro não foi diferente, a imprensa nesse cenário concedeu destaque para a realização de tais passeatas envolvendo também a participação de uma parcela estudantil, associada aos interesses conservadores de manutenção do sistema capitalista. Tal movimento, contou com o apoio do então governador de Minas Gerais, José de Magalhães Pinto, que mobilizou as tropas do estado e conclamou a cooperação de todos os mineiros em defesa deste (SANFELICE, 1986).

A participação de estudantes nessa marcha também foi destacada pela imprensa em Uberlândia, assim como integrantes de diversos setores da sociedade civil local, como abordava a manchete “Milhares de Uberlandenses na Marcha pela Liberdade” (*Correio de Uberlândia*, 05/04/1964):

[...] FESTA DO POVO. A monumental Marcha com Deus pela Liberdade foi uma festa do povo autêntica e espontânea. Mas foi também uma demonstração que Uberlândia está ao lado da ordem, da democracia, em campo oposto ao comunismo ateu e desagregacionista destruidor da família brasileira. As escolas de samba do povo desfilaram, os estudantes, os trabalhadores, os operários, intelectuais, homens do comércio e do campo, enfim todas as classes sociais disseram ‘presente’ a marcha, simbolizando o ‘não’ ao totalitarismo que se tentou impor ao Brasil livre (*sic*).

Em Ituiutaba a “Marcha da Vitória”, de acordo com a posição defendida pela imprensa, se realizou no dia 3 de abril de 1964, contando com a participação de cerca de cinco mil pessoas em passeata e missa em frente à Igreja Matriz local, em comemoração a vitória dos “princípios cristãos” sob os ditos “comunistas”.

Dia 3 de Abril foi uma data que ficará gravada na história de Ituiutaba. Nada menos de 5000 pessoas participaram da grandiosa passeata da vitória, comemorando a mudança de governo e consequente derrota do comunismo que ameaçava as instituições e a própria soberania nacional. A despeito da quase improvisação, o desfile patrocinado pela União Estudantil Ituiutabana, foi espetacular. Jamais se registrou tamanho entusiasmo e vibração cívica em nossa terra. Orações intercaladas de hinos e vivas [...] No palanque

improvisado no centro da Rua 20 fizeram-se ouvir vários oradores, entre eles os srs. Gotardo Soares Ferreira, Gersón Abrão, ambos acadêmicos de direito [...] Ituiutaba vibrou, numa das maiores manifestações públicas já realizadas em nossa terra. Regosijo pela vitória da democracia. Foi uma autêntica Marcha da Família, com Deus pela liberdade (*sic*) (*Correio do Triângulo*, 07/04/1964).

Como é evidente, a ocorrência de tal manifestação, em apoio à tomada do poder pelos militares, do ponto de vista desse jornal, contou com a colaboração de grande parte da sociedade, como estudantes e a imprensa tijucana que sobreviveu ao golpe militar, a qual representava interesses direitistas conservadores.

No município de Uberaba tal marcha em comemoração à chegada dos militares ao poder ocorreu somente no dia 23 de abril de 1964, com concentração em frente à Praça Rui Barbosa. A organização desse evento contou com a participação de senhoras pertencentes às classes dirigentes locais e da Associação Comercial e Industrial de Uberaba.

Em relação a tal temática a imprensa local veiculou uma série de reportagens em apoio à chamada “Marcha com Deus pela Democracia”. No dia seguinte após a realização de tal manifestação o *Lavoura e Comércio* publicou a manchete “Uberaba viveu a maior hora cívica de sua história” (24/04/1964). Apesar da anunciada participação de diversos setores da sociedade uberabense em tal evento, a classe estudantil local, diferentemente de alguns grupos de estudantes presentes em outros municípios, não é citada pelo jornal como um dos grupos que colaborou e participou dessa empreitada.

É necessário lembrar que logo após a deposição de João Goulart, a maior parte da imprensa brasileira demonstrou apoio aos militares pela tomada do poder (BARBOSA, 2007). Assim como ocorreu em grande parcela dos jornais no Triângulo Mineiro.

Nesse cenário de adesão de diversos setores ao golpe civil-militar, os estudantes triangulinos foram observados com maior proximidade pela imprensa escrita. Visto que, considerável parte destes também apoiou a chapa Lott e João Goulart nas últimas eleições a presidência e vice-presidência da República. Logo o movimento estudantil nacional por todo o país foi alvo imediato da repressão instituída pelo novo regime político.

A UESU assim como o movimento discente nacional sofreu as consequências do autoritarismo imposto pelo governo autoritário, como indicava a imprensa local:

A diretoria da UESU, eleita dia 29 de março não poderá tomar posse, conforme apuramos, a 1º de maio, data que já estava marcada, isto porque, alguns elementos de sua composição estão sob acusação de prática de idéias comunistas, contrárias ao regime democrático instaurado graças ao

movimento revolucionário de 1º de abril [...] (*Correio de Uberlândia*, 13/04/1964).

Nessa ocasião, a chapa vencedora das eleições para o ano de 1964 em votação legal foi impedida de tomar posse, seus integrantes foram acusados de comunistas e desmoralizados perante a sociedade local, de forma que:

[...] a UESU sofre interferência política, por causa, da liderança considerada subversiva e simpatizante ao comunismo, mas o movimento não precisava ser dizimado, somente substituir seus líderes, por outros, de afinidades políticas com o novo governo (GUEDES, 2003, p.29).

Após os estudantes considerados “subversivos” serem impedidos, outra chapa foi eleita e tomou posse na sede do órgão. Fato que demonstrava o controle das manifestações discentes na região pelas forças políticas conservadoras instituídas, devendo a imprensa colaborar com tal perspectiva que representava os anseios das elites dominantes em esvaziar tal movimento.

Nesse contexto, os nomes dos secundaristas que se apresentavam como candidatos a representação discente, passavam por uma espécie de triagem para que pudessem dirigir as uniões estudantis nessa localidade. Desse modo, esses órgãos tiveram que se adaptar ao novo cenário de perseguição aos estudantes que se engajavam politicamente.

Outro fato que mereceu destaque nesse período era o contato frequente entre as entidades discentes da região, como indicava a coluna “Vida Estudantil” ¹⁰⁴, do *Correio do Triângulo* de 17/05/1964, a qual noticiava a visita do presidente da UEI à sede da UEU:

Dia 1º pp. o presidente da U.E.I partiu para a vizinha cidade de Uberaba, onde foi tratar de assuntos pessoais e dos estudantes desta cidade. Levou uma mensagem de solidariedade e apoio ao marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, entrou em conversações com os atuais diretores da U.E.U e trouxe para nós a honrosa notícia da vitória de um Ituiutabano para a presidência daquela entidade [...] os nomes daquela chapa serão enviados à Belo Horizonte, e lá passarão por um processo de triagem e posteriormente será remetido de volta a Uberaba, não encontrando nenhum elemento comprometedor dar-se-á a posse dos novos dirigentes da União Estudantil Uberabense (*Correio do Triângulo*, 17/05/1964).

¹⁰⁴ Essa coluna representava um meio do *Correio do Triângulo* divulgar e emitir juízos sobre as ações do movimento estudantil local e nacional, contribuindo para a perseguição aos estudantes que ousassem contestar os interesses do regime político civil-militar.

Assim como a UESU, a UEI e a UEU também sofreram as imposições e as restrições estabelecidas pelo novo governo opressor, na tentativa de coibir possíveis protestos de secundaristas contra este, como ocorria nas capitais.

Com a repressão instituída, os órgãos estudantis foram orientados a organizarem seus estatutos conforme os interesses das forças direitistas. Mesmo antes da aprovação da Lei Suplicy de Lacerda, a UEI realizou uma “Assembléia Geral Extraordinária” no intuito de elaborar uma nova constituição para o órgão, como demonstrava a nota de convocação abaixo:

UNIÃO ESTUDANTIL DE ITUIUTABA
CONVOCAÇÃO

Assembléia Geral Extraordinária

O presidente da UNIÃO ESTUDANTIL ITUIUTABANA; no ato de suas atribuições, considerando que os Estatutos da U.E.I não se encontram em condições de auxiliar tanto a Diretoria, quanto aos estudantes a ela filiados em suas atividades, e usando das prerrogativas que lhe outorga o artigo 41º do capítulo VIII dos estatutos da entidade, convoca todos os estudantes inscritos e quites, em pleno uso de seus direitos, para a Assembléia Geral Extraordinária, que se realizará dia 24 de outubro do corrente ano, as 13, 30 horas, no Salão Paroquial Pio XII, à Rua 20 entre as avs. 5 e 7, nesta cidade, onde será discutido e submetido a aprovação a nova CONSTITUIÇÃO da União Estudantil Ituiutabana [...] Ituiutaba, 1º de outubro de 1964 [...] Presidente da U.E.I (*sic*) (*Correio do Triângulo*, 15/10/1964).

A Lei Suplicy de Lacerda previa que as entidades estudantis não apresentassem nenhuma manifestação de ordem política. O governo de Castelo Branco buscava nesse período limitar até mesmo as ações culturais dos secundaristas.

Nos estabelecimentos de ensino de grau médio, somente poderão constituir-se grêmios com finalidades cívicas, sociais e desportivas, cuja atividade restringiria aos limites estabelecidos no regimento escolar devendo sempre ser assistido por um professor (BRASIL, 1964).

Assim estaria estabelecido pela ditadura civil-militar o clima nacional de perseguição aos líderes estudantis por todo o país, de forma que “[...] paralelamente a repressão, os governos militares e os grupos sociais que representavam, empenharam-se numa tarefa obsessiva, visando o controle, a manipulação ou a redefinição do movimento estudantil” (SANFELICE, 1986, p.30).

III. 2.2 – As reações dos estudantes presentes nas reportagens nos primeiros anos de chumbo

Nesse cenário, os acadêmicos da Faculdade de Direito de Uberlândia, em abril de 1965, na ocasião da visita do presidente Marechal Castelo Branco ao município, aproveitaram a oportunidade para prestarem “solidariedade” e “apoio” a seu governo, reivindicando junto a este a imediata federalização dessa instituição, assim como divulgou o *Correio de Uberlândia* na nota “Estudantes FDU: estão com Castelo”.



Figura 19: Nota veiculando o possível apoio dos estudantes da Faculdade de Direito a Castelo Branco ¹⁰⁵

Fonte: *Correio de Uberlândia*, 02/04/1965.

¹⁰⁵ “Durante a visita do mal. Castelo Branco a Uberlândia, marcada e confirmada para depois de amanhã, o Diretório Acadêmico 21 de Abril, órgão representativo dos universitários da Faculdade de Direito, entregará ao presidente memorial que, entre outras coisas diz: ‘Não estamos apenas redigindo uma moção de solidariedade; hipotecamos-lhe um voto sincero de confiança, símbolo do reconhecimento e confiança do corpo discente’. A seguir o memorial afirma que: ‘a Faculdade de Direito de Uberlândia, pioneira do ensino universitário na cidade, tendo a sua frente o ilustre e dinâmico diretor Dr. Jacy de Assis, jurista de renome internacional, fundada para defender os ideais universitários e os postulados democráticos, espera de V. S. a imediata federalização, a fim de que, unida ao governo federal, possa continuar a acompanhar as metas governamentais, tão bem traçadas em atendimento às verdadeiras normas sociais – proteção e amparo ao povo brasileiro’. O manifesto será assinado pelo universitário Púbblio Chaves, presidente do DA 21 de Abril”.

Percebe-se que o referido jornal enfatizava primeiramente o “apoio” dos representantes do “Diretório Acadêmico 21 de Abril” ao governo federal, no título da matéria, e em segunda instância revelava trechos do memorial produzido pelos discentes em prol da federalização da faculdade. Tal cuidado requerido pelo redator e por esse grupo de estudantes, representava certamente reflexos da repressão vigente nesse período. Assim os jornais se expressavam com maior cautela no intuito de fugirem a censura, até mesmo os que apresentavam perfil mais conservador.¹⁰⁶

No ano de 1966, em decorrência da perseguição ao movimento estudantil politizado, circularam boatos de que a UESU poderia ser fechada, devido ao fato de que, o governo federal havia suspenso as atividades da UNE e da UEE de Minas Gerais por seis meses, como discutido anteriormente. Pois os congressos realizados pela UEE de Minas Gerais nos municípios de Uberaba e Uberlândia em 1965 abordaram temas políticos que foram acusados de inspiração comunista pelo Serviço Nacional de Informações do governo (CUNHA, 2007).

Os dirigentes da UESU trataram logo de prestarem esclarecimentos à população por meio da imprensa, assim como abordou a nota “UESU Não foi Fechada: Secundaristas Explicam”:

A União dos Estudantes Secundários de Uberlândia (UESU) em mensagem enviada a este jornal avisa a todos os secundaristas que ao contrário de certos boatos espalhados que diziam que o governo federal teria fechado a UESU, avisamos apenas que ele suspendeu pelo prazo de seis meses de funcionamento a UEE (União Estadual dos Estudantes), órgão que dirige os estudantes universitários de Minas Gerais. Não recebemos nenhum comunicado das autoridades constituídas e achamos que não iremos receber, pois a UESU só cuida do bem estar do estudante, sendo que seu Estatuto a proíbe de se manifestar de qualquer espécie sobre a política nacional ou internacional. O comunicado da UESU desfaz dessa maneira, mal entendidos que afirmavam o seu fechamento e traz a assinatura do jovem estudante Reinaldo da Silva Gomes. Secretário – geral (*sic*) (*Correio de Uberlândia*, 08/07/1966).

Desse modo, os secundaristas uberlandenses demonstraram o temor quanto à repressão instituída, justificando a adequação a Lei Suplicy, no que se refere à negação do caráter político da entidade nesse período. Fato que indicava a existência da perseguição ao movimento estudantil secundarista na região, de modo que os estudantes se viam no dever de

¹⁰⁶ Ressalta-se que tal reivindicação não foi atendida pelos militares de imediato, como solicitado, já que, como anteriormente mencionado, a reunião das faculdades isoladas deram origem a Universidade de Uberlândia (UnU) em 1968, e esta só se transformou em Universidade Federal de Uberlândia (UFU) no ano de 1978.

prestarem esclarecimentos à sociedade, utilizando para isso, o veículo privilegiado da imprensa.

Por outro lado, é possível observar que o ativismo político dos jovens atingiu um nível relevante nos anos de 1950 e 1960, de forma que os destinos desses órgãos passaram a ser controlados com maior proximidade. Logo era importante desmentir boatos relacionados a esses organismos e aos eventos discentes locais.

Em setembro de 1966 a tensão entre o movimento estudantil e o governo se intensificou. “A partir da repressão a uma pequena passeata estudantil em Belo Horizonte, cresceu como uma bola de neve um ciclo de protestos contra a violência policial, que provocaram novos atos repressivos gerando outras passeatas contra a repressão” (MARTINS FILHO, 1998, p.17).

Nesse cenário a imprensa por todo o país concedeu destaque a agitação estudantil, já que, ainda de acordo com Martins Filho (1998), pela primeira vez o governo militar não hesitara em reprimir severamente as manifestações dos jovens pertencentes à classe média.¹⁰⁷

A repercussão de tais acontecimentos também se tornou evidente nos protestos do Diretório Central dos Estudantes de Uberaba que considerava a imprensa veículo privilegiado para a divulgação do posicionamento dos representantes discentes sobre a situação de repressão vivenciada pelo movimento estudantil em todo o país.

À pedido

Diretório Central dos Estudantes de Uberaba

Aos estudantes e ao povo

O Diretório Central dos Estudantes juntamente com os demais Centros Acadêmicos de Uberaba, vem mais uma vez denunciar as violências que o atual governo impôs a classe estudantil. Os múltiplos espancamentos em Minas, São Paulo e Guanabara degeneram-se contra mulheres e crianças e contra a própria imprensa, que de há muito já vem sendo coagida. Diante de tais fatos, trazemos o nosso mais veemente protesto e conclamamos aos estudantes uberabenses a se manterem alertas, para qualquer tomada de posição que as circunstâncias nos obrigarem. Uberaba, 16 de setembro de 1966 [...] (sic) (*Correio Católico*, 17/09/1966).

¹⁰⁷ Poerner (1995, p. 204) afirma que: “O pensamento da ditadura quanto à universidade e aos estudantes se resumia numa ‘solução’: o ‘tratamento de choque’ [...] para ‘acabar com a subversão’. Tratava-se [...] de expulsar o demônio da rebelião patriótica daqueles corpos jovens, substituindo-o pelo anjo da subordinação aos interesses antinacionais. Para que esse objetivo [...] fosse alcançado [...] valia tudo: suspender, expulsar, prender e torturar estudantes; demitir professores; invadir faculdades; intervir, policialmente, nas entidades estudantis; proibir qualquer tipo de reunião ou assembléia estudantil; acabar com a participação discente nos órgãos colegiados da administração universitária; decretar a ilegalidade da UNE, das nações dos estudantes nos Estados e dos diretórios acadêmicos; destruir a Universidade de Brasília; deter, enfim, o processo de renovação do movimento estudantil e da universidade em nosso país [...]”

A divulgação de tal manifesto do movimento estudantil universitário em Uberaba, publicado em pequena nota no interior do jornal, demonstrava o engajamento desses jovens em denunciar à sociedade local, os atos de violência do governo opressor praticados contra os estudantes e a população em geral em todo o país.

Nesse contexto, torna-se importante considerar o fato de que, em dois anos de governo militar este dava sinais de que não faria novas eleições, de modo que a ditadura começaria a perder apoio de parte da sociedade civil.¹⁰⁸

Em seguida, os universitários uberabenses alinhados aos interesses defendidos pela UNE nesse momento, promoveram uma assembleia geral entre todos os Centros Acadêmicos para discutirem a melhor forma de protesto contra as atrocidades vivenciadas em âmbito nacional. Esses acontecimentos eram sempre divulgados pelo *Correio Católico*, como revelava a nota “Estudantes decidem hoje: greve ou passeata de protesto” (19/09/1966).

Logo o Diretório Central dos Estudantes de Uberaba, com o apoio dos Centros Acadêmicos, optou pela realização de greve geral dos estudantes por quarenta e oito horas em sinal de protesto contra a violência sofrida pelos estudantes em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Assim como apontavam os comunicados publicados de forma discreta nos dois jornais do município: “Aos Estudantes da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro” (*Correio Católico*, 20/09/1966); e “Diretório Central dos Estudantes de Uberaba – esclarecimentos” (*Lavoura e Comércio*, 21/09/1966).

¹⁰⁸ Após ser decretado o Ato Institucional número 2 (AI-2), em 1965, o qual suprimia os partidos populistas e determinava que as eleições presidenciais fossem indiretas, a resistência se ateve no Brasil, também mediante as denúncias de tortura e o caminho que o regime militar passou a adotar (FICO, 2004).

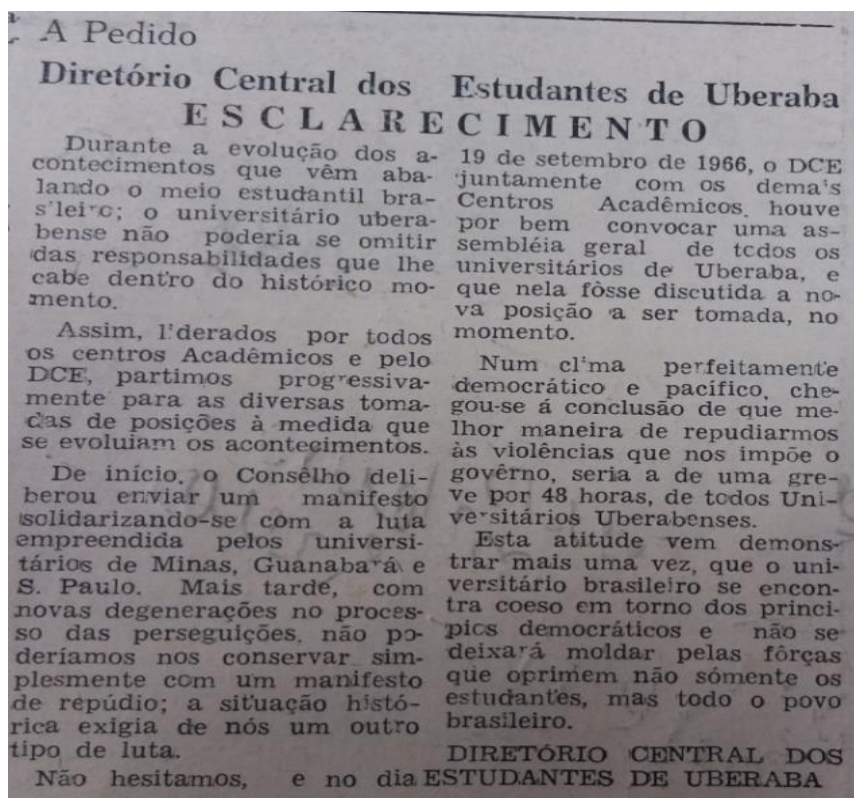


Figura 20: Nota com esclarecimento do DCE de Uberaba a população local ¹⁰⁹

Fonte: *Lavoura e Comércio*, 21/09/1966.

É necessário destacar que a greve dos universitários no Triângulo Mineiro se deu como reflexo de um processo de discussão em nível nacional das decisões estabelecidas pela UNE no dia 18 de setembro de 1966, a qual decretava greve geral dos acadêmicos por todo o país em decorrência dos sucessivos ataques do governo ao movimento estudantil contestatório. Por meio do esclarecimento dos discentes uberabenses à população local, foi possível evidenciar o contato com o movimento estudantil nacional nesse momento de fortes tensões.

¹⁰⁹ “Durante a evolução dos acontecimentos que vêm abalando o meio estudantil brasileiro: o universitário uberabense não poderia se omitir das responsabilidades que lhe cabe dentro do histórico momento. Assim liderados por todos centros Acadêmicos e pelo DCE, partimos progressivamente para as diversas tomadas de posições a medida que se evoluíam os acontecimentos. De início, o Conselho deliberou enviar um manifesto solidarizando-se com a luta empreendida com os universitários de Minas, Guanabara e S. Paulo. Mais tarde com novas degenerações no processo das perseguições, não poderíamos nos conversar simplesmente com um manifesto de repúdio; a situação histórica exigia de nós um outro tipo de luta. Não hesitamos, e no dia 19 de setembro de 1966, o DCE juntamente com os demais Centros Acadêmicos, houve por bem convocar uma assembléia geral de todos os universitários de Uberaba, e que nela fosse discutida a nova posição a ser tomada, no momento. Num clima perfeitamente democrático e pacífico, chegou-se a conclusão de que a melhor maneira de repudiarmos a violência que nos impõe o governo, seria a de uma greve por 48 horas, de todos Universitários Uberabenses. Esta atitude vem demonstrar mais uma vez, que o universitário brasileiro se encontra coeso em torno dos princípios democráticos e não se deixará moldar pelas forças que oprimem não somente os estudantes, mas todo o povo brasileiro. DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DE UBERABA” (sic) (*Lavoura e Comércio*, 21/09/1966).

Ressalta-se novamente o fato de que, os manifestos e os esclarecimentos dos estudantes a população local nunca apareciam nas primeiras páginas dos jornais, sendo veiculados em pequeníssimas notas nas últimas folhas, certamente em decorrência do cenário de censura e repressão vivenciado na época.

Nesse sentido, buscou-se atentar para a materialidade do conteúdo impresso. Conforme Chartier (1991), a forma com que o texto chega a seu leitor determina as intenções do autor e a imposição da oficina. Desse modo, pode-se observar que as matérias consideradas mais “delicadas” de se tratar em relação ao contexto político, apresentavam intencionalmente uma localização que dificultavam a sua leitura.

Outro fator que mereceu destaque foi a ausência de fotografias de estudantes em seus protestos, campanhas e manifestações políticas. Ocorrência esta que indicava o intuito de proteger a imagem do jovem estudante da região, afastando-o de manifestações polêmicas.

Em relação a tais protestos por parte do movimento estudantil, o jornal *Lavoura e Comércio* pronunciou a defesa de Marechal Humberto Castelo Branco por meio da manchete “Retornam às aulas os universitários de Uberaba” (*Lavoura e Comércio*, 22/09/1966):

[...] O chefe do governo mal. Humberto Castelo Branco, recomendou as autoridades interessadas e principalmente aos governadores de Estado, para que sejam redobrados os esforços no sentido de que seja moderado o processo de repressão aos estudantes, em manifestações. Afirma o Chefe da nação que essa repressão deveria ser tão branda quanto possível, e deveria servir apenas para a manutenção da ordem [...]

O posicionamento do referido jornal ao publicar o discurso do então presidente, indicava a intenção deste de não se comprometer em publicações contrárias aos propósitos do governo. Além disso, apresentava uma mensagem que tentava amenizar o caos vivenciado, abrandando a violência imposta aos estudantes e considerando estes como desordeiros.

De acordo com Poerner (1995) o clímax da rebelião estudantil foi atingido no dia 22 de setembro de 1966, definido como Dia Nacional de Luta contra a Ditadura. Este foi marcado pela ocorrência de passeatas movimentadas pelo tema “Povo organizado derruba a ditadura”. O governo reagiu imediatamente às manifestações estudantis e na madrugada do dia 23 ocorreu o famoso “Massacre da Praia Vermelha”, quando centenas de policiais invadiram a Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), *Campus Praia Vermelha*, e agrediu violentamente cerca de seiscentos estudantes.

Em Uberlândia os universitários publicaram seu protesto na *Tribuna de Minas* e também decretaram greve geral em solidariedade as agressões sofridas pelo movimento

estudantil em nível nacional, por meio da manchete “Universitários Uberlandenses em Greve”:

[...] o Manifesto dirigido aos universitários e ao povo em geral considera os seguintes itens: ‘Considerando que 1) - os nossos colegas vêm sofrendo injusta opressão em vários estados do Brasil. 2) - Não poderemos ficar insensíveis a luta empreendida pelos nossos colegas em defesa de nossos inalienáveis direitos. 3) – Os universitários de Uberlândia sempre se pautaram pela moderação em todos os movimentos estudantis. 4) - Êste manifesto se dirige aos verdadeiros estudantes e não àqueles que se aproveitam da atual situação, para agitar a nação. 5) - Continuaremos em constante vigilância pela autonomia de nossa classe e na suprema luta pelas causas e interesses dos nossos colegas universitários. RESOLVEMOS: declaramos em greve a partir de hoje até o dia 26 (inclusive) do corrente mês em solidariedade aos nossos colegas de todo o Brasil’ (sic) (*Tribuna de Minas*, 25/09/1966).

Desse modo, percebe-se o comprometimento dos universitários uberlandenses com a defesa dos interesses defendidos pelos estudantes em todo o país. Por outro lado, defendiam a moderação dentro do movimento estudantil, denunciando o excesso de agitação provocado por “falsos estudantes”. Além disso, nota-se que quando a violência atingiu os jovens de classe média e alta, tais impressos passaram a dar maiores destaques a essas ocorrências.

Abaixo do protesto estudantil, o jornal *Tribuna de Minas* publicava, assim como fez o *Lavoura e Comércio*, o discurso de Castelo Branco em relação aos últimos acontecimentos ocorridos por todo o país, bem como a defesa dos estudantes uberlandenses, observa-se:

Castelo pede calma. O presidente Castelo Branco em pronunciamento anterior pediu as autoridades que fôssem mais complacentes com os estudantes, sem deixar, no entanto que efetivassem abusos [...] Os estudantes uberlandenses parecem querer manter um clima de paz, como sempre ocorreu em suas participações (sic) (*Tribuna de Minas*, 25/09/1966).

De modo geral nota-se que a imprensa, ao publicar as greves estudantis na região, toma o cuidado de desresponsabilizar o chefe do governo federal em relação ao extremo ataque contra o movimento estudantil nas capitais. Além disso, procurava afastar os estudantes locais do cenário de violenta repressão nacional.

É importante sublinhar que a mobilização do movimento universitário direcionado pela UNE após o golpe civil-militar foi impulsionada por uma série de fatores relacionados à política educacional e econômica implantada por esse governo.

O problema dos excedentes, a falta de verbas, a modernização autoritária do ensino acenado com os acordos MEC-USAID e com outras iniciativas governamentais, o arcaísmo das instituições universitárias anterior a 1964, a crise econômica gerada do arrocho salarial e de estreitamento das oportunidades de trabalho até mesmo para os formados, a chamada ‘crise da cultura burguesa’, a política repressiva da ditadura contra os estudantes e suas entidades (RIDENTI, 1993, p.125).

Todos esses elementos destacados por Ridenti (1993) contribuíram para criar um grande descontentamento estudantil e para retomar a luta dos universitários por reformas educacionais que possibilitassem a ascensão social via educação. Nesse cenário os acordos MEC-USAID eram vistos como clara deturpação dos ideais perseguidos por esses estudantes.

A partir de 1966 intensifica-se o domínio norte-americano na educação brasileira por meio dos Acordos MEC-USAID, os quais tinham o intuito de transferir para o Brasil o modelo e os padrões universitários dos Estados Unidos.

Nesse contexto os acadêmicos se mobilizaram contra esses acordos por todo o país, de forma que passaram a acontecer constantes passeatas e manifestações, no intuito de defender as especificidades e os interesses dos universitários brasileiros.¹¹⁰

Em Uberaba não foi diferente, o Diretório Central dos Estudantes tratou logo de denunciar e protestar contra a influência do imperialismo norte-americano no ensino superior e em toda a sociedade brasileira por meio do *Correio Católico* em edição de 1 de junho de 1967 no seguinte manifesto, publicado em pequena nota no interior do jornal:

Diretório Central dos Estudantes Uberaba

Constam dos debates o seguinte:

- 1) O Acôrdo com os EEUU, através da USAID mantém com a Universidade de Brasília, lembrando que os norte-americanos controlam toda a Biblioteca e que os livros que dizem algo a respeito da realidade brasileira estão sendo substituídos por livros americanos;
- 2) O repúdio dos estudantes de Brasília ao Acôrdo e a lembrança dos espancamentos que sofreram quando protestaram contra a visita do Embaixador Americano à Universidade de Brasília;
- 3) A tentativa do Imperialismo Norte-Americano de implantar, através dos Acôrdos, um nova forma de cultura, foi lembrado que: “A DOMINAÇÃO CULTURAL É A PIOR DAS DOMINAÇÕES QUE UM POVO PODE SOFRER” [...]

Uberaba, 31 de maio de 1967

Gratos com cordiais

¹¹⁰ “O movimento contra os Acordos MEC-Usaid atingiu o clímax, quando o próprio ministro da educação, Tarso Dutra, embora alegando desconhecer-lhes os textos, se comprometeu a revê-los, ‘em todos os pontos considerados inconvenientes aos interesses do Brasil’. Em 26 de abril de 1967, ante a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, perguntado se os tinha lido, ele afirmou: ‘Não, não li, mas quando ler, se for nocivo ao interesse nacional, eu modifico’ (Jornal do Brasil, 30 de abril de 1967 apud POERNER, 1995, p. 228).

SAUDAÇÕES UNIVERSITÁRIAS
A Comissão.

O referido protesto dos universitários de Uberaba apresentava caráter crítico, politizado e contestatório, revelando a articulação de interesses com o movimento estudantil nas capitais de todo o país, em luta contra a dominação norte-americana à educação e à cultura brasileiras. Além disso, demonstrava o repúdio desses discentes contra a violência exercida pelo governo autoritário às manifestações politizadas, especificamente na Universidade de Brasília.¹¹¹

Nesse sentido, concorda-se com o entendimento de que os jovens se apresentaram à sociedade brasileira em diversos momentos da história até o final da década de 1960, como importantes agentes solidários a práticas de resistência contra a opressão e a projetos unificadores da nacionalidade (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004).

A publicação dos manifestos por meio dos jornais possibilita o entendimento de que, a imprensa nesse momento, era encarada pelos estudantes como importante meio de comunicação e veiculação de informações na sociedade. No entanto, reforça-se mais uma vez que, tais temas eram publicados com cautela por esses jornais, sempre ocupando pequenas notas na parte inferior do interior do impresso e nunca nas primeiras páginas.

A questão dos excedentes nas vagas das universidades, assim como em nível nacional, preocupava os acadêmicos da Faculdade de Medicina de Uberaba. Em decorrência dessa, foram organizadas greves pelos discentes entre os anos de 1966 e 1967, exigindo mais verbas e vagas nessa instituição.

A matéria “Greve dos estudantes de Medicina traz a Uberaba o Ministro da Educação” (*Lavoura e Comércio*, 18/08/1966), indicava a vinda do então ministro Raimundo Muniz Aragão a Uberaba em agosto de 1966. Nessa ocasião, o mesmo, segundo a matéria, teria aprovado a destinação da verba de quinhentos milhões de cruzeiros para o próximo ano, que deveria ser paga em várias parcelas, para a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, como resultado das reivindicações realizadas pelo Centro Acadêmico Gaspar Vianna dessa instituição.

¹¹¹ Tal manifesto do DCE também expressava na frase em destaque, relacionada à dominação cultural, o antiamericanismo, que acabou perdendo força com o movimento de contracultura vindo dos Estados Unidos, a partir de 1968. Cenário em que muitos jovens brasileiros viveram o impacto marcado por uma conjuntura de conflitos gerados não apenas nas sociedades periféricas, recebendo influências da juventude norte-americana que protestava contra a guerra do Vietnã e dava lugar a um movimento de resistência pacifista (HOLLANDA; GONÇALVES, 1999).

No ano de 1967, voltaram a ocorrer várias greves nessa Faculdade de Medicina, em decorrência do não cumprimento do MEC em relação às verbas aprovadas para esse ano e à abertura de vagas para os excedentes. Logo a comissão de universitários foi até Brasília para tratar desses assuntos com o ministro Tarso Dutra e recebeu o apoio da Federação dos Universitários de Brasília (FEUB), de acordo com a matéria “MED greve ainda continua” (*Correio Católico*, 19/04/1967).

Tais acontecimentos indicavam a luta e união dos universitários brasileiros nesse período em busca de melhorias para suas faculdades, já que se vivia um período marcado por crises universitárias. Desse modo se torna necessário destacar que:

Os movimentos estudantis dos anos de 1960, conforme o momento e o local onde se deram foram expressões e modulações diversas dessas crises, por meio de demandas como a politização da vida universitária, propostas de co-gestão e auto-gestão, ‘idéias do poder estudantil’ e práticas da universidade crítica. Passando pela crise da hegemonia da instituição universitária, expressaram o desejo de ampliação do direito a universidade, concomitantemente à denúncia de sua funcionalização, mas passando logo da defesa de sua autonomia diante dos poderes político e econômico para a denúncia de seu falso isolamento, defendendo uma participação social progressista da universidade (GROPPO, 2006, p.32).

Nessa perspectiva compreende-se que o movimento universitário uberabense nos anos de 1960, de acordo com os protestos veiculados pela imprensa escrita, vivenciou a chamada “crise de hegemonia” da universidade, gerando pontos de tensão nas relações com o Estado.

III. 2.3 – Os jornais uberabenses e o movimento das faculdades locais pela criação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Em maio de 1967 os universitários uberabenses com o apoio da imprensa local desenvolveram intensa campanha pela criação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro em Uberaba, para que ocorresse a federalização dos cursos superiores existentes no município.

A referida temática se apresentou em destaque na década de 1960, sendo contabilizadas vinte e quatro matérias publicadas nesse período, doze pertencentes ao *Correio Católico* e na mesma proporção, doze provenientes do *Lavoura e Comércio* em prol dessa causa. Fato que indicava o alinhamento de interesses de ambos os periódicos pela criação de uma universidade federal na cidade.

Os Centros Acadêmicos das Faculdades existentes em Uberaba se engajaram ativamente nessa campanha, contando também com o apoio dos políticos locais, como destacava a manchete: “Câmara foi dos estudantes” (*Correio Católico*, 06/05/1967):

De uma sessão ordinária que será realizada, a Câmara Municipal, em razão da visita dos estudantes universitários uberabenses ao Legislativo, acabou realizando sessão especial para ouvir as reivindicações estudantis em favor da federalização das Escolas Superiores uberabenses e criação da Universidade Federal do Triângulo de Uberaba. Para ouvir as reivindicações dos estudantes uberabenses, o Presidente Costa e Silva ouvi-os, em audiência na residência do Prefeito João Guido, por volta das 14 horas do dia 3 [...]

Nessa ocasião, uma comissão de alguns representantes dos Centros Acadêmicos marcou com o então Presidente da República Costa e Silva uma audiência em Brasília para a discussão do projeto de criação da Universidade. Ocorrência que sugeria a articulação dos interesses do movimento estudantil com os grupos em ascensão nessa localidade, pois a concretização dessa Universidade Federal possibilitaria crescimento e desenvolvimento econômico e cultural para o município.

Em poucos dias, a imprensa uberabense publicava as manchetes: “Estudantes em Brasília: Federalização” (*Correio Católico*, 09/05/1967); e “Estudantes lutam pela universidade” (*Lavoura e Comércio*, 09/05/1967), abordando a realização de uma assembleia em Brasília entre os representantes do DCE de Uberaba, um vereador local, deputados federais e o então ministro Tarso Dutra. Nessa ocasião, ocorreria a entrega de um dossiê completo contendo dados geográficos, econômicos, históricos e políticos do Triângulo Mineiro, necessário a constituição do projeto pela Universidade.

Por meio das manchetes acima, percebe-se o destaque para a questão dos estudantes como propulsores do movimento, representados como sujeitos responsáveis pela transformação social positiva. Ideário bastante comum em circulação na sociedade brasileira principalmente nos anos de 1960, em que os jovens eram considerados como importantes agentes de mudanças (FORACCHI, 1972).

Após a viagem dos representantes do DCE de Uberaba a Brasília, estes trataram logo de organizar assembleias para todos os universitários e a população em geral do município para o esclarecimento das questões que tratavam da luta em prol da fundação da Universidade. Assim como indicou a nota “DCE faz Assembleia hoje: Universidade” (*Correio Católico*, 19/05/1967).

O movimento estudantil uberabense ainda no mês de maio de 1967 decretou greve geral de setenta e duas horas em todos os cursos superiores para que o governo federal agilizasse o processo de federalização das faculdades. Assim como esclareceu o Centro Acadêmico Mario Palmério da Faculdade de Odontologia, o qual agradecia a participação dos discentes e docentes nessa manifestação, através do *Correio Católico* (30/05/1967) na nota “Centro Acadêmico Mario Palmério”:

[...] limita-nos ao referido aproveitando o ensejo para apresentar nossos protestos de uma massa estudantil unida, consciente, politizada e dinâmica, Uberaba aos 29 de maio de 1967, EDUARDO RODRIGUES BONFIM – presidente – ORMINDO MENEGHELLO – Secretário.

Por meio do discurso acima, assinala-se o fato de que nesse cenário, estudantes, professores e políticos locais representavam parte considerável do público leitor desses jornais. Além disso, pode-se perceber a existência de um movimento de intensa politização dos universitários na reivindicação por seus direitos a uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Os acadêmicos empenhados nessa campanha pela Universidade buscaram apoio de toda a sociedade uberabense por meio da imprensa e de visitas a diversos estabelecimentos de ensino do município, inclusive aos grupos escolares, enviando mensagens aos pais dos alunos, solicitando a colaboração destes em prol dessa causa, como abordava a nota: “Federalização: DCE visita grupos” (*Correio Católico*, 01/06/1967).

No dia seguinte os periódicos uberabenses voltaram a agitar seu público leitor por meio das manchetes: “Guido: universidade está para sair” (*Correio Católico*, 02/06/1967), e “Será imediatamente criada a reitoria da Universidade de Uberaba” (*Lavoura e Comércio*, 02/06/1967), as quais retratavam a viagem do prefeito de Uberaba João Guido à Brasília e já afirmavam a concretização da federalização de todo o ensino superior na cidade.

É perceptível certo exagero da imprensa na divulgação de seu noticiário, ao afirmar a imediata criação da universidade pelo poder público federal. Logo se deve considerar o fato de que, a ênfase em torno de tal projeto poderia estar associada também a fins comerciais. Visto que, os jornais sobreviviam de lucros propiciados por seu público leitor e anunciantes, e tal campanha despertava o interesse da população letrada local que consequentemente buscava em suas páginas informações quanto ao desfecho dessa empreitada.

Na manchete “Será criada a Universidade de Uberaba” (*Lavoura e Comércio*, 10/06/1967) foi noticiado o encontro dos representantes dos alunos da Medicina, por meio do

CAGV com o diretor da faculdade e Epílogo de Campos, responsável pela fundação da Universidade do Pará, o qual:

[...] Frisou a propósito que a situação do país não permite que seja criado, de imediato, uma universidade absoluta, ou seja constituída somente por faculdades federais. Entretanto, depois de levada a diante a iniciativa a que o governo agora se propõe, terá sido dado o primeiro e decisivo, passo para conseguir a Universidade absoluta [...]

Apesar das declarações de Epílogo de Campos quanto às dificuldades de federalização de todos os cursos superiores naquele momento, todos os envolvidos na campanha demonstraram otimismo em relação à concretização desta.

Após uma semana, a imprensa voltou a publicar a manchete: “Presidente vem assinar universidade” (*Correio Católico*, 28/06/1967), afirmando a possível vinda do então presidente Costa e Silva à Uberaba para assinar a criação da Universidade.

Em setembro do mesmo ano, ocorreu uma grande polêmica envolvendo o nome de Mário Palmério, proprietário da Sociedade de Educação do Triângulo Mineiro, mantenedora das faculdades de Odontologia, Engenharia e Direito de Uberaba. Nessa ocasião, os alunos da Faculdade de Engenharia acusaram este de ser um dos responsáveis pela não concretização da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, como indicava o protesto do “Centro Acadêmico Avelino de Oliveira” abaixo:

Uma das mais antigas aspirações do povo de Uberaba e dos municípios vizinhos é a criação em nossa cidade de uma Universidade. Não é fácil como se sabe a consecução desse objetivo. Mas, nesta cidade, já se esboçaram várias campanhas nêsse sentido. Todas elas, porém encontraram oposição franca ou velada da Sociedade de Educação do Triângulo Mineiro, representada na pessoa do senhor Mário Palmério, que se obstina em criar sérias dificuldades ao atendimento dêsses anseios. Desesperados e inconformados com as atuais condições de ensino na Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro, como ainda insatisfeitos com a paralisação (4 anos) em que se encontram as obras de construção do prédio, os alunos resolveram deixar de assistir as aulas e mudaram para o edifício em construção situado nas imediações do aeroporto da cidade. Após marchas e contra-marchas, discussões e reuniões de alunos, a congregação declarou o proprietário da Sociedade de Educação, Sr. Mário Palmério pela edição do Lavoura e Comércio do dia 21/9/1967 que estava disposto a devolver o patrimônio recebido do Gôverno Federal caso este se dispusesse a resolver o problema da Escola. Confiados na palavra do Sr. Mário Palmério, os estudantes da Engenharia filiados ao CAIO, reuniram-se em assembléia e delegaram poderes a uma comissão, constituídas de pessoas íntegras da cidade, com o fim de encontrarem entre o Sr. Mário Palmério e o Ministro da Educação uma solução para o problema criado, aproveitando a decisão daquele senhor

de devolver ao governo o patrimônio que havia constituído com as verbas federais anteriormente recebidas [...] (*sic*) (*Correio Católico*, 22/09/1967).

De acordo com essa publicação de estudantes no *Correio Católico*, na década de 1960 a Sociedade de Educação do Triângulo Mineiro recebeu verbas públicas que foram aplicadas indevidamente em obras pertencentes à iniciativa privada.

Foi possível perceber que, durante as décadas de 1950 e 1960 o *Lavoura e Comércio* trabalhou no sentido de promover os ideais políticos e pessoais de Mário Palmério. Na edição desse jornal do dia 21 de setembro de 1967, em entrevista realizada por um jornalista, este apresentava sua defesa em relação às manifestações realizadas pelos estudantes, por meio da nota “A palavra de Mário Palmério sobre as ocorrências na Escola de Engenharia”. Nessa ocasião, este declarou que iria devolver o dinheiro público investido nas obras de construção da “Cidade Universitária”, além de realizar críticas aos alunos do curso de engenharia que estavam participando das manifestações, sendo estes acusados de interromperem as atividades escolares dos demais acadêmicos.¹¹²

Em contrapartida, os protestos dos alunos da Faculdade de Engenharia eram sempre divulgados pelo *Correio Católico*. Assim durante toda a década de 1960 esses universitários apresentaram uma postura política crítica em relação ao direcionamento dos recursos públicos para a educação.

Esses estudantes também se mobilizaram em prol do prosseguimento das obras de prédio próprio para a Faculdade de Engenharia, nas proximidades do aeroporto Santos Dumont. Sobre tais manifestações o *Correio Católico* apresentou uma série de reportagens, como a manchete “Alunos de Engenharia acampados na escola” (18/09/1967), a qual mencionava a iniciativa desses acadêmicos de acamparem no prédio que estava em construção paralisada; e “Prossegue a campanha dos estudantes”, como é destacado abaixo:

[...] conforme nota distribuída á imprensa, na assembléia ficou finalmente decidido que os alunos da Engenharia se transfeririam imediatamente para o novo prédio, onde já permanecem em vigília. Somente no prédio próprio é que, de acordo com as decisões, os alunos assistirão aulas. A esse respeito o diretório acadêmico já enviou ofício aos professores. Também na assembléia foram criadas várias condições a fim de prosseguir com o movimento que, a essa altura, já está se tornando em âmbito nacional (*sic*) (*Correio Católico*, 20/09/1967).

¹¹² Não foram encontradas posteriormente notícias referentes à concretização da devolução dos recursos públicos investidos na Sociedade de Educação do Triângulo Mineiro.

A pressão exercida por esses representantes discentes para que fosse conquistado prédio próprio para a Faculdade de Engenharia foi tomando vulto na sociedade, ao ponto que esses não escaparam às acusações de subversão política. Fator comum nesse contexto de perseguição ao movimento estudantil nacional. Nesse cenário, o Centro Acadêmico Avelino Inácio de Oliveira, prestou o seguinte esclarecimento às autoridades locais e ao povo de Uberaba:

“A PEDIDOS. Centro Acadêmico ‘Avelino Inácio de Oliveira’ – ESCLARECIMENTO. É muito comum em Uberaba, assim como em todo país, surgirem acusação aos movimentos de justa reivindicação assim como este, que é o da ‘OPERAÇÃO PRÉDIO PRÓPRIO’. Acusações que nem de suspeitas podem ser chamadas, pois não se enquadram nos requisitos devidos a essas alegações. Existem alguns elementos nas mentes dos quais divagam fantasmas subversivos, que intentam de qualquer maneira atribuir à nossa campanha o caráter faccioso a esse ou aquele grupo, o que acima de tudo repudiamos. NOSSA CAMPANHA TEM UNICAMENTE OBJETIVO REIVINDICATÓRIO. Não tem ligação com qualquer grupo ou facção política ou ideológica. Mas afirmar é muito fácil. Seria muito fácil chamar os estudantes de Engenharia de corruptos ou subversivos e com isso escandalizar o povo e afastá-lo, mas por medo do que por lógica do nosso movimento. Mas onde a subversão? Onde o cunho político? Onde a corrupção? Tudo isso e contra tudo isso é que somos contra. Não somos corruptos, não fazemos política e nada temos de subversão. Não queiram pretender para os estudantes de Engenharia aquilo de que eles se afastam. Não procurem achar o que não escondemos. Nosso movimento, todos sabem, é de todos que queiram o bem da Escola para o bem do Brasil. Aqui fica o nosso protesto contra aqueles que talvez movidos por interesses desconhecidos nossos, tentam sabotar o nosso Movimento com acusações absurdas e descabidas mediante tôdas a ocorrências, que são públicas, da “OPERAÇÃO PRÉDIO PRÓPRIO”. Garibaldi Azevedo Diniz – Presidente” (sic) (*Correio Católico*, 22/09/1967) .

A defesa desses estudantes publicada mais uma vez pelo *Correio Católico* representava a tensão vivida nesse período em relação a qualquer reivindicação proveniente do meio estudantil. Tal grupo teve que apresentar esclarecimentos quanto à “operação prédio próprio”, alegando não possuir vínculo com qualquer corrente política ou ideológica que manifestasse atividade subversiva ao poder instituído. Observa-se assim a coligação do movimento universitário local com o *Correio Católico* nesse momento, que se utilizava deste para a realização de variadas reivindicações.

Em outubro do mesmo ano o *Lavoura e Comércio* publicava o artigo “Prossegue ativa a campanha da Faculdade de Engenharia”, se posicionando favorável a iniciativa dos jovens

estudantes em luta por novas instalações para essa faculdade, considerando-os como o “futuro da nação”.

No entanto, não deixava de valorizar em seu discurso o poder do governo então vigente, declarando que: “[...] os acadêmicos têm merecido o apôio e mesmo o trabalho daqueles que representam as nossas forças políticas conservadoras [...]” (*sic*) (*Lavoura e Comércio*, 17/10/1967). Fato que demonstrava o temor quanto às imposições autoritárias desse regime político opressor. Já que a imprensa brasileira nesse período era fiscalizada e censurada pelo SNI (BARBOSA, 2007).

Na campanha pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro a Faculdade Federal de Medicina do município foi acusada de ser “[...] um grande entrave na Fundação Universitária Federal de Uberaba [...]” (*Lavoura e Comércio*, 11/10/1967) na manchete “Faculdade de Medicina recusa-se a ingressar na Fundação Universitária Federal de Uberaba”. Tal faculdade havia optado pelo sistema autárquico em detrimento do sistema de fundação.

Após tal acusação, os discentes e docentes do curso de medicina se mobilizaram e publicaram nota prestando esclarecimentos ao povo de Uberaba quanto à decisão de não participarem da Fundação Universitária de Uberaba, optando pelo sistema autárquico dessa faculdade. Segundo estes, o sistema de fundação poderia levar a instituição a perder o direito de ser mantida pelo governo federal, como salientado a seguir:

O Centro Acadêmico ‘Gaspar Vianna’, órgão máximo de representação dos discentes da Faculdade Federal de Medicina do Triângulo Mineiro, vem a público com o objetivo superior de prestar esclarecimento face a posição tomada pelos estudantes de medicina, com relação ao destino de nossa faculdade. De acordo com o artigo 85 da Lei de Diretrizes e Bases, todo estabelecimento federal isolado, de ensino superior, deverá optar por um sistema autárquico ou por um sistema de fundação [...] Face a reforma administrativa brasileira a única maneira de permanecermos como estabelecimento de ensino federal seria a opção para o sistema autárquico [...] (*Lavoura e Comércio*, 18/10/1967).

Nesse cenário era comum dentro do movimento estudantil a divisão de interesses, de forma que cada órgão lutava primeiramente pelas causas específicas do grupo o qual pertencia. Além disso, pode-se destacar a constante preocupação dos acadêmicos com a opinião pública, representando a imprensa escrita veículo privilegiado de comunicação entre diversos setores da população letrada.

De modo geral, observou-se que enquanto os protestos estudantis e os esclarecimentos a população eram sempre publicados em pequenas notas, a campanha pela Universidade

Federal do Triângulo Mineiro ocupava uma posição de destaque nas primeiras páginas dos impressos locais, já que representava interesses bem mais amplos e que extrapolavam os muros escolares.

Diante das dificuldades de concretização da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, cada Centro Acadêmico passou a reivindicar isoladamente o seu direito a uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Logo os representantes discentes da Faculdade de Engenharia buscaram e receberam apoio do Diretório Central da Universidade Federal de Minas Gerais, como sinalizava a matéria “Universidade de Minas Gerais apóia a EETM” (*Lavoura e Comércio*, 20/10/1967)¹¹³; e empreenderam campanha junto ao governo federal para a federalização dessa instituição, “Alunos da Engenharia pedem intervenção federal” (*Correio Católico*, 27/10/1967):

COM pedido de intervenção acompanhado de extensa declaração de motivos, inclusive documentos, uma comissão de alunos da Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro encontra-se em Belo Horizonte, a fim de entrevistar se com o presidente Costa e Silva. Segundo o comunicado do CAIO à imprensa, outra comissão partiu para Guanabara a fim de manter contatos com o professor Epílogo de Campos e demais autoridades do MEC com a mesma finalidade. Por outro lado, foram enviados ofícios aos ministros Tarso Dutra, da Educação e Rondon Pacheco, Chefe da Casa Civil, além de, também, ao gen. Jaime Portella, Chefe da Casa Militar e Clóvis Salgado, secretário da saúde de Minas Gerais, com a solicitação de intervenção federal da Escola.

Nesse sentido, vislumbra-se a capacidade de mobilização desses universitários na região que se utilizavam ativamente da imprensa para a divulgação de suas reivindicações perante a sociedade, desde que essas não contrariassem os interesses do poder instituído.

Em abril de 1968 foi a vez do Diretório Acadêmico “Odete Camargo” do Instituto Musical de Uberaba publicar manifesto na imprensa sob o título “Federalização do IMU”, solicitando apoio e colaboração da população local e de todas as sociedades de classe em prol da campanha pela federalização do Instituto Musical Uberabense. Abaixo do manifesto, o redator do jornal se pronunciou favorável a tal campanha: “É sempre com satisfação que

¹¹³ “A Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro recebeu mensagem de apoio do Diretório Central da Universidade Federal de Minas Gerais na luta em que seus acadêmicos empreenderam em prol de melhores condições materiais e culturais de ensino. Afirma a referida mensagem que a luta dos estudantes de Uberaba se coloca plenamente dentro da linha do movimento estudantil brasileiro, quando pugna pela universidade aberta ao povo, e combate aos privilégios econômicos [...]”. É possível evidenciar, mais uma vez, o alinhamento de ideais de parte do movimento estudantil na região com o movimento estudantil nacional politizado.

registramos nestas colunas as iniciativas que visam o progresso de Uberaba [...]” (*Lavoura e Comércio*, 20/04/1968).

Nessa ocasião, os estudantes do Instituto Musical de Uberaba também conseguiram o apoio do Diretório Central dos Estudantes, como destacava o *Correio Católico* (20/04/1968), na nota “IMU recebe adesão e apoio do DCE”. Nesta os representantes dos universitários do município ressaltavam que o sucesso da referida campanha representaria um passo em direção a tão sonhada Universidade Federal do Triângulo Mineiro. No entanto, após a publicação desses manifestos, não foi encontrada mais nenhuma matéria sobre a repercussão de tal campanha empreendida por esse grupo de estudantes.

A luta do movimento estudantil uberabense pela federalização de todos os cursos superiores existentes no município agitou a imprensa durante o ano de 1967, com o total de trinta e nove reportagens publicadas, sendo dezessete pertencentes ao *Correio Católico* e vinte e duas encontradas no *Lavoura e Comércio*. Entretanto, a discussão sobre tal projeto desapareceu das páginas dos jornais no ano de 1969, quando houve o agravamento da repressão instituída aos estudantes e a sociedade civil em geral.

Como já mencionado anteriormente, no ano de 1972 ocorreu à fusão das faculdades isoladas surgindo as Faculdades Integradas de Uberaba (FIUBE). Contudo, esta só foi reconhecida como Universidade de Uberaba, pelo Ministério da Educação em 1988, após a fusão com as Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino (FISTA) em 1981 (FERREIRA; GATTI, 2016).

A Faculdade Federal de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM) só se transformou em Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) no ano de 2005, por meio de decreto do governo federal de Luiz Inácio Lula da Silva.¹¹⁴

III. 2.4 – A imprensa se agita frente ao cenário de acirramento da repressão

Um dos fatos de repercussão nacional que mereceu destaque em parte dos jornais da região, acompanhando o movimento da grande imprensa nacional, foi o assassinato do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto em 1968, que se constituiu em estopim para uma série de manifestações em todo o país.

¹¹⁴ Durante o governo Lula (2003-2011) ocorreram maiores investimentos na educação básica e superior, com a criação de várias universidades públicas federais, em diversas regiões do país, facilitando o acesso das camadas populares ao ensino superior.

Tal acontecimento representou o apogeu do movimento estudantil nacional e também em Minas Gerais, já que o jovem estudante brasileiro passou a se engajar como vanguarda da resistência as selvagerias cometidas pelo governo militar.

[...] a movimentação dos secundaristas ampliava-se em todo o estado. No âmbito universitário o movimento era coordenado pela UNE e pela UEE, principalmente em Belo Horizonte, Juiz de Fora e Uberaba, que eram os centros mais populosos e com maior número de estudantes universitários. A União Brasileira dos Estudantes Secundários (Ubes) e a União Municipal de Estudantes Secundários (Umes) agitava o movimento secundarista que atingia os mais jovens e mais radicais, preparando vários deles para a atuação no movimento universitário. Morto com 18 anos, Edson Luís tornava-se símbolo da necessidade de retomar o esforço de protesto. A expressão desse sentimento está nos dizeres: ‘Nesse luto começou a luta’ (VIEIRA, 1998, p.86).

As manifestações em repúdio ao assassinato desse estudante repercutiram rapidamente, causando comoção e revolta por parte de secundaristas e também universitários presentes no Triângulo Mineiro. Salienta-se abaixo o manifesto da diretoria da UEU:

Nesta data, triste e também marcante, em que um colega que, fazia uso de seus direitos foi barbaramente assassinado. A União Estudantil Uberabense convoca o estudantado de Uberaba, para que, em uníssono, cantemos o nosso sentimento, erguendo nossas vozes em sinal de protesto pelo triste acontecimento que enlutou uma classe que vive em busca de melhores dias para esse Brasil indeciso. O sangue do colega assassinado era a bandeira para uma luta onde não usaremos armas, mas o saber e a liberdade que norteia a nossa gente. Juntos marcharemos para a concretização de um ideal, que se implantou no seio ao povo brasileiro, que sofre e clama por um país livre e independente. Havemos de comandar essa terra que nos viu nascer. Substituiremos as espadas pelas canetas, que resumirão tudo os mapas estratégicos por linhas arquitetônicas, máquinas para a nossa gente, ao invés de metralhadoras que vomitam a morte. Um dia seremos velhos também, mas nossos corações continuarão sempre jovens. Edson Luiz de Lima Souto provinha de paragens distantes, sentia que a Guanabara o chamava. Foi entretanto, buscar a morte, ao contrário do que era seu propósito. Ele reivindicava o restaurante prometido, onde puder-se alimentar-se favoravelmente. Mãos inimigas trucidaram-no, covardemente. Não saciou a fome onde desejava, morreu, no entanto com o ideal, convicto, que a democracia ainda existia. Não pensem os assassinos que um novo túmulo servirá para calar-nos, jamais seremos humilhados diante de uma polícia tão expúria, tão degradante que fez com que o brasileiro como os outros demais povos ainda tenham que se verem subjulgados, por ideias arcaicas e de sentido colonialista. É este o protesto da União Estudantil Uberabense, invocando os nossos administradores para que se voltem a realidade nacional e sintam que também são país e que a sua existência também é precíval, os seus filhos mais tarde, serão grandes e sofrerão as conseqüências de seus atos, talvez impensados, para com aqueles que buscam um Brasil melhor. A

UEU decretou luto oficial, a partir de 30-03-68 a 03-04-68. A DIRETORIA (*Lavoura e Comércio*, 01/04/1968).

O manifesto acima produzido pelos próprios discentes indicava uma representação de um movimento estudantil local com posicionamento político crítico frente à situação antidemocrática existente no período. Além disso, esses jovens defendiam a luta pacífica e a crença no poder da educação e de transformação da sociedade por meio da juventude, no intuito de comover e alertar a população local e os administradores públicos em relação às atrocidades cometidas contra os jovens que poderiam ser até mesmo os filhos destes.¹¹⁵

Em Uberlândia os secundaristas e universitários não se calaram diante de tal acontecimento e também realizaram manifestação em protesto contra a violência imposta aos estudantes. Observa-se o pronunciamento do *Correio de Uberlândia* na matéria “Passeata foi de protesto e demonstrou civismo – DCE”:

O bárbaro assassinato de um estudante no Rio de Janeiro, que desencadeou uma onda de violência e desmandos policiais em todo o Brasil com prisão de jovens estudantes e também infiltração de elementos estranhos à classe nos protestos. Até mesmo ousamos dizer que as violências partiram justamente da atuação dos agitadores que perturbaram o protesto dos estudantes, distorcendo o sentido de um movimento puramente pacífico. EM UBERLÂNDIA. Programada para a noite de quarta-feira, houve a passeata silenciosa dos estudantes universitários e secundaristas. Antes da partida dos manifestantes, que apenas ostentaram uma faixa, falou o presidente do Diretório Central dos Estudantes, sr. Luiz Miziára que exortou os colegas à ordem e à disciplina. Foi totalmente atendido, pois os jovens uberlandenses deram uma demonstração de seu civismo, de sua educação, da sua organização. Transportando as bandeiras do Brasil e da UESU, levaram um caixão, simbolizando a morte do jovem trucidado no Rio. Também uma bandeira negra de luto. E mais: ao partir da praça da Prefeitura cantaram o hino nacional. Após percorrer as avenidas Afonso Pena e Floriano Peixoto, voltaram ao mesmo local, entoando a seguir o hino. Depois dispersaram-se em perfeita ordem (*Correio de Uberlândia*, 05/04/1968).

Percebe-se que o referido jornal ao mencionar o “bárbaro assassinato” de um estudante no Rio de Janeiro atribuiu a violência policial à ação de elementos estranhos a classe estudantil na ocasião do manifesto, não relacionando a realidade de repressão e

¹¹⁵ “[...] a morte do jovem Edson Luís constituiu um marco na história brasileira contemporânea, pois o impacto do acontecimento despertou forças de oposição e protestos que até então pareciam adormecidas. Pessoas e setores que se mantinham apáticos de súbito se mobilizaram num esforço coletivo que, em última instância, visava – embora de maneira às vezes inconsciente – a deter um processo de violência que se chocava com o humanismo inerente ao povo brasileiro” (POERNER, 1995, p. 289).

agressão imposta pelo governo autoritário à sociedade civil, pois se vivia em tempo de censura aos meios de comunicação.

Torna-se importante destacar o contexto da imprensa nacional, com a intensificação do recrudescimento da ação repressiva do governo sobre esta, após o episódio da morte do estudante Edson Luís. Nessa ocasião repórteres e fotógrafos que tentavam relatar o acontecimento foram ameaçados e agredidos por policiais (BARBOSA, 2007). Tal ocorrência demonstrava o anseio do governo em ocultar a violência imposta aos jovens que reivindicavam seus direitos.

Por outro lado, o *Correio de Uberlândia* classificou como “pacífica” a manifestação que resultou na morte do secundarista, desresponsabilizando os estudantes pelo trágico acontecimento. Do mesmo modo, se preocupava em salientar a passividade do movimento em Uberlândia, elogiando os estudantes locais pela demonstração de “ordem” e “civismo”. Tal forma de abordagem pode ser explicada como tentativa de afastar o movimento estudantil local da repressão instituída pela ditadura militar.

Em maio de 1968 o *Correio Católico* demonstrava apoio à antiga reivindicação dos representantes da UEU junto ao prefeito do município para a conquista de espaço necessário a construção de um restaurante estudantil, na parte térrea onde funcionava a sede dessa entidade.

Nessa ocasião o mesmo jornal registrou a ocorrência de diversas reuniões entre os dirigentes da entidade e políticos locais, que não demonstraram compromisso com tal empreendimento. Assim como indicava a última reportagem sobre o assunto “Estudantes ontem com o prefeito: restaurante”, a qual afirmava que: “[...] as possibilidades são bastante remotas para a construção de um restaurante estudantil naquele local” (*Correio Católico*, 29/05/1968). Após a publicação de tal reportagem, não foi encontrada nos jornais locais nenhuma referência sobre a concretização desse restaurante estudantil.

Na microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro, representada por Ituiutaba, seu município polo, o movimento estudantil também foi alvo da repressão instituída. Em maio de 1968 o jornal *Município de Ituiutaba*, órgão oficial local, apontava a desvinculação dos alunos do Colégio São José, Escola Normal Santa Teresa e Instituto Marden da UEI, ou seja, três dos quatros estabelecimentos de ensino secundário existentes nesse contexto (FRANCO, 2014).

Tal fato indicava o enfraquecimento do movimento discente tijucano, bem como o intuito da imprensa em afastar os estudantes do cenário nacional de perseguição do governo a militância estudantil.

Durante o ano de 1968 foi ocorrendo o acirramento das medidas opressoras contra a sociedade civil de modo geral, com reflexos na região. Nesse cenário os jornais de Ituiutaba que sobreviveram ao golpe civil-militar, passaram a exercer um posicionamento político direitista conservador favorável aos interesses dominantes. Desse modo, acusava os representantes da UEI de subversão, como revelava o artigo “Subversivos na UEI”:

A ação dos elementos subversivos (dois ou três) que ocupam cargos na diretoria da UEI, está provocando grande contrariedade no meio estudantil. Os estudantes esclarecidos estão reagindo e vão realizar assembléia com o objetivo de afastar aqueles moços que pugnam pela sovietação do Brasil. Vejam o que aconteceu com o povo checo. Só porque aspirou a um socialismo democrático, sem censura de imprensa e rádio e melhores relações com outros povos, teve seu país invadido pelo exército russo e está sob o jugo tirânico da superpotência dos Urais. Cuidado, ituiutabanos. Fora com os inimigos da democracia, da liberdade, dos princípios cristãos de nossa gente! Fora com os vendilhões de nossa Pátria! (*Cidade de Ituiutaba*, 21/09/1968).

Assim pode-se verificar que o referido editorial buscava dividir o movimento discente local ao desqualificar sua diretoria, com o objetivo de apoiar setores alinhados aos interesses do jornal.

Logo é perceptível a circulação na região de uma ideologia legitimadora do governo militar associada aos ditos “princípios cristãos”. Nesse sentido, o periódico *Cidade de Ituiutaba* buscava mobilizar a opinião pública contra qualquer manifestação que apresentasse caráter supostamente “subversivo” ao sistema capitalista de mercado associado dependente. Já que o temido regime comunista nessa visão, seria responsável por grandes “males” na sociedade.

Entretanto, o fato desse pequeno grupo de estudantes ser acusado de subversão, não revelava que estes defendessem o comunismo, mas demonstrava indícios de que tal agremiação de alguma forma não era favorável ao governo autoritário.

É importante destacar que o golpe civil-militar em Ituiutaba contou, assim como em nível nacional, com o apoio de parte das elites dirigentes, que durante a década de 1960 passou a denunciar qualquer atividade suspeita de subversão, assim como constatou Ferreira (2017, p. 153):

[...] foi efetiva a participação civil no Golpe local, mas também teve o apoio de parcela da sociedade tijucana, formada por alas conservadores locais, como católicos, donos de indústrias, proprietários rurais e a elite econômica urbana, que antes mesmo da chegada da tal junta militar já iniciaram a

perseguição contra aqueles que eram opositores ao Golpe de Estado e considerados de esquerda. Dessa maneira, civis denunciaram outros civis, alcunhando-os com o adjetivo de “subversivo”, ou seja, de que esses visavam à mudança e à transformação da ordem estabelecida na sociedade.

Nesse contexto, o movimento estudantil local passou a ser observado e criticado com maior ênfase pela imprensa escrita, certamente em decorrência da posição esquerdista da UNE e de sua oposição ao governo civil-militar.

Ressalta-se que na imprensa de Ituiutaba não foram publicados protestos de estudantes que demonstrassem apoio ou solidariedade ao movimento estudantil nacional nesse momento, assim como foi evidenciado nos demais municípios investigados.

Constata-se de modo geral que considerável parte dos universitários e secundaristas na região, principalmente no município de Uberaba, um dos principais centros estudantis do estado, buscou se posicionar por meio dos jornais locais, principalmente por meio do *Correio Católico*, em relação ao contexto vivenciado pelo regime militar.

No entanto, com o recrudescimento da repressão instituída contra o movimento estudantil em nível nacional a partir da decretação do AI-5 em dezembro de 1968, evidencia-se que as representações de imprensa relacionadas às atividades dos secundaristas triangulinos no ano de 1969 passaram a direcionar o estudante para as causas esportivas e assistencialistas, assim como será abordado no próximo capítulo. Logo merece destaque a matéria “Atividades dos estudantes secundários” (*Tribuna de Minas*, 17/08/1969), a qual divulgava a organização da UESU de aulas de reforço gratuitas aos discentes e a realização da X Olimpíada Estudantil em Uberlândia.

Nesse cenário o movimento estudantil secundarista e universitário tanto regional quanto nacional perdeu lideranças e entrou no ostracismo, ocasionado a sua desarticulação. Já que as entidades discentes em todos os níveis passaram a enfrentar sérias dificuldades para se organizarem em decorrência da intensificação do autoritarismo imposto a toda sociedade civil. Logo ocorreu o esvaziamento do movimento estudantil, pois a repressão conseguiu expulsar grande parte dos jovens militantes desse cenário de luta.¹¹⁶

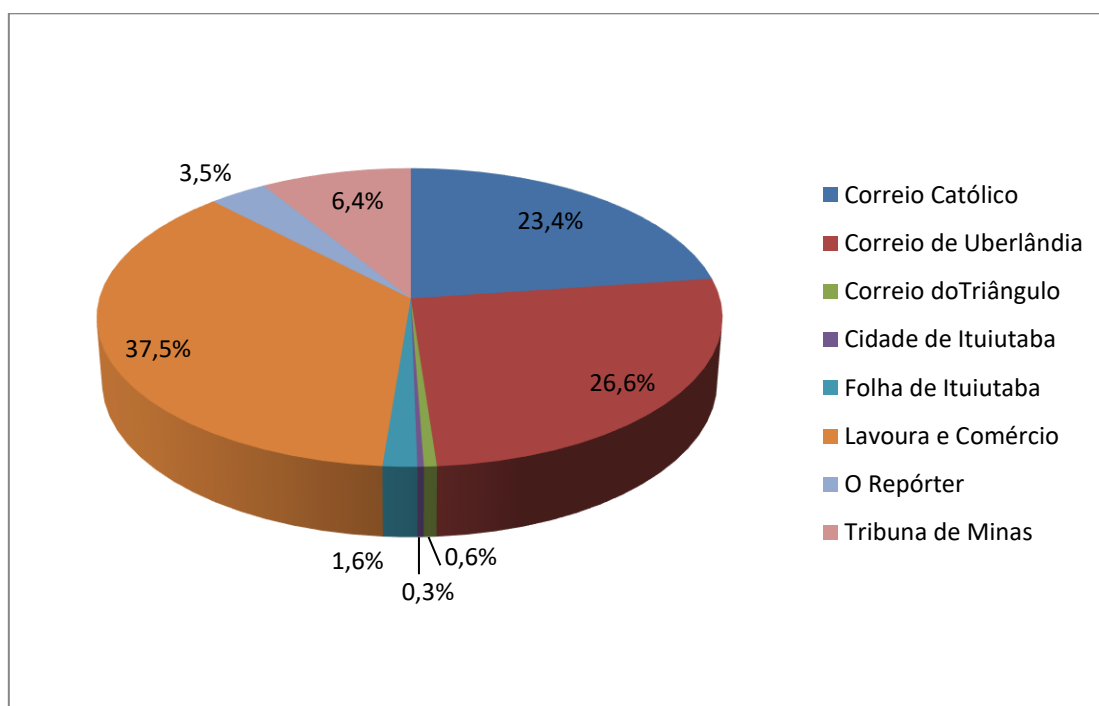
¹¹⁶ No que se refere às reformas educacionais empreendidas nesse período, salienta-se que essas contribuíram para diminuir o senso crítico e a participação política dos estudantes, como a Lei nº 5.692/71, que inseriu disciplinas sobre civismo nas escolas, importante meio de instituir a ideologia da ditadura.

III. 3 – O movimento estudantil nacional e a “subversão” noticiada

Desde o início da década de 1950, foi possível perceber em grande parte da imprensa triangulina a circulação de um discurso anticomunista que ocasionava a depreciação das manifestações políticas de esquerda e do movimento estudantil que apresentasse ideários contestatórios.

Foram catalogadas trezentas e doze matérias diversas relacionadas aos estudantes nas capitais e as manifestações discentes nacionais e mundiais nas décadas de 1950 e 1960. Tais escritos abordavam: a organização de eventos; participação em congressos, excursões e palestras; conflitos com o governo; posicionamento dos militares em relação ao movimento estudantil; violência sofrida pela repressão, dentre outros assuntos. Segue abaixo o gráfico com os percentuais de publicação de cada periódico referente ao total do conteúdo encontrado:

Gráfico 3 – Percentual de matérias referentes ao Movimento estudantil no Brasil e no mundo na imprensa de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia (1950-1969)



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017 ¹¹⁷

¹¹⁷ Não foi encontrado nenhum conteúdo referente a tal temática no jornal de Ituiutaba *Correio do Pontal*.

Por meio do gráfico acima, observou-se o destaque para a imprensa de Uberaba, através dos jornais *Lavoura e Comércio* com 37,5% e *Correio Católico* com 23,4%, somando 60,9 % de todo o conteúdo encontrado referente o movimento estudantil nas capitais. Em seguida, aparece a imprensa uberlandense, representada pelo *Correio de Uberlândia* com 26,6%, o *Tribuna de Minas* com 6,4% e *O Repórter* com 3,6%, totalizando 36,6%. Já o município de Ituiutaba apresentou somente 2,5% do total das publicações encontradas.

Tal ocorrência possivelmente esteve relacionada ao desenvolvimento do ensino superior e do movimento estudantil universitário em cada cidade, como já discutido anteriormente no tópico “breve contexto histórico educacional da região”. Visto que, Uberaba se constituía como um dos centros do movimento universitário em Minas Gerais, em seguida tem destaque Uberlândia que a partir do final da década de 1950 também presenciava a chegada do ensino superior, e por último Ituiutaba, representante da microrregião do Pontal Mineiro, que nesse momento ainda não contava com o ensino superior e movimento estudantil universitário.

Desse total, aproximadamente 33%, ou seja, cento e dois textos realizavam a depreciação das ações organizadas pela UNE, com especial destaque para: *Lavoura e Comércio* com a publicação de cinquenta e duas matérias; *Correio de Uberlândia* com vinte e duas; e o *Tribuna de Minas* com dezenove.

Nesse cenário, mesmo antes da implantação da ditadura civil-militar no país o controle em relação às atividades discentes já era existente em todo o Brasil e publicado nas páginas dos jornais locais. Assim como abordavam os artigos: “Estudantes comunistas em Niterói, realizaram o enterro da ONU” (*Lavoura e Comércio*, 14/12/1950); e “Contra manobras comunistas” (*Correio de Uberlândia*, 17/04/1951), o qual declarava que:

O departamento de ordem política e social de São Paulo distribuiu comunicado alertando a juventude paulista, principalmente das escolas secundárias e associações esportivas, ‘contra-manobras comunistas, que sob disfarces diversos, vem procurando infiltrar-se nessas camadas através de competições esportivas e reuniões dançantes ou culturais’ (*Correio de Uberlândia*, 17/04/1951).

O temor quanto à difusão do comunismo entre os estudantes pelos setores capitalistas que detinham o poder, era recorrente até mesmo nas atividades esportivas e culturais empreendidas pela juventude, desde o início dos anos de 1950 até o final da década de 1960. Assim como pode ser evidenciado nos artigos “Repudiado no Rio de Janeiro o ‘Festival da

Juventude'-como manobra comunista" (*Correio de Uberlândia*, 15/05/1951); e "O comunismo no Congresso dos Estudantes" (*Correio de Uberlândia*, 16/09/1952) ¹¹⁸.

O empenho de parcela da imprensa da região em divulgar as acusações ao movimento estudantil nas capitais, de práticas possivelmente ligadas ao comunismo, certamente estaria associado aos interesses políticos defendidos pelos grupos hegemônicos que representavam tais jornais.

É necessário destacar que, de acordo com Poerner (1995), no período que varia de 1950 a 1956 a direção da UNE ficou sob o domínio de grupos direitistas, ligados a UDN. Tal partido também representava os ideais políticos do *Correio de Uberlândia*, que nesse momento demonstrava interesse pelas manifestações estudantis por todo o país, na tentativa de denunciar qualquer mobilização de caráter supostamente comunista.

A partir do ano de 1956, a UNE perdeu o domínio udenista e recuperou o perfil político com viés de esquerda. Logo a efervescência do movimento estudantil nacional, principalmente representado por essa entidade, símbolo maior de organização dos jovens estudantes, foi constantemente debatida pelos jornais do Triângulo Mineiro até o final da década de 1960.

Nesse contexto, a maior parte das notícias referentes a UNE apresentava caráter pejorativo desta entidade, como revelava o artigo: "Atentado da UNE teria sido uma farsa mal montada" (*Lavoura e Comércio*, 10/01/1962). Este declarava que o metralhamento a sede do referido órgão teria sido uma mentira arquitetada por seus dirigentes, acusados de representarem um foco do partido comunista no país.

Na sequência dos acontecimentos, o *Correio de Uberlândia* destacava em seu noticiário, "Decretada a prisão de ex presidente da UNE" (03/02/1962), a detenção do ex-presidente da UNE, Manuel Conrado Ribeiro, devido ao fato deste ter sido acusado de colocar obstáculos nos trilhos dos bondes na ocasião de uma greve estudantil. Passagem que revelava um cenário de perseguição ao movimento estudantil, mesmo antes da implantação da ditadura civil-militar.

A *Folha de Ituiutaba* também publicou várias notícias relacionadas às ações da UNE nesse período, como a manchete: "A União Nacional dos Estudantes e a verba de 300

¹¹⁸ "Belo Horizonte, 26 – De acordo com o que informa um diário desta capital, dos cento e oitenta participantes do quinto Congresso Nacional dos Estudantes que aqui se realiza nada menos de sessenta são comunistas, inclusive os simpatizantes. Revela ainda o mesmo jornal, que a delegação de São Paulo foi convidada quando o presidente da mesa os acusava de comunistas e de perturbarem ostensivamente os trabalhos. Assim, o congresso esteve na eminência de se converter em sério conflito diante da exaltação dos ânimos. Ao que se divulga os elementos apontados como comunistas ou pelos comunistas são predominantes na representação paulista" (*Correio de Uberlândia*, 16/09/1952).

milhões” (06/06/1962), a qual acusava a referida entidade de utilizar indevidamente a verba de trezentos milhões em eventos ligados ao comunismo.

No intuito de transparecer uma visão neutra sobre o assunto, o mesmo jornal publicou a carta de defesa de Aldo Silva Arantes, então presidente da UNE acusado de comunista, na qual este realizava uma forte denúncia sobre as desigualdades sociais existentes no país. Logo é possível perceber que qualquer discurso que denunciasse as injustiças sociais e a falta de democracia era associado ao comunismo.

[...] Suicídio da democracia é o governo das oligarquias, o mandonismo do poder econômico, a fome do povo, a miséria dos camponeses, o desamparo dos trabalhadores. Suicídio da democracia é o governo das minorias, o povo afastado das decisões eleitorais, é a mentira oficializada, a fome legalizada, o desrespeito às inclinações populares. Trair a democracia é negá-la defendendo a estrutura atual do país. Negar a democracia é defender o capitalismo que esmaga o povo. Esmagar o povo, é deixá-lo como ainda agora, morrer a míngua, morrer como tem vegetado [...]” (*sic*) (*Folha de Ituiutaba*, 06/06/1962).

Destaca-se que apesar da improvável revolução comunista no Brasil, o contexto da Guerra Fria e da Revolução Cubana fez com que os Estados Unidos voltassem seu olhar para a América Latina já que o comunismo era uma realidade nesse continente.¹¹⁹

A UNE nesse período, por assumir um perfil esquerdista, teve suas ações fortemente debatidas pela imprensa de todo o país. Grande parte dos jornais veiculou representações depreciativas dessa entidade, como o *Correio de Uberlândia* na notícia “Mais estudantes que se desligam da UNE”.

¹¹⁹ “Todavia, logo a insatisfação de setores sociais do Primeiro Mundo em relação a condição dos povos do Terceiro Mundo teria de redirecionar seu discurso. Estava-se diante de uma nova forma de dominação ‘imperialista’, indireta, econômica e de intervenções políticas. Também, a lógica da Guerra Fria impunha uma divisão internacional do poder que gerou artificialismos absurdos no estabelecimento de fronteiras e na moldagem de sociedades nacionais. Estes artificialismos iriam implodir dramaticamente após a Queda do Muro de Berlim, em 1989, que findaria a Guerra Fria. Mas, desde sempre, os frutos da divisão pretendida pela bipolarização renderam conflitos e revoltas. O momento em que este artificialismo revelou-se absurdo para um maior contingente de pessoas em todo o mundo, o momento em que a *práxis* antiimperialista sofreria uma inesperada mutação, tornando-se uma das principais bandeiras dos movimentos estudantis e das novas esquerdas, foi a Guerra do Vietnã, que eclode em 1961” (GROPPO, 2000, p. 67).



Figura 21: Notícia sobre o desligamento de estudantes no Rio de Janeiro da UNE ¹²⁰

Fonte: *Correio de Uberlândia*, 30/08/1962.

A divulgação do desligamento dos alunos da Escola de Medicina do Rio de Janeiro da UNE e UME, por serem considerados “órgãos perturbadores da vida universitária e da própria pátria”, indicava uma aversão quanto às ações e causas políticas desenvolvidas por esses importantes núcleos de integração estudantil. Além disso, incitava os estudantes e a sociedade locais a não serem contundentes com as ações desenvolvidas pelas referidas entidades.

O temor de setores dominantes da sociedade quanto à manifestação de ideias comunistas no meio discente se refletia por meio do constante ataque de parte da imprensa ao movimento estudantil. De modo que, as eleições para a escolha dos representantes de importantes entidades e a organização de seus eventos, eram sempre julgados e muitas vezes acusados de mobilização comunista. Na matéria “Comunistas querem dominar a AMES” (*Correio de Uberlândia*, 02/11/1962), os jovens com ideias politizadas eram acusados de manifestarem interesses em lançar chapa única nas eleições de 1962 da AMES, na ocasião do XVI Congresso Metropolitano dos Estudantes Secundários no Rio de Janeiro.

¹²⁰ “RIO 29 (SE) – Por 192 votos contra 81, o Centro Acadêmico ‘Benjamim Constant’, da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, decidiu desligar-se da União Nacional dos Estudantes e da União Metropolitana dos Estudantes. Reconheceu a entidade estudantil que a UNE e a UME são ‘órgãos perturbadores da vida universitária e da própria pátria’. Os acadêmicos de Medicina distribuíram nota oficial, em que enumeram as razões que determinaram o rompimento” (*Correio de Uberlândia*, 30/08/1962).

A perseguição ao movimento estudantil nacional nesse período não se dava somente diante as acusações dessas entidades de manifestarem ideias comunistas. Assim como indicava a matéria “Estudantes não querem pagar o 13º” (*Correio de Uberlândia*, 17/11/1962), a qual abordava que os representantes da UBES discordaram da proposta do ministro Darcy Ribeiro de repassar recursos públicos para que os donos dos estabelecimentos de ensino privado pudessem pagar o décimo terceiro salário a seus funcionários. Logo é perceptível a veiculação de representações que incitavam a defesa dos interesses capitalistas burgueses pelo *Correio de Uberlândia*.

Em Uberaba o *Lavoura e Comércio* se apresentava firme no propósito de divulgar as ações da UNE e alertar a população local quanto a necessidade de se combater possíveis manifestações de caráter comunista entre a juventude. Nesse sentido, foram publicadas variadas matérias, dentre estas se pode destacar “Universitários vão combater infiltração comunista” (16/08/1963), a qual abordava a organização de um grupo de estudantes na Guanabara para a desagregação da “infiltração comunista” no meio discente.¹²¹

Nesse cenário, tal entidade foi constantemente acusada de comunista, como revelam os artigos: “UNE é pseudônimo do Partido Comunista” (*Lavoura e Comércio*, 23/08/1963); “Presidente da UME admite ligação da UNE com os comunistas” (*Lavoura e Comércio*, 29/08/1963), os quais afirmavam que a UNE no ano de 1963 foi patrocinada por forças políticas comunistas estrangeiras, recebendo financiamento de “fontes inconfessáveis” para a realização do Seminário de Estudantes do mundo subdesenvolvido.

A famosa e polêmica obra escrita pela então jovem estudante Sonia Sanganfredo, “UNE instrumento de subversão”, também foi divulgada em Uberaba, que se tratava nesse período de importante centro universitário do estado.¹²²

Nessa ocasião o *Lavoura e Comércio*, com o apoio da Sociedade Rural de Uberaba, divulgou o convite dirigido aos jovens e a toda a sociedade uberabenses para prestigiarem a visita dessa autora ao município, observa-se:

[...] UNE INSTRUMENTO DE SUBVERSÃO – de autoria da gaúcha SONIA SANGANFREDO, está em Uberaba. É um livro de palpitante

¹²¹ É importante destacar que se organizaram no país ações estratégicas de conspirações contra o governo de João Goulart, articuladas através do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES); Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD); e Escola Superior de Guerra (ESG), contando com amplo financiamento dos Estados Unidos. Nesse cenário, parte da grande imprensa nacional apresentou suas contribuições, com destaque para o jornal *O Estado de São Paulo* (DREIFUSS, 1987).

¹²² Tal obra representou um marco na luta ideológica contra o movimento estudantil nacional-reformista. Foi publicado por subsídios concedidos pelo IPES e verba do governo norte-americano. “Distribuído gratuitamente aos milhares, vendido nas livrarias por preço módico e com ampla cobertura da imprensa [...]” (DREIFUSS, 1987, p. 290).

atualismo escrito por uma jovem universitária que sofreu a perseguição dos grupos comunistas da UNE e teve a coragem de desmascará-los perante a nação. SONIA SANGANFREDO, está em Uberaba. Esta jovem valorosa, autêntica expressão da juventude intelectual brasileira, idealista, inteligente e intrépida, estará hoje falando a juventude uberabense e à nossa sociedade. Às 20 horas na Sociedade Rural, Sonia Sanganfredo entrará em contato com as famílias uberabenses (*Lavoura e Comércio*, 28/10/1963).

Percebe-se a exaltação de elogios do referido jornal, dirigidos a Sonia Sanganfredo, pela publicação da obra e pela iniciativa em denunciar a possível infiltração comunista entre os dirigentes da UNE nesse período. Logo é plausível inferir sobre a ocorrência da união de setores tradicionalistas conservadores da região, no intuito de mobilizar a população para o controle da juventude em relação ao afastamento de ideias comunistas entre estes.¹²³

De modo geral, é possível perceber que os jornais *Correio de Uberlândia* e *Lavoura e Comércio* se destacaram por divulgarem as ações da UNE de modo pejorativo, sempre acusando seus integrantes de subversivos e comunistas por estes defenderem os direitos das camadas menos favorecidas. Tal ocorrência pode ser explicada, devido ao fato de que, esses órgãos da imprensa apresentavam perfil político conservador no que se refere às estruturas sociais vigentes.

Essa representação depreciativa da UNE feita pela imprensa regional ganhou força após 1964. Logo o cenário de perseguição ao movimento estudantil nacional, principalmente representado pela UNE, foi ganhando novos adeptos, perante o novo sistema político autoritário.

Em Ituiutaba, o *Correio do Triângulo* manifestou seu posicionamento contrário às ações empreendidas pela UNE nesse momento, consideradas de caráter comunistas. Assim como demonstrava o artigo “Os comunistas e a UNE”:

INFILTRAÇÃO COMUNISTA – Há anos - e notadamente no governo do sr. João Goulart – os sindicatos e as agremiações estudantis têm sofrido o efeito das infiltrações comunistas. Em sua ânsia de conquistar mais um

¹²³ É importante destacar que o contexto da Guerra Fria, de disputas e confrontos ocorridos após a segunda guerra mundial entre os Estados Unidos, representante do capitalismo e a União Soviética, líder do bloco socialista, gerou sérios reflexos na América Latina durante as décadas de 1950 e 1960. As relações interamericanas se organizaram por meio da Organização dos Estados Americanos (OEA), como forma de manter a hegemonia norte-americana nessa localidade. Em 1959 a vitória da Revolução Cubana, liderada por Fidel Castro atrelada ao socialismo soviético provocou uma tensão permanente nas relações interamericanas. Em pouco tempo, a revolução em Cuba provocou pânico entre as burguesias latino-americanas, desencadeando golpes militares em série. No ano de 1961 a chegada de Kennedy ao poder nos Estados Unidos não reduziu a luta contra a expansão do comunismo nos países da América. Logo este propôs aos países latinos o programa Aliança para o Progresso, no intuito de erradicar movimentos políticos de contestação e seu aproveitamento pelos comunistas (DABÊNE, 2003).

satélite, os membros da filial brasileira do PC internacional têm procurado intervir nas classes mais susceptíveis de organização – os operários e os estudantes [...] Os países da cortina de ferro também contribuíram para a desmoralização de nossa juventude [...] A tarefa política do estudante como tal, é por demais parecida à do operário [...] Quando o estudante pretende abalar a sociedade em que vive, o movimento sofre um processo de deterioração, corrompe-se, fale por si mesmo ou leva o próprio país ao caos! (*Correio do Triângulo*, 09/08/1964).

Por meio do artigo acima, verificou-se mais uma vez declarações sobre a circulação de ideias comunistas no meio estudantil referentes ao período do governo anterior de João Goulart. De forma que, os países comunistas eram considerados como desmoralizadores da juventude brasileira. Sendo perceptível que o referido jornal divulgava uma visão distorcida dos fatos, de modo que, o movimento estudantil foi acusado de promover o caos na sociedade, e não, os alarmantes índices de desigualdade social. Nessa perspectiva, os estudantes foram comparados aos operários, devendo estes de acordo com tal ideário, serem submissos ao sistema capitalista vigente.

Torna-se importante salientar que não foi encontrada nessa pesquisa nenhuma matéria jornalística que demonstrasse a apologia explícita ao comunismo realizada pelo movimento estudantil em geral.

É necessário destacar também que grande parte das representações sobre a mobilização estudantil nos jornais dos grandes centros econômicos do país veiculou ideais que consideravam os jovens como imaturos e despreparados, não vendo com bons olhos as suas reivindicações e lutas, já que estas poderiam lhes causar grandes “males” e “prejuízos” (SANFELICE, 1986). No entanto, não se deve esquecer o fato de que, o posicionamento da imprensa variava de acordo com as tendências políticas do contexto em questão.

O XXVIII Congresso da UNE promovido na capital mineira em 28 de julho de 1966 rendeu várias críticas do *Lavoura e Comércio* na região, antes mesmo de sua realização.¹²⁴ Dentre essas merece destaque os artigos: “Congresso de Estudante não será realizado” (26/07/1966); e “Congresso da UNE visa a dissolução da estrutura social” (27/07/1966):

BELO HORIZONTE - 27 (SE) – A Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais ainda se encontra em posição contrária a realização do Congresso Nacional dos Estudantes da UNE, congresso este que está marcado, em princípio, para ser realizado a partir do dia 28. Afirmaram as autoridades que o conclave seria um ponto de partida para um movimento

¹²⁴ Os motivos de realização desse Congresso não foram salientados pelo *Lavoura e Comércio*. Dentre esses se pode destacar a luta pela revogação do acordo MEC-USAID, em defesa das universidades federais e da escola pública, pela alfabetização de todos, por um ensino secundário de qualidade e pela revogação da Lei Suplicy de Lacerda (SANFELICE, 1986).

nacional, visando a dissolução da estrutura social (*Lavoura e Comércio*, 27/07/1966).

A ênfase em negar a proibição da realização de tal evento indicava a articulação do jornal com os interesses políticos dos grupos que estavam no poder nesse momento, os quais temiam qualquer manifestação que contrariasse a manutenção da estrutura social vigente.

Após a efetivação desse Congresso da UNE, o mesmo jornal publicou de forma parcial o saldo de tal acontecimento, divulgando a ocorrência da detenção de dezenas de universitários pelo DOPS na notícia “Enquadrados na Lei de Segurança 42 estudantes” (*Lavoura e Comércio*, 09/09/1966).

Os padres dominicanos de Belo Horizonte foram acusados de infringirem a lei, ao protegerem os estudantes participantes do movimento, sendo considerados como desafiadores do governo, na matéria “IPM no congresso dos estudantes” (*Lavoura e Comércio*, 02/08/1966).

É importante salientar que tais matérias divulgadas por parte dos jornais da região em relação às ações do movimento estudantil nas capitais, eram originárias da grande imprensa nacional, que em grande parcela representava os interesses das forças políticas autoritárias (KUSHNIR, 2004).¹²⁵

Nessa perspectiva, o *Lavoura e Comércio* se revelou aliado ao governo civil-militar em divulgar o posicionamento deste em relação ao movimento discente. Como se pode destacar na matéria “Castelo não quer agitação estudantil” (*Lavoura e Comércio*, 13/09/1966), a qual afirmava que o presidente Marechal Castelo Branco se reuniu como diretor do Serviço Nacional de Informações (SNI) e os ministros da Educação e da Justiça, no intuito de buscar “soluções” para a “crise estudantil”.

A resposta de Castelo Branco após as manifestações do movimento estudantil por todo o país em 1966 foi imediata, com a criação do MUDES que também foi divulgada pelo *Lavoura e Comércio*, o qual publicava reportagens que circulavam na grande imprensa brasileira. Tal notícia foi manchete do dia “O MUDES será um desafio ao idealismo de nossa juventude” (*Lavoura e Comércio*, 15/09/1966):

Rio, 15 (SE) – Em solenidade realizada no Palácio das Laranjeiras, o marechal Castelo Branco assinou mensagem a ser encaminhada ao Congresso Nacional, propondo a emissão de letras intransferíveis do

¹²⁵ Parcela da grande imprensa teve que se enquadrar na nova ordem social estabelecida, de forma que vários impressos passaram a promover as ações do governo em troca de privilégios, estabelecendo troca de favores entre o poder da imprensa e o poder político (KUSHNIR, 2004).

Tesouro para a criação e manutenção do Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES), que segundo definição do chefe do Executivo – ‘constitui um desafio do idealismo de nossa juventude’ e lhe dá ‘oportunidades de transformar o protesto vazio e a vocalização de ‘slogans’ em ação efetiva para corrigir injustiças, minorar sofrimentos e aperfeiçoar a capacidade produtiva da comunidade’[...] Explicando o significado do MUDES, disse o marechal Castelo Branco: É essencialmente idéia e iniciativa dos estudantes [...] destinada à enorme tarefa de contribuir para a alfabetização, a transmissão de técnicas de trabalho às populações desfavorecidas, a educação sanitária e o melhoramento das condições de vida das massas do Interior e da população rural. Dois conceitos fundamentais devem nortear a ação estudantil: ‘o trabalho estar na base do voluntariado e exercer-se através de ação comunitária’ [...]

Percebe-se que a publicação acima ocupou uma posição de destaque nesse impresso, revelando o grande interesse de divulgação do MUDES na região. Tal manchete apresentava claramente a defesa da articulação do movimento estudantil de direita e do discurso dos militares, ocultando a realidade educacional e social brasileira. Logo se evidenciava no momento de criação do MUDES a enunciação de ideias não condizentes com os reais objetivos perseguidos por este. Já que o mesmo foi pensado pelo próprio governo no intuito de desarticular o movimento estudantil crítico e contestatário das injustiças sociais vivenciadas nesse contexto. Além disso, apresentava propósitos educacionais voltados exclusivamente para o mercado de trabalho e desenvolvimento do capitalismo.¹²⁶

A preocupação com a repercussão do movimento estudantil nacional nessa localidade crescia na imprensa triangulina, em setembro de 1966 destacam-se as notas: “Alastra-se a inquietação estudantil por todo o País” (*Lavoura e Comércio*, 17/09/1966) e “Movimento estudantil ganha corpo e galvaniza atenção nacional” (*Tribuna de Minas*, 23/09/1966):

O povo brasileiro vem acompanhando com real interesse e expectativa os últimos acontecimentos que ocorrem na área estudantil nacional, que dia a dia vem tomando proporções maiores e preocupando autoridades e povo. **Razões.** Segundo se pode constatar entre outras, são as seguintes as principais razões do atual movimento: os estudantes são contra a anuidade escolar, são contra a Lei Suplicy e são contra o impedimento de tomar parte na vida política nacional [...] De um modo geral, as opiniões se dividem [...] **Repercussão.** O movimento vem ganhando o interior. Em Ribeirão Preto houve quebraadeiras e espancamentos. Em Goiânia houve mortes tanto de estudantes quanto de policiais. **Uberaba.** Em Uberaba o DCE pediu permissão para efetuar passeata de adesão e apoio ao movimento, mas a Delegacia Regional não permitiu. A passeata deveria efetuar-se no dia 20.

¹²⁶ “Na medida em que passou a repercutir no exterior a violência que o governo estava desenvolvendo contra a universidade, o movimento estudantil e os universitários, o ministro do Planejamento, Roberto Campos justificou a mesma sob o ponto de vista econômico-financeiro: as greves frequentes estavam acarretando muitos prejuízos. Seu conselho era para que os estudantes não lutassem pelas suas universidades, mas que se engajassem de corpo e alma no MUDES, então presidido por Ney Braga” (SANFELICE, 1986, p. 111).

Outrossim, a Polícia uberabense expediu Nota Policial solicitando aos pais e responsáveis pelos estudantes que impedissem qualquer inconveniência, pois poderiam ser enquadrados na Lei de Segurança Nacional. **Uberlândia.** Jornais das capitais deram nota que Uberlândia participaria do movimento estudantil que ora irrompe [...] Até o momento que redigíamos a presente nota, nada havia de positivo a respeito.

Nesse cenário o movimento estudantil recebeu destaque pela imprensa de todo país, pois este se configurou como uma preocupação de toda a sociedade, devido aos rumos que tal manifestação da juventude poderia tomar frente ao contexto político vivenciado.

Por meio da matéria acima, é possível evidenciar mais uma vez o contexto nacional de agitação discente e repressão do governo civil-militar aos estudantes e sua repercussão no Triângulo Mineiro. De modo que, parte dos discentes locais protestou contra as agressões dirigidas aos representantes do movimento estudantil nas capitais nesse período. Por outro lado, destaca-se o intuito da *Tribuna de Minas* em alertar as famílias para que estas afastassem os jovens da região da violência imposta.

Enquanto a maior parte da imprensa triangulina que circulava nesse período acusava o movimento estudantil nacional liderado pela UNE de comunista, o *Correio Católico*, principalmente a partir do ano de 1966, apontava constantemente a violência sofrida pelos estudantes por parte do governo, sem, no entanto, explicitar sua defesa a estes, já que se viviam anos de extrema censura direcionada a imprensa.

Em setembro de 1966, mês de efervescência do movimento discente por todo o país, o *Correio Católico* destacava as matérias: “SP: polícia prende 300 estudantes” (08/09/1966); “BH: luta entre estudantes e polícia” (17/09/1966); “Estudantes na mira das cassações” (23/09/1966), as quais enfatizam as punições dirigidas aos jovens manifestantes.

Apesar desse jornal não desqualificar as ações dos integrantes do movimento estudantil nas capitais, por outro lado veiculava o discurso dos representantes do governo em relação ao conflito vivenciado, certamente no intuito de não se comprometer com o cenário em questão. Assim como indicava a nota: “Estudantes: govêrno quer diálogo” (*sic*) (*Correio Católico*, 27/09/1966):

[...] o ministro da educação, prof. Moniz de Aragão, reafirmou a intenção do govêrno de dialogar com os estudantes e anunciou diversas providências governamentais que atenderiam algumas das reivindicações apresentadas pelos universitários [...]

Na sequência dos acontecimentos, esse periódico também publicou no dia seguinte até mesmo a falsa possibilidade de queda da Lei Suplicy, anunciada pelo então ministro da educação, como pode se observar em “Lei Suplicy vai cair”:

[...] o ministro Moniz de Aragão, da Educação, informou que o governo está disposto a manter diálogo com os estudantes e examinar as suas sugestões, principalmente no que diz respeito ao pagamento das anuidades dos estabelecimentos de ensino superior. Disse também que o governo vai separar as reivindicações realmente de caráter estudantil das de ordem política, desmentindo, que houvesse intenção de enquadrar os estudantes na Lei de Segurança Nacional (*sic*) (*Correio Católico*, 28/09/1966).

Tais discursos veiculados pela imprensa nacional indicavam a estratégia do governo em amenizar a discussão sobre o cenário de ataques ao movimento estudantil, perante a sociedade, bem como o objetivo de desarticular as manifestações dos universitários, enfatizando que estes não deveriam se engajar em reivindicações de caráter político.

No ano de 1967 o *Lavoura e Comércio* continuava firme na defesa da posição direitista de criminalização ao movimento estudantil nacional. Logo merecem evidência as matérias que indicavam o cenário de perseguição a esse: “Estudantes e líderes sindicais os próximos cassados” (16/02/1967); “DOPS e SNI prendem estudantes” (27/02/1967); “Congresso Estudantil não será permitido (26/06/1967); “Congresso da UNE não será realizado” (06/07/1967); “Estudantes acusados de guerrilhas” (18/07/1967); “DOPS prende líder estudantil” (01/08/1967). Todas essas enfatizavam a condição de estudante manifestante como um dos principais inimigos do poder instituído.

O *Correio do Triângulo* também fez circular na microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro artigos que repudiavam a participação do estudante na vida política do país, exercendo severas críticas a UNE, considerada como entidade subversiva e acima de tudo “desmoralizadora da juventude”. Nesse sentido, ressalta-se o texto “A UNE e a Subversão”:

Se alguém de extraordinária boa fé, ainda tivesse qualquer dúvida sobre o caráter subversivo da UNE dominada por jovens intoxicados por ideologias exóticas, explorados e teleguiados por quartéis-generais estrangeiros localizados fora do País, certamente estará agora ciente dos verdadeiros propósitos dessa organização clandestina e ilegal [...] Em vez de passar a vida a repetir slogans fabricados no exterior, o estudante brasileiro deveria fundamentalmente cumprir a sua missão: estudar. Não deveria ele esquecer-se, afinal de contas que, as escolas públicas são custeadas pelo dinheiro do povo, pelo dinheiro arrecadado nos impostos. O estudante que faz agitação e não estuda rouba o povo e se transforma em um privilegiado (*sic*) (*Correio do Triângulo*, 14/10/1967).

Verifica-se por meio do artigo acima a defesa de uma visão direitista conservadora de sociedade conforme os interesses do governo então vigente. Nessa perspectiva, os representantes da UNE foram considerados como verdadeiros criminosos, acusados de serem alienados a ideologias estrangeiras de viés comunista e de se aproveitarem ilegalmente do dinheiro público. Além disso, enfatizava que os estudantes deveriam exercer a única função de estudar e que aqueles que participassem de manifestações não estariam cumprindo com o seu dever. Em suma, tal publicação jornalística acabava por incitar a opinião pública a se rebelar contra os estudantes participantes do movimento estudantil, já que estes eram acusados de roubar o povo, por estudarem em instituições públicas, custeadas pelos impostos pagos por toda a população.

E assim prosseguia as preocupações da imprensa triangulina com o direcionamento das ações do movimento estudantil nacional, assumindo em sua maior parte uma posição contrária a luta empreendida pela UNE.

De modo geral, é possível evidenciar que entre os anos de 1967 e 1968, o *Lavoura e Comércio* de Uberaba e a *Tribuna de Minas* de Uberlândia assumiram posição de destaque na imprensa da região, por fomentarem a representação depreciativa da UNE e suas lideranças, como foi possível perceber devido ao grande número de matérias publicadas nesse período que desmoralizavam esses estudantes.

Em maio de 1968 a *Tribuna de Minas* publicava a nota “Estudantes Terroristas Prêso”, discorrendo sobre a prisão de cento e cinquenta e quatro estudantes da Faculdade de Medicina em Belo Horizonte pela polícia militar e o DOPS, sob a pena de bombas de gás lacrimogêneo e cassetetes. Pois estes foram acusados de terem feito de reféns vinte e um professores e o diretor da instituição.

Após descrever os acontecimentos, o redator desse jornal emitiu sua visão sobre tal cenário, acusando os militantes de “baderneiros” e causadores de “prejuízos a nação”, como é revelado abaixo:

[...] **A PÚBLICO.** Por outro lado levanto uma questão para que o público julgue se o que esses moços querem é estudar ou fazer badernas causando prejuízos ao país, como está ocorrendo ultimamente. Os pais desses flagelados que tem procurado desequilibrar a normalidade brasileira, precisam aconselhar a estes rapazes que as suas funções é o estudo, para que se tornem bons profissionais e não destruir o que é para eles e para os outros o futuro. E também forjar anarquias, obedecendo a elementos ripários da sociedade, por causa de seus procedimentos que causam danos à sua pátria (*Tribuna de Minas*, 07/05/1968).

A colocação desse discurso é uma importante referência, pois contextualizava uma representação sobre o estudante de acordo com os interesses repressivos do governo autoritário. O jovem engajado em manifestações de ordem política era considerado como anarquista e criminoso e que poderia causar sérios danos ao futuro da sociedade e da pátria. Do mesmo modo, os movimentos sociais em geral, eram vistos pelos setores dominantes como ameaças a estrutura da sociedade, sendo representados pelo imaginário da desordem.

Nessa perspectiva a *Tribuna de Minas* assim como o *Correio do Triângulo*, tentava convencer a opinião pública sobre a criminalização do movimento estudantil, convocando os pais de estudantes a conterem estes e convencê-los de que sua função se restringia aos estudos.

De modo geral, salienta-se que a imprensa por todo o país sofreu graves consequências durante o governo autoritário, que por meio de medidas altamente repressivas, exerceu severa censura e controle desses meios de comunicação. Por outro lado, há que se destacar a importância desses veículos para a legitimação do governo instituído, de forma que deveriam propagar representações favoráveis as medidas de manutenção do sistema. Assim buscavam a circulação de um ideário único na sociedade brasileira em um regime antidemocrático (MOTTA, 2013).

O *Lavoura e Comércio*, somente no ano de 1968, publicou onze matérias apresentando o ponto de vista do poder instituído em relação às manifestações dos estudantes nos grandes centros. Dentre tais publicações pode-se destacar “Educação quer dialogo com líderes estudantis” (*sic*):

Ministério do Exército afirmou que não existe nenhuma preocupação relacionada a manifestação estudantil programada, hoje na Guanabara acrescentando que o próprio povo está contra tais manifestações. A noite passada alguns estudantes tentaram perturbar o trânsito na Av. Rio Branco. Ao mesmo tempo, o ministro Tarso Dutra, da Educação, anunciava que está disposto a dialogar com os líderes estudantis, em qualquer lugar e a qualquer hora, sobre as reivindicações da classe. Disse que preferia o dialogo numa estação de televisão, por tempo indeterminado sobre todos os assuntos, a fim de que todo o Brasil tome conhecimento de quem está com a razão (*sic*) (*Lavoura e Comércio*, 19/06/1968).

As declarações circuladas pela imprensa buscavam evidenciar o intuito dos militares em convencer a população em geral, de que os estudantes manifestantes eram perturbadores da ordem e que o governo estaria tranquilo em relação a essas mobilizações, ocultando o verdadeiro cenário de perseguição e agressão a que esses jovens militantes foram submetidos.

Nesse viés, circularam pela imprensa de toda a região dezenas de matérias, sempre relacionando a ordem e o estabelecimento da disciplina aos militares e a baderna e a subversão aos estudantes que ousassem protestar contra o poder instituído.

A efervescência do movimento estudantil por todo o mundo no ano de 1968 chamou a atenção até mesmo da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a qual realizou conferência em Paris em outubro de 1968 com representantes políticos de diversos países.

Nessa ocasião foram discutidas soluções para as constantes manifestações da juventude em diversas partes do globo, consideradas por essa entidade como fenômeno social. De acordo com a *Tribuna de Minas* em: “UNESCO e os problemas estudantis” (18/10/1968), o então ministro Tarso Dutra esteve presente no evento, sem, no entanto, emitir nenhum pronunciamento.

Os acontecimentos de outubro de 1968 com a ocorrência de várias manifestações em universidades brasileiras renderam várias publicações nos jornais *Lavoura e Comércio* e *Tribuna de Minas*, que passaram a noticiar quase que diariamente as agitações estudantis no Brasil, também denominadas de “Baderna subversiva”, como é destacado abaixo:

Depois de mudar duas vezes o ponto inicial marcado para o começo de suas manifestações, cerca de 300 estudantes se reuniram na rua 25 de Março e realizaram uma série de pequenos comícios contra ‘repressão do governo’. As manifestações duraram uma hora. O centro da cidade estava policiado por tropas da Força pública - e isso obrigou os estudantes que haviam marcado o início da manifestação para a Praça da República e depois para a Praça do Correio - a limitarem suas manifestações a rua 25 de Março. A polícia, tão logo informada da manifestação, enviou para lá um carro de presos e duas peruas com soldados da tropa de choque. Os estudantes, porém impediram o tráfego na rua 25 de Março e as viaturas policiais ficaram imobilizadas a menos de cem metros dos manifestantes [...] Dez prisões (*Tribuna de Minas*, 27/10/1968).

Desse modo, os discentes manifestantes das grandes cidades ganhavam destaque em boa parte da imprensa como perturbadores da ordem e da paz, discurso este produzido como estratégia de desresponsabilizar o governo pelas medidas repressivas aplicadas em diversos setores da sociedade.

Foi perceptível que durante o ano de 1968 ocorreu o crescimento do número de notícias que abordavam a violência do governo civil-militar contra o movimento estudantil nacional, e que então passaram a ocupar a posição de manchetes do dia. Nesse sentido, foram contabilizadas vinte e oito matérias publicadas pelo *Correio Católico* e quinze pertencentes ao

Lavoura e Comércio, ou seja, cerca de 14% de todas as matérias analisadas referentes aos estudantes nas capitais.

Nesse contexto, o *Correio Católico* continuava a divulgar em suas páginas os retratos da violência praticada contra as manifestações estudantis de caráter politizado por todo o país e o mundo. Assim como destacavam as matérias: “Dois estudantes agonizam no Ceará” (27/06/1968); “BH: Fôrça x estudantes” (20/08/1968); “Polícia invadiu universidade” (30/08/1968); e “Estudante baleado morreu ontem na GB”, como se pode observar abaixo:

Morreu na madrugada de ontem, no Hospital Samaritano, onde estava internado desde o dia 21 de julho passado, o estudante comerciário Manoel Rodrigues Ferreira, baleado na cabeça pela Polícia Militar da Guanabara, durante as manifestações estudantis daquele dia e que foram reprimidas violentamente [...] (*Correio Católico* 06/08/1968).

Os embates entre os estudantes representantes da direita contra os representantes da esquerda, opositoristas ao governo militar, também eram retratados pelo *Correio Católico*. Como na ocasião do famoso conflito da Rua Maria Antônia em São Paulo, em outubro de 1968, quando alunos do Mackenzie, representantes da direita ligados ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC), com o apoio da Guarda Civil, enfrentaram os esquerdistas do curso de Filosofia da USP. Observa-se a seguir a manchete “Luta entre estudantes: um morto”:

São Paulo, 4 – Um secundarista de 20 anos, José Guimarães, morto com um tiro na cabeça, três universitários feridos a bala, mais de uma dezena com ferimentos resultantes de pedradas, além do incêndio de cinco carros do governo estadual e aproximadamente três dezenas de detenções, foi o saldo da batalha travada ontem, durante 10 minutos entre os alunos da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia da USP, na Rua Maria Antônia. A luta entre os universitários teve como palco os prédios das Faculdades e a rua em toda a sua extensão. Toda espécie de armas foi usada, desde tijolos, rifles e revólveres até bombas de gás lacrimogêneo. Mais de 500 coquetéis “Molotov” foram atirados contra o prédio da Filo-USP, provocando vários pequenos incêndios (*sic*) (*Correio Católico*, 04/10/1968).

A notícia acima é apresentada de forma sensacionalista, por meio do saldo negativo da violência entre os opostos grupos estudantis, revelando a morte de um estudante, os ferimentos e a prisão de dezenas de discentes, bem como a destruição de parte do prédio da USP.¹²⁷

¹²⁷ “A essa altura, o movimento estudantil já apresentava certo desgaste, não só por conta dos confrontos frequentes com a polícia e a repressão que sofria mas também por causa dos inúmeros embates políticos internos, deflagrados pelas diferentes organizações coexistentes no movimento, que discordavam sobre qual luta

Ressalta-se que a duração do conflito foi de aproximadamente dez horas e não apenas dez minutos como é divulgado pelo *Correio Católico*. De acordo com Cardoso (1998, p.34) “O ataque à Maria Antonia foi realizado com pedras, tiros e bombas, tendo durado desde o final da manhã até a noite do dia 3 de outubro, durante 10 horas ininterruptas”.¹²⁸

Na manchete do dia 16 de outubro de 1968, “Estudantes removidos para Carandiru”, o *Correio Católico* destacava de forma comovente a remoção de mais de duzentos estudantes presos no Congresso da UNE, realizado em um sítio em Ibiúna-SP, do presídio Tiradentes para a casa de detenção no Carandiru.¹²⁹

Após a prisão desses jovens, o mesmo jornal voltava a estampar em suas páginas parte dos desfechos de tal acontecimento, informando a população sobre o direito de liberdade destes, na reportagem “Líderes estudantis serão liberados” (*sic*):

Os estudantes presos no Congresso da UNE em Ibiúna, deverão ser soltos quinta-feira próxima. Segundo a Lei de Segurança Nacional, no dia 12 estará completando o prazo máximo de prisão preventiva na atual legislação. Os estudantes foram encarcerados há dois meses e a prisão só pode durar um mês com mais 30 dias de prorrogação. Os líderes José Dirceu, Travassos, Wladimir Palmeira e outros deverão ser beneficiados com a medida judicial. Os advogados requereram aos ministros relatores do Supremo Tribunal Federal, a soltura dos presos antes do julgamento do HC. Foram requeridos ao STF três HC para 36 estudantes (*sic*) (*Correio Católico*, 09/12/1968).

De acordo com Poerner (1995), nesse momento a grande imprensa passou a mobilizar a opinião pública nacional em repúdio a violência praticada aos estudantes, já que esta tomava rumos sem precedentes.

Entretanto, os líderes estudantis José Dirceu, Luís Travassos e Vladimir Palmeira só foram liberados em setembro de 1969 e em seguida enviados ao México, em decorrência de resgate “[...] exigido para a libertação do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, sequestrado dias antes, pela Ação de Libertação Nacional (ALN) e pelo Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8)” (POERNER, 1995, p.294).

deveria ser privilegiada pelos estudantes: a política ampla ou a reivindicatória específica” (SANTANA, 2007, p.94).

¹²⁸ Nesse cenário, destaca-se que parte da grande imprensa brasileira passou a encarar o radicalismo da esquerda estudantil como a interconexão do radicalismo da extrema direita. Fato que representava uma espécie de “teoria dos dois demônios” que, na visão liberal conduziria a sociedade a uma violência sem rumos (NAPOLITANO, 2014).

¹²⁹ Na ocasião do XXX Congresso da UNE foram presos centenas de delegados e principais dirigentes dessa entidade. “Poucos eram os que, naquela circunstância, não pensavam que as camadas médias, pela via do movimento estudantil, tinham ocupado o lugar que, tradicionalmente, se atribuía à classe operária na revolução que se queria acreditar iminente” (CUNHA, 1988, p.35).

Logo se evidencia o empenho do *Correio Católico* em informar a população local sobre a opressão e a violência contra o movimento estudantil nacional. Certamente no intuito de alertar as famílias e os jovens para o afastamento do contexto de repressão vivenciado, já que Uberaba se constituía nesse período como principal núcleo do movimento estudantil universitário na região.

Após ser decretado o AI-5 houve uma queda no número de notícias publicadas em relação ao movimento estudantil nacional e também regional, com destaque para os órgãos da imprensa que criminalizaram este, já que sucedeu o acirramento da repressão a todos os setores da sociedade brasileira. Logo, a discussão sobre as manifestações discentes de caráter político contestatório aos interesses do governo autoritário desapareceu das páginas dos jornais de Ituiutaba e Uberlândia no ano de 1969.

Ocorreram em seguida inúmeras prisões, torturas, sequestros, exílios e assassinatos de líderes estudantis, sindicais, intelectuais e jornalistas. Sendo institucionalizada a censura aos veículos de comunicação da época.

Assim foi realizada a censura prévia na grande imprensa das matérias que seriam publicadas, de forma que os censores, emanados pela polícia federal examinavam o material que estava sendo produzido para a publicação e/ou telefonavam nas redações vetando e até proibindo a publicação de um número inteiro.

A gama de assuntos vetados era ampla: corrupção do governo, greves, crises políticas, protestos estudantis, as condições de vida dos cidadãos comuns, citações a determinados indivíduos (dom Hélder Câmara, por exemplo), além da própria informação sobre a existência da censura (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.130).

Muitas notícias relacionadas ao movimento estudantil e aos acontecimentos e manifestações de caráter politizado presentes na sociedade tinham sua publicação vetada na grande imprensa, como forma de silenciar essas vozes que lutavam contra a opressão imposta pelo governo.

O *Correio Católico* prosseguiu durante o ano de 1969 na divulgação das punições praticadas contra os estudantes em grupos isolados de luta armada que protestavam contra as iniquidades do governo ditador.

Dentre as notícias que circularam nesse contexto, pode-se destacar o título: “Estudante condenado a 16 meses de xadrez” (*Correio Católico*, 26/06/1969), o qual abordava a condenação de Eduardo Abramovay a dezesseis meses de detenção pelo Conselho

Permanente de Justiça Militar da II Auditoria de Guerra em decorrência da Lei de Segurança Nacional.

Durante o segundo semestre de 1969 ocorreu uma queda acentuada no número de matérias que circularam na região em relação ao movimento discente e a condenação a grupos isolados de estudantes que participaram da luta armada contra o governo civil-militar. Tal fato pode ser explicado devido ao recrudescimento do regime político, por meio da legislação altamente repressiva que acabou por desarticular o movimento estudantil nesse período.

As últimas notícias encontradas na imprensa triangulina referentes ao cenário de perseguição aos estudantes no país foram publicadas nos jornais de Uberaba. A manchete “Estudante escapa da pena de morte” (*Lavoura e Comércio*, 20/12/1969) abordava a condenação a dez anos de reclusão de Claudio Torres da Silva, enquadrado na Lei de Segurança Nacional, por ser acusado de ter sido um dos sequestradores do embaixador americano Charles Burke Elbrick.

Nessa ocasião o promotor José Mannes Leitão afirmou, segundo o referido jornal, que “[...] só não pediu a pena de morte por que a mesma foi instituída 21 dias após o acontecimento em pauta”. Ocorrência que demonstrava mais uma vez o cenário de extrema violência imposta aos que ousassem desafiar o governo vigente.

Por meio desse capítulo pode-se evidenciar a existência de diversas manifestações políticas discentes publicadas nos impressos que circularam nos municípios de Uberaba, Uberlândia e Ituiutaba durante os anos de 1950 e 1960, bem como o posicionamento destes em relação à ocorrência das ações do movimento estudantil na região e também no país nesse cenário.

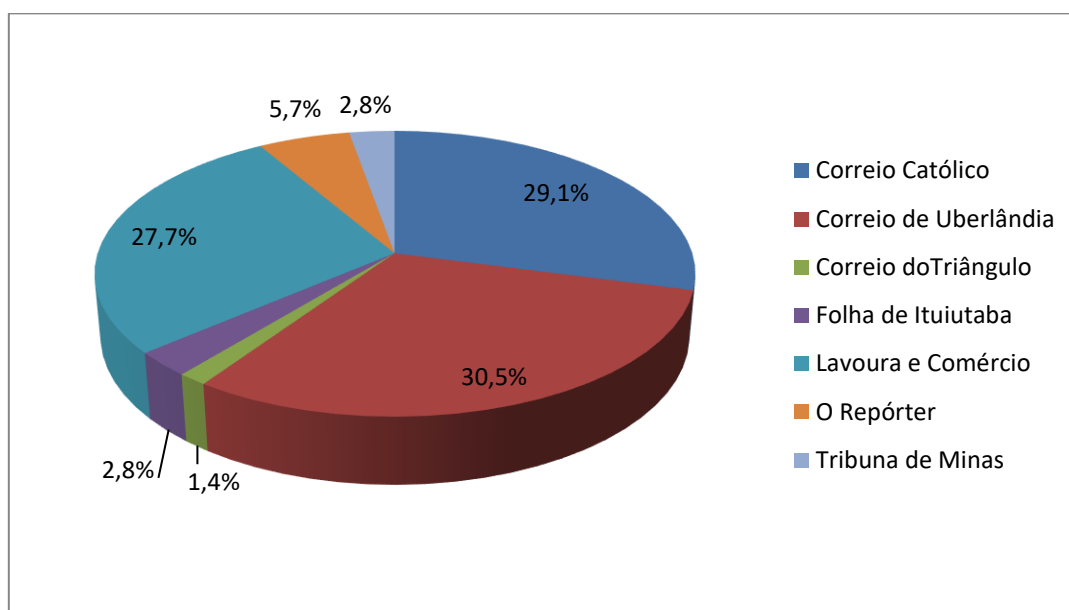
Foi possível aferir que o jornal escrito nesse período, por ser um dos principais meios de comunicação na sociedade, foi muitas vezes utilizado pelos estudantes do contexto investigado como veículo de divulgação de suas reivindicações, campanhas, protestos e esclarecimentos perante as autoridades e a população em geral, mesmo que em pequenas notas.

No que se refere às ações politizadas dos discentes da região, evidenciou-se que foram publicadas noventa e cinco matérias referentes aos universitários e apenas quarenta e seis relacionadas aos secundaristas. Ocorrência esta que indicava um maior engajamento político dos alunos de ensino superior, como reflexo de um processo nacional nesse período.

Da soma geral de cento e quarenta e um textos encontrados referentes a essas mobilizações políticas de secundaristas e universitários no Triângulo Mineiro, foram

calculados os percentuais de notícias publicadas em cada periódico, assim como indica o gráfico a seguir:

Gráfico 4 – Percentual de matérias que abordavam a realização de greves, campanhas e manifestações políticas envolvendo estudantes nos periódicos de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia (1950-1969)



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017 ¹³⁰

Desse modo, constatou-se que o *Correio de Uberlândia* se destacou durante todas as décadas de 1950 e 1960 na publicação de ações politizadas envolvendo tanto secundaristas quanto universitários em Uberlândia, de forma que este foi responsável por 30,5% do material encontrado. Em seguida, tem destaque o *Correio Católico* com 29,1% e o *Lavoura e Comércio* com 27,7%. Porém é importante ressaltar que estes últimos concentraram suas publicações em torno dos universitários, em detrimento aos secundaristas, assim como demonstrou o quadro 2 deste estudo, em decorrência principalmente do movimento pela criação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro em Uberaba, ocorrência que ocupou grande parte do noticiário relacionado a tal temática.

Além disso, salienta-se o fato de que os gráficos 3 e 4 demonstraram que a imprensa da microrregião do Pontal Mineiro destinou pouco espaço para a divulgação de manifestações políticas envolvendo estudantes, principalmente no período posterior a implantação do regime civil-militar.

¹³⁰ Não foram encontradas publicações referentes a essa temática nos impressos tijuquanos *Correio do Pontal* e *Cidade de Ituiutaba*.

No período anterior a referida ditadura no país teve destaque no *Correio de Uberlândia*, desde o início da década de 1950, as campanhas dos secundaristas representados pela UESU contra as anuidades escolares, que nesse momento apresentavam sintonia com as lutas empreendidas pelo movimento estudantil secundarista nacional. No entanto, constata-se que após o golpe civil-militar não se tem notícia nos jornais locais sobre a realização de novas greves em protesto contra o valor das taxas cobradas pelos estabelecimentos de ensino.

Percebeu-se que ainda nos anos de 1950 e início dos anos de 1960 foi comum em toda a região a organização de entidades estudantis diversas de caráter político partidário, envolvendo tanto secundaristas quanto universitários na defesa de seus ideais. Nesse período, ocorreu na imprensa triangulina a divulgação de reivindicações políticas diversas provenientes do meio estudantil, mesmo que em pequenas notas. Logo mereceu destaque o movimento que precedeu a federalização da Faculdade de Medicina em Uberaba e as constantes cobranças aos dirigentes políticos quanto ao prosseguimento de obras públicas, em busca de melhorias para essa localidade.

Após a chegada dos militares ao poder, no primeiro momento sucedeu o apoio de vários setores da sociedade local ao novo governo instituído, inclusive de grande parte da imprensa, por meio das participações nas famosas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”. Ainda no agitado ano de 1964, verificou-se a perseguição ao movimento estudantil triangulino, principalmente direcionada ao grande grupo de secundaristas representados pela UEI, UESU e UEU, que teve que se adequar as exigências impostas pela legislação repressiva do regime ditatorial.

Ocorreram também outros reflexos do cenário nacional no Triângulo Mineiro, como as denúncias e os protestos praticados pelo Diretório Central dos Estudantes de Uberaba e parte dos universitários em Uberlândia contra a violência cometida pelo governo militar ao movimento estudantil nacional, além do repúdio aos acordos MEC-USAID, veiculados principalmente pelo *Correio Católico*.

Logo se destaca que este órgão da imprensa apresentou perfil diferenciado dos outros jornais da região nesse momento, na forma de abordagem de suas notícias, que tendiam a apresentar o estudante militante não como vilão subversivo, mas como sujeito que precisava ser tutelado, certamente em decorrência da ascensão católica na dirigência da UNE, a partir de 1961.

No ano de 1967 a imprensa uberabense demonstrou apoio aos Centros Acadêmicos das faculdades locais pelo projeto de criação da Faculdade Federal do Triângulo Mineiro no município, movimento que acabou desaparecendo das páginas desses jornais no ano de 1969.

Ocorreram também mobilizações dos alunos da Faculdade de Engenharia pela aquisição de prédio próprio para essa instituição. Já em 1968 foi evidenciada na região, assim como em nível nacional, a comoção com a morte do secundarista Edson Luis, a qual gerou manifestações de secundaristas e universitários em Uberaba e Uberlândia.

Foi perceptível a ocorrência de um posicionamento político ativo por parte de considerável parcela desses estudantes que utilizavam os jornais escritos como veículo de divulgação de seus anúncios, comunicados e ações perante a sociedade letrada local. No entanto, considera-se o fato de que, o espaço concedido às entidades discentes era imbuído do intuito de acompanhar de perto e controlar as ações da classe estudantil local, principalmente durante o governo civil-militar.

De modo geral, foram identificadas consequências do autoritarismo imposto por esse regime político ao movimento estudantil da região, principalmente após dezembro de 1968, quando ocorreu o agravamento da repressão e violência contra as manifestações dos jovens estudantes e consequentemente a desarticulação de suas reivindicações políticas.

Observou-se que o movimento estudantil nacional era enfatizado negativamente, comparado às ações dos estudantes na região. Já que os estudantes locais e suas famílias participavam diretamente do público leitor desses jornais. Prontamente, o posicionamento desses periódicos sobre a participação política do jovem discente é mais claramente delineado por meio do estudo das matérias relacionadas a UNE nesse contexto.

Foram encontradas cento e duas matérias jornalísticas relacionadas ao movimento estudantil nacional que veicularam a criminalização da UNE, principalmente na segunda metade da década de 1960, acusando esta de subversiva e comunista, por contestar as medidas autoritárias do governo e denunciar as injustiças sociais.

Assim esses veículos de comunicação na região, em sua maioria, fizeram circular representações que incitavam o controle e a tutela da juventude em relação ao afastamento de ideias comunistas, mesmo que essas não fossem uma realidade presente em todos os setores estudantis, e do cenário de violência vivenciado pelo movimento nacional nas capitais.

Tendo por base a perspectiva defendida por Chartier (2002), de que as representações nunca são discursos neutros, sendo capazes de gerar respeito e submissão, considera-se de modo geral, que as representações de imprensa na região sobre as mobilizações políticas dos estudantes durante as décadas de 1950 e 1960 contribuíram para a circulação de um imaginário entre a sociedade local que valorizava o jovem comprometido com os interesses dos grupos que estavam no poder.

Pode-se afirmar que o movimento estudantil ganhou espaço nos jornais nesse período, por isso deveriam ser representados como cidadãos comprometidos com a ordem e o progresso do país, e não com a baderna e a quebra do *status quo*. Dessa forma, os periódicos investigados tentaram impor um estereótipo aceitável de estudante. Fato que pode explicar a constante preocupação de parte da sociedade com as ações da juventude nesse contexto, como será melhor abordado no próximo capítulo.

De modo geral, reafirma-se a lógica de que os dados presentes nos impressos jornalísticos reconstroem parte da forma em que a realidade social era construída por determinado grupo social (BAUER; GASKELL, 2002). Logo se considera que tais representações estavam condizentes com a visão de mundo do público consumidor desses jornais.

Em suma, foi possível iniciar a discussão sobre as ações e os ideários políticos de jovens estudantes da região e do país divulgados por grande parte da imprensa no Triângulo Mineiro no período em questão. Dessa forma, acredita-se ter contribuído para o desvendamento de parte das representações que circularam na sociedade triangulina em relação ao movimento estudantil em geral.

CAPÍTULO IV

IMAGENS DA JUVENTUDE CONSTRUÍDAS NO TRIÂNGULO MINEIRO

“[...] o Supremo Ideal Pedagógico não é humano,
porque é sobre-humano, é sobre-natural, é cristão.
O homem só encontra o seu total acabamento no Criador
[...] o Supremo Ideal da educação há de ser procurado, na sua totalidade,
para que seus fragmentos não degenerem em oceanos de crimes”
(*Correio Católico*, 04/08/1956).

Partindo do entendimento de que havia um movimento estudantil atuante nas suas relações com a imprensa do Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 1960, e consequentemente uma emergente atenção desse setor às questões relacionadas aos estudantes, são abordadas neste último capítulo, as imagens construídas sobre essa juventude.

O principal objetivo deste se constitui em desvendar os princípios educacionais centrais que circularam pela imprensa da região, que pretendiam nortear as ações da juventude estudantil do referido contexto. Para atingir tal propósito, buscou-se identificar os discursos relacionados aos “problemas” e as “virtudes” da mocidade, bem como suas principais influências e as práticas culturais vivenciadas no âmbito das instituições educacionais que se transformaram em notícia nos jornais locais.

É sempre importante lembrar que a imprensa buscava normatizar e enquadrar o comportamento dos jovens da região dentro de um padrão que visava afastar estes das ações de caráter rebelde ou até mesmo revolucionário, em que os estudantes assumiam em várias partes do mundo.

IV. 1 – A imagética jornalística sobre a juventude

No presente item são analisados diversos artigos, crônicas e demais gêneros jornalísticos que discutiam as ações, os comportamentos e a cultura juvenil dos anos de 1950 e 1960. Desse modo, busca-se desvendar parte das representações de imprensa relacionadas

aos papéis atribuídos as moças e aos rapazes do referido contexto, que circularam em meio à parcela letrada das cidades triangulinas.

Nessa perspectiva ressalta-se o fato de que, a partir da segunda metade do século XX a imprensa em todo o país teve sua atenção voltada para as discussões sobre as questões da juventude, devido a uma crescente preocupação com a “rebeldia juvenil” e ao agitado cenário político e cultural vivenciado nesse período.¹³¹

No início dos anos de 1950 o *Correio de Uberlândia* publicou uma série de artigos que discutiam o papel do jovem estudante na sociedade brasileira, preocupação esta crescente na medida em que este se engajava em questões de ordem política no país. Dentre tais artigos, pode-se destacar “A tarefa dos moços: Os estudantes, um congresso, um protesto e uma lição” de autoria de Ruth de Assis, colunista do jornal neste período.

Eu analiso o estudante como o homem que se prepara para uma tarefa: - a de governar o seu país. Como chefe de governo ou auxiliar do executivo, como juiz ou outro membro do judiciário. Como cidadão e contribuindo para a economia e a riqueza, para o poderio e a estabilidade social [...] (*Correio de Uberlândia*, 27/01/1952).

Observa-se que a autora se referia ao discente pertencente a uma elite, imbuído da missão de se preparar para dirigir o país e contribuir para a estabilidade social. Nessa perspectiva salienta-se que o objetivo de formar as parcelas dirigentes da nação por meio do ensino secundário e superior foi um ideário muito comum difundido nesse momento pelas políticas educacionais vigentes.

As conhecidas “Reformas Capanema”, realizadas pelo ex-ministro da educação Gustavo Capanema, por meio das Leis Orgânicas de Ensino, decretadas entre os anos de 1942 a 1946, direcionavam o ensino secundário para a preparação das individualidades condutoras do país e para o ingresso ao ensino superior. Enquanto as demais modalidades do ensino

¹³¹ No entanto salienta-se que a preocupação da imprensa no Brasil com a questão da juventude foi constante desde o processo de implantação das primeiras faculdades no país. Após a criação da Faculdade de Direito em São Paulo em 1827, passaram a circular nos jornais matérias que consideravam os jovens estudantes como boêmios e imaturos, devendo estes depois de formados abandonarem os vícios da juventude para o exercício da carreira política. “A boêmia estudantil, as extravagâncias [...] e a produção literária deveriam terminar no dia da formatura. Aqueles que desejavam ascender na vida pública e pretendiam ser vistos como agentes políticos do país [...] procuraram logo de romper com o passado acadêmico, assumindo atitudes solenes e burguesas, desvencilhando-se dos arroubos literários juvenis” (MARTINS, 2015, p. 60). Lembrando que ainda de acordo com a mesma autora, a Faculdade de Direito de São Paulo se constitui como marco para o desenvolvimento da imprensa brasileira. Já que grande parte do quadro de redatores dos jornais paulistanos era proveniente dessa Academia, como: o *Farol Paulistano* (1827), *O Observador Constitucional* (1829), *O Constitucional* (1853) e o *Correio Paulistano* (1854).

médio, destinadas as camadas populares, apresentavam o intuito de formar mão de obra qualificada para o desenvolvimento econômico do país (CUNHA, 2005).¹³²

Desse modo é possível evidenciar que parte do imaginário da população letrada uberlandense na década de 1950 estava condizente com o ideário de jovem como o “futuro da nação”, importante agente de mudanças e transformações necessárias ao desenvolvimento econômico do país.

Nesse cenário nacional de projeção do estudante como novo ator político e social, destaca-se o artigo “Estudantes de hoje” de autoria de Alceu de Souza Novaes, o qual tecia considerações a respeito da ação política estudantil no país.

[...] De uns poucos anos para cá, o estudante ganhou prestígio e posição. Por causa deles, a lei baixou o nível da idade para o exercício do voto e, em São Paulo, a polícia certa vez empregou fuzis de verdade, sem cartuchos de festim. O estudante hoje é ‘juca-pirama’, como o herói índio de Gonçalves Dias: digno de morrer. E logo capaz de lutar [...]” (*Correio de Uberlândia*, 23/10/1952).

O autor do referido artigo destacava o notório engajamento político e social de jovens pelo país, abordando desdobramentos positivos e também negativos, como a ocorrência de violência policial contra tais manifestações. Logo esse estudante militante é comparado ao jovem personagem indígena do poema épico “Juca Pirama”, que significa “digno de ser morto”, escrito por Gonçalves Dias no século XIX.¹³³

Nesse sentido, ocorria a alusão de que, o jovem destemido engajado em ações “heróicas” poderia sofrer graves represálias na busca de seus ideais e por suas atitudes consideradas polêmicas. Assim é possível inferir sobre a ocorrência da crescente preocupação de parte da população letrada da região em relação às possíveis consequências da militância política estudantil ainda no início dos anos de 1950.

¹³² Tal cenário só foi alterado com a Lei 5.692/1971, a qual reformava a estrutura do ensino secundário, articulando o antigo primário, de quatro anos, e o ginásio de também quatro anos, em oito anos de escolaridade obrigatória, conhecido como ensino de primeiro grau. Logo o colegial, daria lugar ao ensino de segundo grau com três anos de duração.

¹³³ “Mais do que o heroísmo guerreiro, portanto, constituem assunto central do poema o amor filial e os conflitos entre a lei e a afeição. O jovem tupi aparece, por certo, animado de noções de honra pessoal. Mas nele é maior a afeição pelo pai e o senso de dever filial. Por isso subordina decididamente a honra ao que julga o seu dever, quando implora pela vida; e por isso doma o movimento de resposta ao insulto, quando é acusado de covardia. Piedoso, só assume o papel de guerreiro destemido, que espalha e merece a morte, quando toma consciência de que sua devoção causa ao pai mais mal do que bem; quando percebe que, para o pai, a infração ao código de honra é dor maior do que seriam o abandono e a morte solitária na selva” (FRANCHETTI, 2007, p.67-68).

Em abril de 1956, o *Correio do Pontal* em homenagem à criação do “Clube Estudantil Rui Barbosa” em Ituiutaba, publicou a nota “Aos jovens Diretores do Clube Estudantil”, transparecendo parte do imaginário local que circulava em torno da educação da juventude.

Tive a oportunidade de assistir a uma reunião no Club. E. Rui Barbosa, que por tão bela iniciativa e tão esforçados jovens, tornei-me um sócio. Ali, um ambiente que só visa o progresso intelectual de nossos jovens, esquecemos da vadiagem, para dedicarmos exclusivamente ao belo empreendimento da entidade. Estão de parabéns todos os laboriosos rapazes que lançaram em Ituiutaba essa benigna luz, fonte dos mais belos ideais que tanto nossa pátria reclama e pede. Mister se faz que todos os estudantes ituiutabanos, assistam as reuniões do Club e tornem-se membros dele, para que suscite no alvorecer de amanhã, um sustentáculo forte, indestrutível em prol da juventude ituiutabana e do engrandecimento moral e intelectual do Brasil. Parabéns diretores do Club Estudantil Rui Barbosa (*Correio do Pontal*, 19/04/1956).

É possível perceber a defesa de um ideário de jovem livre da “vadiagem”, que se associava ao ócio. Na visão do jornal, a filiação da juventude ituiutabana ao referido clube representaria uma saída para fugir de tal risco. Foram exaltados princípios morais e também patrióticos como virtudes que deveriam ser exercitadas pelos “laboriosos rapazes” para que ocorresse um futuro próspero para a nação.

A veiculação de tais ideários pela imprensa nesse período provavelmente estaria associada à circulação da ideologia do nacionalismo desenvolvimentista no Brasil, a qual apresentava as características de estímulo ao nacionalismo e ao patriotismo entre a população para atingir o objetivo maior de desenvolvimento nacional, fator evidente durante as décadas de 1950 e 1960.

Assim como o referido artigo pertencente ao *Correio do Pontal* de Ituiutaba, o *Correio de Uberlândia* veiculou o total de sete textos que expressavam o imaginário que associava a ociosidade e a falta de instrução da juventude aos vícios e a carência de qualidades morais, número bastante expressivo em um total geral de oito artigos que tratavam especificamente sobre o sentido de juventude.

Nesse sentido, em setembro de 1957, o *Correio de Uberlândia* publicava o editorial “Juventude sem instrução portas abertas para o vício”. Neste veiculava-se a importância da Escola Vocacional para a educação dos jovens das classes menos favorecidas, os quais estariam segundo este, propícios aos vícios caso estivessem fora dessa instituição. Assim afirmava-se que “[...] a juventude deixando de receber instrução e também iniciação

profissional encontram as portas abertas para o vício [...]” (*Correio de Uberlândia*, 15/09/1957).

Dessa forma, o *Correio de Uberlândia* fez circular na sociedade local representações que incitavam a necessidade de uma educação moral e profissional para a juventude de forma a afastá-la dos vícios, encaminhando-a para uma profissão, pois o ensino na Escola Vocacional teria esse viés educativo. Além disso, pode-se evidenciar o ideário de que os jovens provenientes das classes populares seriam mais suscetíveis aos vícios, em detrimento aos pertencentes às famílias abastadas que teriam maiores acesso a escolarização.¹³⁴

Logo convém salientar que o Brasil passava por um processo de industrialização e modernização, de forma que o desenvolvimento tecnológico foi almejado para o crescimento deste, devendo a educação ser aliada a tal processo. Assim acreditava-se que a experiência do Ensino Vocacional nos ginásios apoiada aos métodos de ensino ativo seria responsável pelo desenvolvimento de aptidões e até mesmo pela formação do caráter do indivíduo.¹³⁵

Nesse cenário de agitação estudantil por todo o país, a juventude a partir da segunda metade dos anos de 1950 passou a receber diversos rótulos, dentre esses se destaca o de “transviada”, inicialmente em decorrência dos novos hábitos associados à influência da música norte-americana e dos galãs de *Hollywood* presente na cultura juvenil brasileira.¹³⁶

O filme “Juventude Transviada” de Nicholas Ray do ano de 1955 fez muito sucesso no Brasil e também foi amplamente exibido nos cinemas do Triângulo Mineiro no ano de 1959, com diversos anúncios nos jornais de toda a região.

¹³⁴ Nos anos de 1950 nessa região, era comum o envio de jovens provenientes de famílias abastadas aos grandes centros para o ingresso ao ensino superior, enquanto os demais, representantes de uma imensa maioria da população vislumbravam no ensino técnico a possibilidade de realização profissional e ascensão social, muitas vezes não alcançada (SILVA, 2012).

¹³⁵ Apesar de tais propostas, a experiência dos Ginásios Vocacionais foi restrita. Após a implantação da ditadura civil-militar, essas instituições foram extintas, por serem acusadas de subversão (SOUZA, 2008).

¹³⁶ Nessa perspectiva destaca-se o “Hino da Juventude Transviada”: “Nós somos da juventude, da juventude transviada. O lema da nossa escola. É a lambreta. E a Coca-Cola. Elvis é o nosso mestre. E Pat Boone o diretor. Na nossa primeira aula, nós aprendemos o rock-and-roll” (SANTOS, 2004, p.63).

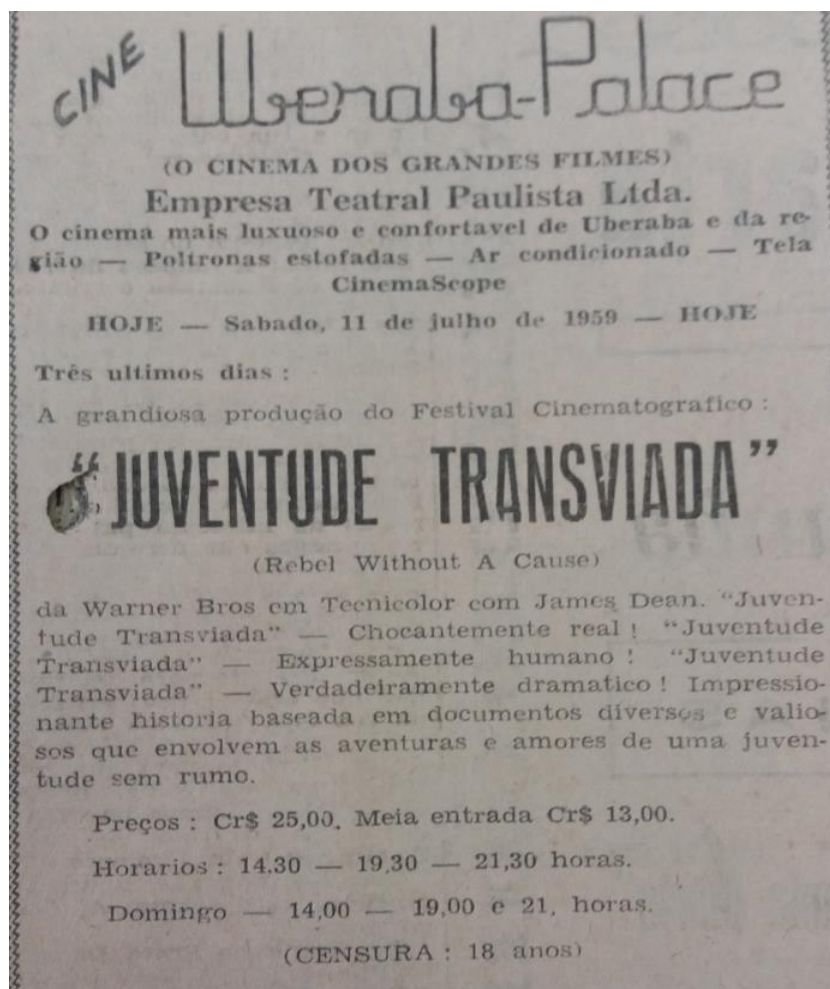


Figura 22: Anúncio do filme “Juventude Transviada” no Cine Uberaba-Palace

Fonte: *Lavoura e Comércio*, 11/07/1959.

Por meio do anúncio acima, percebe-se que este indicava a negação da permissão de que os adolescentes assistissem ao filme, visto que era expressa a censura aos menores de dezoito anos. No entanto, convém destacar a possível existência das burlas a tais regras, já que a juventude era responsável por grande parcela do público dos cinemas nesse contexto.

Observa-se também que, como estratégia de *marketing*, tal película era anunciada pela imprensa uberabense como: “Chocantemente real! [...] Expressamente humano! [...] Verdadeiramente dramatico! (*sic*) Impressionante história baseada em documentos diversos que envolvem as aventuras e amores de uma juventude sem rumo” (*Lavoura e Comércio* 11/07/1959).

Dentro da vertente cinematográfica *teenpicture* foram veiculadas, juntamente com tal filme, representações que indicaram o enfraquecimento do controle dos pais sobre a educação dos adolescentes em um cenário de crise das instituições disciplinares (WEINMANN, 2012).

A circulação de tal imaginário influenciou parte da população brasileira no que se refere à discussão sobre a educação da juventude. Logo passou a ser comum na imprensa da região a veiculação da expressão “juventude transviada”, referindo-se às ações dos jovens até o final da década de 1960.

Logo se concorda com a perspectiva de que, essas imagens associavam a juventude a uma fase de crise, momento difícil, mediado por conflitos que levariam ao distanciamento da família (DAYRELL, 2001).

Em Ituiutaba a discussão sobre a referida temática logo foi pauta da imprensa escrita e rendeu aguçados debates, assim como revelava o artigo “Juventude Transviada”:

Como? Juventude transviada? Não é uma calúnia inominável que vem adquirindo fóros de verdade. Mas o fato é que a juventude não é transviada, em absoluto. Estão transviando a juventude, isto sim, e tudo faz crer que se obedece a um plano bem concebido e melhor executado. A juventude por si só não se transviaria; ela apenas segue exemplo. E é de cima, é do alto, é das esferas que deveriam dar o bom exemplo, que justamente vêm os reflexos de tratar o modo transviado de todas as coisas. Sim dos setores representativos da arte, da cultura e da ciência é que vem o modo deliberado de transviar a juventude que apenas passa a ser uma vítima e não ela mesma transviada [...] Onde vem a literatura licenciosa, a música erótica, a diversão pecaminosa? [...] Quem organiza e patrocina os concursos de MISSES onde o corpo da mulher, que deveria ser o Templo do Espírito Santo, transforma-se em motivo de vil corrupção? [...] A culpa deste transvio não cabe a juventude, e sim, aos que por ela deveriam velar, amparar e proporcionar-lhe o bem e o bom, mormente o exemplo que sabemos, arrasta [...] Em suma, banuiu-se DEUS dos lares e a religião foi enxotada do seio da família como traste imprestável [...] Juventude de minha pátria não estais transviada, mas vos estraviar. Lutai, lutai lembrando-vos de que é melhor morrer com honra do que viver sem ela (*sic*) (*Correio do Triângulo*, 14/05/1959).

Era evidente no contexto investigado que o novo cenário cultural dos anos de 1950 e 1960 provocou novos hábitos e a mudança de comportamentos na sociedade em geral, em especial na juventude, a qual chamou a atenção de setores mais conservadores da sociedade, que passaram a observar com maior proximidade e a opinarem sobre as novas práticas vivenciadas por essa.

Nesse sentido, o *Correio do Triângulo* responsabilizava a arte, a ciência e a cultura pelo “transvio” de comportamentos dos jovens, realizando uma alerta para que as famílias cuidassem da educação de seus filhos, por meio da valorização dos princípios morais cristãos e patrióticos. Assim era veiculada pelo jornal a ideia de que o jovem não seria capaz de pensar por si, sendo facilmente manipulável, mediante o afastamento da religiosidade.

Além da veiculação de tais ideários, salienta-se o fato de que o corpo da mulher era considerado como “Templo do Espírito Santo”, sendo de acordo com a doutrina católica comparado a Virgem Maria.

[...] as mulheres, como herdeiras de Maria, semi-divinizada, tomada como modelo de submissão, de pureza e de sofrimento, são aparentemente revalorizadas, e tidas simbolicamente como “salvadoras” da sociedade, em função de seu papel maternal idealizado, no quadro da família sacramentada [...] (ARY, 2000, p.77-78).

Conforme evidenciou a autora acima, tal modelo de mulher “marianista” esteve presente na sociedade brasileira nesse período. Desse modo, o corpo feminino não deveria ser visto em sua sensualidade, mas deveria representar a imagem de pureza e castidade antes do matrimônio, e após este, entraria em cena a figura materna, a qual deveria educar seus filhos de acordo com a moral cristã.

Nessa discussão sobre os desvios de condutas da mocidade, destaca-se também o artigo “Ainda a Juventude Transviada”, o qual realizava a denúncia de maus comportamentos de um pequeno grupo de jovens em Uberlândia, assim como é revelado abaixo:

Mais uma vez somos obrigados a denunciar irregularidades que imperam nesta já tão sacrificada cidade de Uberlândia. Desta vêz é com um certo grupo de rapazes que, alheios aos princípios do decôro, primam por apresentar à sociedade espetáculos deprimentes, imorais, fazendo do centro comercial de nossa terra um campo de nudismo. Vá lá que o calôr está mesmo insuportável, concordamos, mas êste fato não oferece ensêjo para atentar contra os bons costumes. Afinal, Uberlândia é ou não é uma cidade civilizada? Parece que alguns ‘mocinhos’ temdêsejos de desmentir o bom nome e alto conceito que desfruta em todas as plagas, pois o que vêm praticamente fere profundamente os espíritos bem formados. É muito frequente depararmos em plena avenida Afonso Pena, no pavimento superior de uma das nossas melhores casas comerciais, um grupo de rapazes praticamente nus, gritando como possessos graçolas e ditos jocosos aos transeuntes, geralmente acrescentando as palavras, gestos que depõem contra nossos foros de civilidade. E temos também, muitas vezes, sido vítimas de suas brincadeiras de péssimo gosto, servindo de alvo às cascas de frutas, pontas de cigarros, e os tais engraçadinhos gostam muito de despejar água nos que passam por ali. Aquêles que quiserem praticar atos indecorosos, ou desejarem trajar no ‘natural’, têm o direito de o fazer, mas para isso há lugar. Queremos dizer que a ilha das flôres está recebendo quem quiser ir, ou então ponham-se à vontade, mas não as janelas para oferecer espetáculos degradantes. Já é de tempo de Costumes dar atenção a êste problema (*sic*) (*O Repórter*, 11/10/1961).

O artigo acima se referindo a “juventude transviada” apontava a imaturidade, o descontrole e a indisciplina de alguns indivíduos no município. Nesse sentido, o autor criticava severamente o pequeno grupo de rapazes acusados de sérios atos de imoralidade e desrespeito diante da população local, praticando atentado ao pudor e brincadeiras desrespeitosas com as pessoas que passavam pelo centro comercial da cidade. Além disso, fazia menção à necessidade de disciplinarização das condutas desses moços, defendendo a moralidade e os “bons costumes” da juventude. Logo mobilizava a opinião pública pela defesa da imagem de civilidade do município, associada aos princípios morais da tradicional família mineira.

No início da década de 1960, os jornais estudados também apontavam alternativas para o engrandecimento moral e intelectual da juventude, como indicava o artigo “Ensino universitário e pesquisa”, assinado por José Mendonça (*Lavoura e Comércio*, 07/06/1960). Este apresentava a defesa de alguns princípios propagados pelo movimento da Escola Nova no Brasil, assim como o método de ensino ativo, a visão do aluno como centro do processo educativo e a necessidade de realização das pesquisas no ensino universitário para o desenvolvimento da juventude.¹³⁷

Nesse cenário de emergência do estudante como novo elemento social ativo, Uberaba recebia em setembro de 1961 Frei “Xico”, sacerdote dominicano que realizava conferências para os jovens, no intuito de estimulá-los para a participação política, em prol da justiça social. Nessa ocasião, o *Correio Católico* demonstrou seu apoio e adesão a tal ideário, publicando e defendendo as falas desse conferencista por meio da matéria “Característica da Juventude Brasileira Sêde de Justiça Social” (*sic*).

Declara: ‘Há, dentro do jovem, uma sêde inata de justiça e geralmente o jovem desperta para um grande ideal, através com seu encontro com as verdadeiras exigências da justiça. Os problemas sociais estão na ordem do dia. Seria inútil e mesmo criminoso querer barrar o dinamismo dessa realidade’. Afirmo adiante: ‘Isso implica no fato de que tantos jovens inteligentes e de bons corações tenham de suportar o peso de problemas imensos, muitas vezes acima de suas próprias forças. Mas ninguém deve

¹³⁷ Durante as décadas de 1950 e 1960 no Brasil ocorreu um período de predominância da concepção pedagógica renovadora. Esse movimento ganhou destaque em 1932 com a publicação do “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”, redigido por Fernando de Azevedo e contando com o importante apoio de Anísio Teixeira e Lourenço Filho. Tais educadores apresentavam a defesa da escola pública, obrigatória, gratuita, laica e de coeducação dos sexos. Estes se apoiavam em uma nova metodologia de ensino já divulgada na Europa e Estados Unidos, com base na Psicologia, Biologia e Sociologia. Entendiam que a escola necessitaria ser uma réplica da sociedade a que ela representa, logo esta deveria ser reformada para que pudesse acompanhar o avanço material da civilização, preparando uma mentalidade que moral e espiritualmente se ajustasse ao desenvolvimento do país. Assim seria formada uma “hierarquia democrática”, por meio das capacidades biológicas dos indivíduos, desconsiderando os determinantes sociais no processo de escolarização (SAVIANI, 2007).

impedir aos jovens de se preocuparem e discutir êstes problemas' (*sic*) (*Correio Católico*, 02/09/1961).

Em tal conferência proferiu-se a ideia de que existia um verdadeiro despertar da juventude para os problemas sociais, principalmente nos grandes centros urbanos. Os jovens de todo o país deveriam se empenhar na luta contra a desigualdade social brasileira. Além disso, é explicitado o posicionamento contrário a qualquer setor que tentasse impedir a mobilização desses sujeitos, considerado até mesmo como ato “criminoso”.

Desse modo, observa-se a veiculação no *Correio Católico* de um ideário progressista da Igreja Católica nesse momento anterior ao golpe civil-militar, o qual poderia ser considerado subversivo por falar em justiça social, especialmente, a partir da ascensão do governo autoritário.

Ao que se refere à educação da mocidade, *O Repórter* na manchete “Adolescência: jovens devem ser interessados nos estudos” (24/09/1962), destacava a existência de conflitos nas condutas morais juvenis e logo afirmava a necessidade de um amplo conhecimento filosófico por parte dos educadores para enfrentarem tal desafio. Dessa forma, era enfatizada a preocupação com o comportamento dos adolescentes, reiterando-se a responsabilidade dos professores no processo de formação das condutas morais de seus alunos.

Durante o período pré-1964, em que antecedeu a censura e o fechamento do jornal progressista *Folha de Ituiutaba* em consequência do golpe civil-militar, esse projetou na sociedade local um ideário de jovem engajado politicamente, assim como indicava o artigo: “Nova entidade estudantil vai ser fundada - Os estudantes Unidos de Ituiutaba querem uma participação ativa da classe na política”:

Favoráveis que sempre fomos à participação dos estudantes na política, nós auguramos sucesso a empresa que têm os três pela frente. Afinal, sendo a política o setor em que se decidem os destinos de um povo, e nela militando cidadãos sem qualificação alguma para tal, por que então se pretender negar ao estudante, em quem se pressupõe nível cultural em ascensão, e principalmente, espírito de renúncia, o direito de imiscuir na coisa pública? (*Folha de Ituiutaba*, 10/11/1962).

Nesse sentido, percebe-se que a questão da participação política dos estudantes se constituía em temática debatida na *Folha de Ituiutaba*, tendo em vista o fato de que nesse período os jovens se mobilizaram politicamente em todo o país. Desse modo, esse impresso demonstrando posicionamento crítico em relação à desqualificação de alguns representantes

políticos, incentivava a organização e a participação dos jovens discentes em ações politizadas.

Após a implantação do governo militar no país, como já foi abordado anteriormente, a discussão sobre as ações da juventude intensificou-se, tornando-se preocupação de diversos setores da sociedade brasileira, constituindo-se em temática a ser discutida pela imprensa em geral. O artigo “O Papel do Jovem na Sociedade”, de autoria de Maria Rosa de Carvalho, apresentava tal problematização como ordem do dia em 24 de maio de 1966.

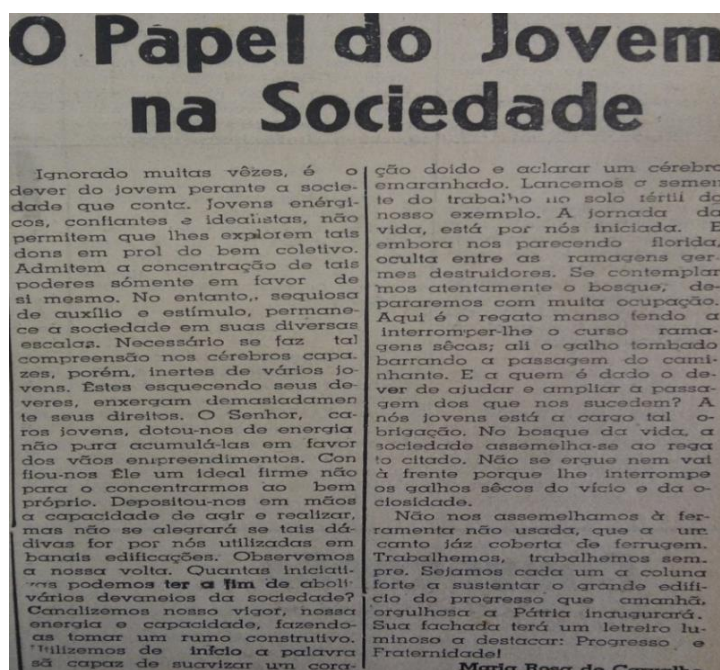


Figura 23: Artigo “O Papel do Jovem na Sociedade”¹³⁸

Fonte: *Tribuna de Minas*, 24/05/1966.

¹³⁸ “Ignorado muitas vezes é o dever do jovem perante a sociedade que conta. Jovens enérgicos, confiantes e idealistas, não permitem que lhes explorem tais dons em prol do bem coletivo. Admitem a concentração de tais poderes somente em favor de si mesmo. No entanto, sequiosa de auxílio e estímulo, permanece a sociedade em suas diversas escalas. Necessário se faz tal compreensão nos cérebros capazes, porém, inertes de vários jovens. Estes esquecendo seus deveres, enxergam demasiadamente seus direitos. O Senhor, caros jovens, dotou-nos de energia não para acumulá-las em favor dos vãos empreendimentos. Confiou-nos Ele um ideal firme não para o concentrarmos ao bem próprio. Depositou-nos em mãos a capacidade de agir e realizará, mas não se alegrará se tais dádivas for por nós utilizadas em banais edificações. Observemos a nossa volta. Quantas iniciativas podemos ter a fim de abolir vários devaneios da sociedade? Canalizemos nosso vigor, nossa energia e capacidade, fazendo-nos tomar um rumo construtivo. Utilizemos de início a palavra sã capaz de suavizar um coração doido e aclarar um cérebro emaranhado. Lancemos a semente do trabalho no solo fértil do nosso exemplo. A jornada da vida, está por nós iniciada. E embora nos parecendo florida, oculta entre as ramagens germes destruidores. Se contemplarmos atentamente o bosque, depararemos com muita ocupação. Aqui é o regato manso tendo a interromper-lhe o curso ramagens secas; ali o galho tombado barrando a passagem do caminhante. E a quem é dado o dever de ajudar e ampliar a passagem dos que nos sucedem? A nós jovens está a cargo tal obrigação. No bosque da vida, a sociedade assemelha-se ao regato citado. Não se ergue nem vai à frente porque lhe interrompe os galhos secos do vício e da ociosidade. Não nos assemelhamos à ferramenta não usada, que a um canto jáz coberta de ferrugem. Trabalhem, trabalhem sempre. Sejam cada um a coluna forte a sustentar o grande edifício do progresso que amanhã orgulhosa a Pátria inaugurará. Sua fachada terá um letreiro luminoso a destacar: Progresso e Fraternidade! Maria Rosa de Carvalho” (sic) (*Tribuna de Minas*, 24/05/1966).

O escrito acima realizava críticas a juventude de então, que segundo este, não canalizava suas energias para o “bem comum”, sendo acusada de egoísta e de enxergar “demasiadamente seus direitos”, esquecendo seus deveres. Logo apontava a necessidade de que os jovens fossem estimulados por parte da sociedade.

A autora também utilizou várias metáforas, como “galhos secos” para designar o vício e a ociosidade, os quais estariam submetidos certos jovens, considerados empecilhos para o progresso da nação. Em seguida, recorreu ao cristianismo para justificar as dádivas concedidas aos jovens e alertar estes de que, seus dons não estariam sendo utilizados de maneira correta.

É possível observar a circulação de um imaginário pelo *Tribuna de Minas* que considerava os estudantes manifestantes como desocupados e desordeiros, os quais eram acusados de desperdiçarem suas oportunidades em lutas “inúteis”, mobilizadas por “germes destruidores”, não servindo aos interesses coletivos.

A divulgação de tal ideário foi bastante comum nesse cenário de repressão ao movimento estudantil nacional. De forma que do total consultado nesse jornal de sessenta e nove matérias diversas relacionadas às ações dos estudantes em geral e aos ideários relacionados à juventude, dezenove artigos depreciavam os jovens militantes políticos nas capitais, somente entre maio de 1966 a dezembro de 1969.

De modo geral, a imagem do jovem foi projetada como responsável pelo desenvolvimento e futuro da nação, porém este não deveria se envolver em reivindicações que contrariassem os interesses dominantes, mantenedores da “ordem”. Dessa forma, seu papel, de acordo com a autora, seria trabalhar em favor do “progresso e fraternidade” da pátria.

Dentre os setenta e dois artigos encontrados relacionados ao sentido de juventude, vinte e cinco encarava esta como propulsora do progresso e desenvolvimento da nação, com maior destaque para o período anterior a ditadura civil-militar.

A juventude na segunda metade da década de 1960 e suas ações organizadas também foram destacadas pelo *Correio de Uberlândia*, como “massa de manobra” altamente influenciável por teorias subversivas. Assim como abordaram os artigos escritos por Francisco Leôncio Cerqueira. Observa-se o seguinte trecho:

As manifestações da profunda desordem em que se encontra o espírito da nossa juventude se estendem a todos os campos de sua atividade, dominam tôdas as suas potências, mancham as suas ações mais corriqueiras. Em artigo anterior (‘A Atrofia Intelectual da Nova Geração’), procuramos apresentar a profunda degeneração intelectual que nossos jovens atingiram. Frisei então que não se trata de manifestações isoladas, mas é toda juventude que sofre

do mesmo mal, embora em graus variáveis de intensidade [...] Com a repetição frequente desse fenômeno, o jovem acaba por perder o controle sobre seus próprios atos, que já não serão consequência de reflexão madura e prolongada, mas decorrerão exclusivamente da sensibilidade. Ele agirá em tal caso exatamente como o ator agiu em idêntica circunstância - como por reflexo. Suprimiu-se assim o papel da vontade. A juventude passou a ser uma massa amorfa manobrável, lastimável (*sic*) (*Correio de Uberlândia*, 20/09/1966).

Percebe-se claramente o intuito de desqualificar as ações do movimento estudantil em geral, já que o jovem ativo politicamente era caracterizado por uma “atrofia intelectual”, que segundo o autor citado, o impedia de assumir o controle sobre seus próprios atos e vontades, não sendo capaz de pensar de forma autônoma e inteligente.

A veiculação na sociedade triangulina do ideário de “juventude transviada” foi recorrente ainda no final dos anos de 1960. Assim como destacava o artigo “Jovens transviados não: Pais sim”, o qual realizava uma discussão sobre a preocupante educação da juventude nesse momento.

Atualmente, é moda falar em Juventude transviada, mal emprego do sentido, o que existe são pais transviados, que não tem sobre os filhos verdadeira autoridade. A decadência da maioria dos pais está levando a juventude a um caminho degradante para um país que se desenvolve igual ao Brasil. Todos os pais devem saber de tudo o que passa com seus filhos para melhor saber orientá-los, na sociedade, evitando que estes tornem mal de um povo. Os pais, apoiando no tal modernismo, tudo é normal, tudo que faz com sua diabrisse, as vezes, muitos ainda comentam com certa felicidade o desajuste do filho glorificando com o seu erro. Os maus encaminhamentos procederam às revelias, por lhes faltar a observância dos seus progenitores, estes nada ligam para os filhos; dão mais valor a uma mesa de jogo e outros vícios do que velar por sua prole como verdadeiros responsáveis por sua procriação. Está no culminante momento dos pais olharem por seus filhos, do que serem eles tachados como transviados, qualquer jovem aceita tudo o que não presta, para satisfazer vontade ainda despreparado, o moço é um aventureiro cultivador da ilusão. Pais não deixem que seus filhos sejam advertidos pelas autoridades dêem mais conforto com seus conselhos, observem os passos, exijam mais respeito e façam corresponder com seus imperativos paternais, não deixem enquanto menor absolutamente ficar até altas horas vagando pelas ruas como é visto nesta cidade, não viciar naquilo que lhes pode trazer futuros dissabores, ofereçam-lhes uma religião. Vocês que são pais ajudem a edificar uma sociedade sadia, patriótica, que será admirada por todos os povos, não sejam, portanto pais transviados e sim responsáveis. Acompanhem a minoria dos pais que ainda é uma exceção que bem saber criar seus filhos tornando-os bons brasileiros (*sic*) (*Tribuna de Minas*, 27/05 /1967).

O referido texto criticava os pais acusados de não darem a atenção necessária a educação de seus filhos, considerando a maioria destes como “pais transviados”, em decorrência dos sérios problemas relacionados à juventude. Os pais eram responsabilizados pelo caminho “degradante” em que os jovens estariam percorrendo no país. Certamente a elite católica é quem deveria ser copiada na educação dos filhos. De modo geral, a juventude era vista como imatura e vulnerável aos erros, as aventuras e a ilusão destemida, sendo incapaz de decidir sobre sua vida.

Dessa forma evidencia-se que a *Tribuna de Minas* realizava uma alerta para que as famílias estabelecessem um rígido controle sobre a mocidade, de modo que esta não se envolvesse em manifestações polêmicas e contrárias a ordem então vigente, não entrando em conflito com as autoridades. Posicionamento este contrário à mobilização estudantil nesse cenário de fortes tensões entre o governo e a sociedade civil organizada. Assim defendia a necessidade de uma educação mais rígida com maiores cobranças dos pais, associada aos princípios morais, cristãos e patrióticos para a formação de “bons brasileiros”, de acordo com os ideais proferidos pelo sistema.

Nesse sentido, é possível perceber a circulação do imaginário de que os jovens deveriam ser tutelados pela família em primeiro lugar, depois pela Igreja e o Estado, para que estes fossem inseridos na estrutura social vigente, sem, no entanto modificá-la.

Mesmo após a implantação do regime militar no país, a questão da formação dos estudantes para o exercício da democracia era abordada pela imprensa do Pontal Mineiro. Logo merece destaque o artigo “Como educar para a democracia”, publicado pelo jornal *Cidade de Ituiutaba*:

O comportamento democrático de um povo impõe a sociedade o dever de educar os cidadãos a fim de que estes exerçam o direito de eleição com consciência esclarecida [...] De qualquer forma os debates na Academia Evangélica de Loccum demonstram que a democracia política não é um sistema intuitivo e que se devem preparar os jovens cidadãos a uma posição pessoal consciente que lhes permita avaliar e escolher as suas opções políticas, o que é, de fato, bom para a sociedade, para a coletividade, acima de sua visão individualista, livres de dogmas e tabus (*Cidade de Ituiutaba*, 14/10/1967).

O texto acima descrevia as discussões realizadas na Alemanha Ocidental no ano de 1959 no âmbito da Academia Evangélica de Loccum em relação à educação da juventude. Preocupação esta que girava em torno do posicionamento político dos jovens. Nessa ocasião, afirmava-se que a formação política dos estudantes não deveria se restringir a uma educação

cívica. Contudo, reiterava-se a importância de uma educação que visasse o desenvolvimento de uma ampla visão sobre as estruturas políticas, em detrimento a consciência sentimental de uma comunidade.

De modo geral, percebe-se que o jornal *Cidade de Ituiutaba*, apesar de veicular severas críticas ao movimento estudantil politizado nesse período, como foi discutido anteriormente, apresentou contraditoriamente por meio desse único artigo, a defesa de uma educação que possibilitasse o desenvolvimento de uma consciência coletiva para o exercício da democracia através do direito ao voto nas eleições. Fato que demonstrava a inserção de uma posição progressista nesse editorial de tendência conservadora.

Em 1967 os protestos contra a Guerra do Vietnã iniciados em *New York*, sob o lema “Faça amor, não faça guerra”, tiveram repercussão na Europa e em outras localidades nos Estados Unidos e se constituíram em estopim para o movimento de contracultura juvenil. De forma que no ano de 1968 acontecia uma efervescência de manifestações dos jovens por todo o mundo. “Ocorreu verdadeira revolução dos costumes. Havia a necessidade de quebrar velhos tabus e destruir valores estabelecidos” (CARMO, 2000, p. 50).¹³⁹

Essa onda de “rebeldia juvenil” intensificou ainda mais a preocupação e a discussão de diversos setores da sociedade brasileira sobre a questão da educação da juventude diante das novas práticas culturais vivenciadas pelos jovens.

Nesse sentido destaca-se também a “Crônica de verão: Juventude cabeluda”, de autoria de Ironides Rodrigues, publicada pela *Tribuna de Minas*, a qual realizava uma avaliação sobre as manifestações culturais da juventude de então.

Um belo rapaz de vasta cabeleira feminina passou pela rua, numa ostensiva calça blue-jean, já desbotada pelo tempo. Ruídos de protestos se ouviram, de velhos caturras, em sinal de desaprovação. Não faltou uns velhos Catões, que lançaram a sua perfídia senil e gagá: ‘Que pena a policia não tosar êstes cabeludos e não lhes dar uma sova, para criarem vergonha’. Como são hipócritas estes nossos antepassados, cujos desvários da mocidade causaram arrepios [...] Confesso que esta rebeldia dos jovens, em face da ética e das convenções sociais, me agrada e alegra. O moço jamais poderá ser orientado por uma velharia borocochão, cujo passado não merece o menor respeito das pessoas austeras. O jovem olha os desmandos incuráveis do Brasil e verifica que nada desta decadência cultural é produto de elemento novo. Tudo é obra de pessoas que ultrapassaram a casa dos quarenta [...] Que andem com seus

¹³⁹ O movimento de “Maio de 1968” na França foi produto da juventude, que se caracterizou em um projeto de renovação social, através do embate entre velhos e novos atores políticos, como o então presidente De Gaulle, o Partido Comunista Francês (PCF), as centrais sindicais, a classe operária, os jovens trabalhadores, os universitários e secundaristas e a nova esquerda. Tal confronto resultou na queda de De Gaulle em 1969. “Maio de 1968 tornou-se um mito dos anos 1960, graças a sua superexposição midiática e ao seu caráter ideológico enigmático” (GROPPO, 2000, p.550). Como reflexo de tal agitação, os governantes e as classes dominantes por todo o mundo passaram a temer e a vigiar de perto os estudantes.

cabelos cacheados à Rónnie Von, que façam de Roberto Carlos o seu ídolo e que só cantem as baladas estrangeiras do Agnaldo Timóteo, eles estão no seu genuíno direito, de liberdade pessoal e mental. Mas, o que desaprovo nesta meninada rebelde é a sua falta de cultura e de experiência diante da vida. Se estudasse mais as coisas do Brasil e deixassem de lado a influência nefasta da pior cultura norte-americana. As histórias de quadrinhos, as Seleções Rilder Digest, os péssimos livros policiais, o iêiêiê tirado das pseudo músicas ianque, todos êstes fatos abonam a mentalidade da nossa juventude cabeluda [...] (*sic*) (*Tribuna de Minas*, 06/02/1968).

Por meio da crônica acima, evidencia-se críticas do autor a desaprovação de adultos conservadores em relação aos empreendimentos culturais da juventude brasileira. Destaca-se que os setores conservadores da sociedade de então já tratavam os movimentos sociais como casos de polícia, devendo estes ser reprimidos.

Em seguida, o autor afirmava que a “decadência cultural” vivenciada no país era produto de pessoas maduras, que ultrapassaram os quarenta anos de idade e não dos jovens. Também realizava críticas sobre a influência ianque e norte-americana nas músicas brasileiras, defendendo a importância da expressão dos valores nacionais. Discussão esta muito comum no final da década de 1960.

Apesar da censura e do autoritarismo a diversos setores da sociedade brasileira, o país passava por uma fase de efervescência cultural, com destaque para o teatro e a música popular.

A partir de 1965, têm início os festivais de música e com eles o surgimento de compositores como Chico Buarque de Holanda, Geraldo Vandré (cuja música ‘Pra não dizer que não falei de flores’ encarna o sentimento anti ditadura dos estudantes de todo o país), Milton Nascimento, Gilberto Gil, Caetano Veloso etc. Como contraponto surge também Roberto Carlos – ‘o rei da jovem guarda’ – cuja música é mais comercial e desvinculada de preocupações políticas. No teatro Millôr Fernandes, José Celso Martinez, Oduvaldo Viana Filho (Vianinha), Chico Buarque e outros foram responsáveis por espetáculos como o ‘Show Opinião’, ‘Liberdade-Liberdade’ e ‘Roda-Viva’ de forte cunho político. Contudo, o terrorismo de direita não dá sossego a esses grupos de teatro (GERMANO, 2005, p. 116).

A produção musical brasileira dos anos de 1960 era influenciada pela polêmica e rivalidade entre ritmos estrangeiros, como a música *pop* e as correntes nacionalistas. Logo a crescente participação dos estudantes nos movimentos de contestação ao governo militar,

esquentava o clima dos festivais de música que buscavam expressar a opinião pública sobre as questões do momento (CARMO, 2000).¹⁴⁰

Tais manifestações culturais demonstravam a insatisfação crescente das classes médias intelectualizadas e de universitários em relação ao governo ditador (GROPPO, 2000). No entanto, os artistas que se empenharam na tarefa de se utilizarem da arte revolucionária de teor politizado e crítico foram severamente perseguidos pelo regime militar.¹⁴¹

É perceptível que o autor da crônica “Juventude cabeluda” apresentava uma tentativa de defesa do direito dos jovens de se expressarem culturalmente por meio da arte. Mas, por outro lado, considerava essa juventude rebelde e imatura, apresentando uma visão conservadora, ao se referir aos cabelos longos, como femininos. Verifica-se que novamente era realçada a ideia de que os jovens seriam incapazes de conduzirem suas próprias vidas.

A discussão sobre o sentido da juventude tomou conta das páginas do *Correio Católico*, principalmente nos anos finais da década de 1960, como reflexo da preocupação da Igreja com a formação dos jovens, nesse período de turbulências por todo o mundo. Observa-se o artigo “Endeusamento da Juventude”:

AFINAL: que é a juventude? Vamos vê-la, assim como ela é, sem diminuição e sem exâgero? A JUVENTUDE de hoje assim como a de ontem, é a passagem bio-psicológica de uma idade. Não é um estado propriamente. Nem constitui uma classe determinada com direitos igualitários como as demais. É uma idade importante na vida do homem. Pois lançam-se as bases do futuro, amor, amizade, profissão, estado de vida, etc” (sic) (*Correio Católico*, 30/11/1968).

O *Correio Católico* veiculou durante o período estudado representações sobre a juventude que incitavam que esta deveria receber orientações da família e da Igreja para a formação do cidadão condizente com os princípios cristãos. Foram catalogados quarenta e dois artigos que circularam durante os anos de 1950 e 1960 nesse viés.

¹⁴⁰ No carnaval de 1967 estudantes no Rio de Janeiro em protesto contra o governo, cantaram a paródia “Farsa Negra” da música “Máscara Negra” do compositor Zé Kéti. Esta apresentava a seguinte letra: ‘Quantos tiras/ oh! Quantos gorilas/ mais de mil milicos em ação/ Estudante está apanhando/ Pelas ruas da cidade/ Gritando por liberdade/ Está fazendo três anos/ Que o seu Castelo entrou/ Eu sou aquele estudante/ Que apanhou/ Mas que gritou/ Gritou/ E nesta farsa tão negra/ Que esconde a verdade/ Eu quero gritar liberdade/ Vou gritar agora/ Não me leve a mal/ Fora o marechal’(POERNER, 1995, p.257).

¹⁴¹ A arte revolucionária nos anos de 1960 foi utilizada em diversos setores como o cinema, teatro, música, literatura, poesia e artes plásticas. “Na literatura dos anos 1960, encontram-se romances que se abriram as discussões sociais imediatas ou refletiram questões políticas abertas pelos movimentos de contestação: Antonio Callado em *Quarup* (1967) e *Bar Dom Juan* (1971, que discute a „esquerda festiva”), Carlos Heitor Cony *Pessach - A travessia* (1967), Érico Veríssimo em *Incidente em Antares* (1970), Ignácio de Loyola Brandão com *Zero* (que censurado no Brasil, só foi lançado na Itália em 1970). Quanto à poesia, primeiro, antigos poemas de caráter político e social foram retomados, como o *Operário em construção*, de Vinicius de Moraes, e *A rosa do povo*, de Carlos Drummond de Andrade” (GROPPO, 2000, p.286).

É importante destacar que circularam, no final dos anos de 1960, representações que indicavam o caráter de dualidade da juventude brasileira, ou seja, a divisão entre jovens “orientados” e jovens “desorientados”, avaliação que tinha como base os princípios morais cristãos. Nessa perspectiva salientam-se os artigos dos dois jornais de orientação católica: “Dois tipos de Jovens” (*Correio Católico*, 04/12/1968); e “Dois tipos de juventude” (*Tribuna de Minas*, 11/02/1969).

O jovem visto como “desorientado” era o principal foco de atenção desses impressos. Este era severamente criticado por suas novas práticas culturais e pelo seu distanciamento dos preceitos morais cristãos.

[...] Não sabendo orientar suas fôrças, o jovem se torna vítima delas: é a sensualidade desenfreada, o rancor as tradições familiares, as rixas entre companheiros, os vícios (como alcoolismo, narcóticos, jogo), a indolência e a leviandade [...] (*sic*) (*Correio Católico*, 04/12/1968).

A sensualidade é novamente destacada como umas características malévolas desses tempos, além da negação de outros aspectos que caracterizavam a cultura juvenil:

A JUVENTUDE sensual, desfibrada e cômodista, confinada dentro do horizonte estreito do próprio individualismo? São os que gostam dos clubes barulhentos, das festas noturnas, das futilidades, dos namoros frívolos, da vadiagem e do não fazer nada [...] Esses não acordaram para a tarefa que lhes cabem na construção do mundo [...] (*sic*) (*Tribuna de Minas*, 11/02/1969).

Em contrapartida, o jovem “orientado” deveria ter como características principais a lealdade a religião, a fuga aos hábitos “mundanos” e a preocupação com o futuro e a família, trabalhando pela “paz e fraternidade”, de forma que este:

[...] segue o caminho de vida indicado pela sã razão e pela santa religião [...] evitando o que é mal, prejudicial, leviano, aceitando o que é útil, bom e sério. O jovem orientado lança as bases para o seu porvir profissional e vocacional. Trabalha hoje em função do dia de amanhã. Pensa na família, não para praticá-la e condená-la, mas para continuá-la, evitando seus defeitos. Aprimora sua humanidade na prática da religião que não é velho costume de velhos e decrépitos [...] (*Correio Católico*, 04/12/1968).

Nesse sentido, os referidos jornais realizavam apelos para que o jovem que se encaixasse no modelo “desorientado” fizesse uma revisão de seus erros e buscasse os fundamentos da religião para a edificação de seu caráter, controle de seus instintos e para seu

desenvolvimento integral e da família no processo de reconstrução do mundo. Além disso, buscavam alertar as famílias e a sociedade letrada em geral para uma rígida educação e controle de seus filhos, baseados na moral cristã.¹⁴²

Desse modo, o jovem era mais uma vez associado ao futuro, entendido como um ser que deveria protagonizar novos tempos, mas, não o presente. Fato que também poderia estar vinculado à estratégia de manipulação da juventude, por meio da restrição de suas ações.

A semelhança de conteúdo entre os dois artigos pode indicar que o *Correio Católico* de Uberaba, era lido pela *Tribuna de Minas* de Uberlândia e vice-versa, bem como a existência de diálogo entre esses dois órgãos da imprensa, visto que ambos eram de orientação católica. Além desses, também foram evidenciados diversos outros artigos, notícias e matérias jornalísticas em geral, de caráter semelhante nos diversos jornais pesquisados no Triângulo Mineiro.

Nesse sentido, corrobora-se com a interessante afirmação de que no meio jornalístico, “Entre os produtores-consumidores de noticiais que formam o círculo íntimo do público de um repórter, incluem-se também repórteres de outros jornais, que constituem seu grupo de referência profissional mais amplo” (DARNTON, 1990, p.49).

Em decorrência das polêmicas enfrentadas pelo movimento estudantil, conhecido como manifestação de rebeldia juvenil, devido à onda de protestos que se espalharam por todo o mundo, principalmente no ano de 1968, reforçou-se a ideia de uma “crise da juventude”. Logo a discussão sobre tal temática passou a ser emergente em diversos setores letrados da sociedade triangulina.

Em Minas, de tradição conservadora de um forte poder oligárquico – mesmo tendo sido na colônia o espaço de onde se deu a ‘Inconfidência Mineira’ e parte da luta pela independência -, os movimentos estudantis em 1968 vão combinar os sonhos utópicos internacionais com as lutas contra a ditadura militar. Houve cortes e combinações com as diferentes características da história local. Entre os jovens mineiros, as mudanças na cultura e nas formas de convivência serão profundas, nas maiores cidades, ao lado da permanência de culturas e manifestações tradicionais, na maioria dos municípios. Muitos dos participantes ativos do movimento estudantil iriam no futuro ocupar papéis importantes em diversas áreas profissionais e mesmo na política institucional (VIEIRA, 1998, p.89).

¹⁴² Os anos de 1960 marcaram uma verdadeira “revolução sexual” entre os jovens, com o surgimento da pílula anticoncepcional que permitiu grandes transformações na sexualidade ocidental, acarretando em uma crescente desvalorização da virgindade entre as mulheres e do casamento tradicional. Assim passaram a ser legitimadas novas liberdades no campo dos prazeres e dos relacionamentos, abrindo caminho para os movimentos feministas e homossexuais na década de 1970 (GROPPO, 2000).

Nesse cenário de efervescência juvenil, observou-se que a questão da juventude e o movimento estudantil no Triângulo Mineiro passaram a ser observados e controlados por setores tradicionais dominantes.

Dentre os eventos que discutiram o então contexto, salienta-se a realização de conferência proferida pelo professor Domingos Pimentel de Ulhôa no *Rotary Club* de Araxá em abril de 1969. Esta apresentava o intuito de debater os motivos e as saídas para a chamada “crise da juventude” e recebeu notório destaque pela *Tribuna de Minas*, publicada com o título “Juventude... e lei... e ordem”. Tal jornal apresentou posicionamento complacente com a visão enunciada, assim como se pode observar nos trechos em evidência a seguir:

[...] Companheiros o motivo dêste enfoque, jôgo de meio campo, é fundamental na abordagem dos problemas da juventude, pois ‘é banal dizer que todos assistimos a uma crise da juventude. Menos banal seria definira natureza exata desta crise e identificar os fatores que a determinam ou condicionam’ [...] a juventude está EM crise ou a juventude está NA crise? A juventude na sua face minoritária de alienação, de alucinógenos, de delinquência, de protestos, de sexo, de violência, temerosa de entrar no futuro super organizado que a espera, representa apenas curtos circuitos esparsos numa rêde estruturalmente deteriorada, ou choques condicionados em série e comandados por uma chave geral? ‘Os problemas (da juventude) são sérios, universais, e sobretudo, nada novos. As soluções são naturalmente antigas... Mas que desafio significa efetua-las!’ [...] ‘É preciso convencer nossa mocidade de que, em lugar de atirar pedras, deve juntar essas pedras e, com elas construir alguma coisa. É preciso dar um ideal a essa juventude. Se ela não tiver um ideal vai arrasar tudo. Encurtando passos: 1) o problema velho como é, não pode ser político. Tem, na verdade, um contraponto político, capitalizado e desfrutado por profissionais da subversão’[...] (sic) (*Tribuna de Minas*, 29/04/1969).

O conferencista utilizou metáforas para discutir a questão da juventude no país. Defendeu uma visão contrária a oposição do movimento estudantil ao regime civil-militar, de forma que os jovens militantes foram arduamente criticados por realizarem seus protestos, sendo acusados de não contribuírem para a melhoria da nação.

Em seguida foram expressas representações estritamente pejorativas à parcela dos jovens que realizava protestos contra o governo, responsável pela chamada “crise da juventude”, sendo rotulada como “alienada”, “usuária de drogas”, “delinquente”, “vulgar”, “violenta” e “desordeira”.

Na sequência do pronunciamento, o palestrante afirmou que a juventude necessitava de ideais, transparecendo mais uma vez o imaginário de que esta seria incapaz de pensar autonomamente em um mundo novo. Logo acusava os militantes de serem desocupados e

vazios intelectualmente. Assim buscava mobilizar a opinião pública para o controle da mocidade brasileira, em decorrência do risco desta trazer maiores “problemas” ao país, devido à influência da infiltração de ideologias subversivas entre esta.

Dessa forma, é possível observar a veiculação de um discurso que afirmava a ocorrência de “manipulação” dos jovens pelos “subversivos”. Em contrapartida, pela elite dominante receberiam um “ideal” e não manipulação.

De modo geral, a referida reportagem divulgava o imaginário de que a “crise da juventude” seria um problema universal e antigo na sociedade, não se relacionando ao cenário político de então, isentando assim a responsabilidade do governo com os conflitos ocorridos. Ou seja, de acordo com essa visão o problema seria a mocidade rebelde que infligia a lei e a ordem e não o sistema político opressor.

Nesse sentido, percebe-se a existência de uma visão cristalizada de que a juventude seria uma fase difícil, de imaturidade. Essa rebeldia, portanto, deveria passar, de forma que, os jovens não seriam passíveis de serem atendidos, mas deveriam ser instruídos e controlados pelos adultos. Logo se corrobora com a perspectiva defendida por Dayrell (2003, p. 41) de que “[...] essa idéia se alia a noção de moratória, como um tempo para o ensaio e erro, para experimentações, um período marcado pelo hedonismo e pela irresponsabilidade, com uma relativização da aplicação de sanções sobre o comportamento juvenil”.

Nesse cenário de efervescência do movimento estudantil por todo o país e o mundo no final da década de 1960 e as constantes acusações de subversão dirigidas a UNE, devido ao recrudescimento do regime civil-militar aos protestos dessa entidade contra o governo, a discussão sobre os comportamentos da juventude se constituiu em temática emergente a ser debatida pela imprensa nacional e também da região.

Em outubro de 1969 o *Correio de Uberlândia* publicava o artigo “Caminha a Juventude” de autoria de Ivo J. Oliveira, como pode ser observado abaixo:

Nos dias atuais a juventude vem sendo a preocupação constante de todos os setores de atividades, dada a importância de que reveste o seu conceito e o momento é por demais adequado para quem deseja emitir sua opinião sobre os jovens. Na sociedade onde se projeta a ação da mocidade, temos notado que as atrações de seus gestos e as conseqüências surgidas, provocam os mais incertos comentários, porque as transformações ainda que parciais, surgem a cada momento, com surpresas ora agradáveis, ora desoladoras. Quando os contatos sociais e as reuniões se sucedem e se realizam dentro dos melhores propósitos para o bom entrelaçamento da mocidade, os resultados são notórios e aplaudidos e melhor se verifica a essência do respeito humano consagrando a chamada liberdade que tanto almejam. Falam alguns críticos mais severos que a mocidade não está bem orientada

pelos mestres, e nem mesmo pelos progenitores, porque os procedimentos dos filhos não coincide com a vontade dos pais. Outros admitem que as drogas daninhas são culpadas pelos desequilíbrios que a mocidade vem enfrentando. E por aí a fora vai surgindo uma série de conceitos, alguns dando plena razão para que a mocidade enfrente sôzinha os problemas humanos da atualidade, tomando as lições árduas, às vêzes, dentro da sucessão de fatos que a capacitarão a tornar-se líder de organizações, imbuídas dos mais sadios princípios de honestidade e bem viver além do amor ao próximo. No seio da mocidade existem os ensinamentos que devem partir de casa e depois dos mestres, são joguetes daninhos e perniciosos que se dizem parte integrante da juventude, embora de juventude só tenham idade contornando um vazio muito sério. E êstes mesmos elementos que, não se ajustando à verdadeira juventude capacitada, estudiosa e responsável, irão se constituir verdadeiramente em verdadeiros monstros provocadores da desordem, até atingirem a faixa de ação preventiva de Órgãos Públicos. Inegavelmente, haverá, até certo ponto, tolerância até que seja atingida a perfeição que tanto almejamos para os de hoje e os de amanhã. A separação do jôio do trigo poderá ser feita como condição normal do meio, censurando os maus e destacando os feitos dos bons, como imperativo da própria mocidade. A juventude extraviada é, no nosso entender, uma minoria que surge aqui e acolá, nos mais variados setores, destacando-se por grupos irresponsáveis perante a família e as leis e se jogam aos olhos de todos, em variadas demonstrações de anarquia, porque não possuem nenhuma outra qualidade com que se distinguiem ante os demais. E por que não sabendo o peso de um níquel, nem as dificuldades que surgem dentro do ganha-pão dos semelhantes, pouco se importam com supérfluos gastos, contando que atraem para si as atenções dos que circunstancialmente as rodeiam. São todos aquêles que, não tendo capacidade alguma para o trabalho, para os estudos e bons costumes, julgam-se com direito de pertencer a exemplar mocidade de hoje, quando só poderiam se incorporar amesma, após recuperados ou reformados. A liberdade de expressar tudo aquilo que lhes diz respeito deve também ser um privilégio dos jovens, se êstes se dispuserem a empunhar a verdadeira bandeira da juventude, para estamparem-na onde, quando e melhor entenderem, dêse que estruturados nos verdadeiros princípios que levam seu prestígio dentro da comunidade, com sua melhor participação para o orgulho e alegria de todos nós. Então, a mocidade poderá ser ouvida (*sic*) (*Correio de Uberlândia*, 14/10/1969).

Por meio desse artigo, percebe-se a eminente preocupação do jornal representante da elite local com o direcionamento das ações da juventude, em decorrência do cenário de tensão entre movimento estudantil e governo. Assim foi discutida no texto a divisão de opiniões relacionadas às manifestações estudantis, as quais segundo o autor seriam incentivadas pela sociedade, podendo provocar agradáveis ou tristes surpresas.

Na sequência foram apresentados diferentes posicionamentos em relação às ações estudantis. Segundo o autor, de um lado havia os que realizavam críticas aos professores e a família, os quais seriam considerados responsáveis pelo “mal” comportamento de parte dos jovens nesse período, e que não estariam contentes com as atitudes destes. O uso de drogas também foi apontado como uma das causas do chamado “desequilíbrio” da mocidade. Por

outro lado, existiam os que eram favoráveis ao embate da juventude com os problemas da época, sendo esta imbuída dos princípios cristãos de honestidade e amor ao próximo.

Após a menção desses diversos ideários que circulavam pela sociedade nesse contexto, o autor se posiciona contrário a militância política da juventude contra o governo, considerada como “daninha”, “perniciosa”, “monstruosa” e provocadora da “desordem” frente aos órgãos públicos.

Assim essa “juventude extraviada” foi caracterizada como uma minoria irresponsável, anarquista, sem qualidades e que não trabalhava e nem reconhecia o sacrifício dos pais para a sua sobrevivência. Esses jovens foram considerados incapazes para o trabalho, o estudo e os “bons costumes”, devendo estes passar por um processo de “reforma”. Desse modo, a mocidade deveria ser vigiada e até mesmo punida.

Logo se evidencia a severa crítica ao grupo de universitários de classe média, que compunha o movimento estudantil e engrossava os quadros de oposição ao governo ditador. Estes foram considerados nesse período, como porta-vozes radicais das insatisfações e expectativas das camadas médias urbanas frente ao cenário político do país (MARTINS FILHO, 1998).

Em contraposição ocorria a alusão a uma mocidade capacitada, estudiosa, responsável e que não se envolvia em manifestações. Nessa perspectiva, devia-se realizar uma censura aos jovens “maus” e separá-los dos “bons” e “ordeiros”.

O texto é finalizado com a defesa da ideia de que, a liberdade de expressão da juventude só poderia ocorrer se esta se espelhasse nos “verdadeiros princípios” que merecessem reconhecimento perante a sociedade, com uma participação digna de “orgulho” e “alegria” de todos. Ou seja, deveria estar de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo governo.

Nesse sentido, percebe-se claramente a veiculação pelo *Correio de Uberlândia* de representação pejorativa referente à juventude militante, participante do movimento estudantil, denominada de “juventude extraviada”, a qual era obviamente condenada e rejeitada pelos setores dominantes.

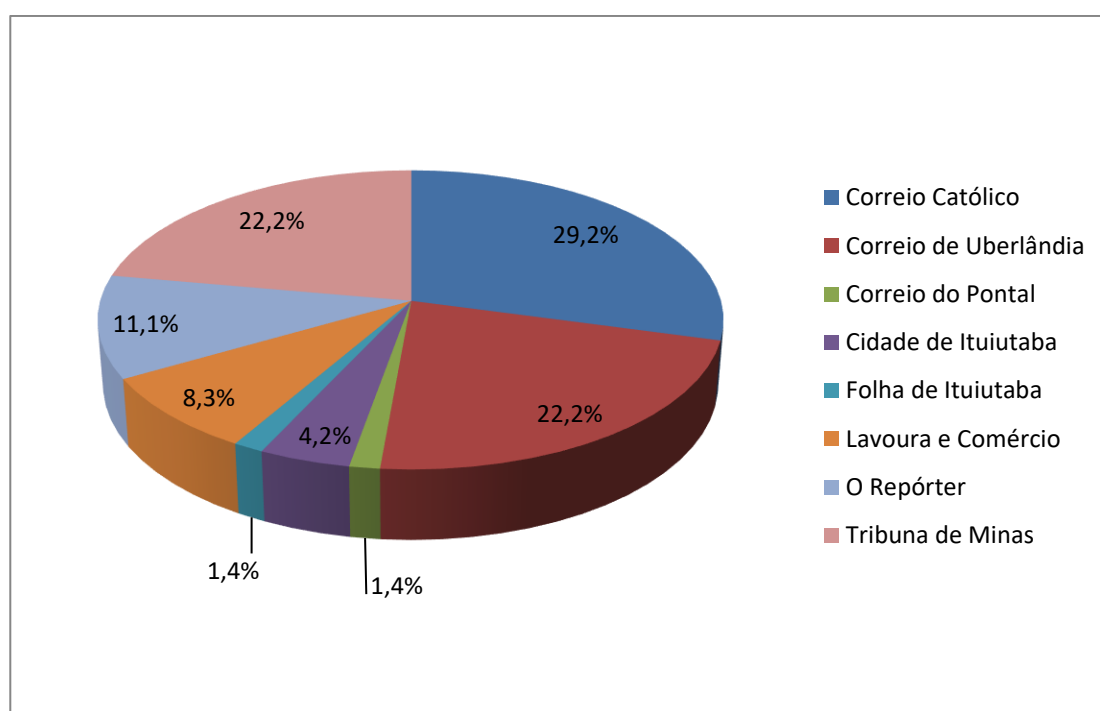
De acordo com tal ideário, a liberdade de expressão dos jovens só seria viável mediante a censura e a conversão dos indivíduos considerados “delinquentes” a um modelo ideal de juventude pacífica. Assim observa-se um posicionamento condizente com os

interesses do regime civil-militar, até porque não havia espaço para outro tipo de posicionamento, em decorrência da censura e repressão intensificadas pelo AI-5.¹⁴³

Como já mencionado anteriormente, principalmente durante os anos de 1950, ocorreu a veiculação da ideia do jovem como o “futuro da nação”. Nesse contexto, a ociosidade, os vícios e a falta de instrução, acompanhados da ausência das virtudes morais cristãs presentes entre parte da juventude eram considerados sérios obstáculos para o desenvolvimento.

Em relação ao percentual de textos encontrados em cada impresso sobre a representação da juventude, vislumbra-se o seguinte gráfico:

Gráfico 5 – Percentual de matérias que discutiam especificamente o sentido de juventude nos jornais de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia (1950-1969)



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017¹⁴⁴

Foi possível evidenciar de modo geral, que a imprensa escrita da região veiculou nos anos de 1950 e 1960 conteúdos de caráter moralista da juventude, distribuídos entre o total de setenta e dois textos diversos. Na segunda metade da década de 1960 intensificou-se o número de artigos preocupados com o sentido que a juventude deveria tomar, em especial destaque

¹⁴³ “Muitos dos que ‘combateram’ as práticas do Estado pós-1964 e pós-AI-5 ficaram desempregados, foram encarcerados e perseguidos. Muitos jornalistas igualmente desempenhavam uma militância de esquerda – de simpatizantes e engajados – e padeceram (muitas vezes com marcas na própria pele) por tais atitudes” (KUSHNIR, 2004, p.27).

¹⁴⁴ Não foi encontrado nenhum artigo que abordasse tal discussão no jornal *Correio do Triângulo* de Ituiutaba.

os jornais *Correio Católico* com 29,2%, *Correio de Uberlândia* com 22,2% e o *Tribuna de Minas* também com 22,2% do total do conteúdo analisado. Considerando-se o período de circulação desses três jornais, destaca-se que o *Tribuna de Minas* apresentou uma maior preocupação com tal problemática, considerando o fato de que este iniciou suas atividades somente no ano de 1966.

Por meio do gráfico anterior, também se observou a efervescência de tal assunto na imprensa de Uberlândia, a qual apresentou cerca de 55,5%, em seguida a de Uberaba com 37,5% e a de Ituiutaba com a estimativa de apenas 7% das matérias encontradas.

Logo se constatou a predominância de tal discussão nos impressos de orientação católica, *Correio Católico* de Uberaba e o *Tribuna de Minas* de Uberlândia, os quais representaram 51,4% do total de artigos que realizavam a discussão específica sobre o sentido de juventude e seu direcionamento, assim como indicou o gráfico 5.

Verificou-se que, a partir do final da década de 1950 e no decorrer dos anos de 1960, a juventude passou a receber diversos rótulos, veiculados pelos periódicos estudados, devido ao cenário de agitação cultural e política do país, assim como os de “transviada”, “cabeluda” e “extraviada” principalmente devido aos novos hábitos culturais juvenis.

Dessa forma, parcela dos jovens brasileiros foi considerada por jornais da região como “rebelde” e “imatura”, muitas vezes por contestarem os padrões conservadores estabelecidos e por realizarem manifestações políticas contrárias ao governo ditador.

Nesse cenário de “crise da juventude”, intensificado a partir do final da década de 1960, a imprensa no Triângulo Mineiro buscou mobilizar a opinião pública para que as famílias, os educadores de modo geral e os próprios jovens controlassem os comportamentos e as ações da mocidade, para que esta não se envolvesse em manifestações polêmicas e contrárias ao poder político vigente.

Foi perceptível uma constante preocupação dos jornais na região com a moralização dos jovens, que deveria ser fundamentada nos princípios morais cristãos católicos. Desse modo, a representação imagética sobre o sentido de juventude seguiu os interesses dos grupos que estavam no poder nessa conjuntura, assim como a Igreja Católica.

IV. 2 – A tentativa de normatização católica da mocidade nos impressos

A discussão sobre o empenho dos católicos em normatizar o sentido de juventude se apresentou necessária nessa pesquisa, devido à grande influência destes nos artigos dos jornais investigados. Logo é necessário retomar ao contexto global, marcado pelo grande projeto de recuperação do poder social da Igreja Católica, ameaçado pelas transformações ocorridas na modernidade.¹⁴⁵

A Igreja Católica no Brasil sempre se posicionou enquanto um agente educativo, desde a chegada dos primeiros Jesuítas durante o governo geral de Tomé de Souza ainda em 1549. Desse modo, a educação foi entendida como peça chave no seu trabalho de evangelização e propagação de sua doutrina entre os povos.¹⁴⁶

Com a Proclamação da República em 1889, influenciada pelos princípios positivistas e racionalistas, o Brasil decretou o fim da monarquia e do regime de padroado, se declarando um país laico e abolindo o ensino religioso das escolas oficiais (SAVIANI, 2007).

No entanto, a Igreja se mobilizou para recuperar o seu domínio em matéria de educação, principalmente a partir da década de 1920, em um movimento conhecido como reação ou restauração católica. Nesse sentido, foram criados a revista *A Ordem* e o *Centro Dom Vital*, tendo como principal pensador Dom Sebastião Leme.

Convém destacar que esse movimento de restauração católica no Brasil, para a saída da crise vivenciada após o laicismo da Velha República, baseou-se nos seguintes princípios:

A Tradição é entendida como a continuidade dos princípios fundamentais do cristianismo católico entre seu passado e seu presente. Ela fixa os elementos recebidos, é bem específica para o caso do Brasil, já que nação de herança católica. *A Escolástica*, especialmente os princípios filosóficos do tomismo, dá segurança, porque é a própria ‘filosofia perene’. Ela não está sujeita às contingências do espaço e do tempo, tanto quanto as outras filosofias. *O Magistério*, a esta altura já definido pelo Vaticano 1º como *infallível* em

¹⁴⁵ A Reforma Protestante iniciada por Martinho Lutero (1483-1546) na Alemanha teve um papel importante na formação da mentalidade moderna. Esta contestava a forma de organização da Igreja Católica, contribuindo para que a educação passasse para o domínio das autoridades laicas. Em contraposição, a Igreja organizou o movimento de Contrarreforma, convocando o Concílio de Trento (1545-1563) e retomando a concepção Escolástica medieval. Logo o desenvolvimento de novas ordens religiosas e seu papel na educação buscaram “frear” o protestantismo pelo mundo (CAMBI, 1999).

¹⁴⁶ A pedagogia católica se instalou no país, principalmente por iniciativa dos padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, em uma “pedagogia brasileira”, pois procurava se adequar às condições específicas encontradas na Colônia (1549-1599). A partir de 1599 ocorreu a utilização de um grande programa de estudos, na versão do “Ratio Studiorum”, adotado pelos colégios jesuítas em todo o mundo. Assim, no período de 1549 até 1759, data da expulsão dos jesuítas por Marquês de Pombal, primeiro ministro do reino português inspirado pelas ideias iluministas, a pedagogia cristã, de orientação católica, obteve plena hegemonia na educação brasileira (SAVIANI, 2007).

matéria de dogma e moral, garante, por sua autoridade, uma interpretação verdadeira de Revelação. Expressa-se sobretudo pelas *encíclicas*. Reconhece-se sua adaptação às realidades regionais através das *cartas Pastorais* da hierarquia católica (CURY, 1978, p.41).

Desse modo, a doutrina da Igreja seria formada por esses três elementos, a tradição, a escolástica e o magistério, os quais deveriam nortear o homem e a sociedade em um extenso movimento de intelectualismo religioso. De acordo com tal ideário, os princípios religiosos necessitariam ser ensinados para os leigos, abrangendo as instituições de ensino.

No estado de Minas Gerais o presidente Antônio Carlos de Andrada autorizou o ensino religioso nas escolas públicas no ano de 1928. Em nível nacional, esse ensino foi restabelecido pelo Decreto n. 19.941/1931 pelo Ministro Francisco Campos, após a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública no governo provisório de Getúlio Vargas em 1930. Desse modo, acreditava-se que o ensino religioso estaria imbuído da formação moral do jovem brasileiro. Nesse cenário, cerca de 80% dos estudantes secundaristas encontravam-se presentes nas escolas confessionais católicas (PACHECO, 2012).

É importante destacar que a Igreja foi um órgão privilegiado do exercício de poder no decorrer da história brasileira. Muitas vezes associada ao estado, ou se interpolando a este, mas sempre parceira no domínio da sociedade, estabelecendo estratégias de conquista e manutenção de influência nos setores públicos e privados (MARSON; JANOTTI; *et. all*, 1999).

A partir da década de 1930 até os anos de 1960, os educadores católicos disputaram a hegemonia do campo educacional no Brasil com os intelectuais renovadores, representantes do Movimento da Escola Nova, os quais defendiam principalmente uma educação pública, obrigatória, gratuita, laica e de coeducação dos sexos, princípios estes que contrariavam a estrutura das escolas confessionais dirigidas pelas congregações religiosas.¹⁴⁷

Dentro do movimento de renovação social da Ação Católica (AC), após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu o desenvolvimento de movimentos leigos que se espalharam entre a juventude. Logo foram criadas a Juventude Estudantil Católica (JEC); Juventude Universitária Católica (JUC); Juventude Operária Católica (JOC); Ação Operária Católica (AOC); e a Ação

¹⁴⁷ No entanto, a pedagogia tradicional católica não representou um confronto irreduzível com a pedagogia nova. O líder católico Alceu de Amoroso Lima reconhecia a importância de se considerar a criança como centro do processo educativo, bem como a valorização da atividade do aluno. A partir da segunda metade dos anos de 1950 e 1960, os colégios católicos passaram a se renovar metodologicamente, sob o risco de perder sua clientela, tendo em vista o sucesso dos métodos novos. Logo, os educadores católicos passaram a estudar Montessori e Lubienska, por meio de cursos e palestras, no entanto, sem abrir mão da doutrina da Igreja (SAVIANI, 2007).

Popular (AP), movimento mais radical defensor de uma revolução socialista “cristã”.¹⁴⁸ Além desses, também foram organizados outros espaços de atuação dos militantes da esquerda católica, como o Movimento de Educação de Base (MEB), os Sindicatos Rurais Católicos, dentre outros que possuíam caráter local.¹⁴⁹

Esses grupos tiveram importante destaque na militância política estudantil desse contexto agitado, principalmente na década de 1960, em torno das discussões relacionadas à educação e cultura populares, desenvolvimento do país, nacionalismo e transformação social.

IV. 2.1 – A ação da Igreja entre os discentes

A sociedade mineira desde seus primórdios foi marcada pela tradicional família católica de estrutura patriarcal. No Triângulo Mineiro durante os anos de 1950 e 1960 isso não foi diferente, este acompanhou tal tendência, de forma que a educação escolar em todos os níveis, principalmente a da mocidade pertencente às classes sociais mais favorecidas, era em grande parte dirigida por congregações religiosas que se imbuíram de tal missão.¹⁵⁰

Assim os renomados colégios confessionais propagaram os valores morais cristãos na região, sendo constantemente abordados pela imprensa. Foram catalogados trinta e três artigos que tratavam especificamente da temática dos estudantes e a sua formação com base nos princípios religiosos. Destes, dezessete foram publicados exclusivamente pelo *Correio Católico*, o qual representou cerca de 51,5% desse conteúdo. Logo se assinala que a Igreja Católica representava poder consolidado nessa região.

¹⁴⁸ Os setores esquerdistas mais radicais da JUC foram se distanciando da alta hierarquia da Igreja e criaram em 1962 a Ação Popular (AP), a qual se aproximou do PCB em crítica ao capitalismo e em defesa de transformações estruturais na sociedade brasileira, contando com a participação de universitários e secundaristas de todo o país (LIMA; ARANTES, 1984). No entanto, à medida que a AP foi se direcionando a luta armada no final da década de 1960, esta passou a perder militantes, pois se afastava da concepção humanista cristã.

¹⁴⁹ “A AC foi criada no Brasil em 1935 pelo arcebispo do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme, sob o governo de Getúlio Vargas, com o qual conviveu bem. A base para sua fundação foi o Centro D. Vital, inspirado pela *Action Française*. Fundado em 1922, o Centro aglutinava parte da intelectualidade católica conservadora e defendia um nacionalismo de direita. Sob direção de Jackson de Figueiredo, nos anos 20, apoiou os integralistas, movimento fascista brasileiro que contaria também com a simpatia do sucessor de Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima – que mais tarde se tornaria um expressivo intelectual católico de esquerda – e D. Hélder Câmara, que logo renegaria o fascismo: nomeado assistente da AC em 1947, foi sendo cada vez mais sensibilizado pela problemática social, até tornar-se verdadeiro símbolo do clero progressista” (RIDENTI, 1998, p.3).

¹⁵⁰ Dentre as tradicionais instituições de ensino organizadas e dirigidas por membros da Igreja nessa região merecem destaque: em Ituiutaba, o Colégio Santa Teresa e o Colégio São José; em Uberaba, o Colégio Nossa Senhora das Dores, Colégio Marista Diocesano e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino (FISTA); e em Uberlândia, o Colégio Cristo Rei e o Instituto Teresa Valsé Pantellini.

De acordo com os jornais investigados, a influência dessa instituição no meio discente promoveu a associação de parte dos jovens triangulinos ao movimento da JEC e também da JUC, em municípios com significativo contingente estudantil, como Araguari, Araxá, Campina Verde, Uberaba e Uberlândia.

Em abril de 1951 o *Lavoura e Comércio* destacava na nota “Concentração de estudantes” a atuação da JEC em Uberaba.

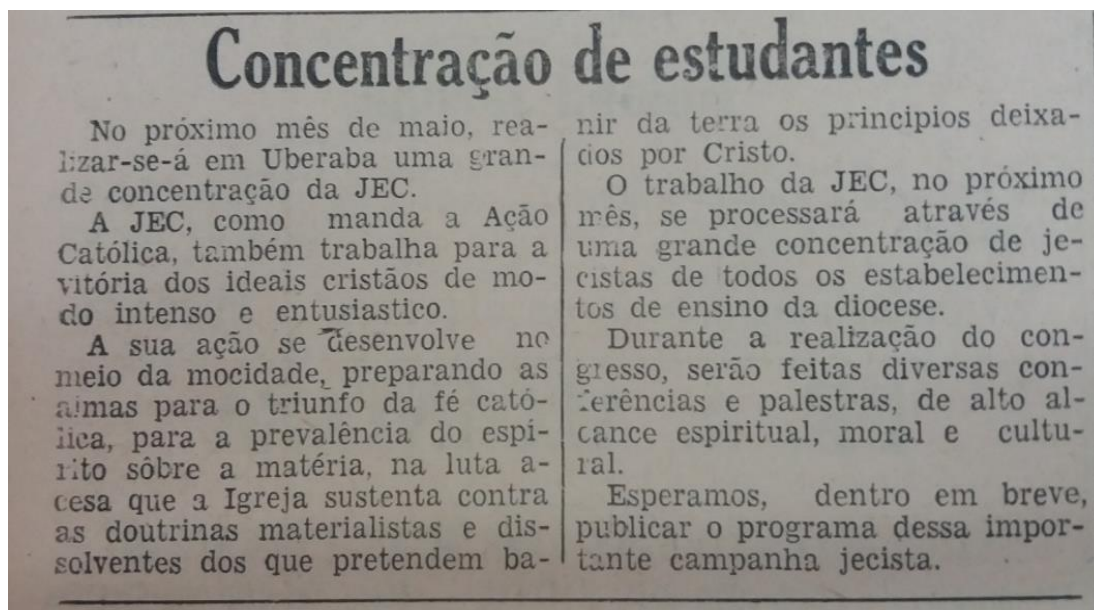


Figura 24: Anúncio sobre a “concentração de estudantes” promovida pela JEC em Uberaba ¹⁵¹

Fonte: *Lavoura e Comércio*, 27/04/1951.

Desse modo salienta-se o fato de que, o anúncio dos eventos relacionados à JEC nessa cidade não era de domínio exclusivo da imprensa católica. Tal entidade concentrava nesse cenário um grande número de secundaristas pertencentes especialmente às escolas confessionais católicas e também universitários da Faculdade de Filosofia São Tomaz de Aquino (FISTA).

Na sequência de atividades dos jecistas de Uberaba e Uberlândia no ano de 1951 destacam-se as matérias “Prosseguem com grande entusiasmo os trabalhos da concentração

¹⁵¹ “No próximo mês de maio, realizar-se-a em Uberaba uma grande concentração da JEC. A JEC, como manda a Ação Católica, também trabalha para a vitória dos ideais cristãos de modo intenso e entusiástico. A sua ação se desenvolve no meio da mocidade, preparando as almas para o triunfo da fé católica, para a prevalência do espírito sobre a matéria, na luta acesa que a Igreja sustenta contra as doutrinas materialistas e dissolventes dosque pretendem banir da terra os princípios deixados por Cristo. O trabalho da JEC, no próximo mês, se processará através de uma grande concentração de jecistas de todos os estabelecimentos de ensino da diocese. Durante a realização do congresso, serão feitas diversas conferencias e palestras, de alto alcance espiritual, moral e cultural. Esperamos, dentro em breve, publicar o programa dessa importante campanha jecista” (sic) (*Lavoura e Comércio*, 27/04/1951).

estudantil” (*Lavoura e Comércio*, 25/05/1951); e “Encerra-se amanhã a primeira Concentração da Juventude Estudantil Católica (*Lavoura e Comércio*, 27/05/1951). Estas noticiavam a realização de evento que reuniu jovens católicos da região, marcado por conferências realizadas sob a coordenação do Cônego Juvenal Arduini, no salão nobre da “Sociedade Rural do Triângulo Mineiro” em Uberaba, poderosa entidade de classe que fazia parte dos grupos que detinham o poder nesse cenário, a qual também demonstrou seu apoio aos jovens católicos.

O *Correio Católico* que se destacava como importante veículo impresso pertencente ao domínio católico, de grande circulação entre a população letrada local, divulgou e valorizou as ações empreendidas pela juventude em toda a região. Corroborar-se com o entendimento de que:

[...] a imprensa católica é uma espécie de termômetro da vitalidade da comunidade eclesial em cada uma das épocas históricas significativas. Através de uma leitura crítica dos periódicos se toma o pulso de atuação da Igreja, de suas posições e se pode contar com dados preciosos e diversificados para uma interpretação objetiva da participação dos católicos na vida da sociedade brasileira (LUSTOSA, 1983, p.11).

Nesse sentido, observou-se que no ano de 1953 o *Correio Católico* criou a “Coluna da JEC”, com o propósito de veicular na sociedade local representações favoráveis a tal movimento de jovens ligados a Igreja.¹⁵²

Da mesma forma, destaca-se o apoio dos jecistas uberabenses ao referido periódico. Já que segundo a “Coluna da JEC” (*Correio Católico*, 17/10/1953), tal movimento realizou intensa campanha para aumentar o número de assinaturas deste jornal, considerado órgão oficial dos cristãos da Diocese local. Fato que indicava apoio mútuo nesse momento entre os vários setores do movimento católico em Uberaba. Nesse sentido, buscou-se entender as ações dos estudantes nesse contexto a partir do entendimento de que:

¹⁵² Tal movimentação coincidia com as ações das escolas católicas diante a ameaça causada nesse período pelos defensores das escolas públicas em contraposição as instituições privadas e confessionais no movimento de discussão da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) enviada ao Congresso em 1948 e promulgada somente no ano de 1961. Como já assinalado anteriormente, ocorreram treze anos de intensos embates entre defensores da escola pública, incluídos renovadores, intelectuais, estudantes e trabalhadores e de outro lado, os representantes da escola particular, católicos e proprietários de escolas. A Lei nº 4.024/1961 teve orientação liberal de caráter descentralizador, garantiu a equivalência plena aos diversos ramos do ensino secundário que passaram a dar acesso a qualquer ao ensino superior, além de conceder autonomia aos estados para a organização de seus sistemas de ensino. No entanto, beneficiou amplamente a iniciativa privada e não criou condições que possibilitassem a universalização do ensino (SAVIANI, 2007).

É importante não superestimar as forças estudantis como autônomas e portadoras de um projeto de mudanças, elas mesmas desvinculadas do conjunto social, bem como não subestimá-las, considerando-as apenas massa de manobra a serviço da direita ou esquerda do país (FÁVERO, 1995, p. 12).

A Juventude Feminina Católica de Uberlândia iniciou suas atividades no município em fevereiro de 1953. Ao final desse ano, o *Correio Católico* publicou as atividades das jovens da cidade vizinha em reuniões durante todo o período. Dentre as atividades do órgão estavam o estudo da “[...] Estrutura interna e externa da Missa; Ano Litúrgico, A Missa e a vida cristã; Aspectos sociais da Missa; Espiritualidade Cristã centrada na Missa” (*Correio Católico*, 19/12/1953). Passagem que revelava o interesse profícuo dos dirigentes dessa entidade em Uberlândia em manter e atrair fiéis para a participação nas missas.

No início da década de 1950 o *Correio Católico* também demonstrou apoio a Juventude Operária Católica (JOC) publicando o manifesto desse movimento que denunciava as péssimas condições de trabalho dos jovens brasileiros, assim como se pode observar na coluna “Variedades” com o título “Manifesto ao povo e as autoridades”:

A JOC (Juventude Operária Católica) corpo representativo da juventude trabalhadora, realizou em todo o território nacional numerosos inquéritos sobre a saúde dos jovens trabalhadores. Em nome deles, e como parte integrante deles, lançamos este manifesto. Em primeiro lugar queremos denunciar o estado de sub-alimentação da maioria dos jovens trabalhadores do Brasil [...] Em segundo lugar as condições de trabalho vem agravar o estado de saúde da juventude trabalhadora [...] Diante desses fatos alarmantes a Juventude Trabalhadora Brasileira exige das autoridades competentes: QUANTO A ALIMENTAÇÃO [...] QUANTO AS CONDIÇÕES DE TRABALHO [...] Contamos sobretudo com a colaboração e apoio da classe trabalhadora e do povo em geral para as nossas reivindicações. Urge uma tomada de consciência e de posição por todo o povo brasileiro face a essa situação. Cada jovem trabalhador vale mais que todas as máquinas do mundo. JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA (*Correio Católico*, 22/11/1954).

Por meio do manifesto acima, é possível perceber a adesão do *Correio Católico* ao movimento da JOC, o qual se considerava parte integrante deste, por ser um órgão da imprensa de domínio da Igreja em Uberaba. Além disso, este demonstrava nesse momento ser favorável a uma educação popular e a defesa dos direitos dos jovens pertencentes à classe trabalhadora, chamando a atenção da população em geral para a tomada de consciência em relação às situações precárias de trabalho enfrentadas pela juventude em todo o país.

Nesse sentido, o referido jornal se apresentava condizente com o método de direcionamento desse movimento baseado nas ações de “ver-julgar-agir”, de forma que

deveria primeiramente ser observada por todos a situação dos jovens trabalhadores e dos empregadores, depois haveria a necessidade de julgar a realidade observada e por último agir no sentido de buscar solucionar os problemas encontrados, mantendo, no entanto, uma “harmonia” entre as classes (VIEIRA, 1998).

Desse modo, o *Correio Católico* apresentou, no início dos anos de 1950, um posicionamento condizente com o movimento renovador da Igreja de se preocupar com as causas populares, em especial com a classe operária urbana, e um direcionamento político relativamente progressista frente aos problemas da sociedade.¹⁵³

Em 23 de julho de 1955 realizou-se no Brasil o “XXXVI Congresso Eucarístico Internacional”, no intuito de definir as bases para que houvesse a divulgação nas igrejas da “Hora Santa dos Universitários”, por meio de sermões dos sacerdotes direcionados aos integrantes da juventude católica de todo o país (*Correio Católico*, 29/07/1955).

Os princípios que fundamentavam a doutrina da Igreja eram repassados a uma parcela dos jovens em Uberaba e divulgados pelo jornal católico na coluna “Hora Santa dos Universitários”, assinada pelo padre Alexandre Gonçalves Amaral, na tentativa de ampliar o movimento de evangelização da juventude.

No Pontal Mineiro, o renomado Colégio Santa Teresa, de ensino confessional feminino dirigido pelas Irmãs Missionárias Scalabrinianas São Carlos Borromeo em Ituiutaba, manteve contato com as Irmãs Dominicanas que coordenavam o Colégio Nossa Senhora das Dores de Uberaba. Nos anos de 1950 foram organizadas excursões de alunas e freiras em eventos comuns a esses colégios católicos de educação feminina na região.

Em maio de 1956, o *Correio do Pontal* apontou a realização de importante encontro de moças ligadas a JEC no Triângulo Mineiro, nas dependências do Colégio Nossa Senhora das Dores em Uberaba. Nessa ocasião, as alunas do Colégio Santa Teresa de Ituiutaba visitaram a instituição e participaram com entusiasmo do evento da juventude estudantil católica feminina da região, que contou com conferência proferida por Frei Mateus Dominicano, presidente da JEC masculina da capital mineira. Observa-se abaixo o artigo “Excursão à Uberaba” produzido por uma estudante do Colégio Santa Teresa em relação à realização de tal acontecimento:

¹⁵³ “Os católicos mais politizados foram influenciados pelo pontificado progressista dos Papas João XXIII e Paulo VI e indignavam-se com as desigualdades da sociedade brasileira e participaram das mobilizações políticas de trabalhadores urbanos e rurais” (PAULA, 2007, p.101).

A nossa cidade ainda não conhece as inúmeras e profícuas finalidades da JEC. Nós, em contato com as jecistas de Uberaba, Araguari, Uberlândia, Araxá e Campina Verde tivemos a feliz oportunidade de conhecer bem de perto quão importante é a atuação da JEC na sociedade. Em linhas gerais: É uma corporação de jovens estudantes católicas, imbuídas de senso de responsabilidade e espírito de sacrifício a serviço da formação moral e intelectual dos estudantes, com a preocupação constante de cristianizar seu meio. Os animadíssimos círculos, debates, conferências pela orientadora e dirigentes foram horas de intenso labor (*Correio do Pontal*, 24/05/1956).

Por meio de tal discurso é possível perceber reflexos de fascínio da jovem estudante pelo movimento jecista, mediado por um processo de doutrinação católica que propunha a veiculação dos princípios morais cristãos entre os discentes. Além disso, observa-se que em Ituiutaba as alunas do Colégio Santa Teresa, em meados da década de 1950, ainda não conheciam as propostas da JEC.

Corrobora-se de modo geral com a perspectiva defendida por Souza (2008), em decorrência de estudo realizado sobre a cultura escolar em São Paulo nesse mesmo período:

Nesses múltiplos vestígios de cultura escolar pode-se dizer que a disciplinarização das condutas era tão importante quanto a transmissão dos conhecimentos. Dispositivos de controle do corpo e da alma dos alunos eram ainda mais incisivos nas escolas confessionais católicas, masculinas ou femininas e, de modo especial, nos internatos. Nessas instituições, a disciplina era enriquecida com valores morais católicos, ressaltando a polidez e os bons costumes (SOUZA, 2008, p.196).

Assim esses movimentos da juventude direcionados pela Ação Católica e presentes principalmente nas instituições de ensino confessionais, encontraram nos jornais escritos importantes aliados na disseminação da cultura cristã na sociedade. Pois estes veiculavam representações favoráveis aos princípios de tais entidades, certamente mobilizados por interesses econômicos.

Em relação à concepção educacional defendida pela Igreja e veiculada na região, merece destaque o artigo “Supremo Ideal Pedagógico”, escrito pelo padre Alexandre Gonçalves Amaral, o qual se fundamenta na Filosofia Escolástica de São Tomaz de Aquino, ao afirmar que:

[...] o Supremo Ideal Pedagógico não é humano, porque é sobre-humano, é sobre-natural, é cristão. O homem só encontra o seu total acabamento no Criador [...] o Supremo Ideal da educação há de ser procurado, na sua totalidade, para que seus fragmentos não degenerem em oceanos de crimes (*Correio Católico*, 04/08/1956).

Desse modo, a educação deveria ser governada pelos princípios “sobrenaturais”, capazes de reorganizar o homem subjetivamente. Logo emergia a necessidade da moral como “[...] força disciplinadora a fim de manter a ordem e a estabilidade” (CURY, 1978, p.42). Assim, de acordo com tal ideário, para formar o homem seria fundamental formar o cristão, esperançoso de “desfrutar a glória na eternidade”.

Nessa perspectiva, o “bom cidadão”, deveria ser útil ao bem comum, ajudando ao próximo, pois este seria seu “irmão”, “filho de Deus”. Com base em tal pressuposto, foi incentivada entre os jovens estudantes a participação em campanhas assistencialistas na região, sendo frequentemente veiculadas pelo *Correio Católico*. Tais matérias enalteciam as atividades da juventude católica, além de representar nesse momento, a atenção da Igreja aos mais pobres e necessitados, buscando também atraí-los para essa instituição.

Em setembro de 1956, o título “Juventude Católica de Araguari promove desfile de modas” (*Correio Católico*, 21/09/1956), destacava a ação das alunas do Colégio Sagrado Coração de Jesus de Araguari filiadas a JEC, de organizar desfile de modas beneficente ao “natal da criança pobre do catecismo”. Tais iniciativas eram comuns nesse período nos colégios católicos de toda a região.

Em meados da década de 1950, o *Correio de Uberlândia* publicou a Coluna “Vida Católica”, a qual divulgava noticiários e artigos relacionados à Igreja no município e região, bem como as atividades promovidas pela JEC local. Desse modo, os jecistas uberlandenses eram constantemente elogiados e até mesmo apoiados por esse órgão da imprensa em ocasiões de realizações de diversas campanhas assistencialistas. Assim como indicou a nota “Juventude Estudantil Católica” (18/10/1956), a qual exaltava os representantes dos colégios locais integrantes da JEC por arrecadarem donativos para as instituições de caridades.

Durante o final dos anos de 1950 e início de 1960 circulou pela sociedade brasileira representações de entusiasmo em relação ao idealismo nacionalista da juventude estudantil. Logo os empreendimentos assistencialistas organizados por estudantes tinham destaque na imprensa.

A participação nessas campanhas assistencialistas pelos jovens católicos na região se intensificou nesse período que compreende o final da década de 1950 e início dos anos de 1960. Tal fato pode ser explicado pelo reflexo do processo nacional, tendo em vista que:

Após uma guinada à esquerda, em decorrência da atuação do Papa João XXIII, no ano de 1958, a juventude católica viveu um processo de absorção dos dogmas do Vaticano, que fundamentariam reflexões em torno das

questões sociais, dos pobres, dos miseráveis, dos excluídos (CACCIA-BAVA; COSTA, 2004, p.90).

No início dos anos de 1960, o *Correio de Uberlândia* continuou a divulgar as campanhas assistencialistas organizadas pelos secundaristas cristãos do município. Observa-se o seguinte comunicado anunciando a quermesse na Igreja Nossa Senhora de Fátima: “Realiza-se amanhã no pátio da igreja de N. S. de Fátima, na Vila Martins uma quermesse em benefício das construções daquela paróquia. O movimento é patrocinado por estudantes secundários locais [...]” (*Correio de Uberlândia*, 14/05/1960).

Na sequência dos acontecimentos, ocorreu a participação dos representantes da UESU em benefício a obras assistenciais vicentinas, por meio da organização de recital de soprano lírico no palco do “Cine Uberlândia”, divulgado pela Coluna “Vitrine” (*Correio de Uberlândia*, 15/05/1960).

Nesse sentido, salienta-se a presença marcante de ideários cristãos no meio estudantil secundarista em Uberlândia, de forma que parte desses estudantes esteve engajada em atividades e campanhas beneficentes em favor de obras assistencialistas para a Igreja Católica e instituições de caridade locais. Realidade bastante comum também evidenciada nos municípios de Ituiutaba e Uberaba no período do presente estudo.

No mês de setembro do mesmo ano, foi publicado pelo periódico católico uberabense o artigo “Fundamento Da Educação Da Castidade”, de autoria do padre Alexandre Gonçalves Amaral.

Nesse escrito era discutida a necessidade de uma educação para a castidade, de forma que esta promovesse orientações seguras para o desenvolvimento da sensibilidade humana. Tal proposta era baseada no pressuposto de que: “Se a vontade depende do intelecto e só este reclama a cooperação dos sentidos, segue-se daí que há uma interdependência ascensional harmoniosa, dentro do homem” (*Correio Católico*, 30/09/1960). Assim, de acordo com essa visão, os instintos sexuais poderiam ser controlados por uma sólida formação do intelecto.

A educação de acordo com a doutrina católica deveria levar em conta as duas realidades humanas: corpo e alma, ordem física e ordem moral. “O corpo humano não é visto como algo separado da alma humana. A educação integral católica não deverá separar aquilo que é unido no composto harmônico” (CURY, 1978, p.56).

É necessário salientar que a JUC em sua origem no Brasil apresentou um perfil conservador e clerical e foi organizada inicialmente no intuito de propagar os princípios cristãos na formação da futura elite do país, ao passo que:

A visão de mundo que deu origem à JUC estaria ancorada na doutrina medieval da Igreja: a tarefa do homem na Terra seria espelhar a ordem divina ideal, tanto em sua alma quanto na sociedade. Assim, a predisposição seria valorizar a ordem e a harmonia social, acatar as estruturas e as instituições existentes, cujos eventuais problemas estariam nas falhas das pessoas que as compõem. Caberia, no máximo, reformar as consciências individuais para que uma ordem harmônica e justa imperasse no mundo, espelhada na vontade de Deus (RIDENTI, 1998, p.3).

Somente a partir do final da década de 1950 essa entidade começou a se engajar politicamente, de acordo com os ex-militantes Haroldo Lima e Aldo Arantes, os jucistas participaram ativamente “[...] do movimento de política estudantil, debatendo os problemas estruturais da sociedade brasileira e as soluções que as correntes políticas propunham” (LIMA; ARANTES, 1984, p. 27). De modo progressivo, a JUC ultrapassou seus objetivos estritamente religiosos e preocupou-se com questões relacionadas à estrutura da sociedade e também com a reforma universitária.

Assim como assinalado anteriormente, em Uberaba a JUC teve presença marcante nos anos de 1950 e no início da década de 1960 sob a liderança de Cônego Juvenal Arduini, sacerdote que teve sua vida dedicada à expansão do ensino superior e ao exercício da docência universitária no município. Já que lecionou Filosofia durante o período de trinta e seis anos, de 1949 até o ano de 1985 (ARDUINI, 1992).¹⁵⁴

Em outubro de 1961 o *Correio Católico* destacava a participação da liderança da JUC de Uberaba em reunião nacional que seria realizada no Rio de Janeiro para a discussão de temas centrais de estudo dessa organização, assim como evidenciava o artigo: “Assistentes da JUC estarão reunidos no Rio a partir do dia 25: O Cônego Juvenal Arduini assistente da JUC em Uberaba estará presente ao certame”.

O revmo. Cônego Juvenal Arduini, assistente da JUC de Uberaba, será o representante do movimento jucista desta cidade. A JUC como se sabe, é um dos departamentos da Ação Católica, agrupando estudantes de nível superior. PROGRAMA DE ESTUDOS [...] O temário compreende: 1- Problemas da sociedade moderna; 2- Problemas religiosos do jovem; 3- Sentire Ecclesiae; 4- Jucismo e socialismo; 4- A JUC do Brasil: uma experiência original de Ação Católica; 6- A educação no Brasil (*Correio Católico*, 20/10/1961).

¹⁵⁴ Em 1949 o Cônego Juvenal Arduini foi um dos fundadores e professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomás de Aquino. No ano de 1954 exerceu a atividade de fundador e professor da Faculdade de Medicina do Triângulo. Em 1966, mais uma vez, foi fundador e professor da Faculdade de Ciências Econômicas e em 1975 responsável pela Faculdade de Zootecnia. Nesse período também foi professor da Escola de Enfermagem Frei Eugênio em 1956 e em 1973 da FIUBE (ARDUINI, 1992).

Percebe-se que a preocupação da JUC nesse momento esteve voltada em igual proporção para as questões: educacional, religiosa, política e econômica. Desse modo, era incentivado o engajamento político dos jovens jucistas em todo o país e também em Uberaba. Visto que tal entidade, nesse período pré-1964, se agitava em torno da discussão sobre os problemas sociais brasileiros. Almejava-se assim uma estrutura social baseada na conscientização e participação política dos diversos grupos sociais em busca de um sistema político democrático e pluralista (SIGRIST, 1982).

O Cônego Juvenal Arduini, assessor da JUC em Uberaba, engajado na Ação Católica Brasileira (ACB), apresentava um posicionamento político progressista, defendendo a ideia de que os cristãos tivessem responsabilidade com a justiça social.

A JUC que teve importante atuação no movimento estudantil mineiro se aproximava no início dos anos de 1960 dos grupos políticos de esquerda, passando a defender ideais socialistas. “A leitura e a discussão de Mounier, Maritain, Lebreton e Teilhard de Chardin, sob a liderança do Frei Mateus, criava uma nova cultura cristã voltada para as questões sociais e uma ação política transformadora” (VIEIRA, 1998, p.80).

Tais filósofos foram precursores do humanismo cristão na França durante a primeira metade do século XX. Logo o estudo das ideias desses autores influenciou significativamente o movimento de politização estudantil nesse contexto.¹⁵⁵

Conforme Gavião (2007), em pesquisa sobre a esquerda católica e a Ação Popular (AP) na primeira metade dos anos de 1960, a posição política assumida pela JUC nesse período seguia na direção dos autores humanistas cristãos franceses. Nesse sentido, não eram alinhados com o bloco soviético e nem reconheciam a necessidade de eliminação da propriedade privada dos meios de produção. Por outro lado, criticavam o sistema capitalista e defendiam o controle e a socialização dos meios produtivos em prol dos interesses do “bem comum” e das necessidades da “pessoa humana”.

No entanto, é necessário destacar que na hierarquia da Igreja Católica em Minas Gerais estavam presentes diferentes grupos que apresentavam ideais políticos e sociais

¹⁵⁵ “O pensamento de Maritain logo passaria a ser considerado ultrapassado pela ala esquerda da JUC, dada a magnitude de suas pretensões transformadoras, numa conjuntura de radicalização das lutas de classes na sociedade brasileira no princípio dos anos 60, contemporânea da ascensão do guevarismo na América Latina. Os autores preferidos, no âmbito do catolicismo, passavam a ser Emmanuel Mounier e Pierre Teilhard de Chardin. O primeiro pela dimensão cristã do seu existencialismo, frente a outros não cristãos. O segundo, por apresentar uma alternativa cristã para uma visão científica da História, e, assim, fazer frente ao aspecto científico do materialismo dialético de Marx. Os problemas da existência concreta e da História polarizam as indagações fundamentais dos militantes [...] A JUC e de modo geral a Ação Católica brasileira dividem-se, ao longo dos anos 50, em duas tendências divergentes: a dos discípulos de Maritain, que se tornarão democratas cristãos, e aquela dos discípulos de Lebreton e Mounier, que tomará o caminho do socialismo” (RIDENTI, 1998, p. 6).

convergentes. De forma que o posicionamento político da JUC passou a incomodar os setores mais conservadores da Igreja que não foram condizentes com a aproximação dos jovens cristãos com o ideário socialista (FRANCO, 2014).

Em Uberlândia, os jornais locais continuavam a saudar as iniciativas da juventude idealista cristã no município, assim como indicavam os artigos “UESU homenageará bispo Dom Almir Marques” (*Correio de Uberlândia*, 03/12/1961); e “Magnífica iniciativa da Juventude Cristã de Uberlândia” (*O Repórter*, 30/11/1961), o qual retratava a criação do Centro de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais de Uberlândia (CEPESU) em novembro de 1961.

[...] CEPESU – cuja finalidade é formar líderes sociais que atuem, orientados pelo denominador comum de um ideal, nos diversos setores de nossa realidade social. Contando com a colaboração de professores, sócios colaboradores culturais, que podem apenas opinar, mas não decidir. O Centro é fruto de iniciativa dos jovens, e sob sua inteira responsabilidade deverá sempre permanecer. Base doutrinária do CEPESU é a doutrina social da Igreja [...] Condição para ser sócio é concepção e vivência de princípios cristãos, de modo que as portas do Centro estão abertas não somente para católicos, mas também para pessoas de outros credos religiosos que, alias também aceitam o pensamento social da Igreja [...] A grandiosidade da almada juventude encontrou um Centro que é realmente polarizador de seus anseios e atividades, enfeixados em torno de um grande ideal humano e cristão. Avante, pois, juventude sonhadora, entusiasta e generosa. Conte com os aplausos e, mais do que com os aplausos, com o apôio dos professores e do povo cristão de Uberlândia. O mundo pertencerá a juventude e nada mais desejamos do que entregá-lo em boas mãos, que o façam mais belo e menos sofredor (*sic*) (*O Repórter*, 30/11/1961).

É notório que a criação do CEPESU nesse município no ano de 1961, órgão direcionado para a discussão e apoio as causas sociais, esteve associada ao grande movimento nacional de renovação social da Igreja com grande participação da juventude e a criação de órgãos voltados para tais problemáticas, assim como os movimentos de cultura e educação populares.

Dentre tais organismos criados entre os anos de 1960 e 1961, pode-se destacar: o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE; Movimento de Cultura Popular (MCP) no Recife; Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” em Natal; e o Movimento de Educação de Base (MEB), de domínio da Igreja Católica que se expandiu principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio da radiodifusão na zona rural, único que

sobreviveu ao golpe civil-militar.¹⁵⁶ Esses movimentos visavam promover uma educação e manifestações culturais de caráter crítico as classes trabalhadoras (CUNHA; GÓES, 1985).

Por meio do artigo jornalístico anterior, também é perceptível a circulação de um ideário entusiasta sobre a juventude cristã brasileira, considerada nesse momento, como propulsora de um bom futuro para a nação, vinculada aos princípios propagados pelo setor progressista da Igreja.

Após a implantação do regime militar no país e o acirramento da perseguição contra o engajamento político dos estudantes no decorrer dos anos de 1960, principalmente entre 1964 e 1968, os movimentos de orientação católica da juventude foram enfraquecendo, por se aproximarem dos ideais revolucionários de grupos de esquerda em oposição ao governo, perdendo assim apoio de parte dos representantes da Igreja nesse cenário.

Certamente como reflexo de tal processo nacional, as ações da JEC e da JUC desapareceram das páginas da imprensa triangulina. Nesse contexto, até mesmo o *Correio Católico* deixou de noticiar conteúdos referentes a tais organizações, possivelmente no intuito de se preservar da repressão instituída pelo governo autoritário.

De modo geral, foi frequente o movimento de politização estudantil juntamente com o apoio de educadores ligados a Igreja Católica na região da década de 1950 até a implantação do regime civil-militar. No entanto, de acordo com a autobiografia do educador e Cônego Juvenal Arduini:

[...] o Golpe Militar de 1964 desencadeou perseguição a muitos professores universitários. Atingido pela repressão fui interrogado pelo Exército e pela Polícia Militar sobre minhas ideias e atividades culturais e religiosas. Uma das perguntas: Por que os universitários só procuram o senhor para celebrar suas Missas de Formatura? O Golpe de 64 reprimiu duramente estudantes e operários. Houve estudantes presos, exilados e vários deles ‘desaparecidos’. A repressão militar alastrou o medo no meio estudantil, nas famílias e na sociedade. E provocou nociva paralisia cívico-política. Houve setores que tentaram afastar-me do meio universitário para neutralizar-me. A ação enérgica de Dom Alexandre frustrou essa tentativa. Mas o serviço de Segurança Nacional continuava a vigiar os contactos que eu mantinha com estudantes de Uberaba e de fora. Após o feroz Ato Institucional nº 5, a situação tornou-se ainda mais difícil. Era praticamente impossível fazer trabalho pastoral crítico no meio universitário. Tivemos de entrar num período de recesso. O Objetivo do sistema ditatorial era despolitizar os estudantes e a tese repisada era: ‘estudante é para estudar e não para fazer política’. Para atingir esse objetivo procurou-se modificar a filosofia da educação no Brasil, retirando-lhe o caráter crítico para reduzi-la a um

¹⁵⁶ Em 1966, o MEB perdeu suas características de Movimento de Educação Popular, devido ao recuo da hierarquia da Igreja mediante as novas condições políticas estabelecidas pelo governo ditador e tornou-se uma espécie tardia de Educação Fundamental (CUNHA; GÓES, 1985).

aprendizado tecnológico. Para isso foram sendo estrangulados cursos que ajudavam a pensar como Filosofia, Ciências Políticas, Pedagogia. Pensar era perigoso. Desta forma as novas gerações de jovens universitários foram prejudicados em sua formação. São vítimas de um sistema anti-pedagógico que lhes dispersou o potencial de participação histórica (ARDUINI, 1992, p. 16).

Nesse cenário de perseguição a discentes e docentes que exerciam atividade crítica e politizada em Uberaba evidencia-se o silenciamento da imprensa local em relação a tais acontecimentos no município, já que esta também se constituiu como uma das vítimas da censura imposta pelo governo opressor.

No que se refere ao posicionamento assumido pela Igreja Católica diante ao golpe civil-militar e posteriormente ao panorama de repressão instituída a politização do meio estudantil local, concorda-se com o entendimento de que:

Sobre a posição da Igreja Católica em relação ao regime militar, havia também uma divisão, pois alguns setores apoiaram o golpe, enquanto outros se mobilizaram contra o Estado de exceção. Em Uberaba, a situação não foi diferente, havia grupos da Igreja que eram favoráveis ao golpe, mas, no conjunto, a instituição protegia seus membros, inclusive os professores e diretores da FISTA que sofreram perseguições políticas do governo autoritário (PAULA, 2007, p.95).

Logo se reitera o fato de que, nesse contexto havia diferenças de posições entre os membros da Igreja. No entanto, em Uberaba, cidade onde havia uma forte efervescência do movimento estudantil, não foram evidenciados nos jornais mecanismos de coerção por parte do Clero contra a politização discente local de modo geral. Tal tendência foi acompanhada pelo *Correio Católico* que servia como porta-voz do meio eclesiástico à população letrada.

Além da grande influência da Igreja Católica entre a juventude discente na região, também é importante destacar a presença de protestantes e espíritas no meio estudantil secundarista e universitário no período investigado, como árdios seguidores dos princípios cristãos e também organizadores de núcleos para a discussão de seus interesses próprios. Assim como a Mocidade Espírita do Triângulo Mineiro (METRIM) e União da Mocidade Espírita de Ituiutaba (UMEI).

Em junho de 1966 o jornal *Tribuna de Minas*, por meio da Coluna “Estudantina” publicava a notícia de que universitários uberlandenses católicos, espíritas e protestantes marcharam juntos “[...] numa verdadeira confraternização religiosa e juvenil” (*Tribuna de Minas*, 14/06/1966).

No entanto, vale ressaltar que esses outros grupos religiosos não possuíam o mesmo espaço dos católicos na imprensa escrita, durante os anos de 1950 e 1960. Tal ocorrência indicava mais uma vez que a Igreja Católica se constituiu no cenário estudado, como poder consolidado que buscava se reforçar na hegemonia social no Triângulo Mineiro.

Diante do cenário de agitação do movimento estudantil por todo o país, no ano de 1966 destaca-se a presença de Frei Francisco Maria em Uberaba. Após ser designado como vigário da Paróquia São Terezinha, atuou como um dos dirigentes da mocidade cristã local, promovendo reuniões com jovens de ambos os sexos e casais integrantes do Movimento Familiar Cristão (MFC). Logo visava formar em meio à juventude uma equipe de trabalho com atividades recreativas e assistencialistas de auxílio aos doentes e necessitados.

Além disso, escreveu uma série de artigos para o *Correio Católico* e realizou conferências sobre a questão da juventude local e nacional, pois o mesmo havia sido um dos militantes da Ação Católica em Uberaba antes de ingressar na Ordem de São Francisco de Assis.

Em entrevista concedida ao referido jornal, Frei Francisco Maria defendia o idealismo e as lutas estudantis, na manchete intitulada “Juventude é capaz de reconstrução moral e social do mundo”, afirmando que: “[...] a juventude precisa de afeto, compreensão e reintegração social, a fim de perceber o sentido da vida e colocá-la a serviço da sociedade e do bem [...]” (*Correio Católico*, 22/07/1966).

Em agosto de 1966, este sacerdote capuchinho escreveu a Coluna: “A juventude e seus problemas 1: reação dos jovens (16/08/1966)”; “A juventude e seus problemas 2: afastamento religioso” (17/08/1966); “A juventude e seus problemas 3: atitudes estranhas” (18/09/1966); “A juventude e seus problemas 4: música moderna” (19/08/1966); e “O caminho” (20/08/1966).

Essa coluna jornalística resultou de debates que estavam sendo realizados na região Sudeste do país no âmbito religioso em torno dos “problemas” vivenciados pela juventude de então. Desse modo, a “rebeldia juvenil” anunciada estaria associada às seguintes práticas “[...] Cabeleira grande, roupas de cores berrantes, gíria, diversões barulhentas, posições físicas estranhas, fanatismo por ritmos movimentados e estrangeiros, adoração para com ídolos da TV e do cinema [...]” (*sic*) (*Correio Católico*, 18/09/1966).

Logo se chegou à conclusão de que esses “problemas” estariam relacionados à “incompreensão” e a “falta de orientação da família” sobre os anseios dos jovens, bem como a “falta de religiosidade” destes, fundamentais para a construção de um “mundo feliz e cristão”, reafirmando a confiança da Igreja na juventude.

Nessa perspectiva a imprensa católica tratou de fazer veicular na sociedade local até o final dos anos de 1960, representações que incitavam a aproximação da juventude aos princípios morais da Igreja. Logo era sempre destacada a presença da juventude nos eventos religiosos, como se pode observar abaixo.



Figura 25: Notícia sobre “A Presença da Juventude” na Catedral Metropolitana de Uberaba ¹⁵⁷

Fonte: *Correio Católico*, 14/03/1968.

De acordo com a matéria acima, era incentivada em Uberaba a participação expressiva de estudantes de nível primário e secundário nas comemorações populares católicas. Visto que, esta destacava o envolvimento de “todos” os grupos escolares e a maioria dos estabelecimentos secundaristas locais. Dessa forma, o *Correio Católico* seguiu firme em seu propósito maior de atrair novos adeptos e manter os fiéis a Igreja.

Assim pode-se afirmar que o *Correio Católico* foi o órgão da imprensa triangulina que mais se destacou em divulgar, valorizar e incentivar a ação da Igreja entre o meio discente. Na

¹⁵⁷ “Todos os grupos escolares da cidade, hoje pela manhã e à tarde, visitaram a Imagem Milagrosa de N. S. Aparecida na Catedral Metropolitana. Centenas e centenas de crianças guiadas por suas mestras, desfilaram ante os pés da Virgem e filas enormes que cercavam os jardins da Catedral de Uberaba. Também alunos do curso secundário da maior parte dos estabelecimentos escolares da cidade mantiveram contato com a Virgem de Aparecida. Eram, os meninos dos grupos, os moços dos colégios, os representantes da juventude uberabense que também faziam questão de prestar sua homenagem a Virgem Santíssima” (*Correio Católico*, 14/03/1968).

sequência estava o jornal uberlandense *Tribuna de Minas*, que também seguia orientações católicas.

IV. 2.2 - O ideal de educação feminina à luz da religião

A preocupação com a educação direcionada às moças também se constitui em temática importante a ser analisada por meio dos discursos jornalísticos do cenário investigado, mesmo que esta apareça nas entrelinhas e em escassos artigos. Pois essa discussão representa um instrumento valioso para a compreensão a cerca das representações formuladas em torno da juventude de outrora.

Considera-se que em estudos historiográficos deve-se refletir sobre os discursos veiculados pela imprensa sobre a questão de gênero como meio de representação simbólica, em que os sentidos são produzidos em um processo de construção social, cultural e linguística (CHARTIER, 1995).

O artigo “A cultura intelectual das moças”, escrito pelo Frei Dominicano Barruel Lagenest em maio de 1950, é bastante significativo para a discussão sobre as representações relacionadas a tal temática, o qual sugere uma reflexão sobre a imagem veiculada e construída socialmente em relação à educação de jovens mulheres.

Uma das características de nossa época no domínio da educação, é a formação intelectual esmerada que, em nossos dias, mais que outrora é dada as moças. Não faltam críticas contra essa ‘novidade’. Será legítimo a uma moça deixar a cozinha ou a sala de costura para se ocupar da ciência ou literatura? Não seria muito melhor saber fazer uma boa feijoada ou serzir meias? E será que todos esses conhecimentos não vão transformar sua vaidade tão espontânea em um orgulho insuperável? A primeira mulher teve um dia como primeiro capricho o desejo da ciência, e o resultado foi suficientemente lastimável para desanimar novas experiências. Apesar disso a cultura do meio feminino esta cada vez mais extensa e profunda, e as moças não mais vacilam em apresentar-se aos colégios e as Universidades, onde, entretanto em competição com os rapazes, não raras vezes os superam. Será legítima essa cultura intelectual feminina? [...] pois quanto mais o espírito é culto tanto menos e facilmente é logrado pelas aparências. Uma moça ignorante julga facilmente os rapazes pelo físico, ou pelas relações ou pelo dinheiro. Uma moça culta saberá prestar atenção principalmente as qualidades intelectuais de inteligência e de juízo, e, através dos gestos e das atitudes, advinhar as qualidades morais [...] Uma senhorita cuja cultura das faculdades intelectuais a faz viver num ambiente de pensamentos elevados e de sentimentos nobres, tem probabilidade de apreciar melhor o valor real das coisas e das pessoas, de avaliar melhor as qualidades importantes e duráveis.

As cabeças bem cheias, não há dúvida, são as mais sólidas (*Lavoura e Comércio*, 24/05/1950).

A cultura intelectual das jovens era encarada como novidade do século XX, sendo de acordo com o artigo acima, muitas vezes criticada por parte da sociedade conservadora patriarcal desse período, que não via com bons olhos essa inovação. Assim vários questionamentos foram realizados pelo sacerdote que apresentava a árdua defesa da dedicação das moças aos estudos. Fato que gerava polêmica entre setores conservadores da sociedade, pois temiam o abandono das mulheres as atividades domésticas e a costura, práticas consideradas nesse período essencialmente femininas.

A discussão levantada pelo artigo apresentava reflexos de um contexto em que as mulheres enfrentaram resistências quanto a sua participação na educação formal de base científica. Consequência esta da imposição dos papéis de gênero na sociedade, que atribuía ao sexo feminino às características de “fragilidade”, “menos inteligência e capacidade”, “rainha do lar”, “dependente” e possuidora de intrínseco “instinto maternal”. Nota-se também a veiculação de um estereótipo ligado à imagem feminina associado à beleza e a vaidade. Ao passo que, até mesmo a vaidade da mulher que se dedicava aos estudos era questionada, o que poderia ceder lugar ao orgulho.

Nesse contexto destaca-se que a escolarização das moças discutida pela imprensa se restringia as camadas sociais mais abastadas, as quais poderiam ter nesse momento acesso a cultura letrada.

Salienta-se o fato de que, o índice de analfabetismo feminino no Brasil era mais elevado que o dos homens até a sua inversão na década de 1990. Cenário este que passou por uma redução gradual significativa a partir dos anos de 1940 (ROSEMBERG, 2013).

Na década de 1960 intensificou-se o acesso das moças às universidades no país. No entanto, “[...] a educação das mulheres só conseguiu romper as últimas barreiras legais em 1971 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)” (ROSEMBERG, 2013, p.334). Ocasão em que o curso normal secundário, frequentado em sua grande maioria por mulheres, passou a dar acesso ao ensino superior. Fato que possibilitou cada vez mais um número maior de mulheres nas universidades.

O autor do texto “A cultura intelectual das moças”, mesmo se declarando favorável a escolarização das mulheres, justificava esta para atender ao anseio do “bom” casamento, tendo em vista que a moça culta teria melhores possibilidades de escolher seu companheiro por meio dos valores morais e não físicos ou materiais. Logo é necessário destacar que na

segunda metade do século XX circularam pela sociedade brasileira representações relacionadas à educação feminina condizentes com tal expectativa, ao passo que:

Moças letradas e cultas podem ser donas de casa mais eficientes, companheiras valorizadas e um trunfo para as suas famílias, desde que não queiram competir com os homens ou trocar de posição com eles. Mães com alguma instrução podem cuidar melhor dos filhos. Solteiras qualificadas podem ser professoras, secretárias, balconistas, ganhando honestamente seu sustento ou contribuindo com o orçamento familiar (PINSKY, 2013, p.474).

De acordo com o artigo jornalístico analisado, evidencia-se de modo geral que apesar do reconhecimento do direito a escolarização feminina, esta ainda deveria estar condizente com os preceitos morais católicos e a formação de “boas esposas”. Nessa perspectiva, ainda segundo Pinsky (2013, p.480), em estudo sobre as imagens e representações sobre a história das mulheres no Brasil na “era dos modelos rígidos”:

A Igreja Católica continuava a orientar condutas e impingir modelos, mas suas mensagens concorriam com as dos meios de comunicação, da educação laica e dos ecos sutis de vozes estrangeiras favoráveis a emancipação feminina.

Como assinalado, as jovens estudantes da região também foram associadas aos estereótipos relacionados à feminilidade que circulavam pela sociedade brasileira de então, também por meio de representações veiculadas na imprensa católica, assim como demonstrava o artigo “Nada de militarização de meninas”, escrito pelo padre Alexandre Gonçalves Amaral.

As marchas conjuntas realizadas por jovens de ambos os sexos, são anti-naturais. Constitui uma das novidades do pernicioso método pedagógico chamado de ‘co-educação’. Foi o que, mostramos ontem com a fundamentação sólida da palavra pontifícia de Pio XI. O Episcopado desta Província Eclesiástica de Belo Horizonte, em Pastoral Coletiva, datada de 25 de novembro de 1941, publicou normas oficiais sobre este assunto. Esta é a razão, pela qual os colégios católicos femininos não podem tomar parte nestas marchas militares conjuntas. Isto decorre da própria natureza das coisas. Não é somente em nome da Moral Cristã, que nos insurgimos contra isso. É também em nome da ordem natural, em nome da própria natureza humana. A constituição essencial da pessoa humana é diferenciada, tanto biológica, quanto psicológica e metafisicamente, nos dois sexos. Não é estruturada a mulher para as mesmas tarefas do homem. Isto é preliminar, é evidente, é corolário claríssimo da natureza humana. É indispensável exaurir tôdas as conseqüências práticas desse princípio tão simples. Se até nos quartéis, onde se encontram ou, pelo menos devem encontrar-se os homens mais fortes, afeitos as lutas e aos fatigantes exercícios militares, se até nos

quartéis os soldados mais avantajados em anos, apesar de seu organismo consolidado, costumam ser dispensados destas marchas um tanto violentas, que não diríamos das nossas frágeis jovens estudantes, cujo organismo não pode ter a mesma resistência [...] (*sic*) (*Correio Católico*, 01/09/1956).

O referido artigo criticava primeiramente o princípio da coeducação de sexos na escola, defendido pelos pioneiros da Educação Nova no Brasil desde a década de 1920, que enfrentou sérias resistências por parte da Igreja Católica, que até o referido momento detinha grande parte do monopólio da educação secundária no país. Logo mencionava tratados da Igreja que estabeleciam diretrizes para que as escolas confessionais católicas femininas proibissem a participação das alunas em marchas conjuntas com os meninos em desfiles estudantis cívicos.

Observa-se a afirmação de que a mulher não deveria exercer as mesmas tarefas do homem, princípio fundamental para a manutenção da hierarquia da Igreja, visto que igualar mulheres com homens poderia ameaçar a estrutura organizacional do clero.

O autor justificava a negação da militarização das meninas, não somente em decorrência da moral cristã, mas pela “ordem natural” humana. Tal representação sobre os papéis de gênero na sociedade cristã, associava as “armas”, “guerras”, “violência”, “força”, “resistência” e “bravura” à masculinidade. Em contraposição, as imagens de “fragilidade”, “submissão”, “delicadeza”, “bondade”, “fraqueza” e “doçura” eram direcionadas ao sentido de feminilidade.¹⁵⁸

É importante salientar que no século XIX a presença de mulheres no exército para o abastecimento das tropas e cuidados com a saúde dos soldados, era vista como arcaica por organismos internacionais. De forma que, na primeira metade do século XX foram estruturadas mudanças que excluíram a presença das mulheres do exército brasileiro. Tal cenário só começou a mudar a partir da segunda metade dos anos de 1950, quando ocorreu em diferentes momentos o surgimento da polícia feminina em diversos estados, inicialmente em 1955 em São Paulo, como contraponto a violência e a repressão tidas como próprias da polícia masculina. No entanto, somente a partir da década de 1980 as mulheres foram incorporadas às Forças Armadas Brasileiras, como consequência da crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho e do movimento feminista (WOLFF, 2013).

¹⁵⁸ “As raízes do pensamento que associa características masculinas às mulheres em armas são muito antigas, e remontam pelo menos ao mito grego das amazonas, aquelas guerreiras que, para melhor manejar o arco e flecha, chegavam a amputar o seio direito. Numa interpretação da lenda, elas abdicavam de parte de sua ‘feminilidade’ para poder guerrear” (WOLFF, 2013, p.423-424).

A preocupação da Igreja com a educação feminina e o papel atribuído às mulheres na família e na sociedade continuou sendo alvo de discussões no decorrer dos anos de 1960. Assim como demonstrava o artigo “Sôbre o Apostolado da Mocidade Feminina na Sociedade Moderna”, referente ao “Congresso da Associação Católica Internacional das Obras de Proteção da Jovem” e a visão de Pio XII em relação aos riscos das mulheres desejarem se equipar aos homens.

[...] A ILUSÃO DA JOVEM MODERNA. 2- O perigo existe por tôda a parte e o mal é extenso e profundo: e êle é o tanto mais que, muito frequentemente, ninguém nêle crê a não ser depois de uma dolorosa, humilhante e, em aparência, humanamente irreparável queda. Ignorância, fraqueza, inexperiência, leviandade, sensibilidade excessiva, imaginação desordenada, causam uma dupla desgraça: tornam a queda ao mesmo tempo mais temível e menos temida. Sob o pretexto de que no passado a jovem, educada quase que um claustro, cercada de cuidados inquietos, ciosamente guardada na sua ingenuidade, arriscava ser vítima da surpresa já no seu primeiro contacto com o mundo e a liberdade, a jovem de hoje se entrega muitas vezes a ilusão de que uma educação e um comportamento completamente opostos, a tornarão forte, aguerrida, imunizada, alerta a defesa ou ao revide; elas tomam por personalidade e por vigor, o que não é no fundo, sem cerimônia, imprudência e até descaramento; não se querem convencer de que a familiaridade permanente com o outro sexo, a semelhança de ocupações e de atitudes, contidas por algum tempo dentro dos limites de sua estrita moral, as expõem a ultrapassar cedo ou tarde êsses limites. A despeito de sua desenvoltura, e muitas vezes até, de sua mentalidade masculina, a jovem qualificada de ‘moderna’ conserva, queira ou não, os caracteres inatos, indeléveis, do seu sexo, a sua imaginação, a sua sensibilidade, a sua tendência senão a uma vaidade pueril, ao menos, muito frequentemente, a um coquetismo bem perigoso, deixa-se cair nas ciladas, quando nelas não se atira por si mesma, de olhos fechados. Tem a ilusão da experiência e julga-se, nesse ponto, superior às jovens das gerações passadas. Debaixo das aparências mais atiladas, frequentemente, na realidade, ela é menos solidamente instruída; sua experiência é superficial, suficiente para conservar sua delicadeza e sua graça, mas insuficiente para mantê-la em guarda contra as espertezas e as hipocrisias dos sedutores: sua experiência é sobretudo negativa e por isso não lhe chega a descobrir nem a grandeza, nem a beleza, nem as sadias e grandes alegrias do papel, que é o seu, na família e na sociedade. Ilusão de solidez e de fôrça, ilusão de experiência e de prudência, uma e outra são alimento de uma presunção a qual, a natureza, mesmo bem dirigida, é por si mesma levada. Ela pensa poder ler tudo impunemente, ver tudo, tudo experimentar, tudo saborear [...] *(sic)* (*Correio Católico*, 03/01/1966).

É possível perceber claramente a exposição de severas críticas, produzidas internacionalmente pela Igreja Católica, direcionadas as jovens “modernas”, em fins dos anos de 1960, já no contexto da ditadura e apoio de católicos ao governo autoritário, que ousassem

a desafiar os padrões conservadores e os papéis estabelecidos para as mulheres na sociedade, impulsionadas por um mundo de “ilusões”, “imprudência” e “descaramento”.

Os estereótipos relacionados à feminilidade no referido texto, foram associados à visão católica de condenação da mulher, visto que, de acordo com interpretações bíblicas dominantes no Ocidente, esta estaria mais propensa ao “erro” e ao “pecado”, devido à herança deixada por Eva para a humanidade (ARY, 2000).¹⁵⁹

Segundo tal imaginário, as jovens ditas modernas e inexperientes que se arriscassem em funções e aptidões consideradas de caráter masculino, estariam em perigo e provocariam um grande mal a sociedade. Pois estas seriam mais vulneráveis a cair em “ciladas” e ao “fracasso”, devido a sua natureza essencialmente feminina de “fragilidade”, “ingenuidade”, “delicadeza” e ao convívio com uma sociedade imoral. Logo é reafirmado o papel da mulher que dentro dessa visão, estaria associado à função de “boa esposa e mãe”.

É importante destacar que as narrativas que circularam em torno da educação feminina e que foram divulgadas na imprensa da região foram produzidas por homens que deram vida ao discurso oficial sobre as características pertencentes ao universo feminino e ao masculino.

A “capacidade inferior da mulher” e seu consequente “papel de submissão” diante do homem são verificados nos discursos jornalísticos analisados, de forma que se corrobora com a ideia de “violência simbólica” na perspectiva defendida por Roger Chartier.

Definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação, que é uma relação histórica, cultural e lingüisticamente construída, é sempre afirmada como uma diferença de natureza, radical, irreduzível, universal (CHARTIER, 1995, p. 42).

Nesse sentido, tal violência simbólica direcionada às mulheres deve ser relacionada a um processo de construção histórica, cultural e linguística, justificada pelas diferenças biológicas.

De modo geral, foi eminente nas páginas da imprensa católica uma preocupação com a educação dirigida às meninas, no sentido de alertar o seu público leitor sobre os possíveis problemas que pudessem afetar o modelo patriarcal da tradicional família católica mineira.

¹⁵⁹ “Isso levou à ‘necessidade’ antitética de difusão de uma segunda imagem da mulher idealizada como assexuada, sofredora, abnegada, enfim, sublime e divinizada, tal como Maria, representada pelo ‘eterno feminino’” (ARY, 2000, p. 40).

Nesse mesmo ano de 1966, em Uberlândia, o padre Luis Felipe Nadal escreveu “Aos Jovens” na coluna de orientação católica do jornal *Tribuna de Minas*, na qual eram direcionadas orientações a rapazes no processo de escolha de suas futuras esposas para a formação das famílias de acordo com a moral cristã. Assim como indicam os trechos a seguir:

Meu caro jovem! Em teu coração já despertou desejo de realizar algo na vida. Já não te encontras bem sozinho [...] Dize-me como imaginas tua futura espôsa? Certamente uma jovem que além de prezada e boa de coração não tenha profanado seu amor pertencendo a outrem. E essa donzela vive, meu caro, talvez desprovida dos artifícios da vaidade e do luxo, bela na sua simplicidade e majestosa na sua modéstia, rica em virtudes [...] Não penses meu jovem, que só o rapaz tem o direito de estabelecer condições para a donzela... Ela também tem seus direitos. Enorme injustiça, praticam aqueles jovens que levemente profanam seu amor nos divertimentos que arruínam a saúde e o caráter, rebaixando o homem a categoria de irracional [...] Meu caro jovem, se queres uma jóia cara é preciso que pagues caro... Um lar feliz, uma espôsa dedicada, é uma jóia caríssima. É preciso lutar de modo incansável contra a torrente de vícios e maldades, que em troca de um prazer passageiro e fugitivo, te dariam um lar infeliz e arruinado, onde criaturas inocentes e boas teriam de pagar com lágrimas amargas os desvarios de tua mocidade. Ergue tua fronte cheia de confiança, em homenagem e por amor daquela que ainda não te conhece. Luta, decidido que, com a Graça de Deus, vencerás e poderás ser mais feliz, fazendo a tua felicidade e a felicidade daquela que por ti dedicou e se sacrificou antes de te conhecer. D. Luis Felipe Nadal (*sic*) (*Tribuna de Minas*, 24/05/1966).

Conforme o texto acima, os ideais de moralidade cristã referentes à “castidade”, “bondade”, “amor” e “simplicidade” associados à imagem da jovem donzela são colocados em contraposição ao “profano”, “vaidade”, “luxo”, “vícios” e a “maldade”. Nesse contexto, ressalta-se que:

As jovens eram separadas em dois tipos: as *moças de família*, que impunham respeito social, futuras rainhas do lar que conservavam sua inocência sexual, mantendo-se virgens como garantia de honra até o casamento; as *moças levianas*, que, desviando-se do bom caminho, permitiam certas intimidades físicas com os rapazes e, conseqüentemente, ficavam mal faladas (CARMO, 2000, p.22).

Desse modo, é possível evidenciar mais uma vez, a circulação de caracteres relevantes que caracterizavam as representações veiculadas pelos católicos, referentes às relações entre os sexos. Assim concorda-se com a constatação de que, na segunda metade do século XX ocorreu no Brasil uma grande intervenção dos clérigos na vida privada da juventude (ARY, 2000).

Além disso, salienta-se que o referido artigo é direcionado aos jovens rapazes, os quais também deveriam zelar por sua moral, para que fossem dignos de conhecer uma “boa moça” para o casamento e a formação de uma família feliz e saudável. Segundo o autor, os “desatinos da mocidade” e a “negação dos princípios cristãos” poderiam formar famílias “desequilibradas”, “infelizes” e “arruinadas”.

Tal ideário faz parte do princípio católico de valorização da família, de modo que o homem é considerado um ser social, sendo essa o meio necessário para a permanência humana na vida, fazendo parte da lei natural de Deus. “A família é um organismo natural, decorrente das leis inelutáveis que regem a natureza profunda das coisas. E como se vê, é a instituição básica, natural e primeira da sociedade” (CURY, 1978, p.49).

Salienta-se que o referido artigo ia de encontro ao tripé “Deus, pátria e família”, discurso moralista reforçado e propagado durante o período da ditadura civil-militar para consolidação de seu poder em nome de uma pretensa higienização social.¹⁶⁰

De modo geral, foi constante a presença de artigos que discutiam especificamente a educação das meninas nos jornais: *Correio do Triângulo*, de Ituiutaba; *Correio Católico* e *Lavoura e Comércio* de Uberaba; e *Tribuna de Minas* pertencente à Uberlândia. Todos esses impressos apresentaram discursos condizentes com os ideários proferidos pela Igreja no período investigado.

O *Correio Católico* foi o periódico que mais se destacou na preocupação com a educação das moças, sendo responsável por 50% do material investigado que tratava desse assunto, ou seja, por quatro dos oito artigos encontrados.

Por meio do estudo das matérias jornalísticas sobre a juventude, foi possível perceber a veiculação de uma representação conservadora em relação à formação destinada aos jovens no Triângulo Mineiro, a qual se baseava na preservação, valorização e disseminação dos princípios morais cristãos ditados pelo poder eclesiástico em meados do século XX.

A presença da Igreja Católica sempre foi constante no cenário político brasileiro até a década de 1960. Logo se pode afirmar com esse estudo, que esta instituição no decorrer dos anos de 1950 e 1960 foi produtora de representações, símbolos e valores na sociedade triangulina, utilizando a imprensa como veículo privilegiado no intuito de educar as consciências de acordo com os princípios morais de sua doutrina.

¹⁶⁰ Tal lema “Deus, pátria e família”, baseado em um pilar cristão, nacionalista e conservador, remete ainda a Ação Integralista Brasileira (AIB) da década de 1930, organização política liderada por Plínio Salgado, com inspirações fascistas que surgiu no cenário de ebulição dos regimes autoritários na Europa. Com o estabelecimento da ditadura civil-militar no Brasil “[...] o discurso progressista e revolucionário ficaria emudecido pelo alarido conservador, pela voz da Ordem, da Moralidade, da Pátria, da Família, das Tradições—mais-caras-ao-nosso-povo” (HOLLANDA e GONÇALVES, 1999, p.14).

IV. 3 – Imagens dos estudantes a partir de suas práticas cotidianas

Nesse último tópico são discutidas, de forma sucinta, as principais práticas discentes, representadas pela imprensa do referido contexto, que contribuíram para compor a imagem dos secundaristas e universitários na região.

Logo, buscou-se considerar o fato de que a historiografia da educação brasileira ainda necessita avançar nos estudos sobre as práticas educativas e culturais vivenciadas nas instituições de ensino até a década de 1970 (SOUZA, 2008). Nesse sentido, entende-se que as práticas discentes noticiadas pela imprensa também faziam parte do universo educativo direcionado aos jovens desse cenário.

IV. 3.1 - Eventos e festividades culturais

Durante os anos de 1950 e 1960 foi bastante comum a realização de atividades culturais e comemorações em geral entre secundaristas e universitários, organizadas principalmente pelas diversas agremiações estudantis, bem como sua constante divulgação pela imprensa da região.

Nesse cenário, os “bailes estudantis” eram frequentemente anunciados pelos jornais, em comemoração a posse das novas diretorias dos grêmios das escolas secundaristas. Assim como indicaram matérias jornalísticas publicadas a cada início de ano.

Em abril de 1951, o *Correio de Uberlândia* já divulgava as solenidades de posse dos novos dirigentes da Associação Colegial, Esportiva e Cultural do Colégio Estadual de Uberlândia. “Em seguida um magnífico baile” (19/04/1951).

Além da matéria acima, o referido impresso publicou várias outras relacionadas às festividades culturais destinadas aos alunos do Colégio Estadual de Uberlândia, promovidas pela Associação Colegial Esportiva e Cultural desse estabelecimento, observa-se: “[...] nosso Colégio Estadual está destinado a nos oferecer festivais de cultura, interessantes competições esportivas não só pelas finalidades do órgão estudantil, como pela capacidade de organização e atividades de sua diretoria” (*Correio de Uberlândia*, 09/07/1952).

Dessa forma, foi perceptível que os grêmios escolares dos colégios locais ocuparam lugar na imprensa, principalmente devido à realização de atividades artísticas e literárias entre os secundaristas. Assim como sinalizava o anúncio “Festividades escolares”:

Realiza-se hoje no Colégio estadual de Uberlândia uma sessão lítero-musical promovida pelo grêmio literário recentemente fundado pelos alunos daquele estabelecimento de ensino, como complemento das aulas de português, visando o aprimoramento do estudo de nossa língua e incentivo do interesse pela arte (*Correio de Uberlândia*, 27/09/1952).

A ocorrência desses importantes eventos, homenagens a autoridades do município, bailes em comemoração a chegada de nova chapa dirigente da Associação Colegial, Esportiva e Cultural (ACEC) do Colégio Estadual de Uberlândia era sempre divulgada pelos jornais, assim como também indicava a reportagem “Festividade no Colégio Estadual – Posse da ACEC- Homenagens a autoridades – Baile” (*O Repórter*, 25/05/1953).

Tais festividades organizadas pelos grêmios estudantis eram comuns nas páginas dos diários de toda a região e despertava o interesse de parte da população letrada, no intuito de promover o “engrandecimento cultural da juventude”.

Em 14 de agosto de 1956 o *Correio de Uberlândia* em sua coluna “Vida Social”, destacava: “Com muito prazer atendi ao convite do grêmio Teatral do Colégio Brasil Central para assistir o festival organizado e interpretado pelos alunos do renomado educandário dirigido pelo Dr. Manoel Teixeira de Souza”. Desse modo, evidencia-se que tais espetáculos estudantis eram abordados pelo jornal como forma de valorizar o nome das instituições e de seus dirigentes, enaltecendo as práticas culturais desse grupo social letrado.

No município de Ituiutaba as atividades artísticas e literárias realizadas pelos grêmios dos estudantes secundaristas também eram abordadas com entusiasmo pela imprensa local. Nesse sentido, em 29 de março de 1958 a *Folha de Ituiutaba* anunciava as atividades do grêmio Lítero-educativo do Educandário Ituiutabano, o qual promovia para os alunos da escola seções de Educação Musical e Fabulação com audições de músicas folclóricas e patrióticas. Dessa forma é possível perceber, mais uma vez, o direcionamento dos grêmios estudantis para atividades que possibilitassem a construção de ideais patrióticos.

A UEI também reunia a juventude tijucana em eventos amplamente divulgados pelos jornais locais. “Teremos hoje o grito de carnaval dos estudantes – A UEI vai atear fogo nos salões do Ituiutaba Clube – Presentes todas as candidatas a Rainha do Carnaval” (*Folha de Ituiutaba*, 07/02/1953). Tal anúncio representava o empenho dos dirigentes dessa entidade na organização de festividades culturais em Ituiutaba. ¹⁶¹

¹⁶¹ Foi possível observar que o carnaval era a única festa popular frequentada por jovens divulgada nos jornais.

Nos anos de 1960 continuou sendo frequente a organização de bailes pelas agremiações estudantis dos colégios e sua divulgação pela imprensa, assim como demonstraram os seguintes recortes: “Coluna “Vitrine” – “Os estudantes do Colégio Estadual farão baile sábado, na sede do falecido ‘Clube do Cédro’. Posse da diretoria de sua associação colegial [...]” (*Correio de Uberlândia*, 31/05/1960); e “Baile de posse na União Estudantil” (*Folha de Ituiutaba*, 28/04/1962).

O noticiário sobre a realização de festividades escolares em datas comemorativas mereceu destaque nos periódicos da região. Visto que, o anúncio jornalístico poderia atrair prestígio e reconhecimento dessas escolas no meio letrado de seus referidos municípios.

Outra temática de bastante evidência nos impressos investigados foi à organização de excursões entre os discentes dos prestigiados colégios e faculdades e sua posterior divulgação, como forma de enaltecer os valores dessas instituições e dos professores que atuavam nestas. No entanto, ressalta-se que tais práticas eram mais frequentes em escolas de ensino confessional e de iniciativa privadas, as quais recebiam uma clientela formada por classes sociais abastadas.

Nesse sentido, as realizações dessas excursões estudantis eram veiculadas pelos jornais locais como importantes acontecimentos sociais. Observa-se a matéria “Estudantes de Uberlândia: recebidos festivamente no Rio-Sucesso artístico do conjunto”, a qual informava que alguns alunos teriam participado de uma excursão a capital federal. “[...] Os jovens que pertencem ao corpo discente do Liceu de Uberlândia viajaram em companhia do diretor desse educandário [...]” (*Correio de Uberlândia*, 18/07/1953). O outro jornal concorrente também destacava “Os alunos do Liceu, regressaram a Uberlândia” (*O Repórter*, 22/07/1953).¹⁶²

No Pontal Mineiro, o Colégio Santa Teresa, importante instituição de ensino confessional feminino, se apresentava em destaque na imprensa local, devido à realização de excursões a diversas localidades, como aos municípios de Cachoeira Dourada e Uberaba. Nas matérias “Excursão à Uberaba” (*Correio do Pontal*, 24/05/1956); e “Excursão à Cachoeira Dourada” (*Correio do Pontal*, 11/10/1956), o jornal enfatizava a iniciativa das jovens alunas e das educadoras da instituição.

Os universitários também promoviam excursões para a participação em reuniões com dirigentes de entidades estudantis estaduais e nacionais no período anterior a Lei Suplicy de Lacerda. Dentre as matérias jornalísticas sobre tal temática, pode-se salientar: “Seguem hoje

¹⁶² O Liceu de Uberlândia, instituição de iniciativa particular, tinha nesse período importante projeção regional no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, além de agregar estudantes provenientes do sul e sudoeste de Goiás (ARAÚJO, 2002).

para Ouro Preto Estudantes” (*Correio de Uberlândia*, 27/09/1963). Esta divulgava a viagem de representantes dos Diretórios Acadêmicos das faculdades de Uberlândia para Ouro Preto, no intuito de realizarem a eleição da nova diretoria do Diretório Central dos Estudantes de Minas Gerais.

Em Uberaba, do mesmo modo, era comum a organização de caravanas de universitários a diversas localidades na década de 1960 para encontros com outros grupos de estudantes na discussão de variadas causas.

A manchete “Universitários de Uberaba viajarão para Pirassununga” (*Lavoura e Comércio*, 06/07/1968), destacava os nomes dos representantes dos Diretórios Acadêmicos das faculdades de Medicina e Odontologia que deveriam realizar viagem ao município paulista de Pirassununga para participação em atividades assistencialistas vinculadas ao “Projeto Rondon”.

Tal iniciativa recebeu apoio do *Lavoura e Comércio* que publicou notícias sobre a participação de universitários uberabenses no referido projeto. Além disso, salienta-se que na manchete acima o referido jornal colocava em destaque o nome do então secretário municipal de educação, Maurílio Castro. Ocorrência que indicava o alinhamento de interesses políticos na escolha da manchete do dia.

Todavia é necessário destacar que o “Projeto Rondon” foi um movimento universitário criado pelo governo militar por meio do Decreto n.º 62.927, de 28 de junho de 1968, e extinto em janeiro de 1989 até sua nova fase de relançamento em 2003. Este apresentava como objetivo maior a formação do jovem universitário como cidadão responsável pelo desenvolvimento sustentável entre as populações socialmente desfavorecidas. No entanto, de acordo com Amato (2015), tal projeto era norteado por um imaginário nacionalista e apresentava o intuito de afastar os estudantes das manifestações políticas que realizavam oposição ao regime militar.

Retornando a discussão sobre as práticas culturais estudantis, ressalta-se que as famosas “semanas dos estudantes”, também se constituíram em temas abordados pela imprensa na região no final da década de 1950 e durante todos os anos de 1960. Esses eventos, normalmente ocorridos com a duração de uma semana, eram destinados a discussões de causas próprias aos grupos que lhe destinavam.

Nessa perspectiva foi publicada uma série de anúncios e reportagens que detalhavam a programação dessas atividades pedagógicas que ocorriam tanto entre secundaristas quanto entre universitários. Dentre tais matérias pode-se destacar: “Inaugurada ontem a primeira

Semana Estudantil” (UEU) (*Lavoura e Comércio* 09/10/1959) ¹⁶³; “Estudantes da UESU fazem sua IV Semana” (*Correio de Uberlândia*, 14/10/1966) ¹⁶⁴; “Estudantes de Engenharia farão ‘Semana’ Novembro” (*Correio de Uberlândia*, 22/10/1966) ¹⁶⁵; “Começou anteontem a Semana da Normalista” (*Correio de Uberlândia*, 12/10/1968) ¹⁶⁶. Tais matérias apresentavam em sua maioria, horários e descrições de atividades culturais e esportivas a serem realizadas pelos discentes, além de exaltarem nomes de alunos e palestrantes, provenientes dos meios acadêmicos, eclesiástico, médico e jurídico, muitas vezes no intuito de discutir o comportamento juvenil.

Os Festivais Universitários de Arte foram frequentes em Uberlândia e em Uberaba durante o período investigado, assim como evidenciavam as matérias: “Coluna Vida Estudantil – Chegou a seu fim a Semana do Teatro Brasileiro [...] Reconhecimento da Faculdade de Direito” (*Correio Católico*, 21/09/1954); “O Festival Universitário de Arte continua polarizando as atenções da população de Uberaba” (*Lavoura e Comércio*, 24/10/1958); “Apresentação do III Festival de teatro universitário”, o qual divulgava o apoio do “Centro Acadêmico 21 de Abril” ao “III Festival Nacional de Teatro Universitário” que reuniu cerca de “800 jovens com espetáculos gratuitos” (*Correio de Uberlândia*, 21/06/1960); e “VII Festival Universitário de Arte”, promovido pelo Diretório Central dos Estudantes de Uberaba em parceria com o Instituto Musical Uberabense (*Correio Católico*, 09/11/1967).

Além das matérias acima, outras foram veiculadas pelo *Correio Católico* em torno desses eventos como: “DCE vai mostrar Música Popular” (16/11/1967); e “Festival

¹⁶³ “Foi inaugurada ontem solenemente a primeira Semana estudantil de Uberaba. As 19:30 horas com expressiva cerimônia a que compareceram autoridades e elevado número de estudantes, foi aberto o salão de artes e trabalhos manuais “Professor Raimundo Edmundo de Freitas”, no mesmo local em que funcionou a operação MED [...] As 20 horas na Rural, dr. José Mendonça, que discorreu sobre a “Personalidade do Estudante”. O ilustre conferencista, que foi muito aplaudido, foi saudado pelo estudante Adalberto Neves do Amorim, presidente do UEU que foi também muito brilhante em sua oração”.

¹⁶⁴ “ESTUDANTES secundaristas uberlandenses vão promover entre 1 e 5 de novembro a IV Semana do estudante, sob a chancela da União dos Estudantes Secundários de Uberlândia (UESU), destinada a educar ainda mais o jovem. Promoção de alto alcance cultural. A SEMANA constará de palestras a cargos de ilustres oradores: Cônego Antonio Afonso, dr. Otoni Torres, dr. João Patrus de Souza e outros intelectuais convidados a proferir palestras [...]”

¹⁶⁵ “[...] Extraoficialmente podemos adiantar que na parte cultural da “Semana” constam palestras dos escritores Cônego Juvenal Arduini e Mário Palmério, ambos da Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Por outro lado, está sendo organizada uma noite de Bossa Nova com artistas de Ituiutaba e a exibição da ‘avant’ premiere do cinema verdadeiramente brasileiro. ESPORTES. A Semana constará com partidas de voleibol, futebol de salão e basquete com as equipes universitárias da cidade vizinha de Uberaba. Finalizando a ‘SEMANA’ um grandioso baile com o conjunto os ‘Poligonais’ de Uberaba, possivelmente no ‘jardim de inverno’ do Uberlândia Clube”.

¹⁶⁶ “O Clube Pedagógico ‘Prof. Adhemar de Freitas Macedo’ da Escola Normal Brasil Central, deu início esta semana a mais uma Semana da Normalista. O médico cirurgião abriu as solenidades com a palestra ‘A Criança Problema’ [...] Dia 14 a Semana da Normalista trará uma conferência sobre sociologia pelo sacerdote e professor Antonio Afonso, havendo uma parte artística com ‘Rua de Pobre’, em jogral e um poema de Célia Cilene [...] Toda a Semana da Normalista está transcorrendo nas dependências do novo ‘ginásium’ que o CBC recentemente construiu” (*sic*).

Universitário recebe mais inscrições” (14/06/1969), evento promovido por iniciativa do próprio jornal que atraiu estudantes competidores de toda a região, interior de Goiás e de São Paulo, os quais tiveram suas composições musicais avaliadas por um júri especialista em músicas brasileiras. Informações estas que demonstravam o incentivo do referido periódico aos festivais de música popular brasileira, que se espalhavam das capitais para o interior, entre os universitários já no final da década de 1960.

Foi possível constatar que os periódicos que mais se destacaram na divulgação das atividades culturais dos secundaristas foram a *Folha de Ituiutaba* e o *Correio de Uberlândia*, em detrimento aos jornais de Uberaba, os quais tinham sua preocupação voltada para o ensino superior.

De modo geral, é visível que a exposição dos empreendimentos e festividades culturais entre os estudantes na imprensa triangulina expressou principalmente uma forma de publicidade às instituições de ensino confessionais e privadas entre seu público leitor representado por uma elite letrada. Pois o número de analfabetismo era alto nesse período em todo o país.

Essas atividades despertavam o interesse de determinada parcela social, gerando anúncios, reportagens e propagandas, possibilitando assim a ampliação de seu público leitor e movimentando o setor financeiro dessas empresas jornalísticas. Nesse sentido, as representações veiculadas nesses impressos que giravam em torno da imagem do estudante deveriam apresentar relevância para as elites econômica e intelectual locais.

IV. 3.2 – Os jornais estudantis vistos pela imprensa

Nas décadas de 1950 e 1960 foi constante entre os secundaristas da região a produção e difusão de diversos folhetins que também ganharam destaque na imprensa triangulina, principalmente nos municípios de Ituiutaba e Uberlândia. Tal ocorrência pode ser explicada devido ao processo nacional de efervescência política, social e cultural dos estudantes nesse período.

É interessante salientar a profusão de impressos estudantis que circularam em várias cidades brasileiras entre as décadas de 1930 e 1960. A explicação para tal fato deve ser buscada no contexto brasileiro da época, em que é

crescente a participação social e política dos estudantes. Neste período, a imprensa ainda representava um espaço fundamental como meio de comunicação social. Ela estava talvez como em nenhuma outra época, a serviço de interesses das mais diversas instituições e grupos sociais (AMARAL, 2013, p.124).

Apesar do alto índice de analfabetismo por todo o país e na região, assim como demonstraram os quadros 4, 5 e 6 deste estudo, o jornal escrito se constituiu em veículo de comunicação privilegiado entre as elites econômicas e intelectuais. Logo merece destaque o fato de que, a produção dos folhetins estudantis representava uma importante forma dos estudantes se organizarem e veicularem suas ideias.

Foi possível observar que a elaboração de tais impressos estava sempre associada às agremiações estudantis existentes nas instituições de ensino. Estes eram bem vindos pela comunidade educacional, representando importante atividade pedagógica nesse contexto, além de fazerem parte da cultura escolar vivenciada em determinados espaços e tempos.¹⁶⁷

Em junho de 1952 o *Correio de Uberlândia* elogiava a importante iniciativa de discentes e docentes pela publicação do impresso mensal “O Mercúrio”, “[...] órgão oficial da Associação Estudantil Mario Porto, anexa a Escola Técnica de Comércio, Liceu de Uberlândia e Ginásio Osvaldo Cruz” (*Correio de Uberlândia*, 18/06/1952).

Nota-se que tais periódicos eram frequentemente observados e avaliados por órgãos da imprensa em relação a seu conteúdo e forma, assim como indicava o *Correio do Pontal* na nota “Clube Estudantil Rui Barbosa”: “A Voz dos Estudantes é um novo jornal [...] cujo primeiro número muito nos agrada pela sua ótima impressão e pela sua impecável correção, tanto de redação como de revisão” (*Correio do Pontal*, 29/04/1956).

Além da matéria acima, esse mesmo jornal noticiou a publicação de vários outros impressos, em meados da década de 1950 em Ituiutaba, na manchete “Cinqüentenário da Imprensa Ituiutabana” (*sic*):

[...] Êste ano - após o aparecimento de “Correio do Pontal”, novos órgãos de imprensa foram trazidos à apreciação do público. Esses jornais são os mensários estudantis dos vários estabelecimentos escolares de nossa terra. É com justa honra que inserimos nesta sinopse esses periódicos, pois de qualquer forma o “Correio do Pontal” vem contribuindo sinceramente para o aparecimento constante desses mesmos jornais. No fim de 1955 apareceu

¹⁶⁷ A cultura escolar é aqui entendida como “[...] os aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização, o que inclui práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos, história cotidiana do fazer escolar, objetos materiais, função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento e modos de pensar, assim como significados e ideias compartilhadas” (FRAGO, 1994, p. 5).

“Voz Infantil”, órgão oficial do corpo discente do Grupo Escolar João Pinheiro” David e Neide Ap. são seus orientadores. Em 1956 surgiu o primeiro numero de “O Escolar” – órgão oficial do corpo discente do Grupo Escolar “Camilo Chaves”, sob a responsabilidade de vários alunos. “A Voz dos Estudantes” dirigido por Nilson Castanheira. Este Jornal desapareceu de circulação e “O Comando” – está sendo editado por Aneirton P. Silva, em substituição ao primeiro “O Comando” é o órgão oficial do Centro Cultural Rui Barbosa. Ainda em 1955 aparecia “O Brasileirinho” – órgão oficial do corpo discente do Grupo Escolar “Idelfonso Mascarenhas da Silva”, dirigido por Genecy A. de Paula e Ana B. Lacerda. Neste ano surgiu “O Grêmio” sob a responsabilidade das srts. Dirce Dias e Haydevalda Sampaio. “O Grêmio” é órgão do Grêmio Castro Alves da Escola “Normal S. Teresa”. “Garimpeiro” – órgão oficial das alunas do curso primário da Escola “Santa Teresa”. “O Patriota” jornal estudantil independente orientado por Jaime Gomes de Moraes. Este é o último órgão de imprensa editado nesta cidade até o momento em que redigimos estas notas. Os leitores do “Correio do Pontal” puderam verificar por esta sinopse histórica que a imprensa em nossa cidade é exercida em toda sua plenitude. A cidade conta atualmente com dois semanários e vários mensários estudantis [...] (sic) (*Correio do Pontal*, 13/12/1956).

Notam-se os elogios direcionados à imprensa estudantil pelo *Correio do Pontal*, bem como a veiculação de ideais patrióticos no meio discente tijucano. É importante destacar que a grande circulação desses jornais entre os secundaristas nesse período, deveu-se em parte à política educacional vigente desde a Lei Orgânica do Ensino Secundário, em relação aos trabalhos complementares presentes no artigo 46 do capítulo XII, do Decreto-Lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942:

Art. 46. Os estabelecimentos de ensino secundário deverão promover, entre os alunos, a organização e o desenvolvimento de instituições escolares de caráter cultural e recreativo, criando, na vida delas, com um regime de autonomia, as condições favoráveis à formação do espírito econômico, dos bons sentimentos de camaradagem e sociabilidade, do gênio desportivo, do gosto artístico e literário. Merecerão especial atenção as instituições que tenham por objetivo despertar entre as escolares o interesse pelos problemas nacionais (BRASIL, 1942).

A profusão desses impressos pelos estudantes durante os anos de 1950 também esteve associada à ideia de reivindicação política, assim como demonstrava o *Correio de Uberlândia* em “Noticias e jornais estudantis” (21/05/1957):

[...] No momento, por outro lado os estudantes lançam-se na fundação de diversos jornais estudantis. Eles ensinam refletir a vida de seus colégios e possui um veiculo de suas noticias internas para o exterior. E daqui destas colunas pedimo-lhes mais alguma coisa: Tomem parte ativa na batalha em prol de uma faculdade, de duas faculdades e por fim, de universidade para

Uberlândia. Tomem parte também na batalha em prol da industrialização da cidade Jardim. Promovam todos os jornais estudantis, uma campanha por mais uma biblioteca pública para a cidade, para bibliotecas ambulantes para os bairros, e uma verdadeira campanha do livro, em combinação com o Instituto Nacional do livro. Nós os ajudaremos.

Dessa forma, o *Correio de Uberlândia*, nos anos de 1950, tentava demonstrar seu aparente apoio às manifestações estudantis na luta por melhorias na educação e cultura, nesse momento de efervescência do movimento pela implantação das faculdades no município. No entanto, é necessário considerar os interesses políticos da equipe dirigente desse jornal, que não perdia uma oportunidade de se autopromover frente à população letrada da região, no processo de conquistas de popularidade e votos, além de buscar apoio a seus candidatos almejados.

As entidades estudantis municipais também produziram impressos que circularam entre os secundaristas locais, assim como a UEI que publicou em 1961 o jornal *Tribuna Estudantil*, divulgado pela *Folha de Ituiutaba* (10/06/1961):

[...] Jornal noticioso, literário e humorístico, traz em suas colunas, além de bem elaborados trabalhos dos estudantes, preciosas colaborações de professores valorizando o empreendimento cultural dos jovens tijucanos, que por sinal é de bem esmerada apresentação gráfica (*sic*).

Nesse sentido, evidencia-se a participação de docentes na produção desses periódicos que eram avaliados por órgãos da imprensa local, os quais prestavam elogios a esses empreendimentos culturais da juventude.

Parte dos universitários em Uberlândia também publicou jornais estudantis na década de 1960, porém em menor frequência em relação aos secundaristas. Em junho de 1962, o jornalzinho *Tribuna Acadêmica* completava dois números, de acordo com o *Correio de Uberlândia* (23/06/1962), na nota “Tribuna Acadêmica dois números”: “[...] Diversos acadêmicos demonstram seus dotes literários-jornalísticos em suas páginas [...] e merece o apôio dos uberlandenses em sua circulação no meio universitário” (*sic*).

Desse modo, percebe-se que tal grupo de estudantes responsáveis pela *Tribuna Acadêmica* vislumbrava o *Correio de Uberlândia* como importante meio para divulgar, obter reconhecimento e apoio dos demais acadêmicos do município. Fato que indicava que os universitários locais representavam nesse momento parte do público leitor do referido jornal, sendo parte de uma elite intelectual.

Após a implantação da ditadura civil-militar no país a difusão dos impressos estudantis continuou sendo pauta de discussões da imprensa na região. Assim como na ocasião de lançamento do jornal *Sentinela do Estudante* pelo Grêmio Visconde de Cairú do Ginásio São José, abordado na Coluna “Vida Estudantil” do jornal tijucano direitista *Correio do Triângulo* (26/07/1964), que nesta ocasião realizava elogios aos estudantes.¹⁶⁸ Ocorrência que sinalizava o interesse do jornal em se aproximar dos jovens locais.

Em decorrência do acirramento da repressão imposta às ações estudantis por todo o país, os impressos produzidos pelos discentes também poderiam se constituir em alvo de coerção. Nesse sentido, percebe-se que a imprensa da região passou a justificar a finalidade de alguns impressos que circulavam entre os estudantes, possivelmente como medida preventiva dos próprios órgãos discentes em relação ao cenário opressor.

Nessa perspectiva se pode observar a nota “DCE Terá Jornal”, a qual abordava a possível criação de um jornal estudantil pelo Diretório Central dos Estudantes de Uberlândia. “[...] O Diretório Central dos Estudantes estudará os detalhes finais do lançamento de um órgão universitário, destinado a focalizar os assuntos de natureza universitária” (*Tribuna de Minas*, 16/05/1968). Observa-se o cuidado em destacar os assuntos que deveriam ser tratados em tal impresso, mesmo antes de sua criação.

Constata-se que a temática dos folhetins estudantis foi pouco debatida pela imprensa de Uberaba, em comparação aos jornais de Ituiutaba e Uberlândia.

Tal ocorrência não pode ser explicada pelo fato de haver um número reduzido de periódicos produzidos pelos secundaristas uberabenses, mas sim devido à imprensa local eleger outras temáticas como prioridades, assim como as manifestações dos universitários pela criação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Visto que, Uberaba nesse momento agregava considerável número de cursos superiores, como anteriormente assinalado.

De modo geral, pode-se afirmar que as representações de imprensa relacionadas aos periódicos estudantis sinalizavam estes como importantes meios para o desenvolvimento artístico, cultural e intelectual da juventude.

¹⁶⁸ “De parabéns a diretoria do grêmio Visconde de Cairú, pelo lançamento de seu jornal ‘SENTINELA DO ESTUDANTE’ (porta-voz de São José), que atingiu em cheio a classe estudantil, pelo seu brilhantismo e bons artigos”.

IV. 3.3 – O estudante esportista

A imagem do jovem engajado em atividades esportivas também ganhou respaldo nos jornais pesquisados, através de quarenta e duas matérias encontradas que acompanharam os processos de organização, realização, discussão e os resultados dos inúmeros campeonatos esportivos, ocorridos entre os anos de 1950 a 1969, trinta dessas referentes aos secundaristas e doze relacionadas aos universitários de todo o Triângulo Mineiro.

Em agosto de 1952 o *Correio de Uberlândia* já destacava na reportagem “Tiveram início ontem as Olimpíadas Colegiais desta cidade”: “[...] as Olimpíadas Colegiais de Uberlândia que terão como participantes todos os colégios e ginásios da cidade sob o patrocínio da prefeitura municipal [...]” (31/08/1952). Esses acontecimentos eram noticiados representando verdadeiros cartões postais para os municípios, com a enunciação dos patrocinadores desses certames. Assim tais eventos se constituíram nesse período em uma das ações que mais mobilizou a juventude.

Os campeonatos esportivos também eram frequentes entre os universitários de Uberlândia e Uberaba, que da mesma forma, tinham seus torneios anunciados pela imprensa, observa-se: “Competições desportivas estudantis [...] Faculdade de Odontologia de Uberaba versus Colégio estadual de Uberlândia [...]” (*Correio de Uberlândia*, 22/05/1954); “Vem aí a II Olimpíada Universitária” (*Correio Católico*, 10/05/1958). Logo nota-se que eram comuns disputas entre secundaristas e universitários de cidades diferentes no mesmo torneio, assim como entre estudantes do mesmo grau de escolaridade e município.

Na década de 1960 multiplicaram-se os anúncios e as reportagens sobre as práticas esportivas entre as instituições educacionais, como reflexo do processo de massificação do esporte que se iniciava por todo o país.

A realização dos jogos estudantis, também foi manchete do jornal *O Repórter* em: “Olimpíadas Colegiais” (09/09/1960); e em “Estudantes Promovem Olimpíadas: UESU patrocina o grande certame” (02/10/1961).

Nesse primeiro título, o referido periódico assinalava a necessidade da população local de valorizar o esporte entre os estudantes, que deveriam ser imbuídos de “entusiasmo” e “fé”. Na segunda manchete, destacava o patrocínio da UESU e dos grêmios estudantis dos colégios de Uberlândia na promoção das disputas de diversas modalidades esportivas, nas categorias feminino e masculino para voleibol e natação e somente masculino para futebol de grama e de salão, *ping-pong* e basquetebol. Fato que demonstrava a diferenciação dos papéis atribuídos para homens e mulheres até mesmo em relação ao esporte nesse período.

Nesse sentido, é possível destacar a circulação de um imaginário que considerava certas modalidades esportivas inadequadas para as meninas, assim como o futebol, em decorrência de sua natural “delicadeza” e “fragilidade”.

Lembrando que nesse período, ainda estava em vigor o Decreto-Lei nº 3.199 de 14 de abril de 1941 do Conselho Nacional de Desportos (CND), o qual deliberava em seu artigo 54 que: “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país” (BRASIL, 1941).

Em Ituiutaba no início dos anos de 1960 os secundaristas locais organizaram a criação de um órgão próprio para tratar de assuntos exclusivamente relacionados às práticas esportivas, como destacava a matéria “Eleita e empossada a nova diretoria da Liga Estudantil” (LIEC) (*Folha de Ituiutaba*, 11/08/1962).

Assim como os estudantes tijucanos, em Uberaba também existia a Liga Uberabense de Desportos Universitários (LUDU), com chapa dirigente e eleita a cada ano, imbuída do dever de organizar as Olimpíadas Universitárias no município.

O entrosamento de estudantes de toda a região durante a década de 1960 em decorrência desses campeonatos esportivos ocorria até mesmo entre os discentes pertencentes aos municípios mais distantes, assim como Ituiutaba e Uberaba.¹⁶⁹

Nesse sentido, a Coluna “Vida Estudantil” do *Correio do Triângulo* (17/05/1964), assinalava a participação de um grupo de alunos esportistas do Colégio Diocesano de Uberaba em Ituiutaba nas Olimpíadas estudantis de 1964, organizada pela UEI, que nessa ocasião também passava por um processo de reforma em seus estatutos.

A referida coluna acompanhou de perto as ações dos estudantes em Ituiutaba e também emitia juízos de valor em relação aos empreendimentos da juventude em todo o país, manifestando nesse período posicionamento conservador alinhado a direita, assim como foi anteriormente mencionado em relação ao jornal tijucano *Correio do Triângulo*.

A ocorrência dos jogos estudantis era apresentada sempre com entusiasmo por esse órgão da imprensa. Na ocasião da realização dos “Primeiros Jogos Estudantis da Primavera” em Ituiutaba, a Coluna “Vida Estudantil” (*Correio do Triângulo*, 19/10/1964) salientava o acordo entre o presidente da UEI e o padre João Avi para que as reuniões referidas ao evento fossem realizadas no Salão Paroquial Pio XII. Além disso, destacava a organização do “Baile

¹⁶⁹ Deve-se atentar para o fato de que, esses campeonatos esportivos intermunicipais não eram uma peculiaridade da região, já que a prática esportiva nas escolas era incentivada pela política educacional do país nesse momento (GUIRALDELLI JR, 1988).

da Bola” na sede do Ituiutaba Clube para a entrega dos troféus aos vencedores e diversão dos participantes.

De modo geral, foi possível evidenciar que a realização desses jogos era muitas vezes acompanhada de comemorações e grandes festas, representadas pela imprensa como momentos de descontração e lazer entre o meio estudantil, constituindo-se em importante meio de socialização e encontros entre jovens que compartilhavam de determinados grupos sociais.

Conforme os jornais investigados, assim como a UEI, a UESU e a UEU, entidades representantes dos secundaristas de Ituiutaba, Uberlândia e Uberaba, eram também imbuídas da tarefa de organizarem a cada ano os campeonatos esportivos locais, que foram amplamente divulgados pela imprensa, principalmente na segunda metade da década de 1960. Ocorrência esta que reforçava entre a sociedade letrada da região a propagação do ideário que associava a imagem do jovem estudante ao esporte.

É importante salientar que a Educação Física nas escolas brasileiras recebeu primeiramente influência da medicina, em discursos baseados na higiene, saúde e eugenia.¹⁷⁰ Na segunda metade da década de 1960 apresentou o intuito de servir aos interesses políticos dos grupos que estavam no poder.

Nesse contexto a educação física passou a ter a função de selecionar os mais aptos para representar o país em diferentes competições. O governo militar apoiou a educação física da escola objetivando tanto a formação de um Exército composto por uma juventude forte e saudável como a desmobilização de forças oposicionistas. Assim estreitaram-se os vínculos entre esporte e nacionalismo (DARIDO; SOUZA JÚNIOR, 2007, p.13).

Nesse sentido, o esporte foi considerado área estratégica pelo governo no processo de formação da juventude, que deveria estar de acordo com a manutenção da ordem social vigente. Corroborar-se com o entendimento de que: “A coragem, a vitalidade, o heroísmo, a disciplina exacerbada compõe a plataforma básica da Educação Militarista, que visa formar o ‘cidadão-soldado’, capaz de servir de exemplo para o restante da juventude pela sua bravura e coragem” (GUIRALDELLI JR, 1988, p.18).

¹⁷⁰ A Educação Física nas escolas, desde seus primórdios no Brasil, foi representada pelo discurso médico e militar, no sentido de possibilitar novos hábitos higiênicos, promover o exercício disciplinar, a melhoria da saúde e a “regeneração da raça. Desse modo, buscou desempenhar um “[...] papel fundamental na formação de homens e mulheres sadios fortes, dispostos a ação. Mais do que isso, ela age como protagonista num projeto de ‘asepsia social’. Neste sentido antes de qualquer coisa, para tal concepção era necessário disciplinar os hábitos das pessoas no sentido de levá-las a se afastarem das práticas capazes de provocar a deterioração da saúde e da moral, o que comprometeria a vida coletiva” (GUIRALDELLI JR, 1988, p.17).

Em outubro de 1967 a UTES, órgão estudantil de tendência direitista, com sede em Uberaba criado em 1966 para “substituir” a UCMG entre os estudantes triangulinos, organizou o “I Jogos Colegiais do Triângulo: em Uberlândia” (*Lavoura e Comércio*, 12/10/1967). Nesse sentido, evidencia-se que as movimentações esportivas dos estudantes triangulinos eram cada vez mais estimuladas, em detrimento às mobilizações políticas, especialmente após a implantação da ditadura civil-militar no país.

Desse modo, a imprensa triangulina continuou até o final dos anos de 1960 a conceder destaque para o esporte estudantil, como indicava a manchete: “Estudantes lotam UTC para ver olimpíadas” (*Tribuna de Minas*, 11/09/1969). Esta mencionava a participação dos alunos dos colégios de Uberlândia como atletas e também como público dos jogos, ocupando grande espaço entre as reportagens do dia.

Nessa perspectiva, o *Correio Católico* também salientava a realização dos “Jogos universitários interestaduais em Uberlândia: dia 9” (09/10/1969), o qual teria como sede a cidade de Uberlândia, reunindo grupos de universitários de Brasília, Araraquara, São Carlos, Piracicaba, Ribeirão Preto, Uberaba e Uberlândia. Informação esta que indicava nesse período uma considerável movimentação de estudantes não só da região, mas de outras localidades em torno da prática esportiva. Observa-se também que tais campeonatos eram frequentemente organizados nos meses de setembro e outubro durante os anos finais da década de 1960.

Desse modo, vale ressaltar a valorização da Educação Física durante o governo civil-militar, tanto nas escolas quanto nas universidades, como forma de controlar as ações da juventude em geral.

[...] a Educação Física mesmo passando por mudanças continuou a avançar sobre a instituição escolar. Com a Lei nº 4.024/61, em seu artigo 22, ratificou-se sua obrigatoriedade no ensino primário e médio. Em 1966, já no período militar, o Conselho Federal de Educação tornou a adoção dessa disciplina obrigatória também nos cursos superiores, pelo Parecer nº 424, o que seria reafirmado com a lei 5692/71, que reformou toda a educação elementar de 1º e 2º graus. Assim, a partir da implantação do Governo Civil-Militar, ocorrera nova orientação para a prática da Educação Física, a partir de dispositivos legais, reforçando-se seu caráter disciplinador, especialmente, em momento de afluência do movimento estudantil universitário junto as questões políticas por todo o país, o que levou o governo a dedicar nova atenção a disciplina de Educação Física, tal qual ocorrera na ditadura Vargas (OLIVEIRA; SOUZA, 2012, p.28).

Nesse contexto, salienta-se que as atividades esportivas discentes eram imbuídas pelos princípios de disciplinarização e higienização da população, por meio da presença e valorização da Educação Física nos currículos das instituições de ensino.

De modo geral, evidenciou-se que o esporte no ensino secundário recebeu maior destaque nos jornais em detrimento ao esporte no ensino superior, até porque este apresentava uma maior demanda entre as instituições secundaristas existentes em maior número na região. Assim como a imprensa de Ituiutaba que raramente abordava o ensino superior, pelo fato deste no referido período não existir no município e em toda microrregião do Pontal Mineiro.

Acredita-se que o constante incentivo a prática esportiva entre os estudantes, principalmente no período da ditadura civil-militar, seja reflexo de um processo ideológico arquitetado pela política educacional então vigente, no sentido de disciplinar as condutas da juventude, afastando desta o envolvimento com a política nacional.

IV. 3.4 – O retrato jornalístico do jovem patriota

Em relação às manifestações cívicas empreendidas entre a juventude estudantil verifica-se que estas foram frequentes durante todos os anos de 1950 e 1960 na imprensa do Triângulo Mineiro.

As comemorações referentes ao dia de “Tiradentes”, Independência do Brasil, Proclamação da República, “Dia do soldado”, “Dia da bandeira”, eram entusiasticamente abordadas pelos jornais, como se pode ressaltar na reportagem “O colégio estadual e o 21 de abril”:

Em meio as mais entusiastas manifestações de civismo e patriotismo transcorreu o 21 de abril naquele educandário. As comemorações tiveram tripla finalidade: reverenciar a memória do patrio-martir de nossa independência, mais um aniversário do colégio e homenagear os professores aposentados [...] (*Correio de Uberlândia*, 25/04/1955).

Além da matéria acima, foi possível observar outras como: “O 21 de abril - O Grêmio Castro Alves da Escola Normal Santa Teresa faz-se realizar [...] uma importante sessão solene comemorativa do sacrificio de Tiradentes” (*Correio do Pontal*, 26/04/1956); “21 de Abril no Educandário Ituiutabano – Educandário abre suas portas para que todos assistam a comemoração do dia 21 de Abril pelos estudantes” (*Correio do Pontal*, 25/04/1958); e

“Exaltada a memória de Tiradentes no Ginásio São José” (*Folha de Ituiutaba*, 26/04/1958).

Dentre essas merece destaque o seguinte recorte:

[...] TIRADENTES foi sacrificado! Seu sangue serviu para escrever a certidão da nossa aspiração a independência [...] Sua coragem indômita ante o sacrifício supremo da própria vida, arrasta uma plêiade de patriotas ao cumprimento do dever e a prática da justiça. Seja essa data um incentivo a mais ao devotamento da causa sol. Voltemos o nosso pensamento ao céu e peçamos a Deus ilumine os dirigentes deste país próspero e pacífico que custou a TIRADENTES e seus companheiros a própria vida (*Correio do Pontal*, 26/04/1956).

Por meio do discurso veiculado pelo *Correio do Pontal* evidencia-se a presença do imaginário que associava a imagem de “Tiradentes”, ou seja, Joaquim Silvério dos Reis, mártir da Inconfidência Mineira, a Jesus Cristo, em uma espécie de mistura da cultura patriótica com a cristã. Nesse sentido, a morte de “Tiradentes” é comparada ao sacrifício de Cristo. Ocorrência esta que demonstrava o reforço da moral cristã até mesmo em relação aos mártires patrióticos.¹⁷¹

Nesse período que se vivia a propagação da ideologia do nacionalismo desenvolvimentista no Brasil, fez-se veicular entre os estudantes a valorização de ideais nacionalistas e cívicos com a exaltação de símbolos nacionais.

Celebrações cívicas e estímulos aos sentimentos patrióticos são especialmente úteis e eficazes no jogo político, pois lidam com a história e com a memória. Numa perspectiva mais geral as festas são vistas como momentos propícios à afirmação de identidades, crenças e valores, à rememorações de tradições, à legitimação de hierarquias sociais. Ainda que se constitua em lugar de memória, a festa cívica dedica-se, antes de tudo a exaltação da nacionalidade, e na maioria das vezes o seu principal objetivo é a comemoração de um episódio ou personagem vistos como significativos da história da nação ou como símbolos de valores relevantes para a consolidação de uma identidade nacional (FONSECA, 2005, p. 46).

Assim como no cenário nacional, ocorreu no Triângulo Mineiro à propagação de ideários nacionalistas em instituições escolares, meio que seria eficaz para a consolidação de condutas necessárias ao processo de modernização do país, no sentido de formação de cidadãos patrióticos compromissados com o projeto de desenvolvimento nacional.

¹⁷¹ De acordo com Fonseca (2002) os textos jornalísticos que circularam entre as décadas de 1930 e 1960 em Minas Gerais apresentaram diferentes estilos em relação ao tratamento da Inconfidência Mineira. Logo, a tendência cristã, observada também pela imprensa tijuicana, foi comum nesse contexto, de forma que ocorria a exaltação patriótica junto ao apelo cristão, realizando-se a analogia entre Tiradentes e Cristo.

Em setembro de 1955 o *Correio Católico* divulgava a fotografia de mais um desfile de estudantes realizado em Uberaba, como manchete do dia “Desfila a Juventude Uberabense no 7 de setembro” (08/09/1955), a qual demonstrava considerável participação de discentes no evento.



Figura 26: Ilustração sobre a realização de desfile cívico da juventude
Fonte: *Correio Católico*, 08/09/1955.

As festas cívicas retratadas pelos jornais abordavam a realização dos desfiles de sete de setembro todos os anos e associavam a imagem do estudante que participava dessas comemorações ao cidadão patriota, nacionalista, considerado o futuro da nação e até mesmo ao militar representado pela imagem da ordem e da disciplina, por meio dos uniformes impecáveis, das famosas marchas ensaiadas e sincronizadas apresentadas nesses desfiles.

Essas comemorações cívicas veiculadas pela imprensa transformavam-se em importantes propagandas dos estabelecimentos de ensino, principalmente os de iniciativa privada, na tentativa de atrair reconhecimento e prestígio pela sociedade local.

Com a ocorrência do golpe civil-militar no país, fez-se circular pela sociedade brasileira o imaginário de que os militares teriam ensinamentos importantes para a educação de crianças e jovens brasileiros no processo de formação de cidadãos patriotas, imbuídos de espírito cívico necessário para a manutenção da “ordem” e da “disciplina”.

Assim como foi veiculado no artigo “O Encontro do Exército com a Juventude”, o qual tecia considerações sobre a importância da educação cívica nas instituições de ensino, em decorrência das visitas de soldados do Exército às escolas na capital mineira nas celebrações da “Semana de Caxias”, em agosto de 1966.

[...] o aspecto, de o Exército, como educador do povo, ao lado da família, da escola e do governo, vir ao estudante, através de sua vida pessoal as escolas da capital ensinar Educação Cívica e falar em educação é deveras feliz e magnífico. É um aspecto social muito interessante e oportuno. É uma conjunção de forças, maravilhosas para a Democracia. Nunca se poderá prever tão sadia alteração de hábitos seculares, levando os môços e as crianças a verem no soldado, não apenas o Guardião da Democracia, o mantenedor da ordem e o defensor da Pátria. Mas também o educador do povo, o formador de cidadãos e agora o impulsionador da educação Cívica [...] Se vier da escola o hábito de cantá-lo e ouvi-lo com respeito, o Hino Nacional lembrar-nos-á sempre a Pátria e o Brasil! (*sic*) (*Correio de Uberlândia*, 31/08/1966).

Nesse cenário as comemorações ao “dia do soldado”, em homenagem ao patrono do Exército Brasileiro, “Duque de Caxias”, ou seja, Luís Alves de Lima e Silva, em 25 de agosto, data de seu nascimento, eram entusiasticamente realizadas nas escolas mineiras e incentivadas pela imprensa triangulina.

Por meio do artigo acima analisado, reafirma-se que o *Correio de Uberlândia*, nesse período, se apresentou favorável ao direcionamento proposto pela política educacional do governo militar, afirmando a importância da educação cívica com a obrigatoriedade da entoação do Hino Nacional Brasileiro nas escolas.

Os desfiles cívicos, assim como os campeonatos esportivos, se constituíram em verdadeiros espetáculos e “cartões postais” das instituições de ensino na região, movimentando as agremiações estudantis secundaristas nos processos de organização destes acontecimentos. Nesse sentido, o *Correio Católico* divulgou a entrega dos troféus às escolas campeãs na sede da UEU referente ao desfile de 7 de setembro de 1968 em Uberaba, por meio do anúncio “Entrega dos troféus será hoje na UEU” (11/09/1968).

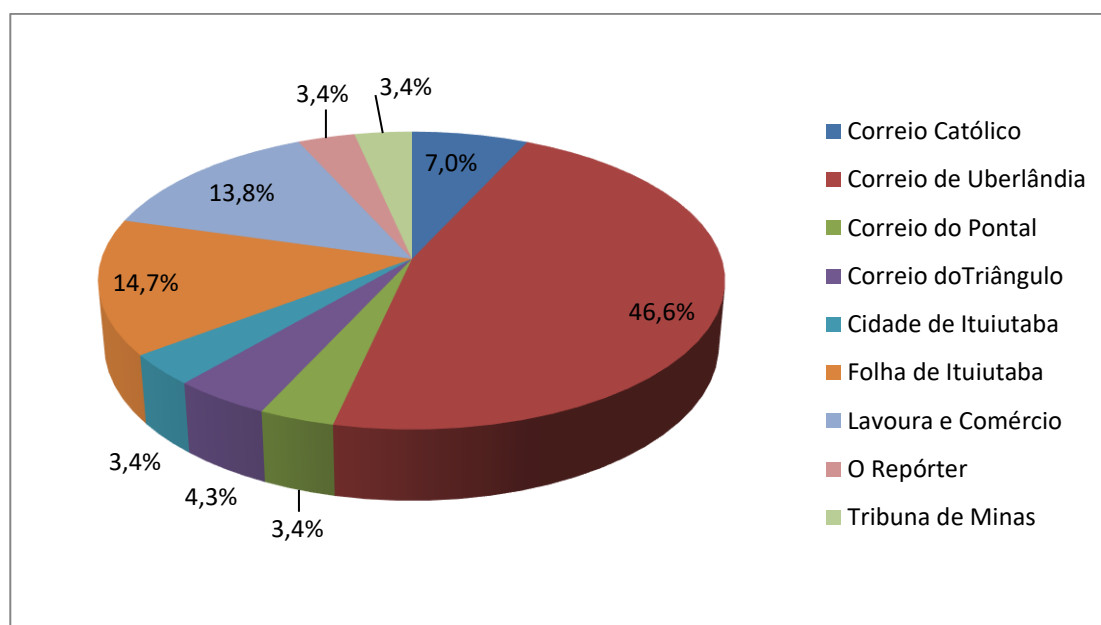
Em julho de 1969 a *Tribuna de Minas* publicava em destaque a reportagem: “Ministro da justiça fala civismo para os jovens” (12/07/1969). Nesta, tal órgão da imprensa, assim como o *Correio de Uberlândia*, se apresentava favorável a necessidade de uma educação moral e cívica para a juventude brasileira, principalmente no ensino secundário, proposta pelo então ministro da justiça, Gama e Silva.

Nessa perspectiva concorda-se com o entendimento de que nesse período era comum esperar “[...] do estudante sua dedicação integral aos interesses da pátria, elemento de sedimentação dos princípios da nação brasileira, juntamente com o fortalecimento da instituição familiar e a tradição cristã do povo” (FRANCO, 2011, p.13).

De modo geral constatou-se que as principais práticas discentes difundidas pelos impressos estudados concentravam-se em torno de: bailes; realização de eventos diversos; atividades artístico-literárias nos grêmios escolares; excursões; jornais estudantis; festivais universitários de arte; campeonatos esportivos; desfiles e comemorações cívicas. Tais atividades foram tratadas como prioridade nos jornais, principalmente após a implantação do governo civil-militar no país, de forma que a imagem construída sobre o estudante da região estaria associada a essas.

Em relação a tais práticas culturais diversas e esportivas no meio discente, tanto secundarista quanto universitário, foi encontrado o total de cento e dezesseis matérias relacionadas em todos os jornais investigados. Logo, foram calculados os percentuais de notícias publicadas em cada impresso, assim como demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 6- Práticas culturais e esportivas entre os estudantes nos jornais de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia (1950-1969)



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Por meio da análise do gráfico 6, pode-se observar novamente o destaque para o *Correio de Uberlândia*, o qual ocupou cerca de 46,6% do total das publicações encontradas

referentes às práticas culturais e esportivas no meio estudantil. Dessa forma, foi possível constatar uma maior atenção desse periódico em relação às questões relacionadas ao universo estudantil nos anos de 1950 e 1960, tendo em vista que Uberlândia nesse período passava por um acelerado processo de desenvolvimento econômico e social, fato que permitia abrir espaços para novos tipos comportamentais.

Logo a imprensa uberlandense foi responsável por 53,4% do conteúdo analisado referente a tal temática, em seguida aparecem os jornais de Ituiutaba somando 25,8%, com ênfase no trabalho da *Folha de Ituiutaba*, que até o golpe civil-militar veiculou 14,7% desse número. Em última instância apresentam-se os periódicos de Uberaba com 20, 8% do total.

Verificou-se que o *Correio de Uberlândia* e a *Folha de Ituiutaba* representaram importantes veículos de divulgação e promoção das práticas culturais e esportivas vivenciadas principalmente nos renomados colégios locais, os quais visavam atrair clientela, devido à grande circulação dos referidos periódicos entre o meio letrado de suas cidades de origem. Dessa forma, esses jornais se constituíam em meios eficazes de celebração dos grupos sociais mais abastados e reserva de mercado das instituições privadas.

De modo geral, foi possível observar a ocorrência de um maior número de matérias jornalísticas que tentavam disciplinar as condutas dos jovens e valorizar o caráter cultural e cívico das agremiações. Nesse sentido, foram encontrados cento e quarenta e um textos relacionados à participação política dos estudantes na região e o total de duzentos e vinte e nove distribuídos entre artigos que exaltavam os princípios cristãos católicos na educação de moças e rapazes, discutiam os hábitos e a formação da juventude e valorizavam a ocorrência das práticas culturais e esportivas no meio estudantil.

Com isso, confirmou-se mais uma vez a ocorrência da constante preocupação com o controle do comportamento moral e disciplinar dos jovens estudantes, muito maior do que com as questões intelectuais. Assim, foi predominante na imprensa da região a veiculação de artigos de cunho moralista.

Neste capítulo foi possível evidenciar as principais imagens construídas em torno da juventude e os princípios educacionais que circularam no imaginário de considerável parte da população letrada no Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 1960. Já que o jornal deve ser considerado como uma rica fonte de pesquisa, abarcando uma diversidade de colaboradores que escrevem em suas páginas e se constituindo em importante espaço de afirmação de ideias e ações educacionais (NÓVOA, 1997).

Em suma, buscou-se também apontar a necessidade e a importância das pesquisas referentes às representações de imprensa sobre os estudantes, observando as especificidades de cada contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Forçoso é então assumir que,
partícipes da construção da disciplina História da Educação,
nós, os autores, somos, nos momentos mais recentes,
sujeitos e objetos desta narrativa.
E, mais do que isso,
que as fontes que utilizamos são, elas também,
peças do jogo político que institui a memória
(e produz o esquecimento)
nas constantes lutas de representação
travadas no interior do campo”
(VIDAL; FARIA FILHO, 2003).

Investigar a juventude estudantil representada por grande parte da imprensa jornalística do Triângulo Mineiro durante os anos de 1950 e 1960 foi tarefa árdua na busca por especificidades e pluralidades que contribuíssem para o desvendamento de parte do imaginário regional referente à questão dos secundaristas e universitários engajados em manifestações culturais, sociais e políticas. Nesse sentido, almejou-se colaborar, mesmo que de forma minimamente modesta, para o preenchimento das lacunas em História da Educação no que se refere à análise das representações de imprensa sobre os jovens discentes no interior mineiro e os interesses atrelados a tal ideário.

No decorrer dessa caminhada foram quase doze anos de satisfação pessoal na investigação, percorrendo as páginas amareladas dispostas em brochuras encadernadas de importantes jornais dessa região, procurando primeiramente por vestígios sobre o universo escolar em geral, em seguida pelo movimento estudantil e a questão da juventude em particular, nessas duas agitadas décadas. Desse modo, defende-se a necessidade de conservação e digitalização do jornal escrito, o qual representa rica e importante fonte para o trabalho historiográfico.

Compreender as principais ideias e representações relativas aos estudantes secundaristas e universitários veiculadas pelos periódicos que circularam nos municípios de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia no período em discussão, se tornou o principal intuito durante todo esse percurso.

Em relação ao cenário sócio-histórico onde foram produzidas e veiculadas as representações de imprensa estudadas, foi possível vislumbrar a articulação dos jornais triangulinos com o poder público da região. Assim, estes impressos estavam em sua maioria

ligados a partidos políticos ou a associações de classe e instituições que detinham o domínio em suas localidades. Logo, foram utilizados em defesa dos ideais aspirados pelos grupos que os comandavam, sendo possível vislumbrar o jogo de interesses que envolvia tais representações.

Este estudo demonstrou que os jornais *Correio de Uberlândia*, *Lavoura e Comércio* e *Correio Católico* se destacaram na publicação de matérias referentes à educação da juventude e às ações dos estudantes na referida região e em todo o país nos anos de 1950 e 1960. Nesses periódicos foram contabilizadas seiscentas e cinquenta e seis do total de oitocentas e cinquenta e uma matérias jornalísticas encontradas, ou seja, somente esses três representaram cerca de 77 % de todo o material analisado.

Tal ocorrência é explicada, devido a serem os únicos impressos investigados que circularam durante todas essas duas décadas. Constatou-se que esses tiveram uma maior vida útil em relação aos outros jornais estudados. O *Correio de Uberlândia* circulou durante setenta e oito anos, o *Lavoura e Comércio* por cento e quatro e o *Correio Católico* por setenta e cinco anos. Episódio que elucida a importância, a força e a credibilidade desses veículos de comunicação entre a sociedade letrada triangulina no século XX.

A análise do conteúdo presente nos nove impressos pesquisados permitiu vislumbrar a existência de cinquenta e cinco entidades discentes, entre secundaristas e universitárias representantes do movimento estudantil na região, bem como suas principais características do ponto de vista destes. Desse modo, salienta-se que os estudantes ganharam espaço na cena social a partir dos anos de 1950 em cidades do interior, também como reflexo da organização da UNE em âmbito nacional.

Logo foram constatadas especificidades em relação a cada município. Em Ituiutaba as ações das agremiações de todos os colégios eram noticiadas pela imprensa local, totalizando cinquenta e um textos referentes a essas entidades. Visto que, o número de instituições era pequeno e não havia faculdades nesse período na microrregião do Pontal Mineiro.

No município de Uberlândia ocorreu uma atenção e tentativa de maior controle direcionado as ações dos secundaristas, de forma que cento e trinta e cinco matérias se referiam a esses, em contrapartida, apenas sessenta e sete representavam especificamente os universitários locais. Possivelmente relacionado ao fato de que, o ensino superior se expandiu nessa localidade somente na década de 1960.

Já em Uberaba, cidade pioneira na chegada e desenvolvimento do ensino superior, diferentemente dos outros municípios, os olhares estiveram voltados aos estudantes desse nível. Assim como foi possível observar no número encontrado de noventa e três matérias

referentes às manifestações dos universitários e apenas trinta e quatro restritas aos secundaristas dessa.

Os processos de criações, eleições e a realização de conferências no âmbito dos grêmios estudantis e dos centros acadêmicos foram constantemente divulgados nos jornais. Fato que indicava o interesse de parte da sociedade letrada triangulina sobre as ações discentes, bem como o intuito de controlar o movimento estudantil e vigiar as ações de seus líderes. As análises dos gráficos 1 e 2 demonstraram que o periódico que mais se destacou nesse quesito foi o *Correio de Uberlândia*, de tendência conservadora, alinhado a UDN, partido de grande influência na região até o golpe civil-militar em 1964, quando dois anos depois ocorreria a extinção de todos os partidos com a adoção do bipartidarismo.

Verificou-se que a formação requerida ao secundarista nessa região esteve articulada aos conteúdos humanísticos de exaltação dos ideais cívicos e patrióticos, além da veiculação de princípios educativos relevantes aos processos de urbanização e modernização do Brasil. Tais representações estavam em sintonia com ideários sociais, políticos e culturais em nível nacional.

No período anterior a ditadura civil-militar, constatou-se a ocorrência de variadas reivindicações estudantis. Entretanto, grande parte da imprensa investigada, com exceção, por exemplo, da *Folha de Ituiutaba*, apresentou-se descompromissada com os resultados de tais manifestações políticas. A maioria não seguia a virtude de reconhecer as conquistas dos movimentos sociais, buscando dar maior ênfase à indisciplina em detrimento as suas vitórias.

Observou-se que o ativismo político dos estudantes atingiu um nível tão elevado em todo o país nos anos de 1950 e 1960, que os destinos dos órgãos estudantis locais passaram a ser controlados de muito perto pelas autoridades vigentes.

Após a implantação do regime autoritário cresceu significativamente o controle já existente sobre as ações do estudante, instalando-se até o final da década de 1960 um intenso clima nacional de perseguição aos líderes do movimento estudantil acompanhado pela imprensa brasileira.

Nesse cenário, importantes órgãos de representação discente dessa localidade, dentre esses a UEI, UESU e a UEU, assim como em nível nacional, sofreram as imposições e as restrições estabelecidas pela legislação do novo governo, na tentativa de coibir possíveis protestos dos secundaristas.

Até mesmo a UTES, de caráter conservador, criada em 1966, com a presença dos representantes da UEI, UESU, UEU e de várias outras uniões estudantis triangulinas, para substituir a influência da UCMG entre os secundaristas de todo o Triângulo Mineiro, esteve

na mira da repressão nesse período. No ano de 1969 a imprensa publicava a exoneração da chapa dirigente eleita pelos estudantes, bem como a nomeação de outra para a direção dessa entidade, por motivos não declarados.

Juntamente com esse processo foi verificada a manifestação do movimento estudantil uberabense e uberlandense em defesa dos jovens em nível nacional que foram vítimas da violência exercida pelo governo autoritário. Nota-se a existência de um espírito de corporativismo entre os universitários de todo o país, considerando-se o fato de que muitos dos agredidos eram de famílias de classe média e alta.

Salienta-se que na imprensa de Ituiutaba não foram publicadas manifestações de estudantes que demonstrassem apoio ou solidariedade ao movimento estudantil nacional nesse período, assim como foi observado nos demais municípios estudados.

No entanto, deve-se destacar que as notas de esclarecimento e os comunicados que expressavam a indignação dos estudantes triangulinos com a violência sofrida pelo movimento discente nas capitais até o ano de 1968 eram sempre veiculados em pequeníssimos espaços encontrados no interior dos jornais. Nunca eram impressos na primeira página e em local de fácil visualização. Ocorrência esta que demonstrava o receio desses periódicos em publicar tais assuntos, considerados muito delicados e até mesmo de caráter “subversivo”, já que se vivia a censura do governo aos meios de comunicação e a sociedade civil em geral.

Evidenciou-se por meio da imprensa uberabense o entusiasmo do movimento pela criação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro durante os anos de 1967 e 1968. Este foi dirigido pelo movimento estudantil universitário, representado principalmente pelo Diretório Central dos Estudantes, com o apoio de grande parte das classes dirigentes locais, que encarava tal empreendimento como importante oportunidade de desenvolvimento para o município. Entretanto, tal campanha não obteve sucesso nesse momento, pois dependia das verbas destinadas pelo governo federal, desaparecendo das páginas do *Correio Católico* e *Lavoura e Comércio* em 1969, quando ocorreu o acirramento da repressão militar aos estudantes e a diversos setores.

Assinala-se o protagonismo do estudante como novo elemento social ativo e em amadurecimento no decorrer das décadas de 1950 e 1960. É sabido o fato de que, o jovem que participa da liderança no movimento estudantil tem maiores oportunidades de projeção na carreira política, por já exercer essa prática, assim como demonstra o movimento da história. Logo se defende a ideia de que, a militância discente se constitui em importante instrumento para a formação política de cidadãos. Pois a organização e a mobilização dos estudantes nas

instituições educacionais possibilitavam a discussão sobre o exercício dos direitos e do poder, e os jornais davam visibilidade a essas lideranças.

Em relação ao movimento estudantil nas capitais, foi possível identificar o interesse da imprensa triangulina, com especial destaque para o *Lavoura e Comércio*, de tendência conservadora, assim como demonstrou o gráfico 3. Dentre a variedade de assuntos relacionados, ganhou maior evidência, por meio do total de cento e dois textos, a circulação de representações negativas e depreciativas direcionadas a UNE e ao jovem engajado em manifestações políticas consideradas de esquerda que apresentassem ideais críticos e contestatórios, as quais eram acusadas de comunistas.

Nesse contexto, o *Lavoura e Comércio* foi responsável por cerca de 51% do total das matérias que desqualificavam as ações da UNE, em seguida ressaltam-se os periódicos de Uberlândia, *Correio de Uberlândia* com 21,5 % e o *Tribuna de Minas* com 19% dessas.

Acredita-se que a imprensa no Triângulo Mineiro em grande parte considerava o movimento estudantil nacional uma ameaça ao *status quo* da sociedade brasileira. Dessa forma, o espaço concedido aos órgãos estudantis locais apresentava o objetivo maior de controlar e afastar os estudantes da região da influência das manifestações nacionais.

Desse modo foi perceptível a veiculação de um discurso que afirmava a ocorrência de “manipulação” dos jovens pelos “subversivos”. Em contrapartida, pelas elites dirigentes receberiam um “ideal” e não manipulação.

Nesse sentido, verificou-se que nas ocasiões em que o estudante militante das capitais envolvido com as ações da UNE não era tratado como o vilão subversivo durante o governo civil-militar, era encarado como sujeito que precisava ser tutelado pela família e pela religião, assim como bem o representou o *Correio Católico*. Certamente por ser órgão controlado pela Igreja, importante instituição educativa que buscava se aproximar dos jovens em Uberaba nesse período. De acordo com a perspectiva católica, seria necessário preservar o direito da família como instituição “natural” e da Igreja no âmbito “sobrenatural” na educação das novas gerações.¹⁷²

Foi notável nesses impressos, principalmente em Uberaba, importante polo universitário desse contexto, um período de agitação frente ao clima de repressão, a partir do ano de 1968 até o primeiro semestre de 1969, com o crescimento do número de reportagens que divulgavam a perseguição aos estudantes nas capitais. Observou-se claramente a intenção desses jornais, principalmente do *Correio Católico*, de chamarem a atenção da população para

¹⁷² Ideário divulgado por Alceu de Amoroso Lima, importante intelectual defensor da visão católica de educação (SAVIANI, 2007).

o cenário de violência praticada ao movimento estudantil nacional, especialmente após a promulgação do AI-5 que possibilitou a radicalização da repressão por parte do governo autoritário. Seguramente no intuito maior de afastar os estudantes locais das influências deste. Com isso, tais notícias passaram nesse período a serem veiculadas nas manchetes do dia e na parte superior das primeiras páginas.

Somente nesse interstício, em todos os jornais analisados que circularam nesse período, foram encontradas oitenta e uma notícias referentes ao movimento estudantil no Brasil e por todo o mundo. Logo é importante considerar que no ano de 1968 explodiu uma onda mundial de protestos da juventude e ocorreu o recrudescimento do regime opressor com o acirramento das medidas repressivas.

Após ser decretado o AI-5 em dezembro de 1968, o movimento estudantil no Triângulo Mineiro representado pela imprensa, assim como em nível nacional, perdeu lideranças e foi se desarticulando. Devido ao fato de que, os organismos de representação discente passaram a ter grandes dificuldades para se organizarem em consequência da intensificação da repressão imposta pelo governo militar. Desse modo, observou-se por meio dos impressos, o esvaziamento da presença dos estudantes do cenário político no ano de 1969.

Este estudo permitiu afirmar que, os jornais investigados fizeram circular representações que incitavam o controle e a tutela da juventude triangulina em relação ao afastamento de ideias comunistas e da violência sofrida pelos jovens militantes nos grandes centros urbanos. Dessa forma, tais periódicos trabalharam no sentido de impor um estereótipo de estudante aceitável perante seu público leitor e compatível com os interesses dos grupos que estavam no poder nessa região. Assim defendia-se o jovem cristão, patriota, dedicado aos estudos e a família, mas distante do debate político.

Todavia, ressalta-se a especificidade encontrada referente ao jornal *Folha de Ituiutaba*, de cunho mais progressista condizente com os interesses relacionados às lutas do movimento estudantil hegemônico no país até 1964, quando se constituiu em vítima da repressão.

Nesse cenário de agitação política e social do movimento estudantil por todo o país e o mundo, entrou em evidência a formulação e a discussão de representações sobre a juventude, principalmente nos anos finais da década de 1960. Preocupação esta observada em maior destaque na região nos impressos de domínio católico, *Tribuna de Minas* de Uberlândia e *Correio Católico* de Uberaba.

Em todo o período estudado ocorreu a circulação da ideia de jovem como responsável pelo futuro da nação, entendido como sujeito que deveria protagonizar novos tempos, mas, não o presente. De forma que, cerca de 35% dos artigos referentes ao sentido específico de

juventude apresentaram tal preocupação.

Foram constatadas nítidas distinções entre os conceitos associados às moças e aos rapazes durante todo percurso investigado. Assim as representações referentes à educação direcionada às mulheres colocavam em realce os estereótipos construídos em torno da feminilidade nesse período, justificados pelas condições “naturais”, que buscavam reafirmar o papel da mulher à função de “boa esposa e mãe”. Desse modo, a imprensa católica buscou alertar o seu público leitor sobre os possíveis problemas que pudessem afetar o modelo patriarcal da tradicional família mineira.

Nos discursos presentes nos impressos investigados, a imagem do estudante no Triângulo Mineiro esteve muito associada a atividades artístico-literárias, campeonatos esportivos, causas assistencialistas, comemorações artísticas, cívicas e religiosas e a diversas festividades culturais, durante todo o período estudado.

Os torneios esportivos foram cada vez mais estimulados no meio estudantil, principalmente na segunda metade da década de 1960, em detrimento às manifestações de caráter político. A valorização da Educação Física nas instituições de ensino, durante esse período, amparada pela mudança na legislação de todo o sistema educativo, foi considerada como forma eficaz de controlar as ações da mocidade.

Com este trabalho foi possível vislumbrar a grande empreitada moralista direcionada à juventude, na medida em que os estudantes se projetavam no cenário social enquanto atores políticos ativos, bem como o incentivo às atividades culturais, esportivas e às virtudes cívicas, de acordo com os interesses das autoridades locais, na tentativa de disciplinar as condutas destes. Nessa perspectiva, salienta-se que as práticas culturais diversas e esportivas no ensino secundário foram as únicas temáticas abordadas por todos os jornais investigados, assim como foi possível verificar no gráfico 6.

Logo foram encontradas cento e quarenta e uma notícias relacionadas ao engajamento político estudantil. Desse total, o acontecimento de maior destaque, com cerca de trinta e nove reportagens, foi o movimento em Uberaba a favor da criação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Em contrapartida, foram analisadas duzentas e vinte e nove matérias diversas relacionadas à discussão sobre a educação da juventude, bem como ao exercício de práticas culturais, esportivas e ligadas a Igreja.

Observou-se de modo geral, que os conteúdos de cunho moralista eram direcionados principalmente por uma visão de mundo católica, com especial destaque para os impressos *Correio Católico*, *Correio de Uberlândia* e *Tribuna de Minas*.

Nesse sentido esta pesquisa possibilitou o entendimento de que a moral cristã esteve sempre à frente das ações e ideários relacionados aos jovens estudantes divulgados pelos jornais. Desse modo, acredita-se que a Igreja Católica se constituiu em importante instituição produtora de representações relacionadas à educação da juventude, a qual encontrou na imprensa veículo privilegiado para a circulação dessas em meio à sociedade letrada da região. Visando assim interferir nos imaginários e nas relações humanas no intuito de perpetuação dos princípios morais impostos por sua doutrina.

Convém sublinhar o fato de que grande parcela da imprensa triangulina também se beneficiou de tais ideários ao se aproximar do universo da maior parte de seu público leitor. Nesse período, mesmo com o crescimento significativo do número de protestantes e espíritas, a parcela católica ainda representava a maioria da população, assegurando assim a sua hegemonia no país.

Durante todo o trabalho acreditou-se ter confirmado a hipótese de que, a circulação dos textos impressos em relação ao estudante no Triângulo Mineiro nos anos de 1950 e 1960 em meio à população letrada, influenciou e também foi influenciada pelas formas de sociabilidade, interferindo nas relações e nos imaginários, projetando assim um ideário de jovem compatível com os anseios dos grupos que detinham o domínio nessa localidade nos setores político, econômico e religioso.

Considerando à materialidade desses impressos, cabe assinalar à ausência de fotografias dos estudantes engajados coletivamente na forma de movimento estudantil, em seus protestos, campanhas e manifestações políticas. Estes raramente tinham suas imagens divulgadas pela imprensa da região, salvo em algumas ocasiões de desfiles cívicos e em procissões, relacionadas principalmente à figura do soldado disciplinado e hierarquizado, como demonstraram as figuras 25 e 26 deste estudo.¹⁷³

Desse modo era valorizado no conteúdo jornalístico o jovem “orientado”, cristão, temente a Deus, patriota, disciplinado e engajado em atividades assistencialistas, culturais, esportivas e em causas políticas voltadas para melhorias em suas localidades que representassem interesses da classe estudantil e que não contrariassem o poder instituído. Em contraposição, o jovem “desorientado”, “rebelde” e “imaturo”, estaria envolvido em manifestações contrárias a ordem política então vigente, “carência de qualidades morais”, indisciplina, vícios, ócio, sensualidade e aos “novos” costumes que o desvirtuaria dos ensinamentos cristãos.

¹⁷³ Enquanto as fotos dos estudantes eram raramente publicadas, as imagens dos dirigentes políticos sempre estavam presentes nas capas dos jornais.

Tal representação foi forjada num contexto internacional de grande ebulição social protagonizada pelos estudantes de todas as partes do mundo, culminando no conhecido ano de 1968. Logo se ressalta que as principais manifestações em nível mundial foram marcadas pela condição juvenil e estudantil, em busca de uma nova forma de revolução social motivada pelo cenário de polarização política e ideológica, bem como pela inovação cultural, questão universitária, condição das novas classes médias urbanas e pela influência da mídia e da indústria cultural desse período (GROPPO, 2000).

Considera-se que esta pesquisa contribui para a compreensão das representações “nas divisões do mundo social que, conjuntamente, elas significam e constroem” (CHARTIER, 2002, p.79). Desse modo, acredita-se que os impressos investigados contribuíram para afirmar o papel da juventude ao lado da família, Igreja, dedicação aos estudos e a pátria.

Em suma, pode-se afirmar a presença de princípios morais cristãos, nacionalistas e patrióticos nesses jornais, utilizados como estratégias simbólicas para nortear a educação de moças e rapazes no Triângulo Mineiro. Esse foi o processo institucionalizado e objetivado pelas elites na região e que expressava o cenário nacional na busca pela ordenação da estrutura social no período em questão.

Nesse sentido, reitera-se que a base norteadora das representações de imprensa sobre os estudantes foi composta principalmente pelo tripé: Deus, pátria e família. Discurso conservador e manipulador resgatado pela política brasileira nos dias atuais.

A temática discutida na presente tese não esgota o campo de estudos referentes à história das representações de imprensa sobre os jovens estudantes desse cenário, considerando o fato de que esta contribui com novas possibilidades para futuras investigações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: *Revista Brasileira de Educação*, n.º 6, 1997, p.25-37.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O Objeto em Fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. In: *Fronteiras* (Campo Grande), v. 10/17, p. 55-67, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000112&pid=S1413-2478201300020000700001&lng=pt> Acesso em: 15 set. 2019.

ALVES - MAZZOTTI, Alda Judith. Representações Sociais: aspectos teóricos e aplicações a educação. *Revista Múltiplas Leituras*, v.1, n. 1, p. 18-43, jan. / jun. 2008. <https://doi.org/10.15603/1982-8993/ml.v1n1p18-43>

AMARAL, Giana Lange do. Os jornais estudantis Ecos Gonzagueanos e Estudante: apontamentos sobre o ensino secundário católico e laico (Pelotas/RS, 1930-1960). In: *Revista História da Educação*, Porto Alegre, v. 17, n. 40, Maio/ago. 2013, p.121- 142. <https://doi.org/10.1590/S2236-34592013000200007>

AMATO, Gabriel. *Aula prática de Brasil: ditadura, estudantes universitários e imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ARAÚJO, Fausto Rocha de. O Golpe de 1964 segundo o jornal Correio de Uberlândia. In: *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, n. 36/37, ano 20, 2007, p. 143-152. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/1210/1169>>. Acesso em 20 dez. 2017.

ARAUJO, José Carlos Souza. História Institucional do Liceu de Uberlândia (1928-1973) e sua projeção local e regional. In: *Anais eletrônicos do II Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2002. Disponível em <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/0797.pdf>> Acesso em 10 dez. 2018.

ARAUJO, José Carlos Souza; INÁCIO FILHO, Geraldo. Inventário e interpretação sobre a produção histórico-educacional na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: da semeadura à colheita. In: *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

ARAUJO, José Carlos Souza; SOUZA, Sauloéber Tarsio de. A Escola Primária em Minas Gerais e no Triângulo Mineiro (1891-1930). In: ARAUJO, José Carlos Souza, RIBEIRO, Betânia de O. Laterza e SOUZA, Sauloéber Tarsio, (Orgs.). *Grupos Escolares na modernidade mineira: Triângulo e Alto Paranaíba*. Campinas, SP: Alínea, 2012.

ARAÚJO, Maria P. Nascimento. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

ARDUINI, Juvenal. Arduini, Juvenal - Biografia. In: *Revista do Arquivo Público de Uberaba*, Uberaba-MG: Arquivo Público de Uberaba, 1992.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.

ARY, Zaíra. *Masculino e feminino no Imaginário Católico: da Ação Católica à Teologia da Libertação*. São Paulo: Annablume, 2000.

BANDEIRA, Luiz. A. Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 7. ed. Rio de Janeiro: REVAN; Brasília: Ed. UNB, 2001.

BARBOSA, Marinalva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BAUER, Martin. W.; GASKELL, George; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesse do conhecimento - evitando confusões e a construção do corpus: um princípio para a coleta de dados. In: BAUER, Martin, W; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis, RJ: Vozes, p.15-63, 2002.

BILHARINHO, Guido. *Uberaba dois séculos de história: dos antecedentes a 1929*. Volume 1. Uberaba-MG: Arquivo Público de Uberaba, 2007.

BIROLI, Flávia. Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). In: *Revista Bras. Hist.* vol.24 nº.47 São Paulo 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100009&script=sci_arttext>. Acesso em: 11 de dez. 2017. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100009>

BRANT, Celso (org.). *Revista Acaiaca*. Belo Horizonte: Ed. Acaiaca, 1953.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del3199.htm>. Acesso em 03 dez. 2018.

_____. Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1931. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 04 dez. 2018.

BUFFA, Ester e NOSELLA. *Universidade de São Paulo: Escola de Engenharia de São Carlos; os primeiros tempos: 1948-1971*. São Carlos: UFSCar, 2000.

CACCIA-BAVA, Augusto; COSTA, Dora Isabel da. O lugar dos jovens na história brasileira. In: CACCIA-BAVA, Augusto, PÀMPOLS, Carles Feixa e CANGAS, Yanko González (orgs.). *Jovens na América Latina*. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP; 1999.

CARDOSO, E. G. G; GATTI JR., Décio. Cenário histórico em Uberlândia e as motivações para a criação da primeira escola superior: o conservatório musical de Uberlândia - 1950/1960. In: *Anais do VI Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais*. Universidade Federal de Viçosa, 2011. Disponível em <<http://www.cch.ufv.br/copehe/trabalhos/ind/Elisabetta.pdf>>. Acesso em 21 mar. 2018.

CAMPOS, Augusto de; PIGNATARI, Décio; CAMPOS, Haroldo de. *Teoria da poesia concreta: textos críticos e manifestos (1950-1960)*. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2006.

CAPELATTO, Maria Helena. R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto-EDUSP, 1988.

CARDOSO, Irene. Maria Antonia: o edifício de nº 294. In: MARTINS FILHO, João Roberto. *1968: Faz 30 Anos*. Campinas: Editora UFSCar/Mercado das Letras, 1998.

CARMO, Paulo Sérgio do. *Culturas da rebeldia: a juventude em questão*. 3. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2010.

CARVALHO, Carlos Henrique de; et. al. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930 -1950). In: *Novos temas em História da Educação Brasileira: Instituições Escolares e Educação na Imprensa*. Campinas-SP: Autores Associados; Uberlândia-MG: EDUFU, 2002.

CARVALHO, Carlos Henrique de.; INÁCIO FILHO, Geraldo Inácio. Debates educacionais na imprensa: Republicanos e católicos no Triângulo Mineiro-MG (1892-1931). In: SCHELBAUER, Analete Regina; ARAÚJO, José Carlos Souza (orgs.). *História da Educação pela Imprensa*, Campinas, SP: Alínea, 2007.

_____. *República e Imprensa: as influências do Positivismo na concepção de Educação do professor Honorio Guimarães - Uberabinha-MG 1905-1922*. Uberlândia-MG: EDUFU, 2004.

CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Câmara. *Educação em revista - A imprensa pedagógica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 2002.

CHARTIER, Roger. *A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro; Lisboa; Bertrand Brasil: Difel, 1990.

_____. Diferenças entre os Sexos e Dominação Simbólica. In: *Cadernos Pagu* (4). Campinas: UNICAMP, 1995, p. 37-47. Disponível em <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=50917> Acesso em 12 nov. 2018.

_____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, vol.5, n.11, São Paulo: USP, jan-abr, p. 171-191.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. *Hegemonia às avessas: política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 3.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
<https://doi.org/10.7476/9788539304554>

_____. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, Luis Antônio. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo* [online]. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília-DF; FLACSO, 2005, 270 p. Disponível em <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 01 jun. 2019.
<https://doi.org/10.7476/9788539303021>

CUNHA, Luiz Antônio; GOES, Moacyr de. *O golpe da educação*. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CURY, Carlos R. Jamil. *Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

DABÈNE, Olivier. *América Latina no século XX*. Tradução: Maria Izabel Mallmann. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

DARIDO, Suraya Cristina e SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira. *Para ensinar educação física: possibilidades de intervenção na escola*. Campinas-SP: Papirus, 2007.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São. Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Educação, 2001.
<https://doi.org/10.1590/S1517-97022002000100009>

_____. O jovem como sujeito social. In: *Revista Brasileira de Educação*, Set /Out /Nov /Dez 2003, n.24, p 40-52. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04>>. Acesso em 30 out. 2018.
<https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>

DINES, Alberto. *Papel do Jornal: uma releitura*. 4. ed. São Paulo: Summus, 1986.

DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O jornal e outras fontes para história da educação mineira do século XIX: uma introdução. In: Araújo, José Carlos de Souza; Gatti Júnior, Décio (Org.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados, p.133-150, 2002.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *UNE em tempos de autoritarismo*. Editora UFRJ, 1995.

_____. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. In: *Educar*, Curitiba, Editora UFPR, n. 28, p. 17-36, 2006.
<https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200003>

FERREIRA, Caio Vinicius de Carvalho. *Política, imprensa local, perseguição: o golpe de 1964 no Pontal do Triângulo Mineiro*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2017, 176 p.

FERREIRA, Neirimar de Castilho; GATTI, Giseli Cristina do Vale. A Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro e a implantação do Ensino Superior em Uberaba (Minas Gerais, Brasil) na década de 1950. In: *Cadernos de História da Educação*, v.15, n.2, p. 793-807, maio-ago. 2016.
<https://doi.org/10.14393/che-v15n2-2016-17>

FERNANDES, Orlanda Rodrigues. *Uberlândia Imprensa: a década de 1960 nas páginas de jornal*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2008, 161 p.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
<https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003>

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. A Exteriorização da Escola e a Formação do Cidadão no Brasil (1930-1960). In: *Educação em Revista*. Belo Horizonte, n. 4, p. 43-57, jun. 2005.

_____. A Inconfidência Mineira e Tiradentes vistos pela Imprensa: a vitalização dos mitos (1930-1960). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 439-462, 2002.
<https://doi.org/10.1590/S0102-01882002000200009>

FORACCHI, Marialice Mencarini. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira Editora, 1972.

_____. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

FRAGO, Antonio Viñao. Del espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas y cuestiones. In: *Historia de La Educación*, Salamanca, v. 13-14, 1993-1994, p. 17-74.

FRANCHETTI, Paulo. *Estudos de literatura brasileira e portuguesa*. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2007.

FRANCO, Isaura Melo. *A Formação da Cultura Estudantil Tijucana* (Ituiutaba-MG, 1950-1960). Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, 2011.

_____. *Estudantes tijucanos em cena: história de suas organizações políticas e culturais* (Ituiutaba-MG, 1952-1968). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2014, 187 p.

FRATTARI NETO, Nicola José. *Educandário Espírita Ituiutabano: caminhos cruzados entre a ação inovadora e sua organização conservadora*. Ituiutaba, Minas Gerais (1954-1973). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2009, 202 p.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta T. *Território plural: a pesquisa em história da educação*. São Paulo: Ática, 2010.

GATTI JR. Décio; et. al. História e memória educacional: Gênese e consolidação do ensino escolar no Triângulo Mineiro. In: *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, 1997, p.5-28.

GATTI. Giseli Cristina do Vale. O ensino secundário em Minas Gerais em perspectiva comparada: o Ginásio Triângulo Mineiro de Uberaba e o Ginásio Mineiro de Uberlândia (1930-1960). In: *Cadernos de História da Educação* - v. 13, n. 1 - jan./jun. 2014, p. 299-312.

GAVIÃO, Fábio Pires. *A "esquerda católica" e a Ação popular (AP) na luta pelas reformas sociais (1960-1965)*. Dissertação de mestrado em História. IFCH-UNICAMP, Campinas, 2007.

GERMANO, José Willington. *Estado Militar e educação no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GHIRALDELLI JR., Paulo. *Educação Física Progressista*. São Paulo, Loyola, 1988.

_____. *História da educação brasileira*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; et alii. Educação e Imprensa: análise de jornais de Uberlândia, MG, nas primeiras décadas do século XX. *Revista de Educação Pública*, 1997, Cuiabá, nº 6.

_____. Imprensa, civilização e educação. In: ARAUJO, José Carlos Souza; e GATTI Jr., Décio (orgs.). *Novos temas em história da educação no Brasil*. Instituições escolares e educação na imprensa. Uberlândia: EDUFU; Campinas: Autores Associados, 2002.

GUILHON ALBUQUERQUE, J. A. Movimento estudantil e classe média no Brasil. In: GUILHON ALBUQUERQUE (org.). *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 117-44.

_____. Pulsões culturais no início do século XX: grêmios literários, conferências, teatro e música em Uberabinha, MG, 1908-1920. SCHELBAUER, Analete Regina; ARAUJO, José Carlos Souza (orgs.). *História da educação pela imprensa*. Campinas-SP: Editora Alínea, 2007.

_____. Representações de mulher e de educação na imprensa de Uberabinha (1910-1926). In: FARIA FILHO, Luciano Mendes et. al. (org.). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002, p.136-149.

GROPPO, Luís Antonio. *Autogestão, universidade e movimento estudantil*. Campinas-SP: Autores Associados, 2006.

_____. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

_____. *Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis nos anos 1960*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2000. Disponível em <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000210231>>. Acesso em 22 mai. 2015.

GUEDES, Nilson Humberto. *Uberlândia: as facetas políticas entre governos militares e poder público local nos dois primeiros anos de pós-1964*. Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, 2003, 68 p.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. *A influência paulista na formação econômica e social do Triângulo Mineiro*. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A065.PDF>. Acesso em: 01 de dez. 2017.

HABERMAS, Jurgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da Educação Brasileira: Leituras*. São Paulo: Pioneira, Thompson Learning, 2005.

HOLLANDA, Heloísa. B. e GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. (Coleção Tudo é História: 41) 1. ed. (1982), 1ª reimpressão, São Paulo: Brasiliense, 1999.

INÁCIO FILHO, Geraldo. Escolas para mulheres no Triângulo Mineiro (1880-1960). In: *Novos temas em História da Educação Brasileira: Instituições Escolares e Educação na Imprensa*. Campinas-SP: Autores Associados; Uberlândia-MG: EDUFU, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 2. ed. Edusp, 2001.

KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: entre jornalistas e censores. In: REIS, Daniel Aarão et. al. (orgs). *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru-SP; Edusc, 2004.

LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. *História da AP, da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa - Omega, 1984.

LOPES, Sonia Maria Gomes. *A criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro: primeiros anos (1953-1960)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2016, 181 p.

LOURENÇO, Luis Augusto Bustamante. *Das fronteiras do Império ao coração da República: o território do Triângulo Mineiro para a formação sócio-espacial capitalista na segunda metade do século XIX*. Uberlândia: EDUFU, 2010.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. *História dos, nos e por meio dos periódicos: trajetórias e perspectivas analíticas*. In: PINSKY, Carla. (Org.). *Fontes Históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

_____.; MARTINS, Ana Luísa. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LUSTOSA, Elcias. *O texto da notícia*. Brasília-DF: Ed. UnB, 1996.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Os bispos do Brasil e a imprensa*. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

MARTINS, Alciene Santos e MEDEIROS, Ivaneide Barbosa de (orgs.). *Centenário de Ituiutaba*. Ituiutaba-MG: EGIL, 2001.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. Introdução: pelos caminhos da imprensa no Brasil. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar (1964-1968)*. Campinas: Papirus, 1987.

_____. Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor. In: MARTINS FILHO, João Roberto. *1968 faz trinta anos*. Campinas-SP: Editora da Universidade de São Carlos, 1998.

MARZON, Izabel. A.; JANOTTI, Maria de Lourdes. M.; BORGES, Vavy. P.A esfera do político na produção acadêmica sobre São Paulo. In: FERREIRA, Antonio. C.; De LUCA, Tânia. R.; IOKOI, Zilda. G. *Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: UNESP, 1999.

MENDES JR. Antônio. *Movimento estudantil no Brasil*. (Coleção Tudo é História: 23) São Paulo: Brasiliense, 1981.

MENDONÇA, José. *História de Uberaba*. Uberaba-MG: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1974.

MIGUEL, Cristiane Cunha. *Os Reflexos do golpe de 64 na cidade de Ituiutaba*. Monografia de conclusão do curso de História. Instituto Superior de Ensino e Pesquisa de Ituiutaba. Campus Educacional de Ituiutaba. Universidade do Estado de Minas Gerais, 2003.

MÓDOLO, Marcelo. Rui Barbosa: *Oração aos Moços*. São Paulo: Hedra, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. In: *TOPOI*, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 62-85.
<https://doi.org/10.1590/2237-101x014026005>

_____. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Milton. *Coração de Estudante*. Disponível em<<http://www.vagalume.com.br/milton-nascimento/coracao-de-estudante-nao-cifrada.html>> Acesso em 15 jan. 2020.

NÓVOA, António de S. A imprensa de educação e ensino. In: CATANI, Denice; BASTOS, Maria Helena Câmara. *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo, Escrituras, pp. 11-32, 1997.

NUNES, Clarice. O "velho" e "bom" ensino secundário: momentos decisivos. In: *Revista Brasileira de Educação*, Mai/Jun/Jul/Ago 2000, nº 14, p.35-196.

OLIVEIRA, Alciene Maria Ribeiro Leite de. *O livro de (quase) todos*. Ituiutaba-MG: EGIL, 2004.

OLIVEIRA, Andréa Azevedo de; SOUZA, Sauloéber Társio de. Notas sobre a história da Educação Física no Triângulo Mineiro (Ituiutaba - 1934-1971). In: *Revista História e Cultura*, Franca-SP, v.1, n.2, p.21-37, 2012.
<https://doi.org/10.18223/hiscult.v1i2.735>

OLIVEIRA, Lúcia H. M. de Medeiros. *História e Memória Educacional: o papel do colégio Santa Teresa no processo escolar de Ituiutaba, no Triângulo Mineiro-MG (1939-1942)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

OLIVEIRA, Sandra Ferreira de. *A Gênese do Ensino Secundário em Uberabinha (1920-1930)*. In: 2007. Disponível em:
 <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT1%20PDF/A%20G%EAnese%20do%20Ensino%20Secund%Elrio%20em%20Uberabinha.pdf>. Acesso em 08 fev. 2018.

OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte: Uberlândia - 1950/1985*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 1992.

PACHECO, Simone Beatriz Neves. *Colégio São José: Gênese e Funcionamento da Escola dos Estigmatizados em Ituiutaba-MG (1940-1971)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

PALMA FILHO, João Cardoso (org). *Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação*. História da educação 3, São Paulo: PROGRAD/UNESP, 2005, p.61-74.

_____. *Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação*. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara Editora, 2010, p.85-103. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/337931/1/caderno-formacao-pedagogia_3.pdf> Acesso em 06 set. 2019.

PARETO, Vilfredo. *Manual de Economia Política*. Tradução de João Guilherme Vargas Netto. 2. ed., São Paulo: Nova Cultural, 1987.

PAULA, Eustáquio Donizeti de. *Regime Militar, Resistência e Formação de Professores na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino em Uberaba/MG (1964 -*

1980). Dissertação de Mestrado. Universidade de Uberaba, 2007, 206 p.

PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PEREIRA, Luiz C. Bresser. *Nação, Câmbio e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PEREIRA, Wander. As representações sociais: gênese e desenvolvimento da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia 1966 1978. In: *Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, 2006, Uberlândia-MG: UFU, 2006, p. 2431-2442. Disponível em <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/216WanderPereira.pdf>>. Acesso em 12 fev. 2018.

PINSKY, Carla B. Imagens e representações 1: a era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla PEDRO, Joana M. (orgs.) *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

POERNER, Artur José. *O poder jovem*. História da participação política dos estudantes brasileiros. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

PONTES, Hildebrando de Araújo. Cem anos de imprensa. In: *Revista Convergência*. Uberaba-MG, 1976, ano VI, nº 7, p. 123-132.

PRIETO, Élisson Cesar. Os 50 Anos da Faculdade de Direito no espaço e no tempo da Universidade Federal de Uberlândia. In: *Revista da Faculdade de Direito de Uberlândia*. v. 38 - n.2, p. 383-406, 2010.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

REMÉDIOS, Maria José. O jornal católico Novidades: sentido(s) do educar. In: *Revista Brasileira de História da Educação* nº 6 jul./dez. 2003, p.9-28. Disponível em <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/216>>. Acesso em 19 dez. 2017.

RESENDE, Melina Brasil Silva. *O Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus Araguari-MG (1930-1947)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

REZENDE, Darcilene Sena. A imprensa periódica como fonte documental. In: MORELLI, José Ailton (org.). *Introdução ao estudo de História*. Maringá-PR: EDUEM, 2012, p. 97-106.

REZENDE, Marilza Abrahão Pires. *A Educação Mineira dos anos 60/70*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, 1993, 105 p.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

_____. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 31, 2003, p. 147-160. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2186/1325>>. Acesso em: 07 de dez. 2017.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

_____. *O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo*. Unicamp, Campinas-SP, 1998. Disponível em: <<http://www.cedema.org/uploads/Ridenti.pdf>>. Acesso em 23 out. 2018.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 23. ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1999.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla B; PEDRO, Joana M. (orgs.) *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

SANFELICE, José Luis. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

SANTANA, Flávia de Angelis. *Atuação do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984*. São Paulo, SP, 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-23012008-113411/>> Acesso em 15 ago. 2018.

SANTOS, José Faria dos. *Luiz Gonzaga: A música como expressão do Nordeste*. São Paulo: IBRASA, 2004.

SANTOS, Luciano dos e BACCARO, Claudete Aparecida. Caracterização geomorfológica da Bacia do Rio. In: *Caminhos de Geografia* 1(11) 1-21, Fev/2004. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/.../8620> Acesso em 26 dez. 2017.

SANTOS, Regma Maria dos. Práticas Culturais: As tipografias, os jornais e as livrarias de Uberlândia (1897-1950). In: *História & Perspectivas*, Uberlândia (40): 207-226, jan.jun.2009. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/viewFile/19222/10358>>. Acesso em 18 de dez. 2017.

SAVIANI, Demerval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas-SP: Autores Associados, 2007.

SIGRIST, José Luiz. *A JUC no Brasil: a evolução e impasse de uma ideologia*. São Paulo: Cortez; Piracicaba, Unimep, 1982.

SILVA, Carlos Gomes da; VILELA, Manuel Junqueira. União Estudantil Ituiutabana. In: BRANT, Celso (org.). *Revista Acaiaca*. Belo Horizonte: Ed. Acaiaca, 1953, p.146-147.

SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SILVA, Jóbio Balduino da. *Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba: reflexões sobre a história da educação profissional pública no pontal do Triângulo Mineiro (1965-1979)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

SILVA, Marli Auxiliadora da; QUILLICI NETO, Armindo. A expansão do ensino superior no Pontal do Triângulo Mineiro: uma análise da influência da Lei 5.540/68. In: *VI Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais*, Viçosa, 2011, p. 1-16.

SILVEIRA, Daiane de Lima. *Migrantes nordestinas e escolarização no Pontal Mineiro (1950 e 1960): desafios, resistências, embates e conquistas*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2014, 148 p.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Tradução Mário Salviano Silva. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930- 1964)*. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Edilene Alexandra Leal. *O Colégio Triângulo Mineiro e o ensino secundário em Uberaba (MG) entre 1940 e 1960*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2015, 213 p.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Sauloéber Tarsio de. *A educação escolar frente aos imperativos da modernização*. Franca (1961-1971). Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, 2000.

_____. *Docentes no Congresso Nacional (5a e 6a Legislaturas - 1963/1967)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Unicamp, 2005.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012.

TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central: história da criação do município de Uberlândia*, 1ª edição, Ed. Uberlândia Gráfica Ltda, Vol. I, Uberlândia, 1970.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

TEODORO, Júlio César Orias. *A educação Salesiana em Uberlândia: a gênese do Instituto Teresa Valsé Pantellini (1959 - 1971)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2008, 256 p.

VANDRÉ, Geraldo. *Pra não dizer que não falei das flores*, 1968. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/geraldo-vandre/pr-nao-dizer-que-nao-falei-das-flores.html>> Acesso em 05 mar. 2018.

VELOSO, Caetano. *Alegria, alegria*, 1967. Disponível em <<https://www.vagalume.com.br/caetano-veloso/alegria-alegria.html>>. Acesso em 31 ago. 2018.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). In: *Revista Brasileira de História. São Paulo*, v. 23, nº 45, pp. 37-70, 2003.
<https://doi.org/10.1590/S0102-01882003000100003>

VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. 68: Os estudantes mineiros e o desejo de um novo mundo. In: MARTINS FILHO, João Roberto. (org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp; São Carlos, SP: Editora da Universidade de São Carlos, 1998.

WEINMANN, Amadeu Oliveira. Juventude transgressiva: sobre o advento da adolescência. In: *Psicologia & Sociedade*; 24 (2), 382-390, 2012. Disponível emfile:///D:/Users/anho/Downloads/Dialnet-JuventudeTransgressiva-4002608.pdf. Acesso em 01 nov. 2018.
<https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200016>

WIRTH, John. D. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WOLFF, Cristina S. Amazonas, soldadas, sertanejas, guerrilheiras. In: PINSKY, Carla B; PEDRO, Joana M. (orgs.) *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.